



HELENA RIZZATTI FONSECA

**O RECENTE PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DA CIDADE DE CAMPINAS-SP
(1990-2014): AS OCUPAÇÕES URBANAS – UM ESTUDO DOS USOS DO
TERRITÓRIO DA REGIÃO SUL**

CAMPINAS

2014

NÚMERO: 237-2014



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS - IG

HELENA RIZZATTI FONSECA

**“O RECENTE PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DA CIDADE DE CAMPINAS-SP
(1990-2014): AS OCUPAÇÕES URBANAS – UM ESTUDO DOS USOS DO
TERRITÓRIO DA REGIÃO SUL”**

ORIENTADORA: PROF^a DR^a ADRIANA MARIA BERNARDES DA SILVA

Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Geociências da Unicamp no Programa de Geografia para obtenção do título de mestra em Geografia na Área de Análise Ambiental e Dinâmica Territorial

Este exemplar corresponde à versão final da dissertação apresentada pela aluna Helena Rizzatti Fonseca orientada pela profa. Adriana Maria Bernardes da Silva.

CAMPINAS

2014

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Geociências
Cássia Raquel da Silva - CRB 8/5752

R529r Rizzatti, Helena, 1987-
O recente processo de urbanização da cidade de Campinas-SP (1990-2014): as ocupações urbanas - um estudo dos usos do território da Região Sul / Helena Rizzatti Fonseca. – Campinas, SP : [s.n.], 2014.

Orientador: Adriana Maria Bernardes da Silva.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências.

1. Urbanização - Campinas (SP). 2. Periferias urbanas - Campinas (SP). 3. Solo urbano - Uso - Legislação. I. Silva, Adriana Maria Bernardes da, 1967-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Geociências. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: The recent urbanization process of Campinas-SP (1990-2014): the urban occupations - a study of territory uses of the Southern Region

Palavras-chave em inglês:

Urbanization - Campinas (SP)

Suburb - Campinas (SP)

Land use, Urban - Legislation

Área de concentração: Análise Ambiental e Dinâmica Territorial

Titulação: Mestra em Geografia

Banca examinadora:

Adriana Maria Bernardes da Silva [Orientador]

Arlete Moyses Rodrigues

Cátia Antônia da Silva

Data de defesa: 26-08-2014

Programa de Pós-Graduação: Geografia



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA DE ANÁLISE AMBIENTAL E DINÂMICA TERRITORIAL

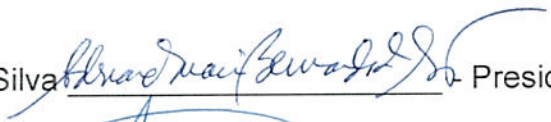
AUTORA: Helena Rizzatti Fonseca

“O Recente Processo de Urbanização da Cidade de Campinas-SP (1990-2014):
as Ocupações Urbanas – um Estudo dos Usos do Território da Região Sul”.

ORIENTADORA: Profa. Dra. Adriana Maria Bernardes da Silva

Aprovada em: 26 / 08 / 2014

EXAMINADORES:

Profa. Dra. Adriana Maria Bernardes da Silva  Presidente

Profa. Dra. Arlete Moyses Rodrigues 

Profa. Dra. Catia Antonia da Silva 

Campinas, 26 de agosto de 2014.

Agradecimentos

Aqui vai um pouco das inúmeras pessoas que constroem comigo um cotidiano de conflitos e resistências. Vives¹!

Sou agradecida à minha orientadora e amiga Adriana Bernardes da Silva, a quem pude recorrer uma palavra sábia durante os últimos nove anos que vivi! Aconteceu de transformarmos a mesa de trabalho em pesquisa, em vida e em terapia... Agradeço por me possibilitar um universo encantador de pensar a Geografia em toda sua complexidade. Acima de tudo, sou grata pela paciência, respeito e seriedade que me norteiam na vida acadêmica: ter como mestra essa forte mulher é a maior possibilidade que tive até o momento. Muito obrigada!

Sou grata aos meus pais, Juninho e Cláudia, que me possibilitaram o mundo. Me ensinaram a aprender e a ser feliz (ou a correr atrás de ser feliz porque a felicidade não bate à porta)! Vocês me ensinaram a ter voz e a ter força, nada pode ser maior do que isso! Agradeço à sabedoria e ao amor que sempre (sempre!) deram a mim e à minha irmã, Marina, e ao meu irmão, Mateus! E as esses dois sou grata pelo respeito à diferença e pelo amor incondicional! Muito obrigada! Aproveito aqui para agradecer minhas avós Zenaide Rugai Fonseca e Claudina Gil Rizzatti pela ancestralidade feminina que correm nas minhas veias, e aos avôs, tias e tios. Agradeço ainda às minhas amadas primas e primos por todos os feriados inspiradores em família!

Agradeço à banca da qualificação, também pela participação na banca de defesa, composta pelas professoras Arlete Moyses Rodrigues e Cátia Antônia da Silva, que instigaram uma conversa franca e uma discussão densa para dar continuidade e finalizar esse trabalho com todo cuidado necessário. Agradeço mais uma vez à profa. Adriana, à profa. Arlete, ao prof. Ricardo Castillo, ao prof. Márcio Cataia, à profa. Mônica Arroyo e à profa. Ermínia Maricato com quem pude fortalecer minha formação e minhas reflexões sobre a universidade, a docência e o fazer pesquisa.

Agradeço a todas as pessoas com quem conversei, vi, fotografei e entrevistei da região do Parque Oziel e da região do Jardim Campo Belo, dentre diversas outras surpreendentes periferias, lugares, de Campinas-SP. Um aprendizado constante a cada nova visita nesses lugares, onde o desrespeito ao ser humano por parte das autoridades chega ao máximo assim como a vida pulsante e a sabedoria!

Agradeço ao pessoal da pesquisa da Geografia do IG/Unicamp com quem pude refletir em conjunto agregando sempre mais e mais questionamentos: Ana Paula Mestre, Mari Traldi, Livia Cangiano, Cristiano Alves, Sérgio Teixeira, Cadú (Carlos Eduardo), Fabrício Gallo, Edu Sombini, ao pessoal do Observatório Permanente dos Conflitos Urbanos de Campinas

¹ Neste agradecimento e no prólogo utilizo os plurais que indicam dois gêneros gramaticais diferentes com a letra 'e' em busca de incorporar, quando possível, uma nova forma de grafia do português brasileiro, que vem sendo discutido nas redes sociais e organizações feministas como a que faço parte. Como o texto leva em consideração a questão de gênero na sociedade brasileira considero legítima tentar essa nova grafia.

com quem aprendo muito (Iago, Paulista, Maurício, Rolver e Curioso).

Sou grata à Barão Geraldo e à Unicamp, o lugar onde vivo meu cotidiano e que abriu um mundo de possibilidades à minha frente. Nesse lugar sobrevivo à base de muita cooperação e conflitos! Dentro dele deu-se à luz à Marcha das Vadias de Campinas; à Coletiva das Vadias de Campinas; à Rádio Muda; à ZAFT (Zona Autônoma Feminina Temporária), programa de rádio; ao Estúdio Love; às bandas Vitamultim (com quem brinco de tocar contrabaixo), Mamãe, Instrumentália, Samba das Minas; às repúblicas; às festas; aos reivos; ao nosso cotidiano compartilhado!

Sou imensamente grata às fortes mulheres com quem aprendo e caminho junta, para escancarar para essa sociedade careta que nós, metade da população mundial, temos uma energia que corre nos nossos ovários e úteros que pode morder para arrancar o espaço e a liberdade que nos vêm sendo negada pelo patriarcado sob o qual vivemos, mas que não nos calará! Essas incríveis mulheres: Pilar, Lerê Canelas, Biscoito (Daniele Motta), Nara, Débi, BrunaZ, Ju Jodas, Mari Sombrio, Thami, Aline, Laís, Didi Helene, Nil Sena, Magali. São tantas mulheres que me ajudam a lutar por nossa integridade dentro da sociedade que com certeza faltarão muitas aqui, me desculpem. Às “Mulheres que Correm com Lobos” (ESTÉS, 1999) agradeço e respeito imensamente pelo auxílio para manter viva a Mulher Selvagem que está dentro de cada uma de todas as mulheres.

Agradeço ainda às amigas com quem compartilhei a casa e a vida, que me deram suporte nas fases baixas e nas altas, com quem discuti muito e pretendo seguir discutindo: Minera (Débora Lima), Mari Ruggieri, Priscila Altivo, Gabi Carvalho, Vanessinha, Ana Maria, Yssysay, Marina G., Arcília, Marília, Pira, e a essas muitas mulheres com quem compartilhei alegrias e angústias agradeço. Peço licença para um agradecendo em especial à amiga Pilar Carvalho Guimarães, mineira de ‘mão cheia’ e com sabedoria de feiticeira com quem pude contar todos os dias em que realizei esse mestrado, muito obrigada por tudo e todas!

Sou agradecida também aos muitos caras, amigos, que no dia-a-dia me ajudaram a entender um pouco mais o mistério das relações humanas. A vocês sou grata pelos complementos: Japa (Roberto Hatada), Lucas Oliveira, Julian, Kenji (William), Jesus, Cris, Gui Lima, Sérgio, Fernandão, Murilo Antunes, Diego, Bernard, Brasília, Daniel, Pajé, Juba, Caito, Pancho, Kayo, Ademir e seu bar, e muitos outros. E em especial ao Mateus Loner com quem pude compartilhar as luas!

Sou agradecida, ainda, à todas as inúmeras bandas, músicas e sons que me ajudaram a escrever essas incontáveis páginas: PJ Harvey, Patti Smtih, Pixies, Sonic Youth, Velvet Underground, Mutantes, The Breeders, Yeah Yeah Yeahs, Joan Jett, David Bowie, Rolling Stones, Nirvana, Cajamusic (Loreto Motecinos) e muitas outras!

A todes vocês agradeço pelas conversas regadas a cerveja bem gelada!

“Sun machine it’s going down and we gonna have a party, yeah!”

Prólogo

Peço licença aos que leem esse trabalho para contar um pouco de coisas que não está nos números ou nos conceitos, e que me possibilitou compreender dar concretude à teoria em que me apoio nesse estudo.

Tentar combater as amarras históricas de raízes econômicas e, na mesma medida, culturais através do cotidiano, da vivência, da co-presença, do lugar que vivemos, é possível de ser feito o tempo todo. E está sendo feito! Logo, também está sendo combatido. Por isso, tenho a oportunidade de aqui relatar, bem mais como uma mulher do que como uma pesquisadora, vivências que pude ter durante o tempo em que fiz esse mestrado em Geografia.

- Eu vi mulheres que saíram às ruas de biquíni para expulsarem policiais que faziam ‘estado de sítio’ tentando impedir que elas trabalhassem e vivessem, no bairro Jardim Itatinga, na Região Sul de Campinas-SP, em Outubro de 2013;

- Eu vi mulheres que descobriram sua força (pois só há dois tipos de mulheres, as que já a descobriu e aquelas que ainda irão descobri-la) e saíram às ruas com os rostos cobertos e os braços levantados em repúdio ao assassinato atroz de outras três mulheres, no bairro Jardim Campo Belo, na Região Sul de Campinas-SP, em Outubro de 2013;

- Eu vi um grupo de mulheres se organizar e criar seu modo de defesa contra a violência doméstica através da elaboração de regras, que não precisam estar escritas em nenhum papel, e alterarem suas histórias. A cada novo caso de violência doméstica nesse lugar os homens que a cometem são impedidos de jogar sinuca no bar e futebol no campo, os únicos locais de lazer nesse lugar, na Comunidade Menino Chorão, no bairro Jardim Colúmbia, na Região Sul de Campinas-SP, em Abril de 2014.

Nesse pouco tempo vivi, ouvi ou vi essas pequenas ações de resistência, a partir de quem mora no lugar, que possuem grande força para as pessoas que compartilham do mesmo cotidiano; são ações possíveis através da confecção de uma vida de relações e da comunicação. Eu não consigo imaginar quantas vezes por dia isso acontece em todos os lugares do Brasil onde há vida resistente (e é provavelmente o que mais há no Brasil). Essas ações duram poucas horas, duram dias, meses, e até anos; vira e mexe estão acontecendo, na cara de todes nós, escondida pela mídia corporativa, mas escancarada para quem tentar enfrentar a batalha de viver a cidade!

“O mundo muda com força todos os dias. A cada dia descobre-se novas técnicas ou, em outras palavras, autorizações do que fazer. Por conseguinte, o mundo que vivemos nos obriga todos os dias a rever o que está em torno de nós e nossas idéias e a constatar que o passado não continua a ter um papel de cimento na vida das coletividades. (...). Nunca na história do homem a utopia apresentou-se como uma necessidade tão premente.” (M. SANTOS, 2003, pp. 63 e 64)

“(...) como é importante não pensar que sabemos tudo sobre um lugar ou sobre alguém, quando, na realidade, apenas sabemos um pouco” (Chimamanda Adichie, palestra ‘O perigo da história única’, 2009)



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS - IG

O RECENTE PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DA CIDADE DE CAMPINAS-SP (1990-2014): AS OCUPAÇÕES URBANAS – UM ESTUDO DOS USOS DO TERRITÓRIO DA REGIÃO SUL

RESUMO

**Dissertação de Mestrado
Helena Rizzatti Fonseca**

O presente estudo busca compreender o atual processo de urbanização da cidade de Campinas-SP, com ênfase na análise das dinâmicas territoriais a partir de 1990 até 2014, através da pesquisa sobre as duas maiores ocupações de terras urbanas da cidade: a região do Parque Oziel e a região do Jardim Campo Belo. Com o intuito de compreendermos a urbanização corporativa que vem se dando em Campinas-SP analisamos o II Polo de Desenvolvimento de Alta Tecnologia de Campinas (CIATEC), a ampliação do Aeroporto Internacional de Viracopos e a instalação dos condomínios e loteamentos murados na cidade onde temos a concentração da população de alta renda na sua periferia Norte, a periferia rica. Em contrapartida, destrinchamos os recentes dados da Prefeitura Municipal e do Censo Demográfico (IBGE), de 2010, para demonstrarmos como se adensa a população de baixa renda na Macrorregião Sul, a periferia pobre, onde se localizam as duas ocupações de terras urbanas que estudamos. Ambas conectam-se pela Rodovia Santos Dumont e distam dez quilômetros uma da outra estabelecendo diversas relações no seu cotidiano e, por isso, nos permitindo compreender uma parcela do território da cidade que delimitamos como Região Sul. Para essa delimitação foi necessário retomarmos e refletirmos criticamente sobre as diversas regionalizações do planejamento territorial utilizadas pelo poder público municipal. Apresentamos também as políticas habitacionais municipais voltadas para as moradias irregulares da população de baixa renda. Analisamos, ainda, o recente Plano Municipal de Habitação, de 2011, exigido pela nova política habitacional em âmbito federal que também implantou na cidade o Programa de Urbanização de Assentamentos Precários que atingiu as duas ocupações urbanas estudadas. Debates também a implantação e os desdobramentos das leis municipais de regularização do solo urbano, a primeira elaborada pela Assembleia do Povo de Campinas (organização que apresentamos no texto) no ano de 1988, e a segunda, lei 11.834, implantada em 2003, que atinge as duas áreas estudadas. E, por fim, apresentamos e debatemos as contra-racionalidades constituídas a partir das resistências, do cotidiano, do saber local e da comunicação através da análise do processo de formação das ocupações da região do Parque Oziel e do Jardim Campo Belo. Para tal, discutimos a instalação informal das infraestruturas urbanas a partir do momento da ocupação, as Associações de Moradores do Bairro, as informações ascendentes e os fluxos constituídos por essas populações para atingir os serviços de saúde e educação em Campinas e sua Região Metropolitana. Com isso, buscamos mostrar como a população de baixa renda constrói a cidade a partir da formação das enormes periferias urbanas pobres e irregulares intrínsecas à urbanização corporativa incorporada no país.

Palavras chave: urbanização corporativa – ocupações de terras urbanas – contra-racionalidades – Campinas – Parque Oziel/Jardim Campo Belo



UNIVERSITY OF CAMPINAS
INSTITUTE OF GEOSCIENCE

**THE RECENT URBANIZATION PROCESS OF CAMPINAS-SP (1990-2014): THE URBAN
OCCUPATIONS - A STUDY OF TERRITORY USES OF THE SOUTHERN REGION**

ABSTRACT

Masters Degree
Helena Rizzatti Fonseca

This study aims to understand the current urbanization process in the city of Campinas-SP, with emphasis on the analysis of territorial dynamics from 1990 to 2014, through the research on the two largest occupations of urban land in the city: the region of Parque Oziel and the region of Jardim Campo Belo. In order to understand the corporate urbanization that is occurring in Campinas-SP we analyzed the II High Technology Development Pole of Campinas (CIATEC), the expansion of the Viracopos International Airport and the installation of condominiums and subdivisions in the city where is the concentration of high-income population in the northern suburbs, the rich suburbs. In contrast, we unravel recent data from the Municipality and Census (IBGE), 2010, to demonstrate how the low-income population is still concentrated in South suburbs, poor suburbs, where we find the two studied occupations of urban land. They are both connect to the Santos Dumont Highway and set just ten kilometers apart from one another, which establishes various similar relationships in their daily lives and therefore allow us to understand this portion of the city's territory, the delimited Southern Region. It became necessary, for such a delimitation, to resume and reflect critically on the various regionalizations types used in the municipal government's territorial planning. We also present the municipal housing policies for irregular dwellings of low-income population. Furthermore, we analyze the recent Municipal Housing Plan, 2011, required by the new housing policy at the federal level, the same policy which implemented the Precarious Settlements Urbanization Program that also falls on the two urban occupations we studied, and we analyzed this program's implementation in the regions as well. It is also discussed the implementation and deployment of the municipal urban land regularization laws, the first one developed by the People's Assembly of Campinas (an organization shown in the text) in 1988, and the second, by the law 11.834, set in 2003, that reaching the two areas studied. Finally, we present and debate the counter-rationalities established from the resistance, the daily life, local knowledge and communication through the analysis of Parque Oziel and Jardim Campo Belo occupation's formation process. To this end, we discuss from the installation of informal urban infrastructure in the moment of the occupation to the Neighborhood Associations, the upward informations and the flows constituted by the population to achieve health services and education in Campinas and its metropolitan area. Thus, we seek to show how the low-income population builds city by forming huge irregular and poor urban peripheries, all intrinsic to the corporate urbanization already incorporated into the country.

Keywords: corporate urbanization – occupations of urban land – counter-rationalities – Campinas – Parque Oziel/Jardim Campo Belo

SUMÁRIO

Agradecimentos.....	VII
Prólogo.....	IX
Epígrafe.....	XI
Resumo.....	XIII
Abstract.....	XV
Índice de Fotos.....	XXI
Índice de Figuras.....	XXIII
Índice de Tabelas.....	XXV
Índice de Quadros e Organograma.....	XVII
Índice de Mapas.....	XXIX
Quadro de Siglas.....	XXXI

INTRODUÇÃO.....	01
------------------------	-----------

CAPÍTULO 1 – A URBANIZAÇÃO CORPORATIVA DE CAMPINAS-SP A PARTIR DE 1990 ATÉ OS DIAS ATUAIS.....	19
---	-----------

1.1 A cidade corporativa: o II Polo de Alta Tecnologia de Campinas e a expansão do Aeroporto Internacional de Viracopos.....	19
---	-----------

1.2 Os condomínios e loteamentos murados: a periferia rica da cidade.....	29
--	-----------

1.3 A cidade espraiada: expansão urbana e formação da periferia pobre.....	33
---	-----------

1.3.1 A situação atual da segregação urbana: análise dos dados do Censo Nacional (IBGE), de 2010, e da Secretaria Municipal de Habitação.....	43
--	----

1.4 A cidade fragmentada: as desigualdades intraurbanas e as regionalizações do poder público municipal – delimitando a Região Sul.....	52
--	-----------

Considerações finais ao capítulo 1.....	78
--	-----------

CAPÍTULO 2 – A POLÍTICA HABITACIONAL DE CAMPINAS PARA AS OCUPAÇÕES DE TERRAS URBANAS.....	81
2.1. O aparato político no âmbito da habitação: administração e políticas habitacionais em Campinas.....	81
2.1.1 A Assembleia do Povo de Campinas (1975-1982).....	96
2.1.2 O Programa de Urbanização de Assentamentos Precários do PAC: o projeto de inclusão social Vip-Viracopos.....	101
2.2 Planos e leis: perfeição textual e imperfeição real.....	108
2.2.1 O Plano Municipal de Habitação de Campinas.....	112
2.2.2 As leis municipais de regularização do solo urbano para fins de interesse social: 5.079/81 e 11.823/03.....	124
Considerações finais ao capítulo 2.....	152
 CAPÍTULO 3 – A CONSTRUÇÃO DA CIDADE PELOS AGENTES HEGEMONIZADOS: as contra-racionalidades nos espaços opacos da Região Sul de Campinas – os usos do território.....	 155
3.1 A construção da infraestrutura urbana da Região Sul.....	162
• Região do Jardim Campo Belo.....	162
• Região do Parque Oziel.....	170
3.2 As Associações de Moradores do Bairro na Região Sul: o saber local e a norma do lugar.....	175
• Região do Jardim Campo Belo.....	179
• Região do Parque Oziel.....	186
3.3 A produção e a difusão de informações ascendentes: a informação e a densidade comunicacional.....	190
• Região do Jardim Campo Belo: <i>lan houses</i> e o jornal ‘Folha Vip-Viracopos’.....	193
• Região do Parque Oziel: rádio ‘Eloy’ e jornal ‘Em Destaque’.....	197
3.4 O território usado e os fixos públicos na Região Sul: um pouco de cotidiano.....	209
Considerações finais ao capítulo 3.....	230

CONCLUSÃO.....	231
Bibliografia utilizada.....	239
Documentos consultados.....	245
Anexos.....	247

ÍNDICE DAS FIGURAS

Figura 1 – O perímetro urbano de Campinas-SP e a localização da região do Parque Oziel e da região do Jardim Campo Belo, ao sul da Rodovia Anhanguera (SP-330)	06
Figura 2 – Região do Jardim Campo Belo em Campinas-SP	11
Figura 3 – Zoneamento do II Polo de Desenvolvimento de Alta Tecnologia de Campinas-SP	23
Figura 4 – Caracterização do uso do solo da Macrozona 7 de Campinas-SP	25
Figura 5 – Distribuição do rendimento mensal de chefes de domicílios em Campinas (2006)	56
Figura 6 – Favelas, ocupações e loteamentos irregulares em Campinas-SP (2013)	57
Figura 7 – Município de Campinas-SP com a divisão das Grandes Regiões (2011)	59
Figura 8 – As Macrozonas da cidade de Campinas-SP	67
Figura 9 – Divisão em Administrações Regionais e Subprefeituras de Campinas-SP	72
Figura 10 – Localização dos terrenos pertencentes à CoHab-Campinas, das favelas e das ocupações do município de Campinas-SP (2009)	88
Figura 11 – Localização, de acordo com as Grandes Regiões, dos núcleos residenciais que foram regularizados a partir da Lei Municipal 5.079/81 em Campinas-SP	128
Figura 12 – Localização dos conjuntos habitacionais do Programa Federal Minha Casa, Minha Vida em Campinas-SP	135
Figura 13 – Localização do conjunto habitacional da Vila Taubaté para toda a população reassentada na região do Parque Oziel em Campinas-SP	137
Figura 14 – Áreas de Proteção Permanente em que ocorreram as	138

demolições de moradias na região do Jardim Campo Belo em Campinas-SP	
Figura 15 – Localização dos núcleos que foram regularizados pela Lei Municipal 11.834/03 até Setembro de 2013 em Campinas-SP (por Grandes Regiões)	145
Figura 16 – Região do Jardim Campo Belo em Campinas-SP	163
Figura 17 – Região do Parque Oziel em Campinas-SP	171
Figura 18 – Título e classificados do jornal produzido pelos comerciantes da região do Jardim Campo Belo (Campinas-SP)	195
Figura 19 – Título jornal ‘Em Destaque’	202
Figura 20 – Expediente do jornal ‘Em Destaque’ – Campinas-SP	204
Figura 21 – Publicidade de estabelecimentos comerciais da região do Parque Oziel – Campinas-SP	204
Figura 22 – Notícias dos bairros Jardim Campo Belo e Jardim Bandeira II – Campinas-SP	205
Figura 23 – Notícia do bairro Jardim Monte Cristo (região do Parque Oziel) – Campinas-SP	206
Figura 24 – Notícias do jornal ‘Em Destaque’ com conteúdos similares aos divulgados pela grande mídia	207
Figura 25 – Rua aberta pelos moradores para a ligação entre o bairro Gleba B (à esquerda da figura) e o bairro Jardim Icaraí (no canto à direita em baixo da figura) em Campinas-SP	218
Figura 26 – Fixos de saúde na região do Jardim Campo Belo em Campinas-SP	219
Figura 27 – Fixos públicos de educação na região do Jardim Campo Belo em Campinas-SP	224

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – População total, quantidade de pessoas residentes em domicílios subnormais e porcentagem de domicílios subnormais em Campinas-SP (1991, 2000, 2010)	45
Tabela 2 – Taxa de crescimento ao ano da população total e taxa de crescimento ao ano da população residente em domicílios subnormais em Campinas-SP (1991-2000, 2000-2010)	45
Tabela 3 – Número de pessoas residente em aglomerados subnormais no Brasil, em ordem decrescente (2010)	46
Tabela 4 – Déficit habitacional por tipo de moradia e as irregularidades apresentadas Campinas-SP (2009)	48
Tabela 5 – Problemas nos domicílios e porcentagem em relação ao total de domicílios em Campinas-SP (2009)	49
Tabela 6 – Rendimento de chefes de domicílios, por quantidade de salários mínimos, na cidade de Campinas-SP, nos anos de 1991, 2000 e 2010 (em porcentagem)	50
Tabela 7 – População residente em cada Grande Região de Campinas-SP (2010)	60
Tabela 8 – População por Grande Região de Campinas-SP por década (1970-2010) (em %)	61
Tabela 9 – Acréscimo populacional por Grande Região de Campinas-SP (1991-2000/2000-2010/1991-2010)	62
Tabela 10 – Quantidade de responsáveis por domicílio segundo faixas de rendimento em Campinas-SP (2010)	63
Tabela 11 – População residente em aglomerados subnormais nas Grandes Regiões de Campinas-SP e suas taxas de crescimento ao ano (1991-2000 / 2000-2010)	64
Tabela 12 – População residente em favelas (1991 / 2000 / 2010), porcentagem dessa população em relação à população total e taxa de crescimento ao ano (1991-2000 / 2000-2010) de ssa população na cidade de Campinas-SP (por Macrozonas)	68
Tabela 13 – Área, população, taxa de crescimento ao ano e	73

densidade populacional Administrações Regionais e Subprefeituras de Campinas-SP (2010)	
Tabela 14 – Aumento da população por Administração Regional e Subprefeitura de Campinas-SP entre os anos de 2000 e 2010	75
Tabela 15 – População residente em aglomerados subnormais nos anos de 1991, 2000 e 2010 e taxa de crescimento dessa população para os períodos de 1991-2000 e 2000-2010 de acordo com cada Administração e Subprefeitura de Campinas-SP	76
Tabela 16 – Relação dos núcleos aprovados em Campinas-SP a partir da Lei Municipal 5.079/81	129
Tabela 17 – Favelas, ocupações e loteamentos irregulares com a relação sobre a porcentagem total desses núcleos irregulares por Macrozona de Campinas-SP	132
Tabela 18 – Número de domicílios a serem remanejados e reassentados por Macrozona em Campinas-SP	134
Tabela 19 – Núcleos regularizados a partir da Lei Municipal 11.834/03 até Setembro de 2013 em Campinas-SP	144
Tabela 20 – Fixos públicos existentes na região do Jardim Campo Belo e na região do Parque Oziel em Campinas-SP (2013)	214

ÍNDICE DE QUADROS E ORGANOGRAMA

Quadro 1 – Órgãos públicos responsáveis pela habitação em Campinas-SP (1965-2014)	84
Quadro 2 – Principais políticas habitacionais municipais e nacionais para favelas e ocupações urbanas em Campinas-SP (1972-2014)	91
Quadro 3 – Informações de documento da Secretaria de Habitação de Campinas-SP sobre Projeto de Inclusão Social na Região do Aeroporto Internacional de Viracopos (Vip-Viracopos) – 2007	103
Quadro 4 – Planos, eventos e leis no âmbito da habitação municipal em Campinas-SP (1965-2014)	109
Quadro 5 – Metodologia para realização da regularização fundiária dos núcleos irregulares de Campinas-SP	139
Quadro 6 – Determinações dos requisitos urbanísticos específicos para fins de regularização de áreas de interesse social, a partir da Lei Municipal 11.834/03 de Campinas-SP	142
Quadro 7 – Decretos da prefeitura para a atual região do Parque Oziel em Campinas-SP	173
Organograma 1 – Metodologia de trabalho para regularização dos núcleos irregulares a partir da Lei Municipal 11.834/03 em Campinas-SP	141

ÍNDICE DE MAPAS

Mapa 1 – Região do Parque Oziel em Campinas-SP	13
Mapa 2 – Condomínios e loteamentos murados e bolsões urbanos em áreas rurais em Campinas-SP	31
Mapa 3 – Loteamentos aprovados por década em Campinas-SP (1950-2005)	35
Mapa 4 – Fluxos da população da região do Parque Oziel para acesso aos serviços de saúde em Campinas-SP	217
Mapa 5 – Fluxos da população da região do Parque Oziel para acesso aos serviços de educação em Campinas-SP	221
Mapa 6 – Município de Campinas-SP dividido entre as Administrações Regionais (ARs) com destaque para as regiões e bairros analisados da AR 06	227

ÍNDICE DE FOTOS

Foto 01 – Residencial Marisa no Jardim Campo Belo em Campinas-SP	139
Foto 02 – Início da ocupação na região do Jardim Campo Belo em Campinas-SP (1997)	165
Foto 03 – Equipamento precário de abastecimento de água na região do Jardim Campo Belo em Campinas-SP	167
Foto 04 – Sede da Associação do bairro Campituba / Sede da Associação do bairro Itaguaçu ambas na região do Jardim Campo Belo em Campinas-SP	179
Foto 05 – Cadastro de residência / Pedidos para Administração Regional Convocação de moradores / Documento ‘oficial’/ Pasta com fotos organizadas do lugar	180
Foto 06 – Computadores usados para produzir material informativo na região do Jardim Campo Belo em Campinas-SP	182
Foto 07 – Mural de recado no bairro Jardim Campituba na região do Jardim Campo Belo em Campinas-SP	184
Foto 08 – Associação de Amigos do Bairro do Parque Oziel em Campinas-SP	186
Foto 09 – Lan House na região do Jardim Campo Belo em Campinas-SP	194
Foto 10 – Interior da Rádio Eloy em Campinas-SP	199
Foto 11 – Casas localizadas no bairro Parque Oziel em Campinas-SP	200
Foto 12 – Programação da Rádio Eloy em Campinas-SP	201
Foto 13 – Máquina utilizada para impressão do jornal ‘Em Destaque’ localizada no Jardim Monte Cristo em Campinas-SP	203
Foto 14 – Acima: Lotação no centro de saúde do bairro São José / Abaixo: Precariedade do posto de saúde do bairro Jardim Monte Cristo – Campinas-SP	216
Foto 15 – Ônibus, financiado pela Prefeitura de Campinas, para transportar crianças da região do Jardim Campo Belo para estudar em escolas do município de Vinhedo	225

Quadro de siglas

AR	Administração Regional
AsP	Assembleia do Povo
BNH	Banco Nacional de Habitação
CoHab	Companhia de Habitação
DIC	Distrito Industrial de Campinas
FNHIS	Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
GR	Grande Região
LOM	Lei Orgânica do Município
MCMV	Minha Casa, Minha Vida
PLG	Plano Local de Gestão
PLHIS	Plano Local de Habitação de Interesse Social
PMC	Prefeitura Municipal de Campinas
PMH	Plano Municipal de Habitação
PNH	Política Nacional de Habitação
RAC	Região Administrativa de Campinas
RMC	Região Metropolitana de Campinas
SeHab	Secretaria Municipal de Habitação
SEMURB	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo
SEPLAMA	Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente
SEPLAN	Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano
SFH	Sistema Financeiro de Habitação
SM	Salário Mínimo
UTB	Unidade Territorial Básica

INTRODUÇÃO

Temos a intenção de compreender o processo de periferização da cidade de Campinas-SP resultado de uma *urbanização corporativa* (M. SANTOS, 2008 [1993]) que a caracteriza. Campinas abriga diversas redes globais e, para tanto, vem se reorganizando para incorporar a nova divisão territorial do trabalho baseada na informação (LOJKINE, 1995) ao se destacar como polo tecnológico nacional. Ao mesmo tempo, a cidade conhece acentuada expansão da pobreza nas últimas décadas. Campinas acompanha, assim, o processo de urbanização brasileiro transformando-se nas últimas décadas numa cidade corporativa e fragmentada (M. A. SOUZA, 2008). Nas palavras de M. Santos (2008 [1993], pp. 119 e 120)

Em primeiro lugar, o arranjo espacial das cidades muda, tanto pelo seu tamanho consideravelmente aumentado, como pela sua localização mais dispersa. Mudam, sobretudo, suas funções. As cidades são, de um lado, os elos de uma cooperação e de uma regulação que se devem dar em escala nacional, a serviço das atividades com dimensão nacional, isto é, as grandes empresas e o Estado. Por isso, devem ser localmente equipadas para o exercício dessa vocação 'nacional', indispensável à realização do modelo nacional adotado. As respectivas tarefas, consideradas menos relevantes [como a moradia da população de baixa renda], agregam-se, por necessidade funcional, mas de forma subordinada, às tarefas hegemônicas. A cidade se define segundo as modalidades dessas combinações dependentes do grau de desenvolvimento regional e da amplitude da respectiva divisão territorial do trabalho. As atividades não-hegemônicas são, em geral, deixadas à 'espontaneidade' do mercado. De um ponto de vista político, as atividades centrais, isto é, programadas como condição de êxito para o projeto nacional, são as que interessam ao próprio Estado e às corporações. Essas atividades *centrais* se dispõem em rede e sistema, interessando à totalidade dos núcleos urbanos, não importa onde estejam localizados. É nesse sentido que podemos falar de uma *urbanização corporativa*. (M. SANTOS, 2008 [1993], destaque do original, grifo nosso).

Problematizamos, a partir desse entendimento da urbanização brasileira, a dinâmica do espaço urbano de Campinas, que se moderniza de acordo com as novas exigências dos circuitos globais de produção, dando ênfase à análise das ocupações urbanas que se adensaram no município, a partir da década de 1990, concentradas na Região Sul. Nesta, destacamos as ocupações de terras urbanas da região do Jardim Campo Belo e da região do

Parque Oziel nas quais teve início o projeto mais recente de regularização e urbanização.

As ocupações de terras urbanas, cada vez mais presentes nas metrópoles e grandes cidades do Brasil a partir do final da década de 1970 (RODRIGUES, 1988), são manifestações dessa urbanização corporativa em andamento no país. Entendemos as ocupações urbanas como a rápida ação de construção de moradias em terrenos privados e públicos dentro do perímetro urbano pela população de baixa renda possível por um planejamento prévio para escolha do local, do momento e da forma como ocorrerá a ocupação, para construí-la e para mantê-la (M. L. SOUZA, 2006) possibilitando um novo uso do espaço urbano. Esta forma de habitação na cidade se diferencia das favelas pois estas costumam ocorrer de modo individual e mais lento, com a chegada esparsa de famílias de baixa renda que constroem seu barraco para viver (RODRIGUES, 1988, p. 43). De acordo com estudo de Jacobi (1982, p. 69) o autor afirma que

As invasões [ocupações de terra urbana] tocaram fundo nas raízes da sustentação do sistema econômico e político vigente, pois mexeram com a questão da propriedade privada, tornando inaludível mudanças na legislação do uso da terra e colocaram em pauta dois temas contrapostos: o de direito à habitação e o do direito à propriedade. A visão clássica assegura ao proprietário o direito de usufruto da propriedade e sob essa ótica as ocupações representam violação grave. Entretanto, as inaceitáveis condições de vida dos pobres das cidades, que um sistema socialmente desigual não fez senão acentuar, modificam o enfoque da questão.

Entendemos ainda as ocupações urbanas como formas-conteúdo reveladoras da crise profunda em que vive a sociedade brasileira, devido a uma histórica estrutura sócio-espacial desigual que tem como um de seus pilares a valorização sem controle do espaço urbano – voltada a atender os interesses do capital e corroborada pelo Estado (CORRÊA, 2000).

O alargamento do processo de globalização nas décadas de 1990 e 2000, atrelado ao adensamento do meio técnico-científico-informacional (M. SANTOS, 1994) em pontos privilegiados do território, veio aprofundar as condições de crise que estruturam as cidades brasileiras: concentração de renda, concentração fundiária, escassez de terras para moradias populares, acentuada especulação imobiliária, desemprego, ausência de serviços básicos e precarização daqueles serviços existentes, entre outros fatores. Neste contexto,

intensificam-se e atualizam-se a periferização, a segregação e o empobrecimento, principalmente nas grandes aglomerações urbanas do país (RODRIGUES, 1988; M. SANTOS, 1990).

Ao analisarmos a história das sucessivas transformações do espaço campineiro nota-se a constituição de uma importante densidade técnica, científica e informacional (M. SANTOS, 1994, 1996) ao longo do século XX. Campinas participa ativamente da nova divisão territorial do trabalho fundada na variável informação, acolhendo objetos (formas geográficas) e ações (com destaque para as normas) condizentes com esta nova vaga de modernizações. A cidade é hoje lugar para diversas redes privadas e públicas que perpassam o território brasileiro e um centro de informações científicas e econômicas. Nas palavras de A. Santos (2002, p. 25), em estudo específico sobre Campinas, o autor indica que

A década de 80 e começo dos anos 90 exacerbou ainda mais na cidade a estratégia de determinação heteronomia de grandes obras públicas, em cuja órbita circulou o capital imobiliário local. Desenvolvendo-se, deste modo, um mecanismo de transferência de renda de outros setores produtivos da sociedade para um restrito conjunto de proprietários imobiliários, sob a forma de valorização da terra, fazendo da cidade um lugar privilegiado de oportunidades de negócio para certas frações do capital.

De maneira indissociável a essa modernização de partes das cidades intensifica-se a periferização da população de baixa renda; indissociabilidade característica da urbanização corporativa. Hoje, Campinas está entre as quinze cidades brasileiras com maior número absoluto de população residente em favelas e ocupações (IBGE, 2010). Configura-se um espaço urbano que abriga as modernizações, mas incapaz de responder às necessidades de grande parte da sua população e, desse modo, reproduzidor de uma pobreza estrutural (M. SANTOS, 2000b).

Com base em Cano & Brandão (2002), Mestre (2009) e Bisneto (2009), entendemos que Campinas passou por três períodos de periferização da população de baixa renda comandados, em grande parte, pelo contínuo processo de industrialização e modernização da cidade, logo, permitindo que ela se adaptasse às exigências dos novos paradigmas econômicos. O primeiro período de periferização tem início na década de 1940 e vai até o

final de 1960; o segundo se estende de 1970 a 1990; e o terceiro data da década de 1990 e se mantém até hoje, e é o período marcado pela instalação de grandes ocupações de terras urbanas.

Enfatizamos que é nas metrópoles e grandes cidades dos países periféricos que a possibilidade do conflito entre os agentes hegemônicos, impulsionadores da globalização, e os agentes hegemonzados ganha densidade já que “a cidade é um grande meio de produção material e imaterial, lugar de consumo, nó de comunicação.” (M. SANTOS, 2009a, p. 118). E a luta pela acessibilidade à moradia e o direito à cidade (LEFEBVRE, 1969) é uma das formas de manifestação desse conflito.

Há, pois, desigualdade no acesso à terra urbana que pode ser compreendida a partir do estudo dos agentes sociais urbanos, elencados por Corrêa (2000) como proprietários dos meios de produção, proprietários fundiários, Estado e a sociedade organizada. Dentre esses, damos destaque na pesquisa ao estudo da sociedade organizada, através das Associações de Moradores do Bairro que depende em grande medida da ilegalidade/irregularidade para ter uma moradia.

Compreendemos, como já dito, que se destaca em Campinas uma importante densidade técnica, informacional e comunicacional. As duas primeiras são compreendidas, de acordo com M. Santos (1996, p. 203), como os diversos graus de artifício e de exterioridade, enquanto a densidade comunicacional refere-se ao “tempo plural do cotidiano partilhado, é o tempo conflitual da co-presença” (ibidem). Com base nisso, distinguimos na metrópole e nas grandes cidades corporativas os *espaços luminosos* que se caracterizam em contraposição aos *espaços opacos*. De acordo com M. Santos & M. L. Silveira (2001, p. 264) consideramos que:

espaços luminosos [são] aqueles que mais acumulam densidades técnicas e informacionais, ficando mais aptos a atrair atividades com maior conteúdo em capital, tecnologia e organização. Por oposição, os subespaços onde tais características estão ausentes seriam os espaços opacos. Entre esses extremos haveria toda uma gama de situações.

Campinas apresenta uma forte separação entre os espaços luminosos e os espaços opacos. Pode-se dizer, grosso modo, que há uma região Norte rica e uma região Sul pobre (CANO & BRANDÃO, 2002). A Macrorregião Sul do município se constitui numa extensa

zona opaca da cidade. E é nela que se localizam as duas grandes ocupações de terras urbanas que analisamos nessa pesquisa, o Parque Oziel e o Jardim Campo Belo, e que podem ser visualizadas na Figura 1 abaixo.

[illegible]

Elaboração: Helena Rizzatti Fonseca (2014)

Essa pobreza, como ocorre em diversas metrópoles do país, se reflete na organização e no uso do território. Na Macrorregião Sul, onde se concentra a pobreza, estão localizadas as maiores ocupações de Campinas. Essa área contém a maior parte da população que deve ser atingida pela lei municipal de regularização do solo urbano (Lei 11.834), implantada no ano de 2003, e que teve como grande impulsionador para sua formulação e implantação o Estatuto da Cidade. Devido à promulgação desta Lei Federal e de outros impulsos, como o chamado 'caos aéreo' nacional e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), foi iniciado, em 2006, o projeto social Vip Viracopos, em parceria com o governo federal. Esse projeto atingiu as duas regiões analisadas e deu início ao processo de regularização e reurbanização de ambas.

Entendemos que as densidades técnicas, informacionais e comunicacionais se dão nos lugares em diferentes graus de intensidade, constituindo historicidades singulares que auxiliam na compreensão da dinâmica urbana contemporânea (RIBEIRO, 2011). Para isso, adentramos a 'situação geográfica' dos lugares² (SILVEIRA, 1999). E consideramos que a ação do poder público municipal de regionalizar a cidade para fins de planejamento reproduz essa organização do território em prol dos agentes hegemônicos constituindo o que denominados a regionalização como ferramenta (RIBEIRO, 2004b), em detrimento da regionalização como fato sobre a qual tivemos que explicar para compreender a Região Sul de Campinas que estudamos.

Nas ocupações ocorrem ações com grande capacidade de resistência³ ao funcionamento ideal do mercado imobiliário da cidade em que se instalam; alteram a dinâmica de valorização e desvalorização dos terrenos urbanos. Além disso, as populações residentes nessas ocupações precisam criar e improvisar formas de adquirir água, sistema

² De acordo com a autora (SILVEIRA, 1999, p. 22) “uma situação geográfica supõe uma localização material e relacional (sítio e situação), mas vai além porque nos conduz à pergunta pela coisa que inclui o momento da sua construção e seu movimento histórico.”. E para tal, é preciso dar ênfase ao conjunto dos eventos geografizados no lugar. Os eventos geográficos, de acordo com M. Santos (1999, p. 86), são “Os movimentos da sociedade, atribuindo novas funções às formas geográficas, transformam a organização do espaço, criam novas situações de equilíbrio e ao mesmo tempo novos pontos de partida para um novo movimento. Por adquirirem uma vida, sempre renovada pelo movimento social, as formas – tornadas assim formas-conteúdo – podem participar de uma dialética com a própria sociedade e assim fazer parte da própria evolução do espaço.”

³ Entendemos as resistências como as ações que “tanto pode ser difusa – como na irreverência do humor anônimo que percorre as ruas, nos ditos populares, nos grafites espalhados pelos muros da cidade – quanto localizada nas ações coletivas ou grupais. Não nos referiremos às ações deliberadas de resistência (...), mas a práticas dotadas de uma lógica que as transforma em atos de resistência.” (CHAUI, 1993, p. 63).

de despejo de esgoto, luz elétrica, entre outras necessidades para a sobrevivência. Essas resistências, as quais chamaremos nesse trabalho de contra-racionalidades (M. SANTOS, 1996), são necessárias devido à rarefação dos sistemas de engenharia nos diversos meio ambientes construídos das grandes cidades e metrópoles, ou seja, constituem-se contra-racionalidades nos limites da racionalidade do sistema econômico e político hegemônico.

Pretendemos assim, compreender o processo de urbanização contemporâneo no qual se constituem cidades e metrópoles corporativas e onde vive, e em certa medida constrói essas cidades, a população pobre que sobrevive através de improvisos, criatividade e resistências apropriando-se de modo inovador da cidade e das possibilidades que a cidade oferece. Para entendermos as resistências e insurgências antigas e novas para sobreviver nas desigualdades sócio-espaciais das grandes cidades brasileiras, nos seus espaços opacos, é necessário dar ênfase à análise do lugar e do saber local (M. SANTOS, 1999).

Para delimitarmos o lugar precisamos, então, compreender as verticalidades e as horizontalidades que o constituem possibilitando uma delimitação momentânea das regiões para estudá-las. Com base em M. Santos (1996; 2003) compreendemos as verticalidades como os objetos e as ações implantados no território a partir e em prol dos agentes hegemônicos do processo de globalização em vigor; organizam-se redes mundiais entre os pontos luminosos do espaço geográfico, as verticalidades. Enquanto as horizontalidades tratam das relações do espaço contíguo, do cotidiano e da comunicação passíveis de constituir o lugar e a força dos homens do tempo lento.

Com base nisso, iniciamos esse estudo discutindo os grandes investimentos corporativos na cidade de Campinas que ditam as verticalidades que (des)organizam o espaço urbano em prol das grandes empresas nacionais e mundiais e das elites urbanas locais: o II Polo de Desenvolvimento de Alta Tecnologia de Campinas, instituído em 1996; a expansão do Aeroporto Internacional de Viracopos, iniciada em 2008; e a disseminação dos condomínios e loteamentos murados, a partir da década de 1990 até hoje. Todas essas verticalidades alteram a dinâmica urbana principalmente ao ditarem a agenda política local, ou seja, as necessidades de infraestrutura urbana e de legislação voltadas à implantação ou expansão desses fixos urbanos são atendidas com mais atenção e rapidez do que as necessidades sociais em geral.

As horizontalidades se dão através do cotidiano do lugar, logo, exigem uma análise

pormenorizada e atenta da vida de relações que se constitui, no caso, nas ocupações de terras urbanas, objeto de nosso interesse nesta pesquisa. Para estas permanecerem são necessárias comunicação, cooperação, saber local, enfim, um conjunto de conexões que pode levar a constituição de uma força *ascendente* em contraposição à força *descendente* das verticalidades.

Para análise das horizontalidades é preciso, então, compreender o cotidiano e a comunicação⁴ (constituidora da densidade comunicacional) das regiões estudadas possibilitando “pensar o espaço geografia na sua possibilidade existencial (cotidiano praticado) na escala da vida coletiva horizontal” (C. A. SILVA, 2014, p. 14). De acordo com Lefebvre (1980, p. 250) “O cotidiano possui o privilégio de arcar com o fardo mais pesado. Se o poder ocupa o espaço que gera, o cotidiano é solo sobre que se erigem as grandes arquiteturas da política e da sociedade”. Para isso, buscamos entender primeiramente como as ocupações urbanas estudadas se instalaram; como construíram a região através da instalação improvisada da infraestrutura urbana; como se organizam politicamente a partir das Associações de Moradores do Bairro; e como produzem outras contra-racionalidades através da produção e difusão de *informação ascendente*⁵ e dos fluxos que organizam para acessar os fixos públicos de saúde e educação. O cotidiano dessas áreas é, pois, fruto de saber local e da ação comunicativa capazes de criar um outro planejamento urbano e, também, a cultura popular⁶ (CHAUÍ, 1993).

As regiões estudadas foram ocupadas, simultaneamente, nos meses de Fevereiro e Março de 1997. Os líderes sabiam dessa sincronia, porém não houve um planejamento voltado à união das ações de ocupação mas essa característica leva, mais uma vez, a

⁴ Segundo Sodré (1999, p. 11), o conceito de comunicação sinaliza para os espaço-tempo plurais e a proximidade entre os agentes: “diz-se comunicação quando se quer fazer referência à ação de por em comum tudo aquilo que, social, política ou existencialmente, não deve permanecer isolado”.

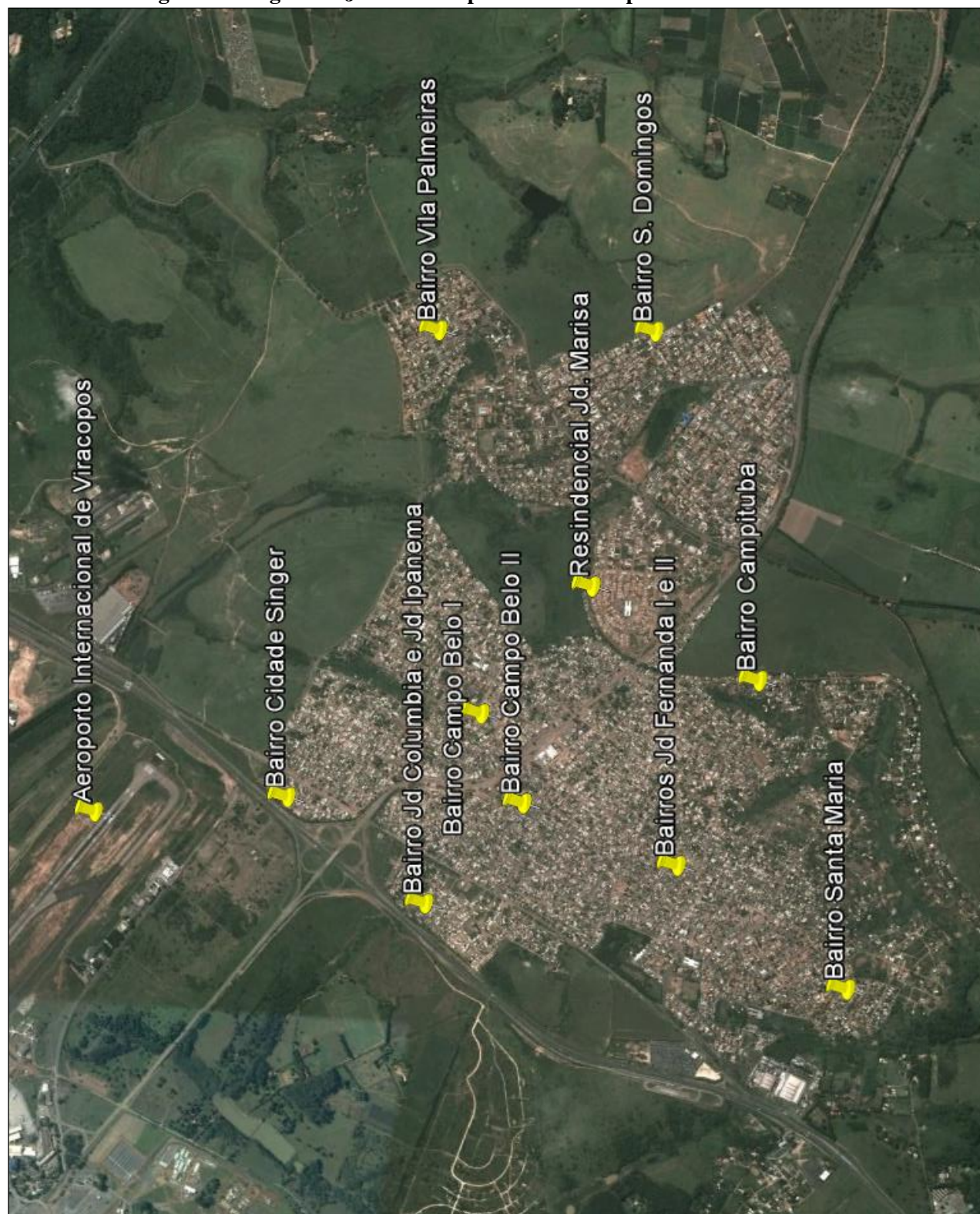
⁵ Consideramos, a partir de M. Santos (2000a [1987]; 2000b) e A. B. Silva (2005), que o saber local e a comunicação são importantes elementos constituidores dos *círculos de informação ascendentes* por partirem do lugar e do cotidiano; enquanto os *círculos de informação descendentes*, produzidos pelo Estado e pela mídia corporativa, estão diretamente relacionados à dotação no território de tecnologias da informação que permitam a chegada desses círculos nas diferentes parcelas da cidade e são transmissores da ideologia hegemônica.

⁶ Segundo Chauí (1993), a cultura popular caminha para toda manifestação que a cultura dominante quer esconder, como a desigualdade social e as contradições entre as classes sociais. A cultura popular se contrapõe à cultura de massas que reduz a população a um apanhado amorfo de indivíduos sem vontade, num processo que substitui os sujeitos sociais pelos objetos sócio-econômicos.

compreensão da grande quantidade de pessoas sem acesso à moradia na cidade. Ambas se deram através da previa organização das lideranças sociais da cidade, que tinham conhecimento da ociosidade desses grandes loteamentos de terrenos privados. Inicialmente os líderes tiveram auxílio do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) para o momento da ocupação: foi necessário um alto contingente de pessoas para realizar atividades de muito consumo de energia, como carpir o mato e montar os barracos com rapidez. Para a manutenção dessa estrutura inicial da ocupação as próprias lideranças se organizaram e contaram com a ajuda da população ocupante e algumas parcelas da sociedade de Campinas como, por exemplo, aquelas ocupadas com as redes de distribuição de frutas e verduras que doam alimentos, com a doação de remédios, sopas comunitárias doadas por instituições religiosas e por moradores dos bairros próximos a essas ocupações majoritariamente de baixa renda, entre outros.

A região do Jardim Campo Belo é composta hoje por dezenove bairros (relativamente homogêneos entre si), tem aproximadamente cinquenta mil pessoas, está distante quinze quilômetros do centro da cidade, foi loteada no final da década de 1950 e se manteve desocupada até a ocupação. Apenas um bairro se constituiu desde então e de forma regular, o Jardim São Domingos. A maior parte dos loteamentos dessa área da cidade foi mantido vazio com fins de uso para a futura expansão do Aeroporto Internacional de Viracopos. A redefinição da área para expandir esse macrofixo de transporte ocorreu na década de 1970 e a expansão, propriamente, teve início apenas em 2008. Nesse entremeio ocorreu a ocupação e o adensamento populacional da área. Na Figura 2, abaixo, apresentamos essa região.

Figura 2 – Região do Jardim Campo Belo em Campinas-SP



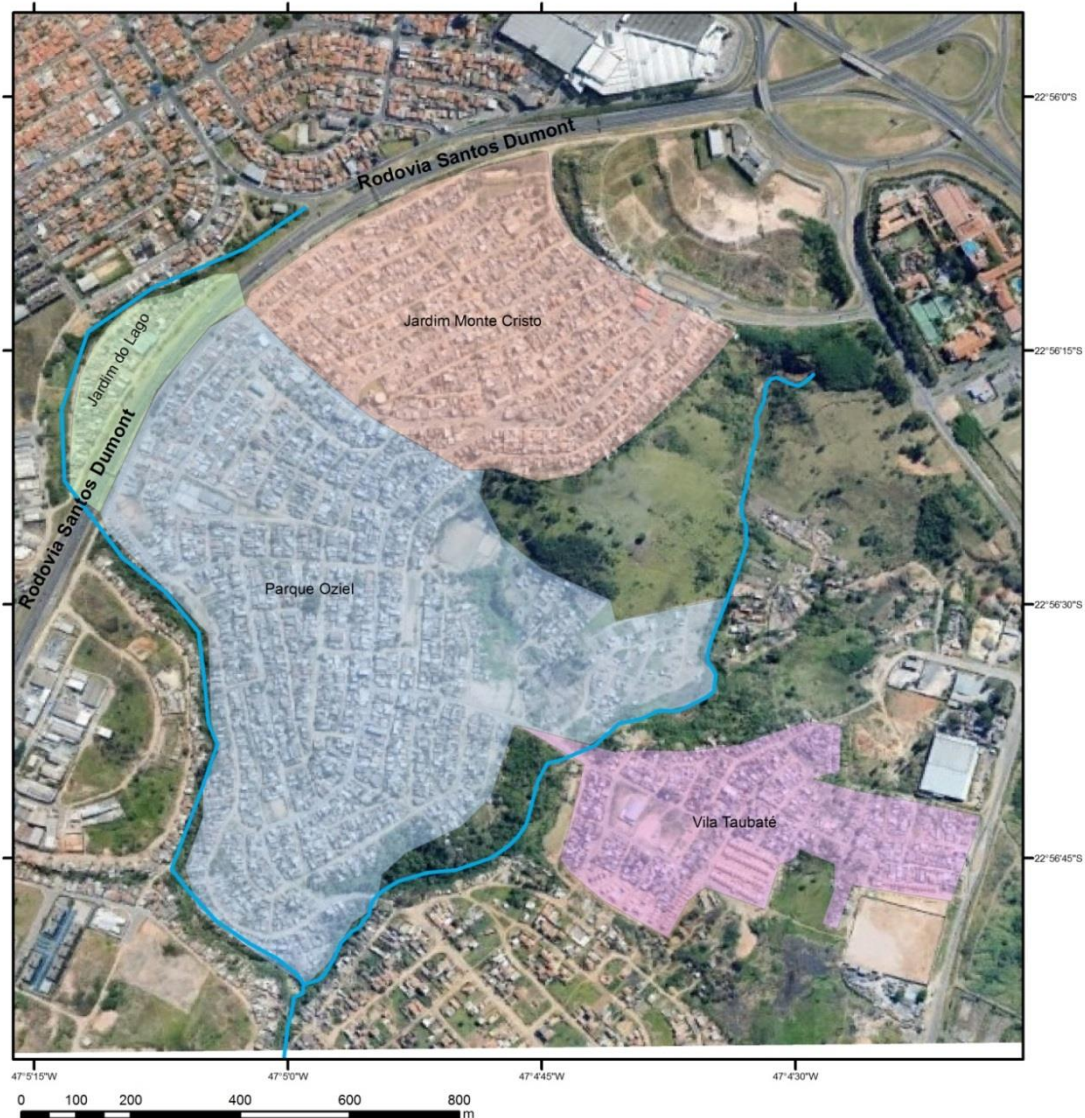
Fonte: Google Earth

Elaboração: Helena Rizzatti Fonseca (2014)

A região do Parque Oziel, por sua vez, é composta por quatro bairros (bastante heterogêneos entre si) e conta com aproximadamente trinta mil pessoas; foi loteada no início da década de 1980, está distante apenas cinco quilômetros do centro da cidade e seu parcelamento dos lotes era de terrenos de grandes proporções, logo, voltados para a implantação de imóveis comerciais ou residenciais de alto padrão. Na madrugada em que ocorreu a ocupação dessa área os ocupantes construíram, em poucas horas, uma igreja e uma escola em busca de intimidar o poder público local a passar com tratores em cima da ocupação. O início da formação do Parque Oziel é mais tensa politicamente e mais violenta em relação ao Jardim Campo Belo. Tal fato se deve, principalmente, pelo potencial de valorização imobiliária devido à localização, próxima do centro da cidade, e ao fácil acesso à Rodovia Anhanguera e à Rodovia Santos Dumont. Nos primeiros seis meses da ocupação foram mortos quatro líderes da região. Além disso, por ser contínua à malha urbana, logo, rodeada por bairros já constituídos, faltam áreas para a instalação de fixos públicos.

Esses fatos não se repetem na região do Jardim Campo Belo que se localiza numa área até pouco tempo desvalorizada pelo mercado imobiliário, descontínuo à malha urbana de Campinas, no limite do perímetro urbano e dentro do cone de ruídos do aeroporto. No Mapa 1, a seguir, apresentamos essa região.

Mapa 1 – Região do Parque Oziel em Campinas-SP



Campinas - Região do Parque Oziel			
Legenda			
	Córrego Taubaté	Bairros	 Jardim Monte Cristo  Parque Oziel  Jardim do Lago  Vila Taubaté
	Data: Março/2014	Escala: 1:10000	Fonte: Imagem: Google Earth / 2014 Levantamento Próprio
Elaboração Cartográfica: Raphael Curioso		Coordenação: Helena Rizzatti Fonseca	

Os bairros Parque Oziel e Jardim Monte Cristo são os maiores bairros da região que possuem mais infraestrutura urbana e todos os serviços urbanos disponíveis, especificamente, nessa parcela no território campineiro. O bairro Jardim do Lago é um grande loteamento, porém a parcela que consideramos que compõe o que denominamos como região do Parque Oziel é uma pequena área de preservação ambiental, ao redor do córrego Taubaté, que foi ocupada no início da década de 1990. Consideramos que esse bairro faz parte da região do Parque Oziel porque sua população utiliza os fixos públicos dos bairros Parque Oziel e Jardim Monte Cristo e devido ao reassentamento das famílias desse bairro para o conjunto habitacional construído no bairro Vila Taubaté. Essa parcela do Jardim do Lago não possui sistema de abastecimento de água, rede de esgoto e asfaltamento. O bairro Vila Taubaté, mais conhecido como Gleba B, como era chamado até o início do processo de regularização, não possui nenhum serviço urbano e vem sendo instalada sua infraestrutura urbana devido à construção do conjunto habitacional que abrigará todas as famílias que residem hoje nesse bairro.

No ano de 2003, é regulamentada a Lei Municipal 11.834 que dispõe sobre a regularização do solo urbano de Campinas de áreas irregulares ocupadas até o dia 30 de Junho de 2001, por terem sido excluídas de atendimento quando da promulgação da Lei Orgânica do Município de 1990. Essa nova Lei favoreceu a regularização fundiária de diversas ocupações de acordo com o explicitado no Estatuto da Cidade. Interessa-nos averiguar nesse estudo as ações do poder público municipal para realizar tais regulamentações e, para tal, analisaremos o processo de regularização das regiões do Parque Oziel e do Jardim Campo Belo. Problematisamos, assim, o modo como uma grande parcela da cidade de Campinas se constitui através da permanência das ocupações de terras urbanas.

Sobre a existência dessas resistências e horizontalidades nas grandes cidades e metrópoles da América Latina, Ribeiro (2006, p. 29) nos diz que

Há, sim, insurgência contra o modo de vida proposto pela gestão neoliberal da cidade e recusa da exclusão associada à produção da cidade para o mercado. Nesta insurgência que tanto pode ser explosiva quanto surda e cotidiana, conjugam-se identidades apenas esboçadas e valores tradicionais; ação organizada e ação espontânea; conquista de território e movimentos culturais; táticas de sobrevivência e indignação pela morte de

crianças e jovens; ação isolada e fenômenos de multidão; sensibilidade e razão. (...) uma outra sistematicidade encontra-se em gestação no presente, envolvendo o aprendizado das ruas, a vitalidade dos espaços opacos, novas linguagens e formas de comunicação.

Destaca-se, desse modo, a densidade comunicacional, diferentemente das densidades técnica e informacional, uma vez que essas contra-racionalidades estão mais ligadas ao lugar, ao cotidiano, ao saber (M. SANTOS, 1996). M. Santos e M. L. Silveira (2001, p. 101) entendem que o trabalho comum no lugar, a partir da densidade comunicacional, é um dado transformador na medida em que revela “interesses comuns que podem conduzir a uma consciência política”. E demonstramos isso no decorrer desse estudo.

A manifestação lugarizada (ALVES, 2013, p. 127) pode ser abordada a partir das noções de tempo lento e tempo rápido, propostas por M. Santos (1994). O autor explica que o tempo rápido é o tempo das firmas, das instituições e dos indivíduos hegemônicos e que os agentes hegemonzados constituem o tempo lento. M. Santos (1994, p. 81) desenvolve a hipótese de que “a força dos fracos é seu tempo lento”. Os indivíduos do tempo lento, que são a nação verdadeiramente ativa, e que residem em áreas desprovidas de bens e serviços sociais, marginais devido a sua imobilidade econômica diante da globalização, acabam por tornar-se “mais velozes na descoberta do mundo”, residindo aí sua força (M. SANTOS, 1994, Pp. 84 e 85). Como resultado, distintas e diversas temporalidades constituem-se em coexistência e constroem as cidades.

No primeiro capítulo analisamos o processo de urbanização de Campinas a partir dos empreendimentos conectados aos circuitos globais de produção e à produção da cidade para as classes de alta renda, nas décadas de 1990 e 2000, damos enfoque nos condomínios fechados para analisar a dinâmica imobiliária da cidade; na sequência elaboramos um histórico da periferização da cidade e atualizamos os dados no Censo Demográfico do IBGE, de 2010; e finalizamos o capítulo com a análise da fragmentação da cidade que nos mostra uma pobreza planejada pelo poder público local, concentrada na Macrorregião Sul –

destacamos a fragmentação causada pelas diversas regionalizações do planejamento territorial que dificultam em grande medida a compreensão e a leitura de dados para um 'diagnóstico' da cidade como um todo.

No segundo capítulo focamos as políticas públicas habitacionais com ênfase nas ocupações de terras urbanas. Iniciamos apresentando os complexos órgãos que constituem a política habitacional local desde a criação da Cohab-Campinas, no ano de 1965. No primeiro item tecemos uma síntese das principais políticas habitacionais locais com ênfase na ação da Cohab-Campinas, que se apresenta com destaque entre os agentes responsáveis pela atual estrutura da periferia pobre da cidade, e na ação da Secretaria de Habitação Municipal, criada em 1993. Na sequência expomos a história da Assembleia do Povo de Campinas devido a sua importante ação na urbanização da cidade e para a constituição de lideranças e lutas em busca acesso à moradia. Por fim, apresentamos de modo sintético as atuais políticas nacionais de habitação que levaram à implantação do Programa de Urbanização de Assentamentos Precários, do PAC, que atingiu as duas regiões analisadas. No segundo subcapítulo fazemos a análise do Plano Municipal de Habitação, resultado das políticas mais recentes de habitação em âmbito federal; apresentamos a Lei Municipal 5.079/81, penúltima lei de regularização do solo da cidade e que foi elaborada pela Assembleia do Povo e, finalizamos, com o debate sobre aplicação da última lei de regularização, a Lei Municipal 11.834/03.

No terceiro capítulo analisamos as contra-razionalidades necessárias para a constituição e manutenção das ocupações estudadas. Para tal, primeiro descrevemos o processo de construção das infraestruturas urbanas desde o momento da ocupação até os dias atuais em ambas regiões; na sequência, apresentamos as Associações de Moradores de Bairros das áreas estudadas por permitirem a compreensão da norma do lugar e da importância da densidade comunicacional; apresentamos, ainda, a produção e a difusão das informações ascendentes nas regiões diretamente relacionadas à ação comunicacional; e, por fim, expomos os fluxos trilhados pelas populações dos lugares estudados para terem acesso aos serviços de saúde e educação em busca de compreender um pouco mais o cotidiano e o uso do território a partir das ocupações de terras urbanas da região do Parque Oziel e do Jardim Campo Belo em Campinas.

Apesar do período recortado para essa pesquisa ser de 1990 até 2014, serão

retomados no primeiro e no segundo capítulos períodos de tempo anteriores quando considerarmos necessário para o entendimento das questões analisadas.

CAPÍTULO 1 – A URBANIZAÇÃO CORPORATIVA DE CAMPINAS-SP A PARTIR DE 1990 ATÉ OS DIAS ATUAIS

1.1. A cidade corporativa: o II Polo de Alta Tecnologia de Campinas e a expansão do Aeroporto Internacional de Viracopos

A cidade de Campinas apresenta importante função econômica no Estado de São Paulo (CANO & BRANDÃO, 2002) e destaca-se nacionalmente em virtude de um parque industrial de grandes proporções que vem sendo instalado na cidade a partir do século XX, tendo como elemento fundamental da sua atual pujança industrial e econômica o processo da 'desconcentração concentrada' (LENCIONE, 1994⁷), a partir da década de 1970. Nesse sentido, a cidade se atualiza na divisão territorial do trabalho como um dos mais importantes polos de alta tecnologia do país, como centro de produção e distribuição de tecnologia (R. SANTOS, 2000).

Como explica M. Santos (2009a [1994], p. 126) numa análise geral da dinâmica da divisão social e territorial do trabalho

Como a divisão social do trabalho e a divisão territorial do trabalho dependem, em proporção crescente, de decisões políticas, o presente e a evolução futura das cidades dependem, em proporções semelhantes, do papel que, na economia, cabe aos atores do jogo político, segundo diferentes níveis, e da forma como, respondendo a essas determinações, o espaço urbano é, a cada momento, reorganizado. (...). A importância desse tipo de enfoque sobressai tanto mais quando o Estado intervém, direta ou indiretamente, nas relações de trabalho, estimula de forma seletiva e frequentemente discriminatória as diversas atividades, estabelece os usos do solo, impondo regalias e interdições, e cria, até mesmo, zonas especiais, como os distritos industriais ou as próprias

7 De acordo com a autora (LENCIONE, 1994, p. 56 e 57) “A nível de governo local, muitos municípios interioranos passaram a oferecer uma série de incentivos visando atrair indústrias. Um grande número de prefeituras elaborou diretrizes para atrair estabelecimentos industriais para seus municípios. Estes esforços, conhecidos como 'Políticas de atração industrial', em grande parte ofereciam isenção de impostos e taxas municipais, ressarcimento de gastos com infra-estrutura, terrenos. Nestes anos, muitos distritos industriais foram criados através de empréstimos municipais, o que acarretou endividamento de muitas dessas prefeituras. Segundo Wilson Cano, estas prefeituras gastaram 'o que tinham e o que não tinham para subsidiar a vinda de capital produtivo'. A política de descentralização industrial significou, sobretudo, dispersão abrangendo um raio de cerca de 150km a partir da capital e, indo além desta distância, ao longo dos principais eixos rodoviários. A presente dispersão não nega os processos históricos de concentração industrial no território paulista, mas reforça a expansão da metrópole como condição e elemento desse processo. (...) poderíamos afirmar que as recentes transformações da indústria paulista mantiveram a tendência à aglomeração industrial (...), com destaque para a Região Administrativa de Campinas”.

Regiões Metropolitanas. Cada parcela do território urbano é valorizada (ou desvalorizada) em virtude de um jogo de poder exercido ou consentido pelo Estado. (M. SANTOS, 2009a, p. 126)

A reconcentração industrial descrita por Lencione (1994) atinge a Região Administrativa de Campinas⁸ (RAC) e a Região Metropolitana de Campinas⁹ (RMC) devido a “sua invejável infra-estrutura – rodovias, ferrovias, aeroportos, gasoduto -, a qual lhe assegura a articulação com os principais mercados e cidades brasileiras, associada à presença de moderno parque industrial e à variada gama de instituições de ensino, contribuíram para que a região recebesse grande parte dos investimentos mais intensivos em tecnologia realizados no país nos últimos dez anos [1995-2005]. As empresas já instaladas no município e na região [RMC] constituem um ambiente extremamente favorável à atração de novas unidades empresariais.” (CAIADO & PIRES, 2006, p. 292).

De acordo com os dados da Fundação Seade, de 2010, a cidade possui o 13º. maior PIB nacional, com o total de R\$36,6 bilhões que é superior a 73,7% em relação à média do país. Dentro do próprio Estado, Campinas possui PIB inferior apenas à capital paulistana. Apesar desse importante peso da produção industrial do município, a principal função econômica da cidade está no setor de serviços e comércio, responsável por 73,4% do Valor Adicionado Fiscal (VAF), em 2010, equivalente a mais de R\$ 20 bilhões; enquanto o setor da indústria fica em segundo lugar com 26,4% do VAF municipal. De acordo com a análise do Plano Municipal de Habitação “os dados para serviço refletem a ampliação e consolidação das instituições de ensino e pesquisa, a ampliação da oferta de serviços profissionais (médicos, dentistas, advogados) e de serviços voltados para empresas (consultoria, contabilidade, propaganda, marketing etc.) no município. Mas também refletem a terceirização de muitos postos relacionados a indústria, como o de vigilantes, por exemplo.” (PMH, 2011, p. 60). Destaca-se no Plano Municipal de Habitação que “todo esse crescimento de setores de serviço e comércio tem contribuído para **dinamizar o setor imobiliário** e reforçado o papel [de Campinas] de pólo regional.” (PMH, 2011, p. 61, grifo do original).

8 Composta por 90 municípios e com população equivalente a 15% do Estado de São Paulo (IBGE, 2010).

9 Composta por 19 municípios e 6% da população do Estado de São Paulo (IBGE, 2010).

Dentre as regiões economicamente mais dinâmicas do Estado de São Paulo, Campinas tem primazia como polo nacional de alta tecnologia. De acordo com R. Santos (2000), a cidade era a segunda maior patenteadora de inovações tecnológicas do país através da Universidade Estadual de Campinas e acolhe, além de cinco universidades e seis faculdades, centros de pesquisa antigos e novos de destaque nacional como: o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da Telebrás, a Fundação Centro Tecnológico para Informática (CTI), o Instituto Agrônômico de Campinas (IAC), o Instituto de Tecnologia de Alimentos, o Laboratório Nacional Síncontron, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA).

Há dois Polos de Desenvolvimento de Alta Tecnologia existentes na cidade, ambos coordenados pela CIATEC (Companhia de Desenvolvimento do Polo de Alta Tecnologia de Campinas), instituição de economia mista (com 99,54% de propriedade da Prefeitura e 0,46% de empresas privadas). O I Polo foi criado em 1981, marcando o período da 'desconcentração concentrada'. Já o II Polo foi implantado, em 1995, através da Lei Municipal 8.252, regulamentada pelo decreto n. 16.370, no ano de 2008, que dispõe sobre o uso e ocupação da terra urbana para as empresas de desenvolvimento de alta tecnologia. O incentivo a essa indústria de alta tecnologia demonstra seu caráter perverso¹⁰ ao ser combinado com a Lei Municipal n. 12.653, de 2006, regulamentada pelo decreto n. 15.841, em 2007, que dispõe sobre o incentivo fiscal para empresas de pesquisa e desenvolvimento que se instalem na cidade.

De acordo com apresentação da própria CIATEC, de 2009, havia aproximadamente quatro mil empregos diretos, e dois mil estágios, nas 36 empresas instaladas naquele momento. Dentre elas constam: GlobalTech: Hewlett Packard/Venturus, Northern Telecom, Eldorado Instituto de Pesquisa e Laboratório Nacional de Luz Síncontron. Desde então, há mais cinco novas empresas de grande porte: CARGILL P&D, Centro P&D Natura Cosméticos, Centro Tecnológico do Exército Brasileiro, Instituto Wernher von Braun e Centro de Ciência e Tecnologia do Bioetanol. Além dessas empresas, há os centros de

¹⁰ Consideramos perverso esse mecanismo de incentivo fiscal por se voltar apenas para as empresas de alto valor agregado, como é o caso das indústrias de tecnologia de ponta, enquanto as industriais e serviços de baixo valor agregado e com maior capacidade de empregar mão de obra desqualificada não recebem o mesmo investimento.

pesquisa e desenvolvimento diretamente relacionados à Unicamp e que também constituem esse II Polo. São eles: o Centro Avançado de Estudos e Pesquisas (CAEP), o Centro de Pesquisas Químicas, Biológicas e Agrícolas (CPQBA), o Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM), o Centro de Pesquisa & Desenvolvimento (CpqD). Por fim, há ainda a central da América Latina do Banco Santander instalada nesse Polo. Com uma área próxima a 80 Km² (maior que o I Polo) estima-se o envolvimento de uma população de 50.000 pessoas ainda nesta década (SEMURB/SEPLAN).

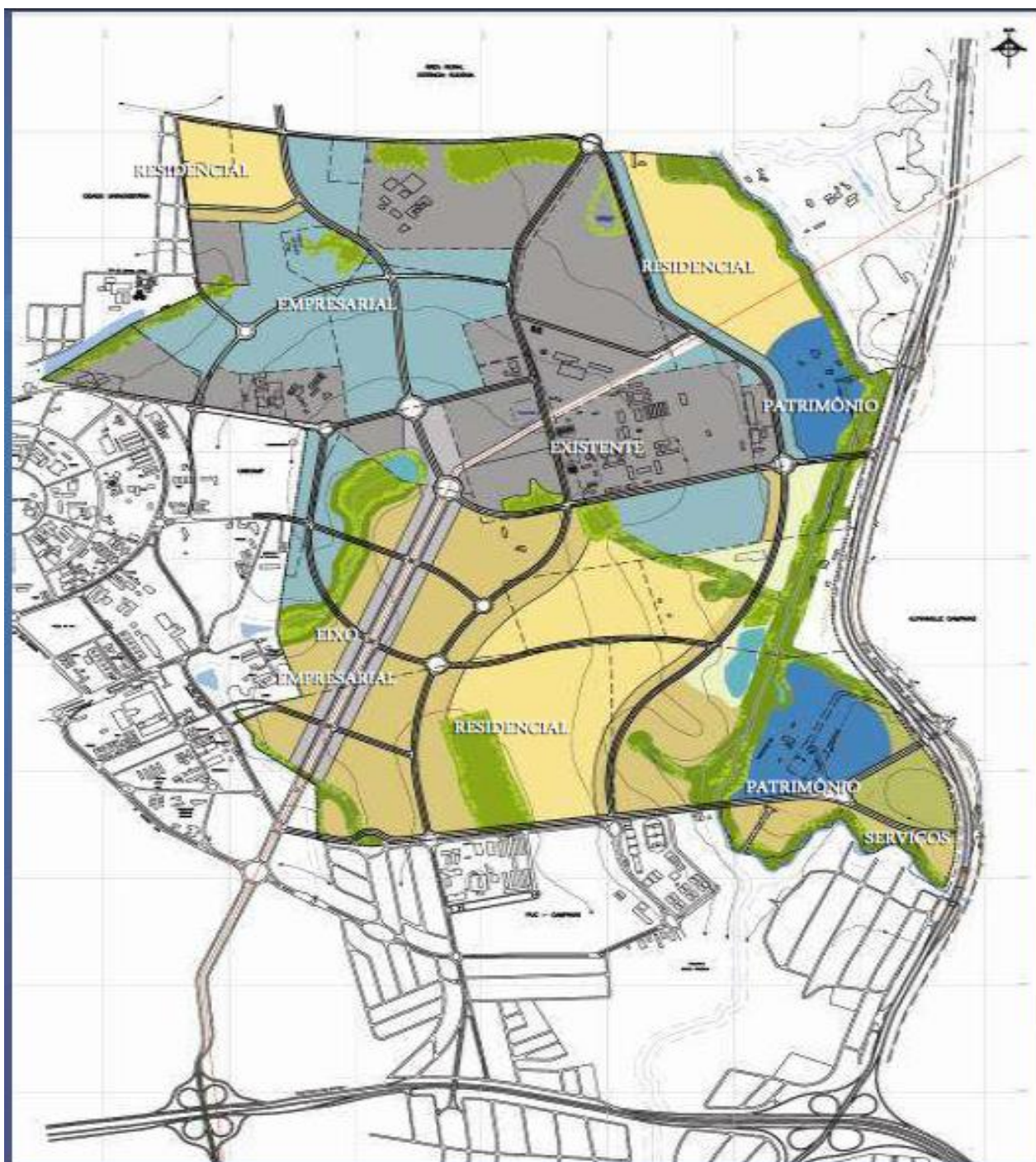
Esses dois polos são conectados pela Rodovia Dom Pedro I (SP-065), e se localizam no eixo Norte da cidade onde também estão a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e um dos campus da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCCAMP). Trata-se do eixo em que se concentram as classes mais altas e de maior nível educacional da cidade, como analisaremos mais a frente. De acordo com o Plano Diretor¹¹, de 2006, e o PMH (2011, p. 65), essa é a segunda maior Operação Urbana¹² de Campinas atrás apenas dos planos de expansão do Aeroporto Internacional de Viracopos.

Disponibilizamos a Figura 3 com intuito de demonstrar a abrangência do II Polo de Desenvolvimento de Alta Tecnologia de Campinas.

11 De acordo com esta Lei n. 10.257, no 1º. Parágrafo art. 40 “O Plano Diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana e parte integrante do processo de planejamento, devendo o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual incorporar as diretrizes e as prioridades nele contidas, tudo em prol de uma cidade sustentável”.

12 O próprio Plano Diretor de Campinas, de 2006, classificam as ações para construção desses Polos e a expansão do aeroporto Viracopos como Operação Urbana. Porém sabemos que esse termo não é adequado a essas ações. Tal classificação por parte do Plano possivelmente se deve ao *status* que as Operações Urbanas possuem hoje no país, pois se assemelham, no discurso, às ações de modernização.

Figura 3 – Zoneamento do II Polo de Desenvolvimento de Alta Tecnologia de Campinas-SP¹³



Fonte: Apresentação CIATEC (2009)

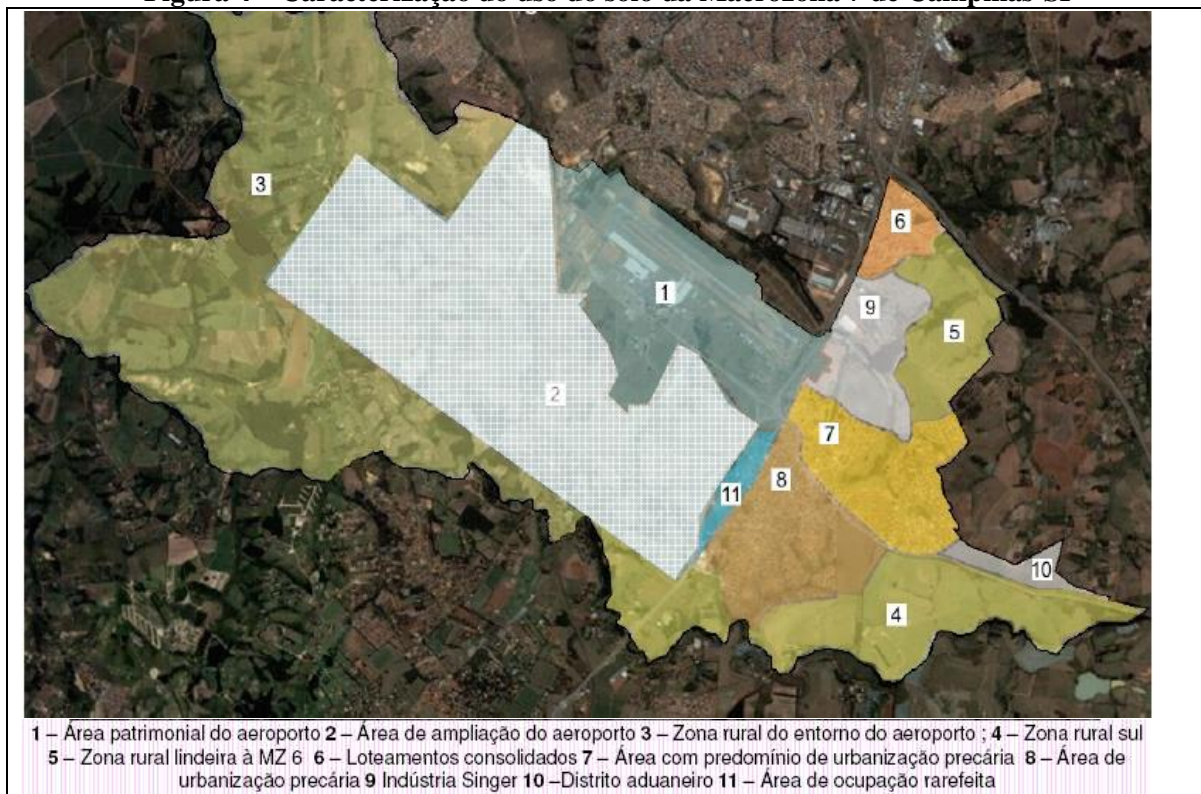
¹³ A Figura 3 demonstra o uso determinado de cada parcela do solo do II Polo de Alta Tecnologia de Campinas: em amarelo delimita-se a área para fins residenciais; em azul claro são fins empresariais; em azul escuro são áreas de patrimônio ambiental ou histórico do município; em cinza estão as áreas que já estão construídas; e em verde claro delimita-se a área para fins de uso dos serviços. Visualiza-se ainda na Figura 3 a UNICAMP na parcela Oeste e a PUC-Campinas no Leste da Figura.

As imagens permitem observar a grande dimensão desse projeto, envolvendo áreas residenciais, tecnológicas, de comércio e de serviço tornam a estimativa de movimentar, ao todo, uma população de 50 mil pessoas mais palpável. Porém em relação ao território e à população total da cidade tratam-se de pequenas parcelas. Como explica M. Santos (2009a [1994], p. 130) “Atrair ou manter atividades de ponta pode significar a utilização ainda mais disparatada e desigual dos recursos públicos na criação ou reabilitação das chamadas condições gerais de produção”. A concentração de grande quantidade de capital nessas poucas partes da cidade para implantação de indústrias e empresas de alta tecnologia (inclusive com a implantação de leis de incentivo a essas atividades através da isenção fiscal que diminui a receita municipal que poderia se destinar para os diversos problemas sociais) é um exemplo de destaque da urbanização corporativa.

Na sequência, analisamos outro evento significativo para o uso corporativo da cidade de Campinas: a expansão do Aeroporto Internacional de Viracopos.

Essa expansão tem efeitos diretos na região do Jardim Campo Belo (FONSECA, 2011) como demonstraremos no decorrer desse estudo. Na Figura 4 apresentamos a Macrozona 7, onde se localiza o aeroporto e toda a região do Jardim Campo Belo.

Figura 4 – Caracterização do uso do solo da Macrozona 7 de Campinas-SP



Fonte: Seplama/PMC (2008)

No número 1 está a área ocupada pelo aeroporto até o ano de 2008, enquanto a nova área que vem sendo utilizada na expansão está representada pelo número 2. Os planos para este aeroporto estão elaborados em quatro partes, com finalização prevista para o ano de 2038, e expectativa de movimentar 38 milhões de passageiros por ano. Até o momento, foi cumprido um quarto da primeira etapa, que tem como prazo de finalização em Julho de 2014, para atender demandas da Copa do Mundo no Brasil. Nessa primeira etapa, foram construídas a segunda pista de pouso e decolagem, um novo terminal de passageiros e modernizou-se o terminal antigo de passageiros. No novo terminal de passageiros planeja-se instalar mais comércio e serviços para atender a demanda de até nove milhões de pessoas em trânsito por ano, já em 2014. Até a finalização dessa primeira etapa R\$ 1,4 bilhões serão investidos do Governo Federal, Estadual e INFRAERO.

Hoje, há em torno de quatro mil operários trabalhando direta e indiretamente nessa obra que está sendo julgada no Ministério do Trabalho e Emprego devido a, pelo menos, dois acidentes de trabalho (com a morte de um funcionário e ferimento de outros quatorze).

A Concessionária Aeroportos Brasil S/A, responsável pela obra, não fez declaração sobre o caso e a obra não foi embargada. A previsão da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo (SEMURB) é de 14 mil empregos diretos e indiretos criados nessa operação. Porém são empregos temporários, sem cumprir com as condições de segurança e qualidade do trabalho e que desaparecem com a finalização da obra.

Esses planos de ampliação do aeroporto datam do ano 2000 e se devem, principalmente, à manutenção de Campinas como uma cidade corporativa e em busca, inclusive, de aumentar sua importância na rede urbana brasileira e na rede mundial de cidades. Na mesma direção vem sendo realizadas reformas e ampliações em aeroportos de diversas outras cidades brasileiras de importância regional, como Ribeirão Preto-SP, Belo Horizonte-MG, Rio de Janeiro-RJ, entre outras. Essas ampliações têm sido justificadas, através da mídia corporativa, pela Copa do Mundo no Brasil, porém em todas as cidades aqui citadas os planos de expansão são anteriores à definição do país como sede desse evento. Além disso, o Aeroporto Internacional de Viracopos fez parte dos três primeiros aeroportos do país (junto do aeroporto internacional localizado em Guarulhos-SP e do aeroporto internacional localizado em Brasília-DF) a terem suas concessões leiloadas no ano de 2012 apontando, novamente, para o uso corporativo do território brasileiro contemporâneo (TEIXEIRA, 2013).

Por outro lado, no ano de 2008, a INFRAERO indicou que para finalizar toda a ampliação seria necessário desapropriar uma área em torno de 20km², onde se localizam 200 famílias (totalizando em torno de 1.000 pessoas), num total de doze bairros, 3.172 lotes e 88 áreas rurais. Porém, de acordo com reportagem do jornal local Correio Popular, de 19 de Setembro de 2013, na etapa final das desapropriações o resultado planejado é de 1.800 remoções em uma área de 25km², 4.000 lotes urbanos e 167 glebas rurais que totalizam 95% da área a ser desapropriada. Já foram realizados 1.237 processos de desapropriação e 196 famílias foram removidas. Foram pagos, ao todo, R\$ 310 milhões para as desapropriações incluindo para indenização e transferência das famílias removidas. Frisamos que apenas os proprietários de terra possuem direito de receber indenização devido à desapropriação; os moradores que não possuem o título do terreno recebem apenas bolsa-moradia no valor de R\$ 371,00 por mês no período máximo de seis meses. Dessa forma, todo o investimento que as famílias fizeram para comprar material e construir suas

casas não são reembolsados.

A maior parte da população removida foi para um dos conjuntos habitacionais do Programa Federal Minha Casa, Minha Vida no Jardim Bassoli, localizado na região Sudoeste de Campinas. Algumas famílias foram para outro conjunto, do mesmo Programa, no bairro Sírius Pirelli também na região Sudoeste. Ambos distantes da área em que essas famílias viviam e já em situação precária devido à péssima qualidade da construção desses conjuntos (no capítulo dois da dissertação pretendemos detalhar essa situação). Todas as famílias possuem renda mensal inferior a R\$ 1,6 mil (limite de renda para a faixa 1 do Programa Federal de Habitação). A situação de regularização de uso e ocupação da terra na região ao redor do aeroporto, o Jardim Campo Belo, está estagnada e não apresenta solução. Trata-se de quase 55 mil pessoas que residem na zona de ruído do aeroporto impedindo a regularização da área. Retomaremos essa questão no próximo capítulo dessa pesquisa.

Ao comparar diretamente os valores investidos nas obras do aeroporto (R\$ 1,4 bilhões) e nas remoções (R\$ 310 milhões) nota-se a pífia cifra destinada para alterar completamente a vida e o cotidiano de, pelo menos, mil ‘cidadãos’. Soma-se a isso o descaso do poder público que não embargou a obra após o falecimento de um operário e o ferimento de outros. Fica claro o descaso intencional para com a população devido à necessidade criada de modernização do aeroporto, posto que a maior parte da sociedade campineira e brasileira não utiliza esse macrofixo de transporte em nenhum momento de suas vidas.

No mês de Setembro de 2013, diversas Associações de Moradores da região do Jardim Campo Belo publicaram um manifesto divulgando todas as remoções que vem acontecendo neste ano em Campinas de forma violenta e autoritária: sem avisos prévios e nenhuma possibilidade de diálogo. A Concessionária Brasil Viracopos S/A, por exemplo, no dia 25 de Fevereiro deste ano, derrubou casas no bairro Cidade Singer, onde residem 150 famílias, sem apresentar nenhuma documentação legal que tenha permitido essa ação. Depois de destruídas as casas a empresa enviou um pequeno comunicado para a população acompanhado de um bombom!

É lastimável a impunidade com que as corporações agem dentro do país, enquanto a população pobre paga caro e é encarcerada por pequenos delitos. A realização de todas as

obras voltadas à atender a Copa do Mundo no Brasil (como o aeroporto Viracopos) são uma prova cabal do desrespeito do Estado para com seus cidadãos em busca de não causar prejuízos econômicos às empresas nacionais e globais.

Nos valem desses dois eventos de importância internacional (a criação do II Polo de Desenvolvimento de Alta Tecnologia e a expansão do Aeroporto Internacional de Viracopos), que datam da década de 1990 e da primeira década de 2000, como exemplos das ações de modernização do território legitimada pelo Estado, que atende aos interesses dos circuitos globais de produção e dos atores hegemônicos do processo de urbanização através do equipamento e uso corporativo do território urbano em detrimento da população residente na cidade e construtora desta em seu uso cotidiano. Chamamos a isso *urbanização corporativa*.

M. Santos (2008 [1993]) esclarece a importância do território ao analisar a implementação desses empreendimentos que, no discurso, se colocam como importantes para toda a sociedade:

Se esse equipamento é utilizável por todos os atores da economia e da sociedade, os resultados alcançados diferem em função do poder de cada qual. Desse modo, o território não é apenas o teatro do jogo econômico; ele se torna fator determinante. Tal como ele se organiza para a modernidade, o território é a base comum de operação para todos os atores, mas é sobretudo favorável às corporações. (...) a modernização do País e do seu território não é apenas uma preocupação do próprio País, mas tarefa de interesse mundial, embora seja a sociedade nacional que deva arcar com esse ônus. (pp. 18 e 19)

Ainda para compreender as intenções por traz da destinação de recursos públicos para atender às corporações e voltados a inserir a cidade no tempo-espaço dos agentes hegemônicos em prejuízo da população local, Rodrigues (2004, p. 23) explica que “Se os empreendimentos públicos ou privados fossem submetidos à apreciação dos cidadãos em audiências públicas, poder-se-ia ter melhores elementos para pensar a função social da cidade visando a reprodução da vida. Empreendimentos como as Operações Urbanas Consorciadas (previstas no Estatuto da Cidade) deveriam ser objeto de estudos de impacto de vizinhança, pois estudos realizados por Carlos (2001) e Fix (2006) mostram as alterações na vida cotidiana”. M. L. de Souza (2003, p. 66) esclarece, por sua vez, que “o caminho

democraticamente mais legítimo para se alcançarem mais justiça social e uma melhor qualidade de vida é quando os próprios indivíduos e grupos específicos definem os conteúdos concretos e estabelecem as prioridades com relação a isso”.

Buscamos nesse item discutir (com base em dados empíricos) os dois eventos apresentados como faces da urbanização corporativa do território de Campinas. Na sequência apresentamos os condomínios e loteamentos murados que se adensaram na cidade, como escolha de moradia da população rica da cidade, em busca de demonstrarmos o uso corporativo do território para a instalação e manutenção desses empreendimentos.

1.2. Os condomínios e loteamentos murados¹⁴: a periferia rica da cidade

Nas duas últimas décadas (1990-2010) ganha destaque nacional o discurso ideológico diretamente ligado à dinâmica imobiliária da cidade e rapidamente incorporado pelas elites locais: os condomínios e loteamentos murados distantes da malha urbana. Trata-se de uma 'nova moda' nacional que foi estudada com primazia por Caldeira (2003) e se mantém como fetiche das classes médias e altas do país até hoje. Nas palavras de Cano & Brandão (2002, p. 126)

A partir de meados da década de 80, inicia-se nova fase de expansão urbana e de valorização imobiliária, mais voltada ao atendimento das classes médias alta e alta, que são os chamados loteamentos fechados e condomínios, os quais se instalam nas regiões norte e leste, em áreas de terras mais valorizadas. (...). Junto com o aumento da violência urbana, esse padrão urbano voltado para a demanda de média e alta renda consolida-se na década de 90.

¹⁴ Os loteamentos murados são os loteamentos convencionais, regidos pela Lei 6.766/79, fechados por ato do loteador ou de uma associação de moradores acrescido de uma guarita para controle e murados. Essa forma de organização da moradia é questionável juridicamente e urbanisticamente, pois áreas públicas são cercadas e tornadas privadas sem a devida indenização do Estado. Enquanto os condomínios são regulamentados pela Lei 4.591/64 na qual tudo o que está inserido na área do projeto é considerada privada, no Código Civil (Lei 10.206/2002), nos artigos 1.314 e 1.326, o condomínio tem como característica básica o fracionamento da gleba em partes iguais, exigência que não é sempre respeitada por esses empreendimentos. Além disso, nos condomínios os proprietários têm a obrigação de participar com as despesas de conservação da área comum e é permitida a barreira física onde a autorização para a entrada é prerrogativa dos privilégios dos proprietários.

Esse uso do território se caracteriza por ser corporativo devido à intenção da sua localização que encarece o custo de vida passível de ser comprado e utilizado apenas pelas classes dominantes e aumenta a lucratividade do mercado imobiliário. De acordo com o Plano Municipal de Habitação de Campinas (2011, p. 19)

a partir da década de 1990, a dispersão residencial ampliou-se para as classes médias e altas, dadas as facilidades de deslocamentos interior-capital e as vantagens em morar em cidades médias, junto a áreas rurais, mais distantes dos centros urbanos. A busca de terrenos mais distantes e maiores foi também (...) a busca de maiores lucros: terras mais baratas e rurais proporcionariam maior rentabilidade em empreendimentos voltados às classes médias e altas.

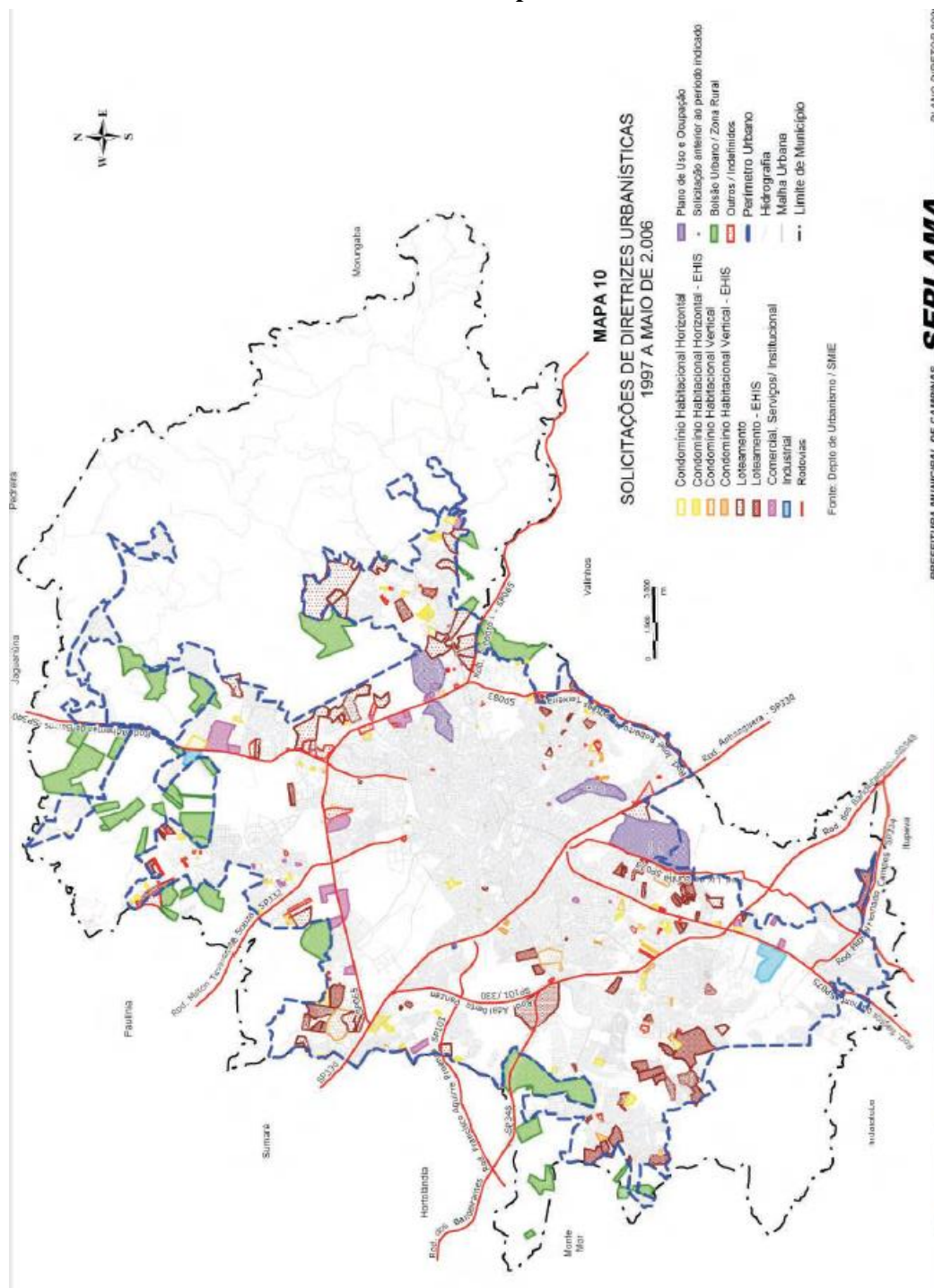
Para isso, no ano de 1996, é implementada a Lei Municipal n. 8.853, chamada Lei de Bolsões Urbanos em Áreas Rurais, “permitindo que pudessem ocorrer novas incorporações de áreas rurais ao perímetro urbano [de modo descontínuo e disperso] através do decreto, isto em quase metade da zona rural do município” (CAIADO & PIRES, 2006, p. 85). Em 2004, no mandato de Izalene Tiene, essa lei foi revogada, embora até essa data já houvesse a instalação de diversos desses tipos de empreendimentos dentro de zonas rurais.

Nas palavras de Freitas (2008, p. 129), em estudo específico sobre condomínios e loteamentos murados na RMC, “até a década de 1990 a dispersão residencial se dava apenas para as classes de baixa renda, enquanto, a partir desta data, passa a ser notada também nas moradias das classes média e alta”. Em Campinas, os loteamentos murados ganham impulso nos distritos de Barão Geraldo, Sousas e Joaquim Egídio, a partir do ano de 1996 (ibidem, p. 129). Segundo a autora, entre 1994 e 2000, foram aprovados quase quarenta quilômetros quadrados em loteamentos murados e condomínios, e, entre 2000 e 2007, mais dezessete quilômetros quadrados do mesmo tipo, totalizando 57 quilômetros quadrados agregados ao perímetro urbano, entre 1994 e 2007, para fins de uso de condomínios e loteamentos murados. Apresenta-se, assim, um crescimento médio de 6,42% ao ano de crescimento desse tipo de empreendimento imobiliário em Campinas, destoando da taxa de crescimento populacional médio por ano, nesse mesmo período, que é inferior a 2%.

No Mapa 2 é possível ver os condomínios e loteamentos murados, em cores de

amarelo a marrom, e os bolsões urbanos em zonas rurais, permitidos pela lei de 1996, que estão representados em verde.

Mapa 2 – Condomínios e loteamentos fechados e bolsões urbanos em áreas rurais em Campinas-SP



Fonte: Seplama (2006)

De 1990 até 2004, com a devida aprovação municipal, a tendência da produção imobiliária para as classes altas foi de condomínios e loteamentos murados com áreas maiores e mais distantes da malha urbana (FREITAS, 2008, p. 172). A autora ainda afirma que a produção de lotes 'abertos', desde os anos 1990 até hoje, praticamente desapareceu, concluindo que “o loteamento convencional deixou de ser um produto rentável” (ibidem, p. 173). Os maiores incorporadores desses loteamentos são grandes empresas de diversos ramos, não só do imobiliário, e há uma considerável apropriação da terra por parte da mesma empresa de âmbito nacional, a GAFISA, que cria novas empresas a cada novo loteamento (e futuro condomínio) comprado (ibidem). Nessa direção, M. Santos escreve (2008 [1993], p. 121)

A cidade atual presta-se à recriação desse tipo de segmentação, com a emergência de grupos mais ou menos organizados, lutando de maneira difusa ou com o apoio de *lobbies* mais ou menos agressivos e mais ou menos aparelhados, através de discursos, *marketing*, alianças duráveis ou colusões ocasionais, estratégias e táticas pela prevalência de suas reivindicações setoriais.

Nota-se assim o abandono da área central da cidade por essa população de alta renda que exige a criação de novos centros relativamente mais próximos de suas moradias, de acordo com Caiado & Pires (2006, p. 286)

O processo de abandono da área central pelas camadas de renda mais elevadas e pelo comércio e serviços destinados a essa população (...) criando as ‘novas centralidades’, são algumas das características do tecido urbano que se generalizam, nos anos 90, na Região Metropolitana de Campinas. Destaca-se também o crescimento das favelas e ocupações, especialmente na sede metropolitana, que abrigam cerca de 17% da população, sinalizando a ampliação da exclusão social e o aprofundamento da nossa história de desigualdade.

Os condomínios e loteamentos murados são um importante e atual exemplo de perda de sociabilidade urbana e, ao mesmo tempo, da ascensão de um discurso ideológico pela classe média e alta carregado de egoísmos. Trata-se de um uso egoísta do território, segregador, e que exige, por escolha (e não por falta de escolha como é o caso da periferia pobre) a implantação de infraestrutura urbana em novas parcelas da cidade sem

contiguidade da malha urbana.

Com o intuito de dar continuidade à descrição da urbanização corporativa recente de Campinas analisaremos, no próximo item, a periferia pobre, segregada e fragmentada intencionalmente pela elite local e pelo poder público municipal.

1.3. A cidade espraiada: expansão urbana e formação da periferia pobre

Seguindo as tendências da urbanização brasileira (SANTOS, 1990; 2008 [1993]) o espraiamento da cidade é uma importante característica da urbanização de Campinas (CANO & BRANDÃO, 2002; PMH, 2011; MESTRE, 2009) que tem como primeiro impulsionador o Estado, através do poder público local representado pela CoHab (Companhia de Habitação) e pela SeHab (Secretaria de Habitação), por meio da refuncionalização de áreas rurais em áreas urbanas, expansão do perímetro urbano e implantação de loteamentos dentro deste. Nas palavras de Santos (2008 [1993], p. 123)

O próprio poder público torna-se criador privilegiado de escassez; estimula a especulação e fomenta a produção de espaços vazios dentro das cidades; incapaz de resolver o problema da habitação, empurra a maioria da população para as periferias; e empobrece ainda mais os mais pobres, forçados a pagar caro pelos precários transportes coletivos e a comprar caro bens de consumo indispensável e serviços essenciais que o poder público não é capaz de oferecer.

Essa complexa ação política de refuncionalização de áreas rurais em urbanas, com a manutenção de grandes vazios que realimentam a especulação imobiliária, só é possível através das alterações de normas municipais que respondem à pressão da elite local e nacional envolvidas no setor imobiliário (MIRANDA, 2002). Essa elite tem a intenção de adquirir terras a preços mais baixos, e por isso mais distantes, com intuito de especular a valorização das áreas que fiquem vazias e implantar loteamentos em outras parcelas, com uma grande margem de lucro a cada lote vendido. Estes se localizam, então, descontínuos da malha urbana servida da devida infraestrutura urbana e sem os serviços necessários ao

cotidiano dos cidadãos como escolas, creches, postos de saúde, agências bancárias, postos de abastecimento de combustível, entre outros (FONSECA, 2011). Nas palavras de Pires & Caiado (2006, p. 95)

Verifica-se que o processo de ‘incorporação de áreas rurais à cidade’ contempla fortes interesses de segmentos do capital imobiliário local, consubstanciados principalmente na definição de projetos particularistas, em detrimento da realização de investimentos públicos de interesse coletivo. Esses interesses perfilam em favor da urbanização de áreas nem sempre adequadas do ponto de vista de sua capacidade de suporte para a implantação de usos e ocupações urbanas.

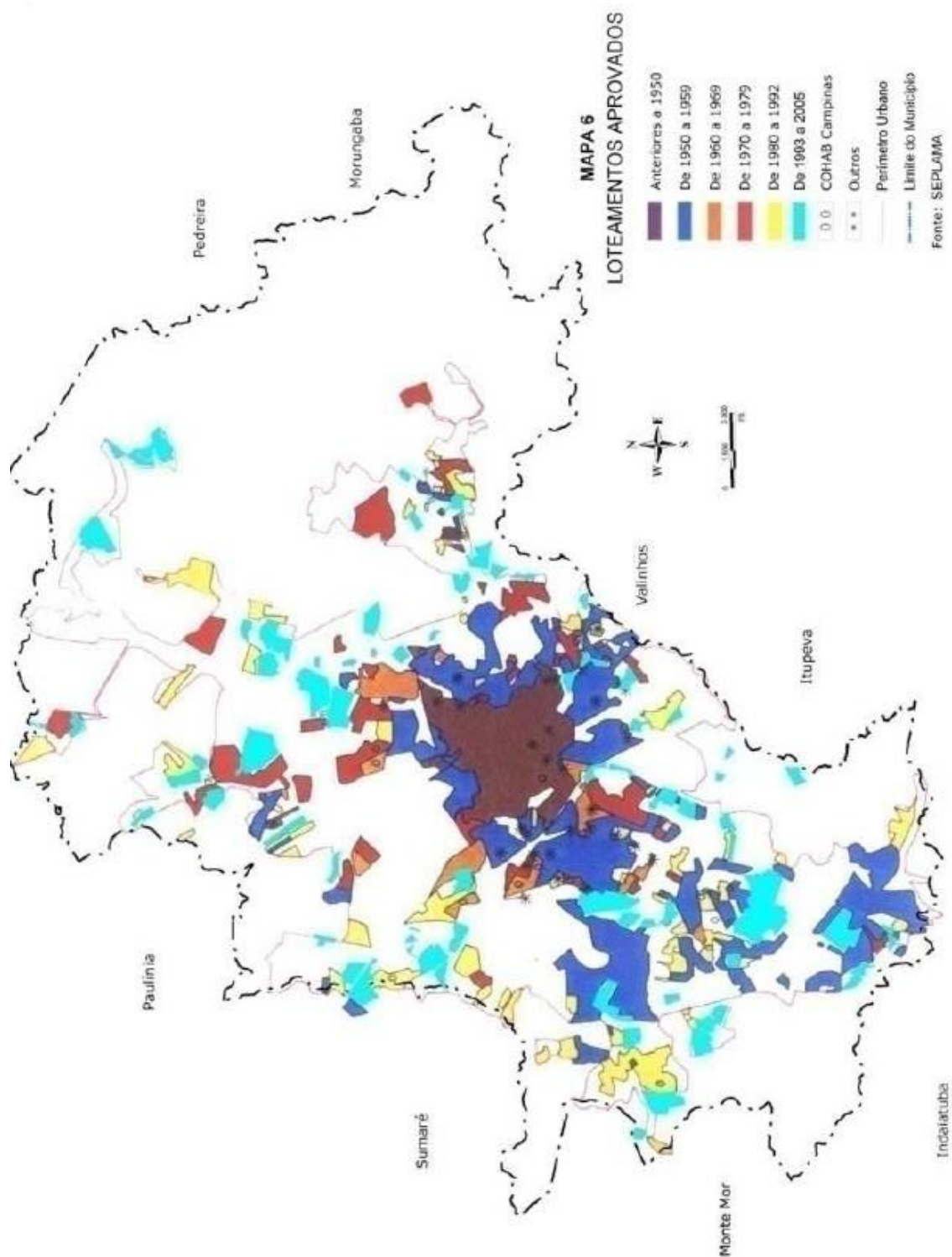
No estudo específico do ex-prefeito Toninho (pelo PT – Partido dos Trabalhadores), Antônio da Costa Santos, sobre a cidade de Campinas o autor escreve que

A voracidade do crescimento faz com que, rapidamente, partes da infraestrutura instalada no centro fique com sua capacidade de atendimento superada e seja substituída por outra com maior capacidade, a custos públicos altos, bancados pela massa de impostos, tarifas e poupanças do universo da sociedade. Transfere-se, portanto, renda de outros setores produtivos da economia, embutida nesses investimentos públicos alocados na construção de infraestrutura e serviços urbanos, para um restrito conjunto de proprietários gerando **valorização imobiliária desigual**. Assim, o crescimento urbano desigual constitui um mercado monopolizado de terras devido ao baixo índice de substitutividade de lotes estocados de alto custo [...], [e a] expectativa de infraestrutura e serviços públicos crescentes. Agrega-se a cada propriedade, independentemente da vontade de cada proprietário, um ganho privado, ou melhor, uma apropriação privada de valor produzido coletivamente, acumulando-se renda, sobre cada propriedade, que poderia estar aplicada no desenvolvimento econômico da sociedade. (A. SANTOS, 2002, pp. 319 e 320, destaque nosso)

Para compreendermos esse processo é necessário retomar a história urbana de Campinas desde a década de 1950 e é o que faremos nesse subitem.

No Mapa 3, a seguir, ilustramos esse processo apresentando a localização dos loteamentos em Campinas por década, de 1950 a 2005.

Mapa 3 – Loteamentos aprovados por década em Campinas-SP (1950-2005)



Fonte: Seplama/PMC (2006)

Nota-se o grande acréscimo de loteamentos, na década de 1950 (em cor azul escura), muito distantes da malha urbana contínua (representada pela cor marrom); na direção Sul a expansão é de 20 quilômetros; nos anos de 1960 (em laranja), as expansões são menos distantes; e nos anos 1970 (em vermelho), há grandes loteamentos longe do centro urbano; na década de 1980 (em amarelo) a quantidade de loteamentos é menor, porém praticamente todas próximas do limite do perímetro urbano; e, por fim, entre 1993 e 2005 (em verde) também são inúmeros loteamentos descontínuos representando, principalmente, os condomínios fechados como já analisamos.

Os estudos de Mestre (2009) e Bisneto (2009) constataam que Campinas passou por três períodos de periferização da população de baixa renda comandados, em grande parte, pelo contínuo processo de industrialização e modernização da cidade, ou seja, pela adaptação às exigências dos novos paradigmas econômicos e ao uso corporativo do território (SANTOS & SILVEIRA, 2001). O primeiro período de periferização da cidade tem início na década de 1940 e vai até o final de 1960; o segundo se estende de 1970 ao final da década de 1980 e o terceiro data da década de 1990 e se mantém até hoje. São distintos períodos espaço-temporais em que o espaço urbano campineiro se reestrutura.

A década de 1950 se sobressai pelo elevado número de loteamentos em virtude da expansão da malha rodoviária de Campinas, com a pavimentação da Rodovia Anhanguera, em 1948. Ocorre então, o consequente adensamento da ocupação das terras no seu entorno e a instalação de indústrias mecânicas (BAENINGER, 1992). Destacamos ainda a crescente importância nacional do aeroporto Viracopos, a partir dessa década, quando é ampliado e passa a ser permitido o fluxo de pessoas além do fluxo de mercadorias (ROCHA, 2006). Assim, simultaneamente ao processo de crescimento da cidade, começa a se constituir sua ‘primeira periferia’¹⁵: as primeiras favelas datam de 1964 em áreas públicas e de lazer na região central (BAENINGER, 1992). De acordo com Lopes (1988, p. 220) “em 1962, as informações do poder municipal apresentavam sinais de preocupação em relação ao ritmo de ocupação do espaço urbano, evitando, contudo, assumir explicitamente a origem das favelas na cidade”. Nas palavras de Baeninger:

15 De acordo com Lopes (1988, p. 220) “em 1962, as informações do poder municipal apresentavam sinais de preocupação em relação ao ritmo de ocupação do espaço urbano, evitando, contudo, assumir explicitamente a origem das favelas na cidade”.

No final dos anos 60, Campinas começou a enfrentar problemas com o abastecimento de água (PMC, 1991). O crescimento populacional passava a justificar a ineficácia e a falência das políticas sociais. No entanto (...) não foi a pressão demográfica que determinou esse saturamento, e sim a maneira como o capital imobiliário ordenou (ou melhor, ‘desordenou’) o crescimento da cidade. (BAENINGER, 1992, p. 84)

Lembramos que os cortiços e as vilas operárias se constituíram desde os primeiros anos do século XX. As vilas se devem principalmente à iniciativa privada que servem não só para moradia dos próprios funcionários das empresas como para controle do cotidiano e da vida privada destes, posto que dentro dessas vilas não existia bares e prostíbulos intencionalmente (CARVALHO, 1991). A Vila Industrial, contínua à malha férrea da cidade, tem seus primeiros bairros datados de 1902 (ibidem). Os cortiços começam a ser combatidos pelo poder público local na década de 1940, devido à aplicação do Plano de Melhoramentos Urbanos de Prestes Maia, instituído em 1938¹⁶. As ações de modernização do centro urbano, trazidas nesse plano, levaram à tentativa de erradicação dos cortiços no centro causando o primeiro afastamento em massa da população pobre (CARVALHO, 1991; MESTRE, 2009). Vale lembrar que até hoje existem cortiços e favelas na área central da cidade.

Em meados dos anos 1970 ganha força o discurso da constituição de Campinas como um polo tecnológico do estado de São Paulo, como já vimos, e recebe o *status* de cidade grande (SEMEGUINI, 1991). O segundo período da periferização, de 1970 até 1990, é simultâneo ao adensamento do *meio técnico-científico-informacional* na cidade (R. B. SANTOS, 2000) com a crescente implantação da rede bancária municipal, que fez de Campinas, por um período, a terceira maior praça bancária do país (SEMEGUINI, 1991); e a rede rodoviária que perpassa a cidade é ampliada com a duplicação da Rodovia Anhanguera e a construção das Rodovias Dom Pedro I, Bandeirantes e Santos Dumont¹⁷.

16 De acordo com A. Santos (2002, p. 25) “A intervenção urbanística dos anos 30 deste século [XX], fruto de sua concepção e das condições políticas da época, marcou o desenvolvimento desigual e contraditório da cidade até a década de sessenta. Três planos diretores posteriores, entre os anos 70 e a década atual [90], conservaram o padrão de crescimento anterior, fundamentando uma política urbana que denominamos **valorização de localidades de negócio**. Com a crise da década anterior [80], esgota-se o padrão de urbanização que vinha sendo adotado.” (grifo nosso)

17 Nas palavras de Bisneto (2009, p. 31) “a configuração dos eixos rodoviários, bem como das diversas linhas de transporte de cargas e passageiros, estabelecidos também em função do sistema viário existente, exercem papel fundamental na manutenção da polarização regional por Campinas, já que todo sistema é centrado na cidade (...) esta centralidade exercida por Campinas não se limita ao sistema de transporte, mas

No ano de 1971, é implantado o Plano Preliminar de Desenvolvimento Integrado (PPDI)¹⁸ com o principal objetivo de tornar Campinas um centro industrial do Estado, o que acontece com a 'desconcentração concentrada' e a aplicação de algumas ações desse plano (CANO & BRANDÃO, 2002, p. 125).

É a partir da década de 1970 que a população residente em favelas cresce em ritmo acelerado na cidade, principalmente nos loteamentos ilegais. De acordo com Baeninger (1992), a população dos domicílios subnormais era de 3 mil pessoas em 600 barracos, em 1971¹⁹, e passa a ser em torno de 40 mil pessoas em 8.700 barracos, no início de 1980.

Nesse período se iniciam as ações do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e do Banco Nacional de Habitação (BNH) através da construção dos conjuntos habitacionais e com a fundação da COHAB-Campinas. Criada em 1965, a Companhia de Habitação de Campinas (COHAB-Campinas) é a responsável pelas construções financiadas pelo SFH e BNH despontando como um importante vetor da estruturação urbana de Campinas com suas características: espalhada e fragmentada (CANO & BRANDÃO, 2002; PMH, 2011). Voltaremos a esta questão no próximo capítulo.

De acordo com entrevista realizada na SeHab (Secretaria Municipal de Habitação), na década de 1960, as ocupações ocorreram em áreas de risco e públicas, principalmente ao redor de córregos e rios, de forma lenta e desorganizada de modo mais próximo ao que entendemos hoje como favelas. No decorrer dos anos 1970 destacam-se os loteamentos

estende-se a todo o sistema de comunicação (telefones, rádio, TV, correios), bem como outros serviços (energia elétrica, centrais de abastecimento, escolas, saúde) e ao comércio (supermercados, shoppings, etc)”.

18 De acordo com A. Santos (2002, p. 312) “após a realização do anteprojeto de Prestes Maia, o documento mais importante para a história urbana de Campinas foi o *PPDI, Plano Preliminar de Desenvolvimento Integrado* (...). Consideramos o PPDI-Campinas-1971 (...) o corolário do *Plano de Melhoramentos Urbanos* de 1934-1938. O conceito de estrutura de espaço adotado fundamentara-se sobre a complementação do sistema viário do plano anterior, notadamente a parte dos anéis perimetrais externo e médio situada nos loteamentos da fazenda [Nossa Senhora da Conceição]. Mais do que isso, pressupunha a hipótese de ocupação de largas áreas ociosas ao redor da Via Anhanguera, através de um grande anel perimetral e algumas radiais, numa espécie de ampliação dos horizontes imaginados por Prestes Maia. (...) O PPDI – Campinas – 1971, financiado pelo Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU), apresentava o objetivo de dirigir a gestão dos financiamentos do então criado Banco Nacional de Habitação (BNH) para a tomada de decisões urbanísticas do poder público local”.

19 No estudo de Lopes (1988, p. 235) a autora reproduz a reportagem ‘Estas são as soluções para o desfavelamento’, do jornal local *Diário do Povo*, do dia 10 de Setembro de 1969, onde consta que “de acordo com o levantamento feito pelas assistentes sociais da Secretaria [Municipal] do Bem Estar, somente nos terrenos da prefeitura existem cerca de 400 famílias de favelados compreendendo perto de 2 mil pessoas em condições sub-humanas de vida. O plano de desfavelamento prevê a mudança dos favelados para residências financiadas pelo BNH, através da COHAB”.

ilegais principalmente após a abertura do Distrito Industrial de Campinas (DIC), inaugurado em 1978, loteando enormes glebas distantes da malha urbana e sem nenhuma infraestrutura. Aí se encontram os maiores loteamentos clandestinos da cidade.

Essa forma de moradia irregular diminuiu sua participação na formação da periferia devido à regulamentação da Lei Federal n. 6.766/79, chamada 'Lei Lehman', que obriga aos proprietários e/ou ao poder público à prévia instalação de serviços de infraestrutura básica nos loteamentos urbanos com: equipamentos urbanos de escoamento de águas pluviais, iluminação pública, esgotamento sanitário, abastecimento de água potável, energia elétrica pública e domiciliar e vias de circulação. Tal lei teve grande importância por transferir essa instalação prévia e por exigir que uma parte delas seja financiada pelos proprietários e outra parte pelo poder público municipal; e, principalmente, por obrigá-los a realizar os trâmites burocráticos que tais obras exigem.

Em contrapartida, essa obrigatoriedade levou ao acirramento da fiscalização dos loteamentos irregulares então ocupados pelas classes baixas. Assim a constituição da moradia irregular passa a ser tratada claramente como 'caso de polícia' em âmbito municipal e nacional, levando a população novamente à construir suas habitações precárias em áreas de risco²⁰. Os migrantes, que chegam em grande quantidade na década de 1980²¹, iam se instalando precária e desorganizadamente nesses loteamentos vazios. Nas palavras de Jacobi (1982, p. 69)

A resolução do problema [das ocupações de terras urbanas] sob uma ação policial, mesmo em cumprimento de ordem judicial, não só não resolve a questão como acirra as condições objetivas que geraram e continuam a gerar estes fatos. Os pobres dentre os pobres da cidade não têm outra alternativa senão ocupar espaços de terra sob os riscos de sua expulsão dado que a maioria da população de baixa renda está sistematicamente excluída dos programas habitacionais do governo.

20 De acordo com Caiado (1998, p. 461) “a Lei Federal n. 6766/79, cujo objetivo principal era punir os promotores de loteamentos irregulares, e garantir o uso ambiental adequado do espaço urbano, este instrumento acabou por contribuir para o mercado capitalista formal assegurando que o solo urbano disponível destine-se a produção capitalista formal, contribuindo também para a segregação espacial, eliminando uma forma ainda que ilegal de acesso à moradia pelas classes mais pobres, acarretando o crescimento das favelas e cortiços nas grandes cidades”.

21 O crescimento populacional de Campinas nessa década é de quase 6% ao ano (BAENINGER, 1992).

Devido ao aumento de vigilância desses loteamentos, as remoções tornaram-se mais constantes e violentas incentivando a constituição da Assembleia do Povo, organização municipal de destaque nacional composta apenas por moradores da favela e autores da Lei Municipal n. 5.079/81. De acordo com estudo específico sobre esse movimento, “a luta por moradia teve sua expressão máxima com a Assembleia do Povo, movimento popular iniciado com ampla participação da igreja católica, que congregou a população favelada, organizada em Associações de Moradores objetivando a conquista da terra pelo reconhecimento do direito do ocupante à terra ocupada por seu barraco, por meio da Concessão do Direito Real do Uso, direito definitivo de posse de terra com base do Decreto Lei Nacional n. 271/67 e Lei 4.132/62 (ASSEMBLEIA DO POVO, 1982)” (LOPES, 1988, p. 43). No segundo capítulo retomaremos essas questões.

Nas palavras de A. Santos (2002, p. 318)

Pouco ou quase nenhum investimento público fora destinado à estruturação básica do espaço da cidade e dos serviços urbanos, fazendo com que esta tenha acumulado, ao longo das duas últimas décadas [1980 e 1990], um catastrófico déficit de oferta de condições gerais. Como costuma dizer Cândido Malta, a sociedade convive com 'um governo cada vez mais pobre, enfrentando cidades cada vez mais caras'. (...) O cenário urbano resultado do padrão de acumulação capitalista destas três últimas décadas [1970, 1980 e 1990] apresenta multidões de migrantes despejados nas favelas, cortiços e na periferia distante, oferta reduzida de emprego no mercado formal, subemprego marginal e desemprego. A fotografia se completa com uma periferia descontroladamente horizontalizada e, no centro da cidade, uma verticalização de controle perdido, intercalados de vazios urbanos, ociosamente estocados, aguardando infra-estrutura que cada vez mais se completa, reforma-se e se transforma (...).

A complexa periferização mais recente da cidade, que consideramos início em 1990 (MESTRE, 2009; BISNETO, 2009), é caracterizada pela expansão dos loteamentos murados e condomínios e pela ampliação da pobreza urbana demonstrada pelos altos índices de ocupações organizadas e em terrenos relativamente bons²² (Plano Diretor, 2006; LOPES, 1988; PMH, 2011). O total das ocupações urbanas em Campinas assim se

22 Uma demonstração da negação da crise habitacional avançada que a cidade vivia nesse período é indicada por A. Santos (2002, p. 314) ao afirmar que “Apenas no final da década de 80 e início de 90, a municipalidade contratava, em plena crise macroeconômica da sociedade brasileira, a execução do conjunto daquelas obras públicas de saneamento, drenagem e articulação viária das bacias hidrográficas, previstas desde 1938 e detalhadas em 1971”.

distribuíram: 4% na década de 1960; 29% em 1970; 21% nos anos de 1980; 44% na década de 1990 e 2% entre os anos de 2000 e 2005. De 2005 até hoje não foram contabilizadas novas ocupações que se mantiveram no território, de acordo com os dados disponibilizados pela Prefeitura e pelo IBGE constatou-se apenas o adensamento da população nessas ocupações anteriores como mostremos nesse item. Porém durante a realização dos trabalhos de campo observamos a presença de novas ocupações urbanas, de porte pequeno, que não iremos indicar aqui devido à forte pressão que essa população está sofrendo, por parte da Prefeitura, para serem removidas.

Nota-se a concentração de tais ações em 1990, e dentre essas as regiões Parque Oziel e Jardim Campo Belo se destacam devido aos seus tamanhos e níveis de organização²³. Além dessas, são de grande porte duas ocupações na região dos DICs: a ocupação Nossa Senhora Aparecida, constituída em 1994, e a Eldorado Carajás, que data de 1996 (GARCIA, 2010).

Em rápido histórico elaborado pelo Plano Municipal de Habitação (2011) define-se a formação da primeira periferia urbana de Campinas entre 1950 e 1980; a implantação de conjuntos habitacionais planejados ocorre entre 1965 e 1993 (com o montante de 35 mil

23 Reportagem do jornal Correio Popular do dia 07 de Julho de 1998 – Campinas tem 200 mil em ocupações: “(...) sintoma da completa ausência de políticas públicas voltadas para equacionar a questão habitacional na cidade nas últimas décadas. (...). O resultado é que 200 mil pessoas, ou cerca de 20% da população, vivem hoje em favelas ou áreas ocupadas, públicas e particulares. A favelização, nos anos 60 e 70, foi o indício da dimensão que a questão habitacional alcançaria na cidade. A população favelada, que era de 3.090 pessoas em 1960, ou 1,5% da população total, cresceu para 136.484 em 1997, representando 13% da população. Outros 70 mil estão morando em áreas ocupadas. A inexistência de mecanismos de fiscalização sobre a especulação imobiliária estimulou a expansão das favelas. Nos últimos 10 anos, Campinas foi palco de 130 grandes ocupações de áreas urbanas, públicas ou particulares. (...). Foram 20 ocupações em 1989, 19 em 1990, 17 em 1992, e 12 em 1994, anos em que acontecem as eleições. O número declina historicamente em anos não-eleitorais. Foram cinco em 1991, cinco em 1993 e cinco em 1995. **A grande diferença aconteceu com as grandes ocupações no Parque Oziel e Campo Belo, na região Sudoeste de Campinas. Realizadas no início do ano passado [1997], as ocupações mobilizaram mais de 6.000 famílias, como um sintoma cristalino do agravamento da crise social.** Criado em 1996 para articular a luta pela moradia em Campinas, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) estima em 70 mil casas o déficit de unidades habitacionais no Município, mas a Prefeitura reconhece um déficit de 40 mil moradias. Estão na fila da COHAB, à espera de uma casa, 8 mil famílias. Desde sua criação, a COHAB-Campinas construiu 22.862 moradias na cidade. Entre 1967 e 1995 o governo estadual, pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU), não construiu nenhuma unidade de moradia popular em Campinas, basicamente pelas divergências políticas com os prefeitos [essa situação mudou entre os anos de 1995 a 2006, com a construção de 4.768 unidades pela CDHU]. A demora em oficializar a Região metropolitana de Campinas (RMC) também contribuiu para agravar o drama habitacional. Ao lado das favelas e das ocupações, existe um vazio urbano em Campinas de 200 km², (...) ou 26% de todo o território do Município. A mancha urbana já ocupada soma mais de 140km².” (grifo de nossa autoria)

unidades habitacionais construídas nesse período); as favelas construídas em áreas públicas ocorrem de 1968 a 1995; e as ocupações organizadas em vazios urbanos têm destaque a partir de 1992. Apesar de algumas diferenças, há concordância a respeito do período em que se destacam as ocupações urbanas entre o plano e a periodização aqui apresentada.

De acordo com o PMH (2011, p. 23)

A partir de 1980 começam a surgir **ocupações organizadas na cidade**, em lotes vazios de loteamentos precários e vazios urbanos. O maior número de ocupações ocorre na **região Sudoeste da cidade**, entre conjuntos habitacionais da COHAB, em áreas públicas e privadas, consolidando esta região como moradia das famílias pobres. Segundo Fernandes (2003), é possível dizer que, **entre 1995 e 1996**, muitas ocupações foram sugeridas (Fernandes, 2002); em alguns casos, com o envolvimento dos próprios proprietários dos terrenos. (grifo nosso)

Outra justificativa da concentração de ocupações nesse período é levantada no estudo de J. Santos (2005, p. 48):

A década de 90 é marcada em Campinas pela explosão de ocupações de terras, sejam elas em áreas particulares, na maioria das vezes estimuladas pelos próprios proprietários, com a intenção de forçar junto ao poder público a negociação, e com isso, baixo interesse e valor imobiliário. No entanto, as ocupações que ocorreram neste período foram ainda, na sua maioria em áreas públicas, inclusive federais, às margens de linhas férreas desativadas. (...). Essa explosão de contingentes populacionais que ‘escolhiam’ Campinas para morar foi também motivada por estratégias políticas que necessitavam que Campinas atingisse a marca de 1 milhão de habitantes para, dentre outros aspectos, criar a RMC e aumentar o número de vereadores na Câmara Municipal, o que interessava aos partidos políticos para ter aumentado o repasse de verbas ao município pelas demais esferas governamentais.

Essa justificativa da chegada de alto índice de população pobre, na década de 1990, é repetida por diferentes agentes sociais da cidade, alguns líderes de Associações de Bairros e servidores públicos. Outros afirmam que o então prefeito, Francisco Amaral (1997-2000), afiliado ao PPB (Partido Progressista Brasileiro), é conhecido como 'pai dos pobres' e pelo seu 'pulso fraco'. Foi em seu primeiro mandato, de 1977 a 1982, como afiliado do MBD (Movimento Democrático Brasileiro), que ocorreram os momentos 'áureos' da Assembleia do Povo. Pelo conhecimento que pudemos ter da discussão e compreensão da política

pública local, ambas justificativas podem se complementar junto às tendências da política nacional que, durante toda a década de 1990 até meados de 2000, se ausentou da elaboração de um planejamento e uma política habitacional e geriu o país sob diretrizes neoliberais (MARICATO, 1996; CALDEIRA, 2003).

M. Santos (1990, p. 51) explica que “Na medida em que muita gente é obrigada a viver na periferia, os preços da terra sobem nas áreas mais próximas ao centro. Desse modo, a tendência espacial da aglomeração se mantém, deixando vazias largas parcelas do território urbano”. E sintetiza de forma esclarecedora “a pobreza é estrutural e não residual. Ela aumenta à medida que a cidade cresce.” (ibidem, p. 15).

1.3.1 A situação atual da segregação urbana: análise dos dados do Censo Nacional (IBGE), de 2010, e da Secretaria Municipal de Habitação

Para análise da atual situação da população de baixa renda, moradora de ocupações urbanas, favelas e loteamentos irregulares em Campinas, partimos da retomada dos dados recentes do Censo Nacional, de 2010, realizado pelo IBGE. Esse órgão calcula as denominadas aglomerações subnormais que se aproximam do tipo de população e de moradia que analisamos. Usamos também os dados mais recentes da Secretaria Municipal de Habitação disponíveis no Plano Municipal de Habitação, de 2011. Há disparidade entre essas duas fontes secundárias, porém ambas nos permitem mostrar a situação da população pobre de Campinas.

Além disso, os censos podem carregar falhas metodológicas e de aplicação que nos obriga tanto à buscar mais de uma fonte secundária de dados, quanto à utilizá-los sem ingenuidade indo além de apenas apresentá-los. Faz-se necessário interpretá-los de maneira crítica. Afinal, os dados não são fatos por si e exigem teoria e observação, através de trabalhos de campo, para que se possa utilizá-los devidamente. Apresentaremos, quando necessárias, outras fontes secundárias.

Para o IBGE (2011, s/n) “o setor especial de aglomerado subnormal²⁴ é um conjunto constituído de, no mínimo, 51 (cinquenta e uma) unidades habitacionais (barracos, casas...) carentes, em sua maioria de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa. A identificação dos Aglomerados Subnormais deve ser feita com base nos seguintes critérios:

- a) Ocupação ilegal da terra, ou seja, construção em terrenos de propriedade alheia (pública ou particular) no momento atual ou em período recente (obtenção do título de propriedade do terreno há dez anos ou menos); e
- b) Possuírem pelo menos uma das seguintes características: urbanização fora dos padrões vigentes - refletido por vias de circulação estreitas e de alinhamento irregular, lotes de tamanhos e formas desiguais e construções não regularizadas por órgãos públicos; e precariedade de serviços públicos essenciais.

Os Aglomerados Subnormais podem se enquadrar, observados os critérios de padrões de urbanização e/ou de precariedade de serviços públicos essenciais, nas seguintes categorias:

- a) invasão;
- b) loteamento irregular ou clandestino; e
- c) áreas invadidas e loteamentos irregulares e clandestinos regularizados em período recente.”

Nas Tabelas 1 e 2 abaixo, apresentamos o crescimento populacional; o crescimento populacional residente em moradias subnormais; e essas respectivas taxas de crescimento ao ano, todos referentes à Campinas.

²⁴ Não há explicações, por parte do IBGE, do que seriam as habitações normais para podermos compreender o que a instituição quer dizer com a classificação subnormal. Assim como não há explicação dos núcleos só serem contabilizados a partir de exatamente 51 moradias no local.

Tabela 1 – População total, quantidade de pessoas residentes em domicílios subnormais e porcentagem de domicílios subnormais em Campinas-SP (1991, 2000, 2010)

	1991	2000	2010
População total (em pessoas)	847.287	969.386	1.080.113
População residente em domicílios subnormais (em pessoas)	63.449 (7,49%)	127.647 (13,2%)	148.032 (13,8%)
Domicílios subnormais (em %)	5,7	13,17	13,4

Fonte: IBGE (2010) / PMC (2006)

Tabulação: Helena Rizzatti Fonseca (2013)

Tabela 2 – Taxa de crescimento ao ano da população total e taxa de crescimento ao ano da população residente em domicílios subnormais em Campinas-SP (1991-2000, 2000-2010)

	1991-2000	2000-2010
Taxa de crescimento da população total ao ano (em %)	1,5	1,1
Taxa de crescimento da população residente em domicílios subnormais (%)	8,8	1,5

Fonte: IBGE (2010) / PMC (2006)

Tabulação: Helena Rizzatti Fonseca (2014)

Podemos observar que o ritmo de crescimento da população residente em favelas e ocupações, na primeira década do século XXI, diminuiu consideravelmente em relação à década de 1990, passando de 8,8 por cento ao ano para 1,5, respectivamente. De tal forma que, entre 1991 e 2000, o acréscimo populacional das classes baixas foi de 61.198 pessoas, de 2000 a 2010, esse acréscimo foi de 20.385 pessoas (equivalente a um terço da década anterior). Porém, nota-se que em ambas as décadas a taxa de crescimento ao ano da população total é inferior à da população carente de moradia, ou seja, a população pobre cresceu em ritmo mais acelerado do que a população total. No Cadastro dos Interessados em Moradia (CIM) de Campinas, de Abril de 2013, foram contabilizadas 58.668 famílias nestas condições.

Esta constatação, bem como uma política habitacional ineficiente, pode indicar o engessamento do poder público frente a essa questão durante o período analisado. Relembramos que entre o período de 1986 e 2008 não houve plano nacional de produção de habitação em larga escala. Tal situação se deve às condições gerais de produção impostas

pelo sistema capitalista que impede sanar o déficit habitacional, assim como impede sanar o desemprego e também a desigualdade social.

Retornando ao Censo de 2010, Campinas está entre as vinte cidades do país com maior número de aglomerados subnormais e em população residente nesses aglomerados. Com 10,4% dos domicílios considerados nessa situação (40.099 domicílios de um total de 348.503 domicílios ocupados) é a quarta cidade do Estado com maior número de domicílios em aglomerados subnormais, atrás apenas de São Paulo, Guarulhos e São Bernardo do Campo. A cidade apresenta quase 14% da sua população residente nessa situação precária e ocupa a quarta posição do Estado, atrás das mesmas cidades e na mesma ordem que o dado anterior. Em relação ao país, Campinas está em 15°. lugar em população residente em aglomerados subnormais. Abaixo apresentamos a Tabela 3 com todas as 15 cidades com maior número de população residente nessa situação no país:

Tabela 3 – Número de pessoas residente em aglomerados subnormais no Brasil, em ordem decrescente (2010)

Cidade – UF	População residente em aglomerados subnormais (em números absolutos)
Rio de Janeiro – RJ	1.393.314
São Paulo – SP	1.280.400
Salvador – BA	882.204
Belém – PA	758.529
Fortaleza – CE	396.370
Recife – PE	349.920
Belo Horizonte – MG	307.038
Manaus – AM	295.910
Ananindeua – PA	288.611
São Luis – MA	232.912
Jaboatão dos Guararapes – PE	225.550
Guarulhos – SP	214.885
Porto Alegre – RS	192.843
Curitiba – PR	162.679
São Bernardo do Campo – SP	152.780
Campinas – SP	148.278

Fonte: IBGE (2010)

Tabulação: Helena Rizzatti Fonseca (2013)

Campinas possui ao todo, de acordo com o IBGE, 148.278 pessoas residentes em domicílios em aglomerados subnormais. Porém de acordo com o Plano Diretor de Campinas, de 2006, e com a Secretaria Municipal de Habitação, a população residente em favelas na cidade era de 160 mil pessoas em 230 núcleos no ano 2000.

Nos dados do IBGE (2010), Campinas apresenta 113 diferentes aglomerados subnormais e empata na quinta posição com a cidade de Teresina-PI nesse quesito, em âmbito nacional. Está abaixo apenas de Salvador (com 242 aglomerados), Fortaleza (194), Belo Horizonte (169) e Curitiba (126). Essa situação se deve à relativamente baixa densidade dos núcleos de aglomerados subnormais que Campinas possui. A cidade tem 64,8% de aglomerados subnormais com menos de 1.000 domicílios por aglomerado. Enquanto em Belém, onde se localiza o maior aglomerado de domicílios subnormais do país, estão 88,6% dos aglomerados com mais de 1.000 domicílios em 101 núcleos desse tipo.

Consideramos importante grifar que, tendo acompanhado, ao longo dos anos, a pesquisa para o estudo da questão da habitação da população pobre no país, não nos pareceu devidamente demonstrada a realidade das grandes cidades brasileiras por esse Censo do IBGE. De forma geral, os índices parecem contabilizar apenas a população em situação de moradia péssima ou ruim reduzindo consideravelmente a demanda por habitação com qualidade nesses municípios.

De acordo com o Plano Municipal de Habitação (2011) o déficit habitacional de Campinas é de mais de 65 mil domicílios equivalente a 13,38% do total de habitações da cidade. Dentre estes 30.800 são realmente de déficit, ou seja, ausência quantitativa de domicílios, e 35.500 de inadequação habitacional, ou seja, em assentamentos precários. O Plano ressalta ainda que são mais de 22 mil domicílios com renda de 0 a 3 salários mínimos e mais de 11.300 com renda de 3 a 5 salários mínimos. Na Tabela 4 abaixo apresentamos a quantidade de domicílios em favelas e ocupações e os domicílios em loteamentos ilegais que totalizam o déficit habitacional de Campinas, e dentre esses indicamos o número de moradias que apresentam irregularidades.

**Tabela 4 – Déficit habitacional por tipo de moradia e as irregularidades apresentadas
Campinas-SP (2009)**

Tipo de moradia irregular	Quantidade de domicílios (em números absolutos*)
Favelas e ocupações	12.732
Loteamentos ilegais	57.857
Total déficit habitacional	70.589
Em risco ou passível de remoção	5.609
Coabitação	11.453
Com adensamento excessivo	10.863
Sem banheiro	1.799

Fonte: Plano Municipal de Habitação (2011) / Secretaria de Habitação (2009)

Tabulação: Helena Rizzatti Fonseca (2013)

*Não é possível fornecer a porcentagem pois esta foi calculada em cima do total de domicílios da Região Metropolitana de Campinas (RMC).

A tabela demonstra que dos 70.589 domicílios irregulares praticamente 82% estão em loteamentos ilegais, enquanto os outros 18% estão distribuídos em favelas e ocupações. Essa grande diferença indica a importância que os loteamentos ilegais cumpriram durante o segundo período de periferização de Campinas. Além desse dado, nota-se que a principal irregularidade dos domicílios se deve à coabitação, ou seja, mais de um domicílio por terreno; seguido pelo adensamento excessivo. Ambos apontam que a densidade populacional nos aglomerados subnormais se constitui como um dos principais problemas em Campinas. Tal problemática segue a tendência de todo o país que apresenta altos índices de densidade populacional nas áreas de moradia irregular da população de baixa renda (IBGE, 2010).

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), de 2009, foram contabilizados os domicílios com diferentes problemas e os apresentamos na Tabela 5.

Tabela 5 – Problemas nos domicílios e porcentagem em relação ao total de domicílios em Campinas-SP (2009)

Problemas nos domicílios	Número de domicílios	Porcentagem em relação ao total de domicílios
Inadequação fundiária	15.590	5,59
Carência de infraestrutura	27.516	9,86
Adensamento excessivo	16.661	5,97
Sem banheiro	2.967	1,06

Fonte: PNAD (2009)

Tabulação: Helena Rizzatti Fonseca (2013)

Os domicílios que foram contabilizados nessa pesquisa fazem parte de um total que se restringe aos domicílios irregulares na cidade, e, dentre esses foram indicados seus diferentes problemas. É possível observar na Tabela 5 que o problema que abarca a maior porcentagem de habitações diz respeito às infraestruturas urbanas, com quase 10% das habitações irregulares nessa situação. Essa indicação condiz com nossa prévia análise de que a população carente reside em áreas distantes do centro, nas quais a ausência de infraestruturas urbanas são uma constante. Seguido deste problema está o adensamento excessivo com 6%, a inadequação fundiária com 5,6% do total considerado na contagem, e, por fim, os domicílios que não possuem banheiros com pouco mais de 1% do total de irregulares.

Por fim, em busca de analisar a condição de vida da população de Campinas, apresentamos, na Tabela 6, a porcentagem de chefes de domicílios em diferentes faixas de renda, de acordo com a quantidade de salários mínimos que recebem, para o período de 1990 a 2010.

Tabela 6 – Rendimento de chefes de domicílios, por quantidade de salários mínimos²⁵, na cidade de Campinas-SP, nos anos de 1991, 2000 e 2010 (em porcentagem)

Salários Mínimos/Ano	1991	2000	2010
Sem rendimento	3,26	8,09	4,43
Mais de 0 a 2	21,78	16,58	5,94
2 a 5	33,84	29,11	49,28
5 a 10	21,55	23,05	23,42
Mais de 10	19,57	23,17	16,93
Total	100	100	100

Fonte: IBGE (2000 e 2010)

Tabulação: Helena Rizzatti Fonseca (2013)

O total de chefes de domicílios que declararam não possuir renda teve grandes alterações, crescendo, de 1991 a 2000, de 3,26% para 8,1%, e na década seguinte decresceu consideravelmente indo para 4,4%. Nota-se a grande queda da população que recebe de zero a dois a salários mínimos que, em 1990, era de aproximadamente 20% dos chefes e, em 2010, são menos de 6%. Destaca-se ainda a concentração de praticamente metade da população de Campinas na faixa de 2 a 5 salários mínimos, ou seja, entre R\$ 1.350,00 e R\$ 3.390. Por fim, é importante notar a pequena queda dos chefes de domicílios que recebem mais de 10 salários mínimos que passou de 19,6% para quase 17%. Grosso modo, parece haver uma melhor distribuição de renda na cidade, no ano de 2010, e uma população com maior rendimento devido, provavelmente, à atual política econômica nacional.

Em nenhum índice ou plano que tivemos acesso foi constatada a diminuição da população pobre, constatou-se, sim, a queda do crescimento dessa população, de 2000 a 2010, em relação às décadas anteriores. Em todas as entrevistas realizadas os entrevistados confirmaram que há crescimento da população em ocupações e favelas da cidade e ressaltaram, em uníssono, que não estão aumentando os pontos de ocupações e favelas. Isso

25 Devemos lembrar que, no ano de 1991, o salário mínimo era de Cr\$12.325,60 por mês, quando é adotada a moeda do Real, no ano de 1994, o salário mínimo era de R\$ 70,00; e no final dessa década, em 1999, era de R\$ 136,00. No ano 2000, o salário mínimo do país era de R\$ 151,00 por mês e, em 2010, equivalia a R\$ 510,00 por mês (o equivalente a R\$18,00 por dia e R\$ 2,32 por hora). Hoje esses valores são respectivamente de R\$ 678,00, R\$ 22,60 e R\$ 3,08. É importante ressaltarmos que, apesar de não calcularmos, o custo de vida, de 1990 a 2010, também se alterou bastante de forma que nos impede de saber o quão real são essas valorizações dos salários mínimos no país. Todos esses valores foram adquiridos no seguinte sítio virtual:

<<http://www.trt3.jus.br/informe/calculos/minimo.htm>>.

se deve à facilidade, proporcionada pelas atuais tecnologias como imagens de satélite, do controle de novas áreas irregulares, além de reclamações da população residente próximo a novos núcleos que tentam se formar, entre outros. Todos afirmaram, porém, que há um adensamento constante nesses antigos núcleos, sendo notável o processo de verticalização em favelas e ocupações como a Vila Brandina (uma das favelas mais antigas da cidade, localizadas em sua área central), em que as casas chegam a ter quatro patamares, ou no Parque Oziel, também na área central da cidade, que se verticaliza visivelmente com a rápida rarefação de terras para novos moradores.

Atentamos para o descompasso entre a indicação que as análises quantitativas dão, de queda do crescimento da população residente em favelas e ocupações em Campinas, e o que a realidade da cidade mostra: a chegada diária de novas famílias e o adensamento populacional nessas favelas e ocupações já constituídas. Tais constatações são notadas a partir da observação das regiões estudadas, das entrevistas com os servidores públicos e com os líderes das ocupações.

Esse descompasso expõe a existência de falhas metodológicas presentes na produção desses dados quantitativos. Tais falhas se devem à estrutura estática da produção dos dados que não partem de uma compreensão prévia da história de cada lugar nem mesmo da cidade como um todo, o que permitiria elaborar 'diagnósticos' mais profundos e duradouros. Além disso, uma análise qualitativa da situação da moradia em áreas irregulares também possibilitaria a elaboração de um quadro mais realista. Frisamos, devido a isso, que os trabalhos de campo são fundamentais para compreensão da questão.

Além dessas inadequações na produção mesma dos dados, ressaltamos que não é possível acessar os dados gerais do Censo, de modo que quando disponibilizados os dados já estão sob análise e não nos é permitido acessar o banco de dados ainda em estado bruto.

Retomamos, no sentido dessa crítica, as análises do Observatório das Metrópoles sobre as grandes cidades e metrópoles do país que estão relatadas no Plano Municipal de Habitação de Campinas. De acordo com esse instituto de pesquisa, a cidade de Campinas se destaca tanto por sua pujança como por sua pobreza absoluta²⁶ e não pela sua pobreza

²⁶ A pobreza absoluta se refere ao total de pobres residente na cidade.

relativa²⁷ que é considerada, dentro do contexto nacional, de baixos índices. Essa distância entre a pobreza absoluta e a pobreza relativa se repete na maioria das aglomerações do país em que se combinam altos indicadores de riqueza concentrada e de pobreza dispersa (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2010). Coloca-se aí um grande desafio para o estudo sistemático e científico das grandes cidades e metrópoles do país: de que maneira desvendarmos a realidade em que os cidadãos vivem se os dados, por si só, não são passíveis de análise e, em relação ao resto do país, dificultam a compreensão da cidade como um todo?

Em busca de captar melhor essa cidade corporativa iremos analisar, no próximo item, as desigualdades intraurbanas demonstrando assim que, além de espraiada e segregada, Campinas é uma cidade fragmentada seguindo os rumos da urbanização corporativa brasileira.

1.4 A cidade fragmentada: as desigualdades intraurbanas e as regionalizações do poder público municipal – delimitando a Região Sul

Como indicamos ao final do item anterior Campinas é uma cidade com altos índices de riqueza, concentrada numa parcela do território e da população, mas também com altos índices de pobreza absoluta, concentrada em outra grande parcela da cidade, colocando um desafio para sua análise, pois é preciso pormenorizar as diferenças intraurbanas para compreendermos a situação atual dos moradores da periferia pobre, com destaque para as ocupações urbanas da região do Jardim Campo Belo e do Parque Oziel que estamos analisando.

Essas ocupações, como já mostramos, são conectadas pela Rodovia Santos Dumont e têm histórias que se inter-relacionam. A partir disso buscamos definir essa parcela do território e, assim, possibilitar uma análise mais abrangente do cotidiano da população residente em ambas. Denominamos tal parcela como Região Sul, porém não se trata de uma

²⁷ A pobreza relativa se refere à porcentagem de população pobre residente na cidade em relação à população total da mesma.

delimitação de fácil compreensão devido às diferentes regionalizações utilizadas pelo poder público municipal.

Como escrevemos (MESTRE & FONSECA, 2011, p. 36) as regionalizações “como processo intermediário entre os regionalismos e a afirmação da região, produzem ideologias, que buscam legitimidade ou autonomia para servir de emissoras ou de alvo para políticas específicas” (VAINER, 1995). É por isso que 'regionalizar', como destaca Ribeiro (2004b), não é apenas um ato técnico, envolve uma gama de ações e agentes manifestados historicamente por setores dominantes locais, governos e, hoje, empresas globais. A regionalização de Campinas assegura projetos hegemônicos, pois está a serviço das produções modernas e da produção de excedentes. A fluidez territorial, a concentração de investimentos e a separação dos melhores e dos “outros” pedaços da cidade desenham topologias isoladas (MESTRE, 2009).

Ribeiro (2004b) diferencia a "regionalização como fato" que independe da ação hegemônica do presente, e a "regionalização como ferramenta" dessa mesma ação. Na primeira definição, a regionalização é compreendida a partir de um esforço de periodização e, na segunda, a região tal como é, hoje, objeto do Estado, das corporações e dos movimentos sociais. A região encarna os interesses dos agentes diversos e a influência das esferas da vida coletiva. Essa expressão espacial que é um fato, pode também ser objeto de delimitação visando implementar uma ação.

Acerca disso, o desafio é de criar uma regionalização democrática, baseada no conflito, no exercício da política, pois como nos fala Ribeiro (2004b, p. 202): a regionalização representa para os atores sociais uma indispensável informação nas relações sócio-espaciais diárias, na medida em que os atos cotidianos reiteram ou questionam a configuração dos lugares, uma condição estratégica na resistência à ação e aos agentes hegemônicos, na construção de alianças políticas e em lutas por recursos territorializados.

Em busca de demonstrar essa capacidade de reproduzir a ideologia dominante e devido à dificuldade, perceptível na análise dos dados de forma geral da cidade e, também, das políticas de regularização do solo urbano que discutiremos no próximo capítulo, apresentaremos nesse item as regionalizações (como ferramenta) propostas e utilizadas pela PMC. A primeira delas divide o município em Macrorregiões, que explica o processo de urbanização corporativa em linhas gerais em Campinas, sendo uma parcela

majoritariamente de alta renda e outra de baixa renda; a segunda divide o município em Grandes Regiões (GR) e Macrozonas que são as mais utilizadas pelo poder público municipal, sendo esta última inclusive a base para a participação popular no planejamento territorial através da elaboração dos Planos Locais de Gestão (PLG) elaborados para cada Macrozona; e, por fim, a regionalização das Administrações Regionais (AR), a que melhor se aproxima da área de estudo delimitada por nós.

Com base no Plano Diretor de Campinas, de 2006, há uma Macrorregião Norte e uma Macrorregião Sul²⁸, sendo esta última compreendida como a *zona opaca* da cidade e onde está inserida toda a Região Sul, parcela do território que analisamos aqui. O estudo de Cano & Brandão (2002) já destacava o adensamento da periferia pobre, a pauperização da população da cidade e a manutenção de um processo de urbanização fragmentado e segmentador da sociedade campineira, com uma clara divisão do espaço urbano: a Macrorregião Norte rica, equipada com serviços públicos e privados de saúde, educação, lazer e cultura, de forma geral; e a Macrorregião Sul pobre, com pouquíssimos fixos públicos e densa ocupação populacional. De acordo com esses autores (idem, p. 127), 54,2% da população favelada e 72,9% da população das ocupações estavam concentradas nas regiões Sul e Sudoeste de Campinas, a Macrorregião Sul; enquanto 32,9% da população favelada e 12,9% das ocupações encontravam-se nas regiões Norte e Leste, a Macrorregião Norte. Conforme M. Pires & S. Santos (2002, pp. 57 e 58), pelas grandes diferenças na dinâmica de ocupação na fração Nordeste da cidade, em relação ao mesmo processo na fração Sudoeste da cidade, consolida-se, nesta última, um “padrão de urbanização caracterizado pela precariedade dos assentamentos urbanos”.

Nota-se, assim, uma desigualdade sócio-espacial que revela uma relação direta entre a diferença de renda das famílias campineiras e os elementos urbanos nas áreas em que elas vivem. Essas distintas realidades existentes na cidade são sintetizadas na tese de Semeghini (1991, pp. 157 e 158):

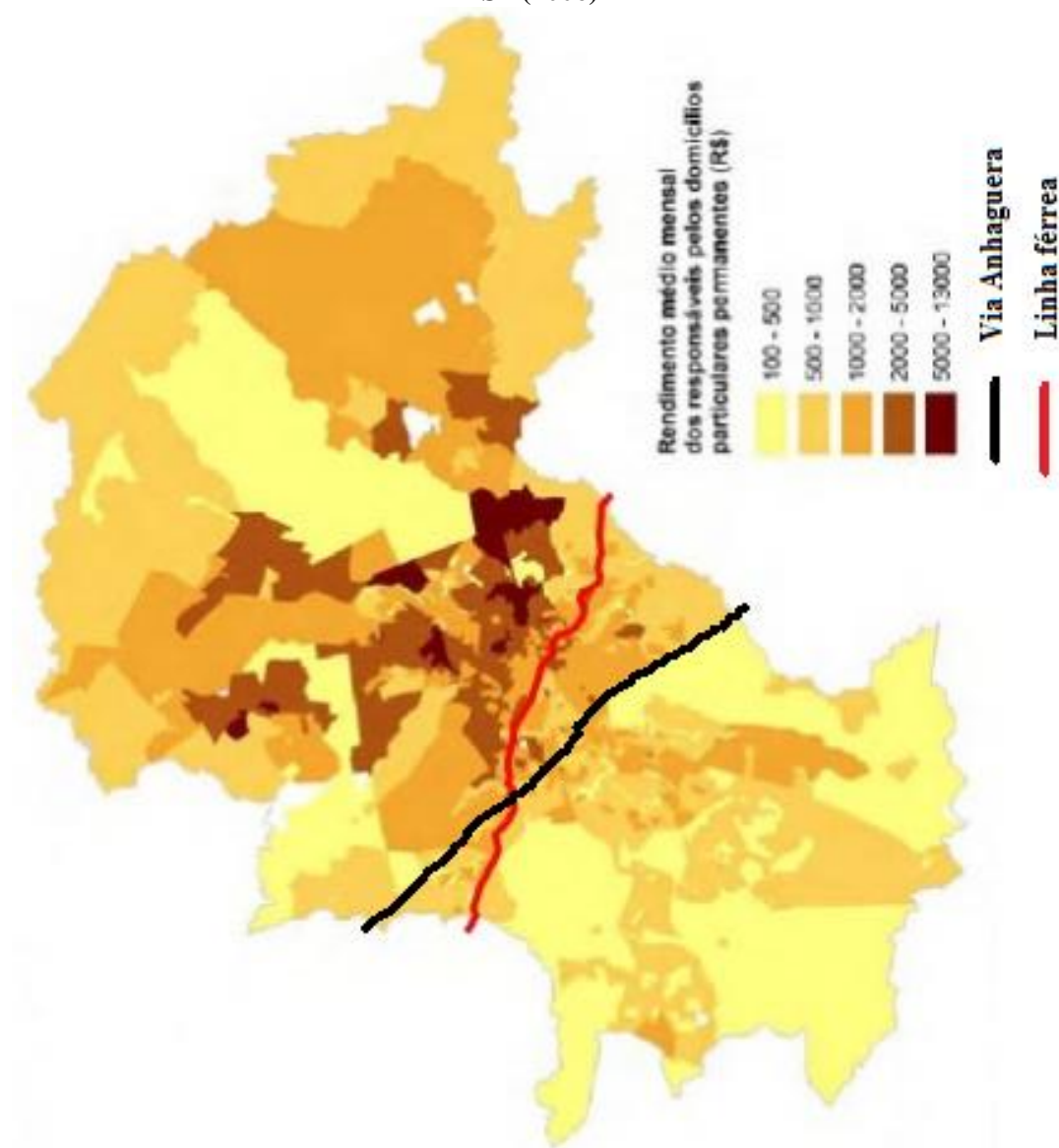
São expressivos em Campinas tanto os fluxos de mão-de-obra não-qualificada que demandam o município diariamente, oriundos de cidades próximas (principalmente Sumaré) quanto, inversamente, os fluxos de

28 Essa divisão entre a Macrorregião Sul e a Macrorregião Norte não está mais sendo utilizada pelo poder público municipal, porém consta no Plano Diretor de 2006.

mão-de-obra qualificada que reside na cidade e trabalho em São Paulo, Paulínia, (...). Do ponto de vista da constituição social, destaca-se desde logo a maior complexidade da divisão do trabalho. Nos vários setores, expandem-se novas funções com requerimentos de qualificação do trabalho em muito maior grau. (...). Duas características importantes da cidade são, por um lado, a dimensão relativa de sua classe média, onde destaca-se expressivo contingente de profissionais liberais das mais variadas especializações. (...) e por outro lado, as oportunidades que oferece ao trabalho no chamado setor informal, decorrentes principalmente da expressão, numérica e em termos de renda, dos segmentos sociais médios que demandam variada gama de serviços. Esta última característica é um forte estimulante dos fluxos migratórios que demandam a cidade.

Apresentamos a Figura 5, contendo a distribuição do rendimento médio mensal do responsável por domicílio em Campinas, elaborada pela poder público municipal. Indicamos na figura a antiga linha férrea (em vermelho) (HELENE, ADREOTTI & MARIANO, 2011), construída pelo e para o capital cafeeiro, e a Rodovia Anhanguera (em preto) como eixo divisor da cidade.

Figura 5 – Distribuição do rendimento mensal de chefes de domicílios em Campinas-SP (2006)



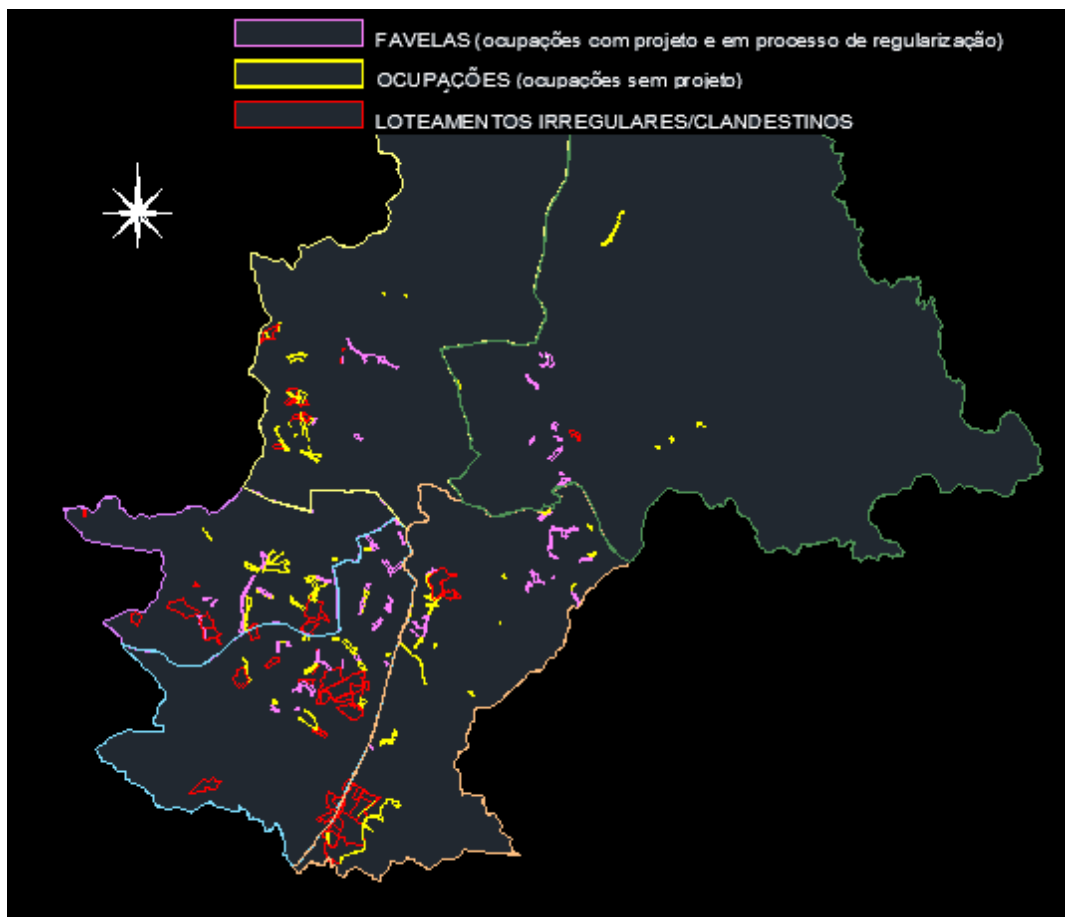
Fonte: Plano Diretor de Campinas (2006)

Elaboração cartográfica: Helena Rizzatti Fonseca (2013)

De acordo com a legenda, quanto mais escura a cor maior é a renda domiciliar. Observa-se, portanto, que ao Sul da antiga linha férrea e ao Sul da Rodovia Anhanguera não havia domicílios com renda média mensal superior a R\$ 2.000,00, havendo, por outro lado, grandes áreas nessa parcela do território que apresentam domicílios com renda de R\$ 100,00 a R\$ 500,00. A grande mancha clara existente no meio da região Norte e no extremo da Noroeste são áreas rurais dentro do perímetro municipal.

Nas palavras de M. Santos (2008 [1993], p. 122) “o processo de urbanização corporativa se impõe à vida urbana como um todo, mas como processo contraditório, opondo parcelas da cidade, frações da população, formas concretas de produção, modos de vida, comportamentos”. Outra manifestação dessa oposição é visível na Figura 6 onde é apresentada a localização das favelas, ocupações e loteamentos irregulares da cidade. É notável a maior concentração dessas formas de morar na Macrorregião Sul de Campinas.

Figura 6 – Favelas, ocupações e loteamentos irregulares em Campinas-SP (2013)



Fonte: Secretaria de Habitação (2013)

Já na Figura 6, acima, o território campineiro aparece dividido em Grandes Regiões (GR). Essa divisão em Grandes Regiões (GR) é bastante utilizada hoje no planejamento da cidade, especialmente pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano (SEPLAN). Observa-se o maior número de moradias irregulares nas Grandes Regiões Noroeste (em cor-de-rosa), Sudoeste (em azul clara) e Sul (em laranja clara), todas se

localizam ao Sul da Rodovia Anhanguera, enquanto na Grande Região Norte (em cor amarela) e Leste (em verde) há pequenas áreas de moradia irregular. A Macrorregião Sul é composta pelas Grandes Regiões Noroeste, Sudoeste e Sul; enquanto a Macrorregião Norte é composta pelas Grandes Regiões Norte e Leste. Fica clara a diferença da paisagem urbana e subentendida a diferença no modo de vida em cada Macrorregião da cidade.

Na Figura 7 apresentamos as Grandes Regiões de Campinas localizando as regiões do Parque Oziel e do Jardim Campo Belo por nós estudadas nesta dissertação.

MUNICÍPIO DE CAMPINAS
Divisão segundo as Grandes Regiões.

Elaboração cartográfica: Helena Rizzatti Fonseca (2014)

A Grande Região Sul (em cor azul clara) abrange uma área maior do que o recorte dessa pesquisa, pois ela se estende para Norte da Rodovia Anhanguera. Ao observarmos a Figura 6 nota-se que há algumas favelas localizadas nessa área (ao Norte da Rodovia Anhanguera) que não analisamos neste estudo. São favelas pequenas instaladas próximas à via férrea em terras públicas, não apresentando assim as características que privilegiamos neste estudo: ocupações de maiores proporções e organizadas a partir da década de 1990.

Abaixo apresentamos, na Tabela 7, a população residente em cada GR no período de 1970 a 2010.

Tabela 7 – População residente em cada Grande Região de Campinas-SP (2010)

Grande Região/Ano	1970	1980	1991	2000	2010
Norte	83.353	136.161	162.858	173.022	197.022
Sul	134.970	206.261	225.498	257.364	293.824
Leste	129.634	179.065	204.751	208.180	230.979
Sudoeste	21.449	109.145	179.264	226.452	234.804
Noroeste	7.091	33.550	74.916	103.653	123.484
Campinas	376.497	664.182	847.287	969.289	1.080.113

Fonte: Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010 (IBGE)

Tabulação: Helena Rizzatti Fonseca (2013)

Destaca-se na Tabela 7 acima o altíssimo crescimento populacional nas Grandes Regiões Sudoeste e Noroeste, ambas tratam majoritariamente do acréscimo de população de baixa renda como demonstraremos mais a frente.

Na sequência a Tabela 8 fornece a porcentagem populacional, em relação ao total da população da cidade, de cada Grande Região.

Tabela 8 – População por Grande Região de Campinas-SP por década (1970-2010)
(em %)

Região/Ano	1970	1980	1991	2000	2010
Norte	22,1%	20,5%	19,2%	18%	18,2%
Sul	35,85%	31,05%	26,6%	26,55%	27,2%
Leste	34,4%	27%	24,2%	21,4%	21,4%
Sudoeste	5,75%	16,4%	21,2%	23,35%	21,8%
Noroeste	1,9%	5,05%	8,8%	10,7%	11,4%
Campinas	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010 (IBGE)

Tabulação: Helena Rizzatti Fonseca (2013)

Observa-se acima na Tabela 8, de forma geral, uma melhor distribuição da população de Campinas entre as Grandes Regiões. A GR Noroeste é, desde 1970, a de menor contingente populacional; a GR Sudoeste é a que mais se altera, no período, passando da penúltima região em número de população, em 1970, e chegando à segunda região com maior população, atrás apenas da GR Sul que constantemente se mantém como a região de maior contingente populacional; e a GR Leste, durante todo o período, sofre decréscimo do número populacional. No período que analisamos nesse estudo, de 1990 a 2010, a GR Noroeste é a que mais cresceu populacionalmente com aumento de 2,6% do contingente populacional, em relação ao total da cidade, nesse período; ou seja, se em 1991 a Grande Região Noroeste abrangia 8,8% da população total da cidade, em 2010 ela abrangia 11,4%, enquanto as outras GRs mantiveram a mesma porcentagem ou diminuíram.

Na Tabela 9 apresentamos o acréscimo populacional em cada Grande Região em números absolutos, nos períodos de 1991 a 2000, de 2000 a 2010 e de 1991 a 2010, com intuito de termos um melhor quadro desse processo. Organizamos a Tabela 9 em ordem decrescente, de acordo com o total do acréscimo populacional em números absolutos, no período de 1991 a 2010.

**Tabela 9 – Acréscimo populacional por Grande Região de Campinas-SP
(1991-2000/2000-2010/1991-2010)**

Grande Região	1991 – 2000	2000 – 2010	1991 – 2010
Sul	31.866	36.460	68.326
Sudoeste	47.188	8.352	55.540
Noroeste	28.737	19.831	48.568
Norte	10.782	23.382	34.164
Leste	3.429	22.799	26.228
Campinas	122.002	110.824	232.826

Fonte: Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010 (IBGE)

Tabulação: Helena Rizzatti Fonseca (2013)

A Tabela 9 acima indica que, no período de 1991 a 2000, o maior acréscimo populacional foi na GR Sudoeste; de 2000 a 2010, foi na GR Sul onde mais aumentou o número de pessoas; e, cobrindo todo esse período, é esta última que se destaca com quase 70 mil pessoas a mais nos últimos vinte anos; seguida da GR Noroeste que, entre 1991 e 2000, teve um grande crescimento populacional (48.568 pessoas). As GRs Leste e Norte, que apresentaram baixo acréscimo populacional na década de 1991 a 2000, tiveram considerável crescimento na década seguinte. A Macrorregião Sul se caracteriza pela soma entre as Grandes Regiões Sul, Sudoeste e Noroeste e totalizam um aumento populacional, entre 1991 e 2010, de 172.434; enquanto na macrorregião Norte (composta pelas Grandes Regiões Norte e Leste) esse total é de 60.392 pessoas a mais, equivalente a quase um terço da população majoritariamente pobre da Macrorregião Sul.

Na Tabela 10 é mostrado o total de responsáveis de domicílios por faixa de rendimento, em Salário Mínimo, de acordo com as Grandes Regiões de Campinas, para o ano de 2010.

Tabela 10 – Quantidade de responsáveis por domicílio segundo faixas de rendimento em Campinas-SP (2010)

GR/Rendimento (em SM)	Até 1	De 1 a 3	De 3 a 5	De 5 a 10	De 10 a 15	De 15 a 20	Mais de 20	Sem renda
Leste	5.771	22.414	13.658	18.555	5.958	5.926	5.437	8.219
Noroeste	5.586	18.287	3.833	1.540	148	86	56	6.612
Norte	6.700	24.538	9.395	8.819	2.289	2.077	1.528	7.527
Sul	11.403	39.531	14.154	11.593	2.176	1.578	989	11.793
Sudoeste	9.804	34.048	9.480	4.262	417	197	82	12.275
Campinas	39.264	138.818	50.520	44.769	10.988	9.864	8.092	46.426

Fonte: Censo Demográfico de 2010 (IBGE)

Tabulação: Helena Rizzatti Fonseca (2013)

De acordo com a tabela acima as GRs Sul e Sudoeste são as que possuem maior população sem renda, somando um total de 24.068 domicílios nessa situação. Com até um salário mínimo, somando-se as três GRs que compõem a Macrorregião Sul, há 26.073 domicílios, sendo a GR Sul a que possui mais domicílios nessa situação. Na Macrorregião Norte, somando-se as GRs Leste e Norte, há 12.471 domicílios nessa faixa de renda, menos que a metade da Macrorregião Sul. A maior parte dos domicílios se concentra na camada de 1 a 3 salários mínimos em todas as GRs; a Macrorregião Sul soma ao todo 91.866 domicílios nessa faixa de renda; na Macrorregião Norte são 46.952 domicílios, praticamente metade dos domicílios equivalente ao Sul da cidade. Por fim, destacamos as altas faixas de renda, com rendimento de 15 a 20 salários mínimos e acima de 20 salários mínimos, para as quais os números das GRs Noroeste, Sul e Sudoeste são baixos, somando ao todo 2.988 domicílios nessas faixas de renda, enquanto as GRs Leste e Norte possuem um total de 14.878 domicílios. As desigualdades sócio-espaciais Norte-Sul são, portanto, gritantes.

Apresentamos na Tabela 11 o número de população residente em aglomerados subnormais em cada Grande Região nos anos de 1991, 2000 e 2010; e as taxas de crescimento ao ano da população residente nesses aglomerados em cada Grande Região para os períodos de 1991 a 2000 e de 2000 a 2010.

Tabela 11 – População residente em aglomerados subnormais nas Grandes Regiões de Campinas-SP e suas taxas de crescimento ao ano (1991-2000 / 2000-2010)

Grandes Regiões	População residente em aglomerado subnormal (em números absolutos)			Taxa de crescimento populacional ao ano (em %)	
	1991 ²⁹	2000	2010	1991-2000	2000-2010
Leste	11.910	10.600	10.634	-1,29	0,03
Sul	17.013	39.809	53.948	9,91	3,09
Norte	7.722	17.476	17.622	9,5	0,08
Sudoeste	22.798	44.551	51.026	7,73	1,37
Noroeste	4.006	14.236	14.802	15,13	0,39
Total	63.449	126.672	148.032	7,98	1,57

Fonte: Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010 (IBGE)

Tabulação: CSPS – Deplan/Seplan/PMC (2013)

Observa-se, mais uma vez, que o maior contingente populacional em aglomerados subnormais da cidade está na Macrorregião Sul desde o primeiro ano da Tabela 11. Dentro desta área, houve um enorme acréscimo populacional da GR Noroeste, de 1991 a 2000, com um crescimento superior a 15% ao ano, que se deve às inúmeras ocupações nos bairros a margem da Avenida John Boyd Dunlop, nos bairros Satélite Íris, Jardim Florence, Jardim Novo Maracanã e Parque Floresta no limite municipal com a cidade de Hortolândia. Na Figura 6 é possível verificar essas ocupações delimitadas como loteamentos irregulares (cor vermelha) dentro da GR Noroeste. Outro destaque é o crescimento da GR Sul de quase 10% ao ano, de 1991 a 2000, e próximo a este está o crescimento da GR Norte, com 9,5% ao ano. Esta última caracteriza-se pelo aumento de condomínios nessa parcela (FREITAS, 2008), como mostramos no item 1.2. Por fim, a região Sudoeste, foi a que cresceu em menor ritmo, entre 1991 e 2000, apesar de se tratar de um alto ritmo de crescimento com quase 8% ao ano.

De 2000 a 2010, o crescimento em todas as Grandes Regiões é inferior à década anterior, com exceção da GR Leste que diminuiu sua população, entre 1991 e 2000, e se

²⁹ Lembramos que o Censo de 1991, realizado durante o mandato do Presidente Fernando Collor que foi deposto por *impeachment* em 1992, não obteve bons resultados e teve sua metodologia totalmente alterada nos Censos seguintes (o Censo de 2000 foi o primeiro a utilizar da nova metodologia que apesar de ir se alterando se mantém bem parecido com o Censo de 2010, o mais recente). É importante que consideremos isso ao avaliarmos as grandes diferenças numéricas que existem entre os dados para o ano de 1991 e para o ano de 2000. Já o Censo 2000 tem uma metodologia que se mantém e obteve resultados consideravelmente mais satisfatório do que seu predecessor.

mantém praticamente estável na década seguinte. Assim, como a GR Noroeste e a GR Norte, todas apresentam taxas de crescimento populacional inferiores a 1% ao ano. Já a GR Sudoeste tem um crescimento de quase 1,4 % ao ano, mas, ainda assim, muito inferior à década anterior. E a Grande Região Sul apresenta a maior taxa de crescimento populacional no período com quase 3,1% ao ano.

Notamos que o acréscimo populacional da cidade entre 1991 e 2000 é alto em relação à última década, entretanto, em relação às décadas anteriores nota-se uma queda no crescimento populacional de Campinas. A taxa de crescimento da população total da cidade, de 1991 a 2000, é de 1,5% ao ano, uma taxa bastante inferior em relação às décadas anteriores: quase 3% ao ano na década de 1980; e superior a 5% ao ano, nas décadas de 1970 e 1960, de acordo com o Plano Diretor de 2006. Relembramos que houve políticas de incentivo à vinda de migrantes para a região devido à desconcentração concentrada, desde 1970, como já explanamos. Em todas as décadas (1970 a 2010) a taxa de crescimento ao ano da população residente em aglomerados subnormais é superior ao crescimento populacional total da cidade.

No estudo de Pires (2007) fica clara a tendência de distribuição da população de Campinas para cidades da sua Região Metropolitana na década de 1990. O último Censo Demográfico do país revela essa tendência como visível em, praticamente, todas as regiões metropolitanas nacionais. Para nós, esse crescimento da população residente em aglomerado subnormal se deve também à melhora da elaboração de dados da cidade, com fins de uso nos Planos Diretores elaborados nas décadas de 1990 e 2000, e ao adensamento das ocupações da cidade que se localizam majoritariamente na Macrorregião Sul.

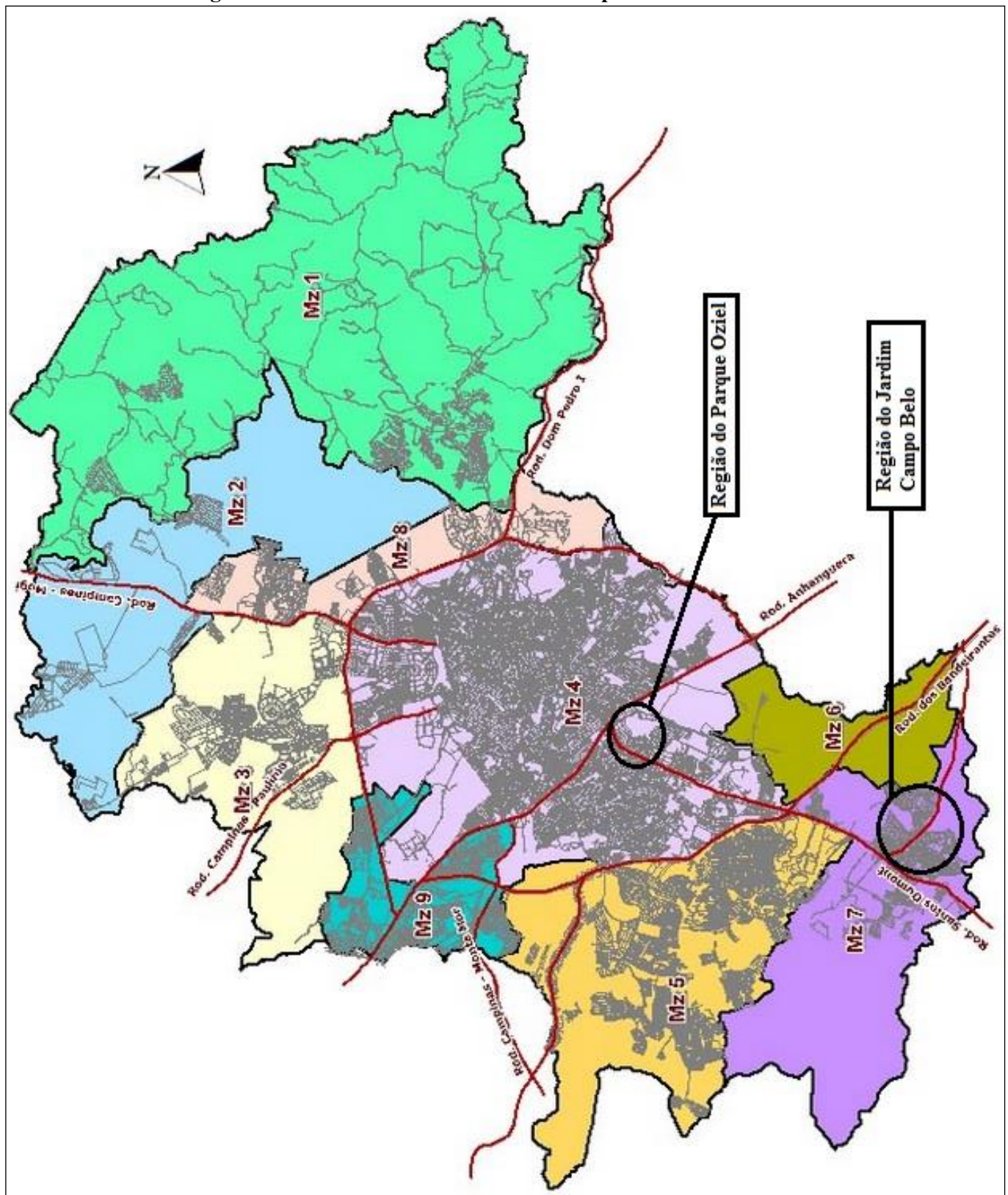
Na sequência, apresentamos a regionalização da cidade em Macrozonas. Em documento da Prefeitura de Campinas³⁰ estão descritas as diretrizes norteadoras da divisão da cidade nessas Macrozonas: “O macrozoneamento é uma divisão do município que considerou as características físico-territoriais ambientais e urbanísticas de cada região (divisores de água, barreiras físicas)”. Esse zoneamento foi utilizado para a elaboração dos Planos Locais de Gestão (PLGs) que são os diagnósticos que mais se aproximam da realidade dos lugares. No estudo de Mestre (2009) há uma análise detalhada sobre as

³⁰ Trata-se de apresentações disponibilizadas no site da prefeitura que foram utilizadas especificamente para os técnicos e especialistas da Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente (SEPLAMA).

macrozonas sintetizada na noção de que “esse macrozoneamento está condicionado ao discurso ambiental e à matriz de transportes” (ibidem, p. 55). Em nosso estudo anterior (FONSECA, 2011) destacamos a importância dos PLGs em virtude do detalhamento da constituição das áreas.

A cidade é composta por nove Macrozonas desde o Plano Diretor de 2006 (antes deste eram sete), e era a regionalização utilizada para o planejamento territorial durante a gestão do prefeito Hélio de Oliveira Santos (PDT), entre 2004 e 2011. Porém, com a mudança da gestão, tanto as Macrozonas, quanto os PLGs, estão para ser retirados de uso. Apresentamos a Figura 8 com essa regionalização da cidade.

Figura 8 – As Macrozonas da cidade de Campinas-SP



Fonte: Seplan (2011)

Elaboração cartográfica: Helena Rizzatti Fonseca (2014)

Toda a zona opaca de Campinas, a Macrorregião Sul da cidade, é composta pelas Macrozonas 5, 6, 7, com uma grande parte da Macrozona 4 e uma pequena parte da Macrozona 9, especificamente a parcela abaixo da Rodovia Campinas-Monte Mor. É possível ver pela malha urbana, representada em cinza, que na macrozona 6 não há nenhuma habitação por ser área rural. A Macrozona 5 equivale à maior parte da malha urbana da Grande Região Noroeste e Sudoeste, com exceção da área entre a Rodovia Anhanguera e a Rodovia Bandeirantes que são mais centrais e estão englobadas na Macrozona 4 (definida como a Macrozona de ocupação mais antiga e de maior densidade populacional). Na Macrozona 5 estão as regiões do Campo Grande e do Ouro Verde³¹, antigas e grandes periferias pobres, e é cortada pela Avenida John Boyd Dunlop. Indiscutivelmente uma zona opaca da cidade!

Abaixo apresentamos a Tabela 12 com o crescimento da população residente em favelas, sua porcentagem em relação ao total da população da cidade e a taxa de crescimento dessa parcela da população para os anos de 1991, 2000 e 2010 e seus intervalos. Todos os dados são referentes às Macrozonas 4, 5, 7 e 9.

Tabela 12 – População residente em favelas (1991 / 2000 / 2010), porcentagem dessa população em relação à população total e taxa de crescimento ao ano (1991-2000 / 2000-2010) dessa população na cidade de Campinas-SP (por Macrozonas)

Macrozonas	População residente em favelas			% População residente em favelas			Taxa de Crescimento (% a.a)	
Ano	1991	2000	2010	1990	2000	2010	1991-2000	2000-2010
4	43.569	55.781	59.570	7,3	9,3	5,5	2,78	0,66
5	10.542	45.451	52.307	8,3	23,1	4,8	17,63	1,41
7	1.500	9.770	19.523	13,5	36,5	1,8	23,17	7,17
9	6.507	16.645	16.627	10,6	22	1,5	11	0

Fonte: Seplan (2006), IBGE (2010)

Tabulação: Helena Rizzatti Fonseca (2013)

³¹ Nas eleições presidenciais deste ano (2014) será realizado um plebiscito popular no município de Campinas questionando o interesse da população em tornar a Macrozona 5 mais um distrito da cidade (há hoje 4 distritos em Campinas). A população será consultada sobre o interesse de tornar o Campo Grande um distrito e o Ouro Verde outro distrito. A consulta será feita separando essas duas regiões, porém ainda não se sabe se, caso a maior parte da população concorde com a criação desses distritos, eles serão constituídos separadamente ou como Campo Verde unindo-os.

De acordo com os dados atualizados da SePlan não há nenhum registro de favelas nas Macrozonas 1, 2, 6 e 8, desde 2000³². Em números totais as Macrozonas que mais se destacam são as 4 e 5 referentes à área central da cidade e à periferia mais antiga, respectivamente. Em relação à taxa de crescimento populacional ao ano, nota-se possíveis alterações das áreas com maior crescimento, com destaque, na década de 1991 a 2000, para a Macrozona 7 que cresceu a um ritmo galopante de 23,17% ao ano, e também para a Macrozona 5, com crescimento de 17,6% ao ano. Na Macrozona 9, apesar do ritmo de crescimento ser inferior, percebe-se um aumento de dez mil pessoas em dez anos.

Na última década há considerável alteração desse crescimento, com um ritmo médio de 7,17% ao ano a Macrozona 7 mantém um crescimento muito superior às outras Macrozonas; seguida pela Macrozona 5 que cresceu ao ritmo de 1,4% ao ano, entre 2000 e 2010. A Macrozona 4 cresceu menos de 1% ao ano, e a 9 se manteve estável, praticamente sem aumento populacional em favelas. Todas essas alterações de ritmo a cada década são sintomas de considerável descontrole por parte do poder público local devido à ausência de uma política habitacional ou mesmo de um Plano Municipal de Habitação passível de auxiliar o município, capacitando-o a orientar e instalar esses grandes contingentes populacionais, controlando a formação dos chamados 'bolsões de pobreza' como discutimos no item anterior. Veremos ainda que, efetivamente, as políticas habitacionais que vem sendo exercidas na cidade estão agravando a concentração da população pobre na Macrorregião Sul de Campinas com a implantação de enormes conjuntos habitacionais, monótonos, isolados e de péssima qualidade, financiados pelo Programa Federal Minha Casa, Minha Vida.

Ressaltamos a disparidade dessa regionalização em Macrozonas da cidade, na qual se pretende subdividir o município em menores parcelas, em relação à regionalização em Grandes Regiões pois acaba procedendo uma subdivisão em novas regiões que não é equivalente em nenhum sentido. Essa constante imprecisão dificulta a elaboração de uma análise precisa, assim como de possíveis 'diagnósticos'. A delimitação da Macrozona 4, por

32 Havia 787 moradores em favelas na Macrozona 1, no ano de 1991, porém elas foram removidas e, desde então, nessas cinco Macrozonas (1, 2, 3, 6 e 8) não há registro oficial de favelas. Sabemos que este é um dado falso, pois há antigas favelas na região dos Amarais, nos bairros Jardim Santa Mônica e Jardim São Marcos (J. SANTOS, 2005), que se mantém em péssimas situações de moradia e vida. Além disso, há favelas no extremo Norte do limite urbano como o Real Parque e o Recanto dos Pássaros. Todas acima da Rodovia Anhanguera e dentro da Grande Região Norte.

exemplo, torna-se um entrave para a leitura da cidade, posto que ela equivale a uma parcela tanto das Grandes Regiões Noroeste, Sudoeste e Sul quanto das Grandes Regiões Norte e Leste. Fica-se, assim, extremamente complicado compreender os dados que não se equivalem entre Macrozona e Grande Região. Além disso, nessas duas regionalizações da cidade mesclam-se, em quase todas as regiões (com exceção da Macrozona 6 que é inteira rural), áreas com boa infraestrutura urbana e população de alta renda com a situação inversa. Logo, quando tenta-se analisar a dotação de fixos públicos de saúde, lazer, educação, assistência social, e mesmo a própria infraestrutura urbana, nenhuma dessas regionalizações é eficiente.

Trata-se, então, de uma divisão administrativa que demonstra políticas que visam propriamente uma descontinuidade impedindo um eficiente planejamento da cidade como um todo, e não apenas, nas parcelas valorizadas do município.

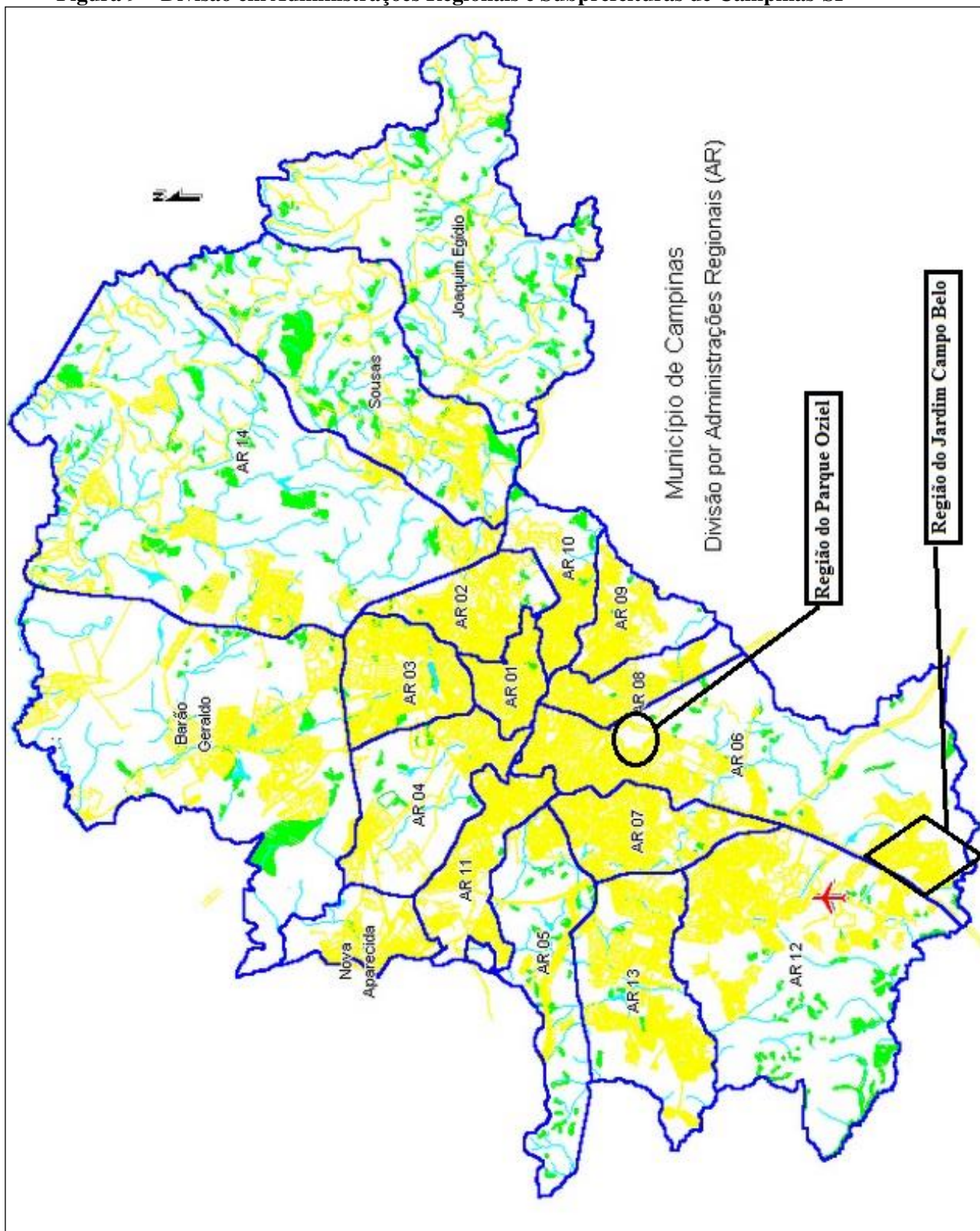
Um exemplo da problemática que essas diferentes regionalizações causam: a Secretaria de Educação, hoje, divide a cidade entre a Secretaria Leste e a Oeste. Naquela inclui-se bairros como Cambuí, Guanabara, Nova Campinas, Taquaral, Alto Taquaral todos com muitos fixos privados de educação, porém, simultaneamente, a mesma Secretaria Leste de Ensino administra o Parque Oziel, com apenas uma escola de Ensino Fundamental e Médio para uma população de 35 mil pessoas. Logo quando se faz uma análise dos fixos de educação ou ao adquirir dados através da Secretaria de Educação, não é possível notar as áreas da Secretaria Leste que apresentam enorme carência de fixos educacionais. No caso dos dados serem adquiridos a partir da regionalização das Macrozonas também não é possível compreender as áreas mais carentes dentro de uma mesma Macrozona: acontecerá o mesmo problema, posto que a região do Parque Oziel está inserida na Macrozona 4 assim como bairros de alta renda como o Cambuí, Alto Taquaral etc. Esse fato se repete para os fixos de educação, saúde, lazer, entre outros.

Lembramos que os PLGs são a ferramenta criada pelo Plano Diretor em vigor para permitir a participação popular no planejamento urbano, e tal ferramenta recorta o território a partir da regionalização por Macrozonas. Estas são delimitadas, como analisamos (FONSECA & MESTRE, 2011; MESTRE, 2009), pelas atividades econômicas, pela matriz de transporte e pelas características ambientais. Logo, devido à agenda política municipal que se foca no desenvolvimento econômico e no planejamento ambiental como

discutiremos nos próximos dois capítulos.

Por fim, trazemos a regionalização das Administrações Regionais (ARs) e Subprefeituras. Nesse parcelamento da cidade trabalha a Secretaria de Infraestrutura e as próprias Administrações Regionais. Estas são o órgão responsável por averiguar, relatar e, quando possível, solucionar problemas reclamados pelos moradores dos bairros que pertencem à sua jurisdição. Na nossa interpretação, essa é a subdivisão mais próxima do cotidiano dos moradores e da cidade. No município de Campinas há catorze Administrações Regionais, que se somam às subprefeituras de Barão Geraldo, Joaquim Egídio, Nova Aparecida e Sousas. Na Figura 09 apresentamos essa divisão da cidade.

Figura 9 – Divisão em Administrações Regionais e Subprefeituras de Campinas-SP



Fonte: Seplan (2011)

Elaboração cartográfica: Helena Rizzatti Fonseca (2014)

De acordo com o Plano Diretor de 2006, a Grande Região Sul é composta por quatro Administrações Regionais (06, 08, 09 e 10). Dentre estas a Administração Regional 06 é a região com a delimitação mais próxima da área que analisamos. A Administração Regional 06 é constituída por quarenta bairros nos quais vive uma população de aproximadamente 120 mil pessoas, com 14 ocupações e 13 favelas; aí se localizam as regiões do Parque Oziel (em torno de 35 mil pessoas) e do Jardim Campo Belo (aproximadamente 55 mil pessoas) que somadas contém a maioria da população da área.

Na Tabela 13 abaixo apresentamos os dados de crescimento populacional, de 2000 a 2010, de todas as Administrações Regionais e Subprefeituras de Campinas.

Tabela 13 – Área, população, taxa de crescimento ao ano e densidade populacional Administrações Regionais e Subprefeituras de Campinas-SP (2010)

AR e Sub-prefeitura	Área Km²	População		Taxa de Crescimento (%/ano)	Densidade	
		2000	2010		Hab/km²	Hab/hectare
1	8,345	68.489	72.516	0,57	8.689,71	86,90
2	15,922	39.800	40.575	0,19	2.548,41	25,48
3	18,438	72.388	77.140	0,64	4.185,75	41,84
4	29,303	41.579	40.257	-0,32	1.373,81	13,74
5	32,874	30.341	27.469	-0,99	835,57	8,36
6	79,099	118.486	152.898	2,58	1.933,00	19,33
7	18,682	107.839	105.178	-0,25	5.629,90	56,30
8	12,185	37.608	41.880	1,08	3.436,95	34,37
9	13,912	54.111	51.619	-0,47	3.710,40	37,10
10	14,330	46.674	47.427	0,16	3.309,58	33,10
11	17,931	69.214	70.218	0,14	3.915,94	39,16
12	80,924	118.619	129.626	0,89	1.601,82	16,02
13	36,456	73.312	96.015	2,73	2.633,76	26,34
14	142,660	10.339	20.332	7,00	142,52	1,43
Barão Geraldo	106,281	38.740	49.631	2,51	466,98	4,67
Joaquim Egidio	90,295	2.518	2.264	-1,06	25,07	0,25
Nova Aparecida	12,439	23.500	36.916	4,62	2.967,68	29,68
Sousas	64,667	15.829	18.152	1,38	280,70	2,81
Total	794,744	969.386	1.080.113	1,09	-	-

Fonte: Censo Demográfico de 2000 e 2010 (IBGE)

Tabulação: CSPS – Deplan/Seplan/PMC

A taxa de crescimento populacional anual é maior na Administração Regional 14 com 7% ao ano; trata-se da área onde se destacam as implantações de loteamentos murados e condomínios desse período. Na sequência, está o distrito de Nova Aparecida com 4,6% de

crescimento ao ano; esse distrito é o único dos quatro distritos do município de Campinas que se caracteriza por ser ocupado por uma população de baixa renda. Depois está a Administração Regional 13 com 2,73% de crescimento populacional ao ano; seguida pela Administração Regional 06 com 2,58% de taxa de crescimento da população ao ano. As outras parcelas do município apresentam taxas consideravelmente inferiores em relação às quatro primeiras. Trata-se do crescimento da população relativa de cada Administração Regional.

Em contrapartida, ao calcularmos o aumento absoluto de população nas ARs é a AR 06 a que mais aumentou populacionalmente. A seguir disponibilizamos na Tabela 14 o aumento da população, em números absolutos, de cada Administração Regional em ordem decrescente.

Tabela 14 – Aumento da população por Administração Regional e Subprefeitura de Campinas-SP entre os anos de 2000 e 2010

Administração Regional e Subprefeitura	Acréscimo populacional de 2000 para 2010 (em números absolutos)
06	34.412
13	22.703
Nova Aparecida	13.416
12	11.007
Barão Geraldo	10.891
14	9.993
03	4.752
08	4.272
01	4.027
Souzas	2.323
11	1.004
02	775
10	753
Joaquim Egídio	(-) 254
04	(-) 1.322
09	(-) 2.492
07	(-) 2.661
05	(-) 2.872
Campinas	110.727

Fonte: Seplan (2011)

Tabulação: Helena Rizzatti Fonseca (2013)

Com base na Tabela 14 acima é possível verificar, na última década, o destaque da área que estudamos. Em relação ao total da população acrescida à cidade nesse período, a Administração Regional 06 equivale a 31,1% do total, com aumento de mais de 34 mil pessoas num total de 120 mil pessoas que hoje reside nessa área. A maior parte da AR 06 foi, ou deveria ser, afetada pela lei municipal 11.834/03, que analisaremos no próximo capítulo.

E, para finalizar essa exposição analítica, apresentamos na Tabela 15 a população residente em aglomerados subnormais, nos anos de 1991, 2000 e 2010, e a taxa de

crescimento ao ano dessa população, nos períodos de 1991-2000 e 2000-2010, de acordo com as Administrações Regionais e as Subprefeituras.

Tabela 15 – População residente em aglomerados subnormais nos anos de 1991, 2000 e 2010 e taxa de crescimento dessa população para os períodos de 1991-2000 e 2000-2010 de acordo com cada Administração e Subprefeitura de Campinas-SP

ARs Sub- prefeituras	População Residente em aglomerados subnormais			Taxa de Crescimento Populacional (%/ano)	
	1991	2000	2010	1991 - 2000	2000 - 2010
1	-	-	-	-	-
2	4.868	4.161	4.632	-1,73	1,08
3	6.255	6.439	6.002	0,32	-0,70
4	6.129	5.196	4.752	-1,82	-0,89
5	-	317	927	-	11,33
6	6.188	27.140	41.772	17,85	4,41
7	16.262	13.823	13.132	-1,79	-0,51
8	-	-	-	-	-
9	4.288	5.278	4.778	2,33	-0,99
10	6.537	7.391	7.398	1,37	0,01
11	1.049	7.940	8.402	25,22	0,57
12	6.536	30.728	37.894	18,77	2,12
13	4.006	13.919	14.413	14,84	0,35
14	-	-	-	-	-
BG	544	930	467	6,14	-6,66
JE	-	-	-	-	-
NA	-	3.410	3.463	-	0,15
SO	787	-	-	-	-
Total	63.449	126.672	148.032	7,98	1,57

Fonte: Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010 (IBGE)

Tabulação: CSPS – Deplan/Seplan (2013)

É possível observar na tabela acima o notável aumento populacional em aglomerados subnormais na Administração Regional 06. No período de 1991 a 2000, a população dessa Administração Regional cresceu 17,85% ao ano, terceiro maior índice de crescimento entre as ARs. E, na última década, esse crescimento é o segundo maior da cidade, com ritmo superior a 4% ao ano. Com isso, nesses últimos vinte anos, a AR 06 passa da quarta colocação para a primeira em relação ao contingente populacional em aglomerado subnormal de Campinas.

Considerando todo o período destacado nesse estudo, ganham grandes proporções as ações de ocupação de terras urbanas na cidade que se dão majoritariamente na área que estamos analisando – uma grande parcela da Administração Regional 06 que chamamos de Região Sul. Esse fato indica uma nova localização da população pobre que, se antes se via

concentrada principalmente na parcela Oeste de Campinas (Administração Regional 07), hoje tem importante expressão também na Região Sul da cidade. Essa alteração do uso do território campineiro deveria ser incorporada pelo poder público local, pois indica, ao menos, novas áreas que necessitam de investimentos, tanto sociais e materiais (linhas de ônibus, postos de saúde, escolas) quanto imateriais (programas sociais).

No próximo capítulo, analisamos as políticas públicas de Campinas no âmbito da habitação; retomamos a história da Assembleia do Povo de Campinas; explanamos sobre o recente Plano Municipal de Habitação; e, por fim, discutimos a implantação das duas leis municipais de regularização do solo com fins de interesse social, 5.079/81 e 11.834/03, com maior destaque para a mais recente.

Pretendemos, assim, auxiliar na compreensão da maneira como a política pública municipal impede o fim do déficit habitacional através da manutenção dos privilégios para as classes dominantes evitando o conflito com os paradigmas do sistema econômico capitalista atual e dificultando para boa parte da população de Campinas o acesso à moradia de qualidade e o direito à cidade, logo, mantendo a necessidade da instalação de ocupações de terras urbanas como as que estudamos.

Considerações finais ao capítulo 1

Ao iniciarmos esse estudo com a descrição dos eventos que consideramos significantes da urbanização corporativa de Campinas, a partir de 1990, seguido pelo debate sobre o uso corporativo do território a partir da explanação sobre os condomínios e loteamentos murados, tratamos de uma das mais recentes mercadorias para habitação que reformulou a morfologia urbana e complexizou a análise das periferias urbanas do país. De acordo com Spósito (2011, p. 140) “a implantação desses empreendimentos [novos produtos imobiliários portadores de sistema de controle e vigilância] é um dos vetores de redefinição completa do par centro-periferia” por controlarem a acessibilidade e a circulação no território.

A cidade corporativa de Campinas é impulsionada pelo seu espraiamento que resulta numa forte fragmentação do seu território e agrava o déficit habitacional levando à necessidade da instalação de ocupações de terras urbanas por parte da população de baixa renda, retomamos uma passagem de M. Santos (1990, p. 16) que explica esse processo:

(...) nesse quadro de extremas disparidades socioeconômicas, a extensão desmesurada da cidade, enquanto dentro dela se mantêm vazios especulativos, é uma das causas do seu crescimento periférico. Esses fenômenos trabalham em conjunto, influenciando-se mutuamente e agravando a problemática urbana, cujas dimensões são multiplicadas pelas formas recentes do crescimento metropolitano: preferência pelos terrenos distantes para o estabelecimento de projetos habitacionais para as classes pobres; políticas privadas de criação e manipulação de loteamentos; políticas públicas ligadas à modernização do sistema viário, com localização seletiva das infra-estruturas, valorização diferencial dos terrenos, e expansão da especulação, com todas as consequências derivadas da superprodução de medidas elaboradas para atender a preocupações particulares e interesses individualistas, agravando, desse modo, a crise urbana e as dificuldades em que vive a maioria da população.

A fragmentação da cidade é, assim, a materialização da segregação sócio-espacial que entendemos como “um processo segundo o qual diferentes classes sociais (...) tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes *regiões gerais* ou *conjuntos de bairros* da metrópole. Referindo-se à concentração de uma classe no espaço urbano, a segregação não impede a presença nem o crescimento de outras classes no mesmo espaço” (VILLAÇA, 2001, p. 142, grifo do original). Consideramos, pois, que as diversas regionalizações

elaboradas pelo poder público municipal contribuem para intensificar a desigualdade sócio-espacial urbana.

Sugerimos, assim, uma melhor reflexão, por parte do poder público local, sobre qual tipo de regionalização utilizarão ao realizar o planejamento urbano e a participação popular. Consideramos que o lugar deve ser um ponto de apoio para o planejamento territorial “levando em conta a densidade demográfica e econômica da área e a sua fluidez.” (M. SANTOS, 2000b, p. 116). Como indica Vainer (2001, p. 29) “a política local deve ser concebida como parte de uma estratégia *transescalar* e, portanto, está desafiada a definir objetivos ambiciosos”. Para isso, consideramos necessário à análise geográfica da urbanização flexibilizar as fronteiras, principalmente, dos lugares. Uma regionalização a partir do cotidiano só será possível se as delimitações de uma área não forem estaques, assim como as organizações sociais e a legislação em suas respectivas esferas políticas. Nas palavras de M. L. Souza (2006, p. 69) “a experiência prática quotidiana e o ‘saber local’ dos cidadãos deverão ter livre expressão e ser incorporados à análise e ao desenho da intervenção planejadora.”. Como explica Ribeiro (2004a, p. 46, destaque do original) “As fronteiras do lugar não são rígidas. (...). O *lugar* é uma expressão da vontade organizadora, que excede as diretrizes administrativas das organizações”. Precisamos assim compreender melhor o lugar, como faremos no último capítulo desse estudo, para elaborarmos uma regionalização como fato.

Não sugerimos a ‘tragédia anunciada’ de criar especificamente as áreas pobres e as áreas ricas da cidade (como já mostramos, a urbanização de Campinas foi em grande medida planejada com base nessa proposta), porém, para a produção de dados e elaboração de planos numa cidade com alto grau de segregação pode ser mais eficiente uma regionalização que deixe palpável a desigualdade sócio-espacial, logo, que exponha a fragmentação da cidade. Sugerimos, por isso, a busca pela regionalização do cotidiano, ou seja, a partir da compreensão da constituição dos lugares, da sua periodização, das relações estabelecidas e imbricadas entre o lugar e a malha urbana ao seu redor, a cidade ou a região metropolitana. Retomaremos essa discussão no terceiro capítulo.

CAPÍTULO 2 – A POLÍTICA HABITACIONAL DE CAMPINAS PARA AS OCUPAÇÕES DE TERRAS URBANAS³³

2.1. O aparato político no âmbito da habitação: administração e políticas públicas em Campinas

Nesse item analisaremos a atuação dos órgãos administrativos municipais voltados às políticas habitacionais da cidade, pois a Secretaria de Habitação especificamente só foi criada no ano de 1993, responsáveis pela aplicação das políticas no âmbito da habitação. Apresentamos também as principais políticas habitacionais voltadas para as moradias irregulares da população de baixa renda³⁴, nas diferentes escalas do Estado, que tiveram destaque na constituição da cidade de Campinas através das tentativas de regularização do solo urbano ou remoção dessas populações (na maior parte das vezes de forma truculenta). Destacamos, ainda, as ações da Assembleia do Povo devido a grande importância da construção dessa luta e dos resultados que obteve. E, por fim, apresentamos o Programa de Urbanização de Assentamentos Precários que atingiu as duas ocupações que analisamos. Fazemos esse debate para demonstrar como esse aparato político e essas políticas habitacionais voltadas para as ocupações urbanas são ineficientes para sanar o déficit habitacional e melhorar, consideravelmente, a qualidade de vida dos moradores especificamente das regiões do Jardim Campo Belo e do Parque Oziel.

Quando iniciamos o estudo da ocupação do Jardim Campo Belo, no ano de 2008, se iniciava a elaboração dos Planos Locais de Gestão pela Prefeitura Municipal de Campinas. Até então, os documentos oferecidos pelo poder público praticamente silenciavam a situação de precariedade de toda a cidade oferecendo poucos documentos que detalhavam as áreas pobres. Hoje, após a dos PLGs das áreas mais carentes (Macrozona 07, 05 e 04) e, com a elaboração do Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS), exigido pelo

³³ Nesse capítulo realizaremos a análise a partir de um período anterior ao recorte do estudo dessa dissertação devido à necessidade de retomar estratégias, leis e políticas públicas, principalmente do governo municipal, voltadas a estancar a concentração da pobreza sem obter sucesso.

³⁴ Daremos destaque às políticas habitacionais que se voltaram para as ocupações de terras urbanas e as favelas distantes do centro de Campinas, pois antes de 1990 havia poucas dessas ocupações (como explicitamos no capítulo anterior) e essas favelas cumpriram a mesma função de constituição da cidade, ao serem removidas ou regularizadas (ou seja, ao serem aplicadas essas políticas habitacionais), que as ocupações.

Governo Federal para transferência de investimento do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), nomeado em Campinas de Plano Municipal de Habitação (PMH), tanto os servidores públicos, quanto os documentos públicos, apresentam um quadro mais bem detalhado da situação de precariedade da população. Informações organizadas à disposição da população, como estas, constituem um passo importante a ser dado por uma cidade com a abrangência econômica e populacional de Campinas.

Ao estudarmos as políticas habitacionais do país durante o século XX nota-se como as mesmas são elaboradas e aplicadas por um Estado em concordância com o sistema econômico capitalista e acabam por ser incapazes de solucionar a crise habitacional em âmbito nacional, e em escalas menores, e auxilia na manutenção da urbanização corporativa. Refletimos, inclusive, se a produção de políticas públicas habitacionais emergenciais criou maiores demandas de habitação ou permitiu, de fato, solucionar o problema. Nos parece mais próxima da realidade a primeira opção. Como é muito bem analisado por Oliveira (1983, p. 51)

Assiste-se (...) ao paradoxo de um Estado forte que (...) captura uma parte importante do excedente social, basicamente voltado, sob este aspecto do urbano enquanto localização, a atender demandas da classe média, dando por contraste, o desatendimento, na escala mais absurda possível, das demandas das classes mais baixas na estrutura de classes da sociedade (...). O urbano, de certa forma, é hoje a expressão da forma de organização da atividade econômica, de um lado, que cria uma certa estrutura de classes, e, do lado do regime político, da falta de voz das classes populares, direcionando, portanto, os gastos do Estado, todo o seu poder, desse ponto de vista de investimento, para atender sobretudo aos reclamos advindos das demandas das classes médias.

De acordo com M. Santos (2000a [1987], pp. 68 e 69)

O aparelho judicial brasileiro – assim como as instâncias preparatórias dos processos, por exemplo, a polícia – não está estruturado para a proteção dos direitos expressos em lei, sobretudo para a proteção dos pobres. (...). Para os pobres, a justiça é mais barreira intransponível que uma porta aberta. (...). As formas de distorção da condição de cidadão são extremamente numerosas e, em muitos casos, sutis e sofisticadas. As relações entre a sociedade civil e o Estado tornam-se, cada vez mais, objeto de deformações e enviesamentos, mistificações sabiamente engendradas.

Hoje, é isso o que vemos acontecer em Campinas e sua Região Metropolitana com a implantação da lei mais recente de regularização da terra urbana que aumenta a tensão em todas as ocupações de terras da região. A chegada de novas famílias tem sido tratada sem respeito aos direitos constitucionais; a remoção das novas famílias que ocupam a cidade vem sendo feita de forma truculenta por parte do poder público municipal e a justificativa é dada em cima da própria lei de regularização que, para ocorrer, precisa que não sejam realizadas novas ocupações. Essa ‘necessidade’ apontada pelo governo municipal não pode legitimar a agressividade utilizada pela Polícia Militar nas remoções dessas novas pequenas ocupações urbanas. Destacamos, assim, o poder público judiciário como uma das estruturas políticas mais conservadoras e mantenedoras da desigualdade do tratamento humano que é destinado para cada classe social, raça e gênero que compõem a população nacional. Essa inadequação do aparelho judicial brasileiro arraigada na estrutura do Estado hegemônico aprofunda as desigualdades sociais.

Nas palavras de Rodrigues (2011, p. 12) “considerando que o Estado capitalista, conquanto priorize o mercado, cria a expectativa de que a casa própria e a função social da propriedade urbana são soluções viáveis, mesmo com a manutenção da propriedade capitalista”. O Estado é, então, um dos principais responsáveis por essa sociedade urbana extremamente desigual e essa relação torna-se ainda mais perversa quando se problematiza a possibilidade de controle deste agente numa possível transformação da corrente situação.

Embora os acontecimentos políticos nacionais mais recentes nos remetam à importância que vem ganhando as organizações que não se apoiam na estrutura estatal para estabelecer conflito com o mercado hegemônico e, inclusive, com o Estado hegemônico, este ainda permite ser uma arena para diversos conflitos da sociedade podendo, talvez, auxiliar na constituição de uma relação social menos perversa no mundo contemporâneo se esse se tornar o seu real objetivo (e não o crescimento econômico como ocorre majoritariamente). De acordo com Oliveira

o Estado como potência de acumulação do capital privado e sendo ele o lugar onde se arbitra a distribuição do excedente social entre os diversos grupos oligopolistas, cavou um fosso abismal entre esse pólo e o pólo das classes não proprietárias de meios de produção, ou, de uma forma mais ampla, de um conjunto de classes sociais, inclusive setores, das baixas classes médias que, do ponto de vista das condições de vida, são, em tudo

e por tudo, similares. (OLIVEIRA, 1983, p. 53)

Para analisarmos o aparato do poder público legislativo local quanto às demandas por habitação, apresentamos abaixo o Quadro 1 contendo as principais alterações nos órgãos administrativos de Campinas a partir da implantação da Companhia de Habitação (CoHab). Como vimos, no capítulo anterior, a CoHab é um importante agente da organização do espaço urbano e da segregação das classes sociais e trabalha, hoje, subordinada à SeHab – órgão que coordena as políticas habitacionais municipais. Devido a isso elaboramos o quadro abaixo a partir da criação da CoHab-Campinas, em 1965, até os dias atuais.

Quadro 1 – Órgãos públicos responsáveis pela habitação em Campinas-SP (1965-2014)

Órgãos públicos municipais	Ano de criação / Período de duração	Objetivo	Observações
Companhia de Habitação (CoHab)-Campinas (Lei Municipal 3.213)	1965 até hoje	Era agente promotor e financeiro do Banco Nacional de Habitação (BNH) até 1986 quando a Caixa Econômica Federal (CEF) passa a ser a financiadora dos programas habitacionais.	Entre 1965 e 1986, o BNH empreendeu, em Campinas, aproximadamente 20 mil unidades habitacionais de interesse social em conjuntos habitacionais promovidos pela Cohab. De 1987 a 1999, foram mais 15 mil unidades habitacionais (totalizando, até 2009, 35 mil unidades) construídas pela CoHab que voltou a ser ativa com o Programa Federal MCMV em 2009 com a função de mediadora entre a CEF e a população atendida pelo programa.
Secretaria de Promoção Social	1975	Promover o bem estar social.	
Serviço de Promoção de Sub-habitação Urbana (SPSHU)	1975		Antigo serviço de Assistência Social
Gerência da Urbanização de Favelas (GUF)	1983-1987	Integrar as áreas de desenvolvimento urbano.	Inter-secretarial (Planejamento, Promoção Social, Obras, Jurídica, COHAB e SANASA) subordinada à Secretaria de Promoção Social
Superintendência de Urbanização de Favelas	1987-1989	Antiga GUF	Integração de áreas de desenvolvimento urbano para

(SUF)			urbanização de favelas.
Departamento de Urbanização das Favelas (DUF)	1989-1993	Alteração da SUF	Integração de áreas de desenvolvimento urbano. Ligada a Secretaria de Obras e Serviços Públicos.
Secretaria Municipal de Habitação - SeHab (Lei. 7.721)	1993 até hoje	Formular, coordenar e executar a política de habitação, regularização fundiária e as políticas de reassentamento. Secretário de Habitação deve ser também o Presidente da CoHab.	Inicialmente subordinada ao planejamento da COHAB-Campinas. Em 2010 essa relação muda e a Cohab torna-se subordinada à Secretaria.
Coordenadorias Setoriais de Habitação	1993 até hoje	Descentralização para atendimento mais próximo da população.	Divisão próxima das atuais Grandes Regiões. 5 regiões: Norte, Sul, Sudoeste, Noroeste e Leste
Coordenadoria Especial de Regularização Fundiária (CERF)	2002 até hoje	Cuidar da regularização e aprovação das áreas de favelas, ocupações e loteamentos irregulares.	A partir de 2003, fica subordinada à Secretaria de Habitação.
Conselho Municipal de Habitação (Lei. 11.464)	2003	Convocar e acompanhar as implementações das resoluções do Conselho Municipal de Habitação	É composto por membros de diversos órgãos autarquias municipais pelo período de três anos.
Coordenadoria Especial de Habitação Popular - CEHAP (Decreto 14.456)	2003 até hoje	Definir e orientar as políticas públicas de habitação popular.	Subordinada à Secretaria de Habitação, os coordenadores permanecem durante dois anos.
Alteração das relações entre Cohab e SeHab	2010	CoHab torna-se subordinada à SeHab. Cohab torna-se responsável pelo sorteio e instrução das famílias que vão para os conjuntos do Programa MCMV. Sua única função a partir de então.	Metade das vagas do Programa Federal MCMV são para atender a população em área de risco e é de responsabilidade da SeHab.

Fonte: Taube (1986); Lopes (1988); Carvalho (1991); J. Santos (2005); PMH (2011)

Organização: Helena Rizzatti Fonseca (2014)

Destacamos no Quadro 1 acima as criações e alterações dos principais órgãos municipais responsáveis pela habitação em Campinas: a CoHab e a SeHab. Esses órgãos trabalham juntos desde a criação da SeHab, em 1993, que se manteve subordinada à CoHab

até o ano de 2010, quando essa relação se inverte. Apesar dessa inversão, desde 1993 até hoje, o Secretário de Habitação é também o presidente da CoHab-Campinas. Essa vinculação dificulta a fiscalização desses dois órgãos já que ambos respondem ao mesmo indivíduo. Caso esses órgãos tivessem diferentes dirigentes poderiam, além de se fiscalizar, trazer diversidade na elaboração e execução de planos e ações. Além disso, os secretários/presidentes são, muitas vezes, grandes proprietários de terra da cidade o que intensifica suas hegemonias no município, por possuírem tanto o poder econômico quanto o político, em detrimento da maioria da população de baixa renda. Abaixo apresentamos um relato de como era essa relação:

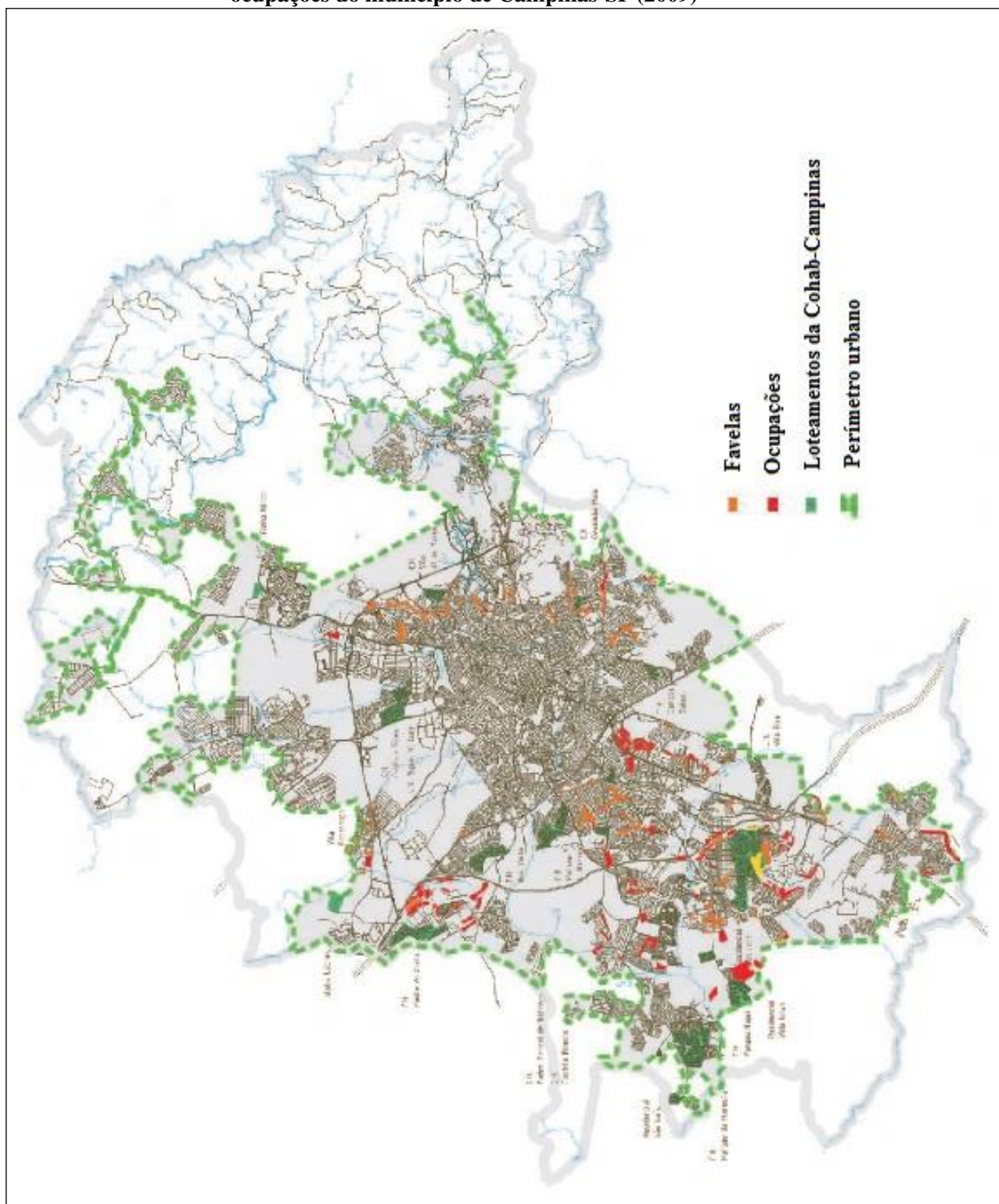
(...) o município cria em 1993, a Secretaria Municipal de Habitação, vinculando a figura do Secretário de Habitação com a do Presidente da COHAB-Campinas. Como a direção político-institucional primava pela descentralização das políticas sociais, houve a criação das Coordenadorias Setoriais de Habitação, descentralizadas nas 5 regiões administrativas do município, ou seja, Norte, Sul, Leste, Sudoeste e Noroeste para o atendimento mais próximo à população. (...). A Secretaria Municipal de Habitação nasce (...) com a figura do secretário municipal vinculada à figura do presidente da COHAB-Campinas, fato que tem causado dificuldades para a implementação da política habitacional, pois os papéis dos dois órgãos são diferentes, ainda que tratem do mesmo assunto, e esse conflito de papéis dificulta não só a compreensão da população, mas acarreta também dificuldade na execução dos trabalhos. (...). [Campinas] tem hoje [2005] como agentes responsáveis pela implantação de sua política habitacional, a Companhia de Habitação Popular de Campinas (COHAB) e a Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB). Esta tem como diretriz, a formulação da política habitacional do município e a COHAB a sua execução, portanto, a construção e o financiamento de habitações de interesse social. Salienta-se que a PMC é proprietária majoritária do capital da COHAB-Campinas. (J. SANTOS, 2005, pp. 43 e 46)

A CoHab-Campinas foi criada no ano de 1965, implantada em 1967, e iniciou sua produção de habitações em 1969; deste ano até hoje foram produzidas 35 mil unidades habitacionais. De acordo com J. Santos (2005, p. 41) “Criada em 1965, enquanto agente promotor e financeiro do BNH, a COHAB-Campinas é cerceada pelo princípio da auto-sustentação característico dos agentes responsáveis pela implantação das políticas habitacionais vinculadas ao Sistema Financeiro da Habitação (SFH)”. De acordo com Semeghini (1991, p. 161) a CoHab-Campinas “foi responsável por 51% do total de novas

residências em Campinas, todas em conjuntos habitacionais localizados em áreas vazias e distantes da malha urbana”. E no estudo de Lopes (1988, p. 41) a autora diz que “Outro fator indutor da periferização de Campinas foi a política fundiária adotada pela COHAB-Campinas em meados da década de 70, que iniciou a construção de conjuntos habitacionais em localizações onde o custo da terra era menor por ser mais distante da área urbana”. Por sua vez, no Plano Municipal de Habitação (2011, p. 18) consta que “O Estado, através da COHAB Campinas (Companhia de Habitação Popular – principal promotora de habitação social na região), também contribuiu para o aumento da segregação social na região, concentrando grande parte de seus empreendimentos no quadrante sudoeste do município de Campinas.”.

Na Figura 10 apresentamos a localização das favelas (em cor laranja), das ocupações (em vermelha) e dos terrenos pertencentes à CoHab-Campinas (em verde escura). Nota-se a grande concentração de terrenos na Macrorregião Sul da cidade e distantes da malha urbana contínua.

Figura 10 – Localização dos terrenos pertencentes à CoHab-Campinas, das favelas e das ocupações do município de Campinas-SP (2009)



Fonte: PMH (2011)

Demonstra-se, novamente, com a figura acima, que a CoHab, enquanto instituição pública do governo municipal, é um importante agente segregador da população e fragmentador da cidade ao comprar terrenos para construir moradias de interesse social na Macrorregião Sul e distantes da malha urbana com infraestrutura e serviços urbanos já devidamente implantados.

Continuando a análise do Quadro 1, durante a década de 1970, com destaque para gestão do prefeito Orestes Quércia (1973-1976), diminui o ritmo da produção de dados sobre as favelas e ocupações da cidade, com o claro objetivo de ocultá-las, e é implantada a política de desfavelamento no município que exigiu a criação dos seguintes órgãos: Secretaria de Promoção Social; Serviço de Promoção de Sub-Habitação Urbana; Gerência de Urbanização de Favelas, estes dois últimos foram modificados, no final da década de 1980, para Superintendência de Urbanização de Favelas e Departamento de Urbanização de Favelas, respectivamente.

Em 1993, é, então, criada a Secretaria Municipal de Habitação (SeHab) com o intuito de colocar em andamento a função social da cidade expressa na Lei Orgânica do Município (de 1990). Ou seja, ocorre em Campinas uma reorganização³⁵ do setor habitacional que, inicialmente, era subordinado aos setores de Assistência Social (até 1975) ou Promoção Social (de 1975 a 1989), depois se torna um departamento dentro da Secretaria de Promoção Social e, apenas em 1993, se instaura como uma Secretaria de Habitação emancipada, ou seja, sem ser subordinada a nenhum setor.

Com a implantação do Programa Federal Minha Casa, Minha Vida, em 2009, a CoHab passou a ser a intermediária entre a Caixa Econômica Federal (CEF) e as famílias que são selecionadas para residir nas unidades habitacionais. A SeHab, por sua vez, passou a se responsabilizar por ordenar todos os outros órgãos voltados à habitação, e é o órgão responsável pelas regularizações em andamento através da Lei Municipal 11.834 de 2003. A Secretaria é responsável, também, pelos casos de transferência de famílias em situação de risco para os conjuntos do MCMV.

³⁵ Trata-se de uma rearticulação, e não apenas um rearranjo administrativo, pois antes disso não havia nenhum órgão responsável apenas pela gestão da habitação. Isso não significa que as questões habitacionais ganharam espaço na agenda política, apenas que elas possuem uma administração e um corpo de funcionários próprios. Não se trata, porém, de emancipação pela ausência de autonomia financeira, entre outras autonomias que não foram dadas à nova Secretaria.

As Coordenadorias Setoriais de Habitação, criadas junto com a SeHab em 1993, dividem a cidade em cinco regiões (Norte, Sul, Leste, Sudoeste e Noroeste) e realizam, de forma descentralizada no território, o atendimento à população interessada em serviços habitacionais prestados pelo poder público, principalmente quanto às informações sobre os programas habitacionais da Prefeitura e ao cadastramento das famílias.

O Conselho Municipal de Habitação, criado em 2003, tem como principal função convocar a Conferência Municipal de Habitação a cada dois anos e acompanhar todas as diretrizes que forem definidas para política municipal de habitação a partir desses eventos.

A CEHAP, Coordenadoria Especial de Habitação Popular, criada também em 2003, tem o objetivo de definir e orientar as políticas públicas habitacionais através do planejamento das intervenções habitacionais que deverão ser realizadas pela SeHab.

Vemos, assim, um processo de complexização do aparato político municipal voltado para as questões habitacionais. Monteiro (2007, p. 51) indica que essa é uma das táticas de fortalecimento da gestão³⁶ do urbano por parte do Estado que “tem-se verificado com a proliferação de organismos de planejamento nas cidades”. A autora explica ainda que “A gestão está ligada a duas atividades: a criação de planos orientadores para a ocupação do espaço (...) e a elaboração de projetos específicos de renovação urbana, urbanização de áreas periféricas e favelas, (...)” (ibidem) como podemos analisar com base no próximo Quadro.

Apresentamos o Quadro 2 no qual constam as principais políticas habitacionais municipais e, também, as políticas habitacionais de abrangência nacional que são importantes para a compreensão da situação atual da habitação da população de baixa renda em Campinas. Partimos do ano de 1972, quando foi realizado o I Plano de Desfavelamento do Município, por se tratar da primeira ação voltada para as favelas e ocupações da cidade desde a criação da Cohab-Campinas. Antes desse período houve importantes políticas para remoção dos cortiços da área central da cidade, porém trata-se de um tipo de moradia da população pobre que se difere das ocupações de terras urbanas mais do que as favelas que se constituíram distantes do centro urbano da cidade no segundo período de periferização

³⁶ De acordo com Monteiro (2007) a gestão está ligada às elaborações de instrumentos institucionais e legais de regulação e por estar completamente dissociada de uma ação executiva. As alterações e criações de secretarias municipais são bons exemplos disso.

da cidade.

Quadro 2 – Principais políticas habitacionais municipais e nacionais para favelas e ocupações urbanas em Campinas-SP (1972-2014)

Políticas e Programas	Ano de criação / Período de duração	Órgão público responsável	Objetivo	Observações	Tipo de política / Escala de abrangência
Diversas ações de remoção forçada são realizadas.	1972	Serviço de Assistência Social	Erradicar a médio e longo prazo os 32 núcleos de favela do município.	Realizada a partir do I Plano de Desfavelamento do Município	Política de remoção / Municipal
Assembleia do Povo	1975-1982		Organização popular composta por moradores de favelas e ocupações. Apenas os moradores de áreas irregulares. Elaboraram a Lei Municipal n. 5.079/81.	Devido às constantes remoções forçadas e a ausência de políticas eficientes de financiamento de habitação e urbanização essa população se organizou.	Política organizada pela população / Municipal
Início da instalação de infraestrutura formal nas favelas.	1977	Secretaria de Promoção Social	Instalação de distribuição de água potável e luz elétrica domiciliar e pública.	Tentativa de controlar a Assembleia do Povo que ganhava maiores proporções.	Política de intervenção / Municipal
Serviço de Assistência Habitacional (Programa de casas transitórias)	1979	Secretaria de Promoção Social	Promover o desfavelamento no município através das 'casas transitórias'* através de política de remoção.	*A família é tirada da favela e vai para uma casa transitória, sem pagar aluguel, para juntar dinheiro para comprar uma casa do BNH. Tempo máximo: 6 meses	Política de transferência, voltada para as famílias que migram de zonas rurais para zonas urbanas / Municipal
Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados (PROFILURB)	1975 – 1986	Financiado pela Cohab-Campinas através de recursos do BNH.	Construção de 500 unidades habitacionais de um quarto e um banheiro.	Programa inviabilizado pois a população não aceitou ir para onde se localizavam as unidades habitacionais (DIC)	Política de transferência / Nacional
Diversos programas com objetivo de urbanizar favelas, como o PROMORAR	1979 – 1982	Ação inter-secretarial financiada pela Cohab-Campinas através de recursos do BNH.	Resultado da Assembleia do Povo, e dos diversos movimentos que lutavam pelo direito à habitação no país.	Os estados e municípios recebiam empréstimos para efetuarem melhorias na infraestrutura urbana. Moradores recebiam financiamento para melhoria ou	Política de intervenção / Nacional

				construção de sua moradia.	
FUNDAP (Lei n. 4.985)	1980 até hoje	Diretoria e Conselho Consultivo do FUNDAP	Implantar melhorias nas favelas. Atende áreas irregulares formadas até 1990. Foi alterada, em Maio de 2013, para atender famílias com renda até três SM, podendo ser ampliada para famílias de até seis SM.	Fundo composto por 0,5% dos recursos da SANASA e 1% da EMDEC.	Política de financiamento de intervenção / Municipal
Fundo Municipal de Habitação – FMH (Lei n. 10.616)	2000 até hoje	Conselho Gestor do FMH	Financiar e garantir compromissos necessários à implantação de programas e projetos para moradias para população de baixa renda.	É destinado 1% do ICMS para este fundo. Para sua gestão foi criado o Conselho Gestor do F.M.H.	Política de financiamento de programas e projetos / Municipal
Orçamento Participativo	2001 até hoje	Conselho Municipal de Orçamento Participativo (COP)	Tratar demandas de obras, serviços e programa públicos para disputar verbas do orçamento municipal.	Apenas em 2003 englobou a política habitacional.	Política participativa exigida em escala nacional a partir dos Planos Diretores / Municipal
Urbanização de Assentamentos Precários do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)	2007 até hoje	SeHab	Urbanização de áreas carentes da cidade.	Iniciou o processo de urbanização da região do Jardim Campo Belo e do Parque Oziel.	Política de intervenção / Nacional
Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV)	2009 até hoje	SeHab, CoHab e CEF	Construção de habitação de interesse social para diversas faixas de renda da população.	Foram implantados seis conjuntos habitacionais para a menor faixa de renda em Campinas.	Política de habitação / Nacional
Grupo de Contenção de Ocupações, Parcelamentos Clandestinos e Danos Ambientais	2010 até hoje	Multi-setorial e coordenado pela SeHab.	Conter o adensamento das áreas irregulares devido à implantação da lei de regularização de 2003.	Realiza remoções forçadas de famílias em áreas irregulares.	Política de remoção / Municipal

Fonte: Taube (1986); Lopes (1988); Carvalho (1991); J. Santos (2005); PMH (2011)

Organização: Helena Rizzatti Fonseca (2014)

No Quadro 2, acima, destacamos dois eventos significativos relacionados às ocupações de terras urbanas mais recentes de Campinas: a Assembleia do Povo (âmbito

municipal) e o programa de Urbanização de Assentamentos Precários (âmbito federal).

O primeiro item do Quadro 2 definido como “Diversas ações de remoção forçada” se trata do período em que o município era governado pelo Orestes Quércia (MDB) e quando a população de baixa renda se adensou na cidade (segundo período de periferização). Logo foram realizadas diferentes tentativas de contenção de remoção da população de forma truculenta e com resultados desastrosos.

Foram iniciadas, também, algumas ações para implantar um mínimo de infraestrutura nas favelas e ocupações espalhadas pela cidade com a instalação de rede de água e de luz elétrica domiciliar e pública. Implantou-se, ainda, a política das casas transitórias nas quais as famílias de baixa renda, residentes em terrenos irregulares, começaram a ser transferidas para casas onde podiam permanecer por até seis meses. Com isso, foram realizadas diversas remoções forçadas por toda a cidade. Como resposta a essas ações truculentas que estavam sendo realizadas se fortaleceu a Assembleia do Povo de Campinas, criada em 1975, que apresentaremos no próximo subitem.

As políticas nomeadas como PROFILURB e PROMORAR resultam também da disseminação das moradias de população de baixa renda nas grandes cidade e capitais do Brasil, durante a década de 1970 e 1980. Detalharemos esses dois programas junto a apresentação da Assembleia do Povo por estarem diretamente conectadas.

O FUNDAP é o Fundo de Apoio à População de Sub-Habitação Urbana, criado no ano de 1980, através da Lei Municipal 4.985 e existente até hoje. Esse Fundo é criado através da destinação de 0,5% da receita bruta mensal da SANASA³⁷ e 1,0% da EMDEC³⁸. O fundo é gerido por uma Diretoria composta por três membros do poder público local e tem um conselho composto por dez representantes dos moradores de favela, cinco representantes de entidades da comunidade (como as associações de categorias de profissionais, as universidades e faculdades, entre outras). Porém, por ser de caráter consultivo não possui grande poder de decisão. De acordo com o PMH (2011, p. 257) “Os recursos do FUNDAP são aplicados basicamente para concessão de empréstimos para a construção e reforma de unidades habitacionais de baixa renda. (...) o fundo também opera o aporte de recursos de subsídios para construção habitacional”.

³⁷ SANASA: Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A.

³⁸ EMDEC: Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas S/A.

O Fundo Municipal de Habitação (FMH) foi criado em 2000 e é composto pela destinação de 1% do ICMS³⁹. Para sua gestão foi criado o Conselho Gestor do FMH que é composto por doze conselheiros de secretarias e autarquias municipais.

O Orçamento Participativo foi criado em 2001, pelo então prefeito Antônio da Costa Santos (PT), e, apesar de ser de caráter apenas consultivo, teve bastante sucesso de acordo com as lideranças que entrevistamos, pois a população se sentiu ouvida pelo poder público municipal. A questão habitacional só fez parte do Orçamento Participativo a partir de 2003 e não encontramos uma explicação para essa entrada tardia, posto que é um problema que atinge grande parcela da população campineira. Porém a partir de 2004, com a administração do prefeito Hélio de Oliveira Santos (PDT), o Conselho do Orçamento Participativo foi desativado e está sendo retomado, em 2014, pelo atual prefeito Jonas Donizete (PSB). Não foi possível acompanhar a retomada das reuniões desse Conselho com a população de cada Macrozona, escala na qual o Orçamento Participativo é realizado.

Finalizamos o Quadro 2 com o Grupo de Contenção de Ocupações, Parcelamentos Clandestinos e Danos Ambientais, criado em 2010 devido às ações de regularização e a atual proibição, por parte do governo estadual, das ações de Desafetação – ações de remoção da população residente irregularmente em áreas públicas. Devido a isso, esse grupo tem a obrigação de impedir que novas ocupações sejam realizadas em terrenos públicos e vem demonstrando uma grande truculência nas suas ações⁴⁰.

Nota-se, na análise dos dois quadros que foram criados, alguns mecanismos para incentivar a construção ou a melhoria de moradias para as classes de renda baixa e, mesmo assim, o déficit habitacional se mantém constantemente crescendo na cidade. Os fundos não estão recebendo o recurso para os quais foram criados, e não conseguimos descobrir o motivo disso; os conselhos gestores são compostos pelos mesmos servidores públicos já sobrecarregados de serviços e acabam acumulando infinitas reuniões sem ter tempo hábil para se preparar para elas e focar em alguns objetivos mais bem delimitados e eficientes; e a criação de novos órgãos administrativos tende apenas a tornar mais complexa a política

³⁹ Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadoria e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação

⁴⁰ Apresentamos, em anexo, dois recentes manifestos escritos pela população residente em ocupações urbanas escancarando a agressividade das ações de remoção que vem ocorrendo em Campinas nos últimos dois anos.

municipal e não a solucionar o problema. Relembramos, também, que a complexização dos órgãos de administração dentro do poder público faz parte da manutenção do Estado como agente reprodutor da pobreza sem enfrentar o sistema econômico capitalista e a crise urbana instalada no país.

O estudo das políticas habitacionais para população de baixa renda traz à tona, assim, a principal maneira que o Estado capitalista brasileiro criou para retirar essas moradias irregulares: antes mesmo de oferecer uma residência adequada às famílias busca-se controlá-las através de censos, de despejos e de remoções que ocorrem aceleradamente sem a prévia destinação às novas moradias. Tomada como caso de polícia a população carente de casa é tratada sem dignidade e, ao invés de aumentar a produção de habitação para a população de baixa renda, aumenta-se a repressão à chegada de mais pessoas nas áreas irregulares e intensifica-se a criminalização dos movimentos sociais que lutam por essa causa.

E, com isso, a população pobre, que já reside nas ocupações de terras urbanas, tende a se adensar nas ocupações mais antigas, como ocorre nas regiões do Parque Oziel e do Jardim Campo Belo; e a população residente em favelas e ocupações mais novas e sem estabilidade vão mudando de ocupação para ocupação, de barraco para barraco; o que impossibilita a manutenção de uma qualidade de vida com dignidade.

No item seguinte iremos contar a história da Assembleia do Povo de Campinas que foi organizada devido a ineficiência e truculência das políticas habitacionais municipais voltadas para população de baixa renda residente irregularmente principalmente nas favelas e ocupações urbanas.

2.1.1 A Assembleia do Povo de Campinas (1975-1982)

A Assembleia do Povo, apesar de não ser um órgão municipal, é um excelente exemplo de uma instituição organizada pela própria população sem moradia e que alterou a legislação municipal em prol dos pobres urbanos. Essa instituição é responsável pela luta e elaboração da primeira lei no país baseada no direito ao bem estar social presente na Constituição de 1967: a Lei 5.079, de 1981, chamada Lei de Concessão do Uso Real de Terrenos Públicos que ficou conhecida na cidade como ‘Lei de Terras’. Devido a sua importância retratamos este evento mais detalhadamente.

Aproveitaremos para expor um pouco como se deram os programas federais PROMORAR e PROFILURB. Ambos são programas do BNH que teve a CoHab como agente promotor e foram aplicados de diferentes maneiras em cada município do país. Tais programas são resultado da pressão da sociedade para a ausência de políticas sociais durante a Ditadura Militar, porém não foram eficientes.

De acordo com Taube (1986, p. 121) “Em fins dos anos 70, grande parte das favelas de Campinas e de outras cidades paulistas começou a se organizar em torno de associações de moradores. A expansão exacerbada desses núcleos precipitou, nesse período, muitos problemas em relação à distribuição de serviços básicos”. De acordo com J. Santos (2005, pp. 43 e 44)

Já em 1975 inicia-se em Campinas as alterações nas instituições gerenciadoras da política habitacional e cria-se a Secretaria de Promoção Social, passando o Serviço de Assistência Habitacional a chamar-se Serviço de Promoção de Sub-Habitação Urbana (SPSHU). Nesse mesmo período tem início o movimento dos favelados, organizados em associações de moradores legalmente constituídas, que viria a se chamar ‘Assembleia do Povo’. (...). A pressão popular faz com que o poder público já em 1977/1978 reorientasse suas ações tendo em vista os baixos resultados alcançados pelo plano de desfavelamento (9 favelas erradicadas), somado ao aumento do número de barracos na cidade (...). Assim, tem início a implantação de serviços essenciais nas favelas (torneira coletiva de água, luz domiciliar, coleta de lixo, orientações sobre saúde e organização comunitária) com vistas à transformação das favelas em núcleos urbanizados.

Nesse período, são criados os programas PROFILURB e PROMORAR. Como

explicam Lopes (1988) e Taube (1986):

o projeto PROFILURB [em Campinas] – com apenas quinhentas ‘unidades habitacionais’, mal construídas, distantes (no Jd. Aeroporto), com um quarto e um banheiro – foi muito útil para ocultar certos processos de remoção para atender a valorização imobiliária de determinadas áreas da cidade. (...) a novidade foi o reconhecimento pelo poder público da ineficácia desta ‘solução’ habitacional em setembro de 1980. (LOPES, 1988, p. 37)

A distância do DIC (15km do centro), a falta de transporte e da infraestrutura prometida, as dificuldades salariais dos favelados, a resistência em romper as redes de relações já consolidadas na favela, etc, levaram os favelados a se oporem à mudança, inviabilizando o PROFILURB. Apesar dos inúmeros acertos para facilitar a transferência, houve muita resistência à mudança e o projeto foi assim instalado precariamente, não acarretando a desfavelização pretendida. Muitos outros programas surgiram a partir daí, no sentido de limpar a cidade do ‘câncer’ que se expandia rapidamente. Assim foram o PROMORAR e os programas de urbanização de favelas, idealizados por uma concepção de *controle e contenção*. (TAUBE, 1986, p. 90)

Esses programas datam de 1979, ano em que aconteceu “O primeiro Ato Público da Assembleia do Povo no Paço Municipal em Campinas [no] dia 30 de março de 1979, com o comparecimento de 2.000 representantes dos bairros de periferia.” (TAUBE, 1986, p. 128). A Assembleia havia sido criada há quatro anos, porém esse foi o primeiro Ato Público que ela realizou. Lopes continua,

A sétima AsP (14/11/80), com a presença de 5 a 6 mil favelados, entrega os estudos do movimento ao Prefeito, após o discurso de vários favelados, membros da Associação de Favelas, recém organizada na cidade. Nestes discursos estão as sínteses de sua história coletiva, de sua visão da cidade e dos direitos que pretendem conquistar, o de serem habitantes legais, como os demais. Querem viver sem a discriminação da ‘clandestinidade’ e da ‘ilegalidade’ de sua condição no espaço urbano. A sétima AsP ficou conhecida como a ‘Assembléia da Terra’. (LOPES, 1988, p. 63)

Com base na Lei Federal n. 4.132, de 10 de Fevereiro de 1962, artigo 1º.⁴¹ e 2º.⁴², a

⁴¹ O texto da referida Lei e artigo, respectivamente: Define os casos de desapropriação por interesse social e dispõe sobre sua aplicação. Art. 1º. A desapropriação por interesse social será decretada para promover a justa distribuição da propriedade ou condicionar o seu uso ao bem estar social, na forma do art. 147 da Constituição Federal de 1967.

Assembleia do Povo elabora um Projeto de Lei (chamado pela AsP de 'Lei de Terras') que visa regularizar as moradias implantadas em terrenos urbanos com mais de dez famílias (como autoriza a Lei Federal). Abaixo retomamos o processo de aprovação dessa lei na Prefeitura Municipal:

Na véspera do carnaval (26/02/81), enfrentam a questão [a Assembleia do Povo e a Câmara de Vereadores], suspendendo a cada meia hora a sessão, para forçar os favelados a desistirem de esperar o resultado da votação do projeto da 'Lei da Terra'. Os vereadores haviam preparado um substituto contra o projeto dos favelados. Aprovaram todos os itens referentes à urbanização e construção das casas, mas não deram o principal: a terra. (...). O substituto dos vereadores anulava a Concessão do Direito Real de Uso da Terra para as favelas situadas em praças públicas (80% dos casos de Campinas) e autorizava a Concessão apenas para os chamados 'Bens Patrimoniais'. Com isso a Câmara tencionava também a transferência dos favelados para uma gleba existente na área do Distrito Industrial [DIC], periferia da cidade. Uma proposta vazia, pois isto implicaria em remover cerca de sessenta a oitenta mil moradores, das 81 favelas existentes, tanto de áreas públicas como particulares para um mesmo local. (LOPES, 1988, pp. 63 e 70)

Devido a emocionante e importante reação dessa votação, peço licença para ainda relatar a humanidade dessa população espoliada de sua cidadania. Afinal, quando a população pobre se rebela, aumenta o tom de voz ou causa algum dano ao patrimônio privado ou público ou contesta a propriedade privada (como acontece através das regularizações de ocupações e favelas), e, até hoje, são automaticamente retomados os preconceitos de classe; as classes de renda alta ainda tratam os pobres como 'marginais e desviantes'. A mesma autora retoma o relato de um jornal sobre esse dia

'Ninguém, ali presente, poderia imaginar que aqueles homens e mulheres, sem dormir desde a madrugada do dia anterior, agüentando de pé 7 horas de palavrório, após um dia penoso de trabalho, e sem jantar (e muito menos participando do 'lanchinho dos vereadores'), reagissem da maneira como reagiram. Pensava-se que – assim que o projeto fosse modificado e os favelados derrotados – aqueles homens e mulheres pulassem o pequeno balcão que divide a platéia e tentassem agredir os vereadores (Paulo Nacaratto, o vereador que derrotou a doação, ocupa a primeira mesa junto

⁴² Art. 2º Considera-se de interesse social: IV - a manutenção de posseiros em terrenos urbanos onde, com a tolerância expressa ou tácita do proprietário, tenham construído sua habilitação, formando núcleos residenciais de mais de 10 (dez) famílias; V - a construção de casa populares.

ao balcão do Plenário). Por isso, as câmaras e máquinas fotográficas ficaram paralisadas, quando ordenadamente, aqueles homens e mulheres humildes começaram a cantar, como um choro, ‘Ouviram do Ipiranga, às margens plácidas, de um povo heróico e brado retumbante...’. O canto dos favelados derrotados foi exatamente à uma e meia da manhã.’ Fonte: J.B. Olivi, ‘Bolachas no plenário’. Jornal de Hoje, Campinas, 28/02/81, p. 02 (Coluna Opinião, assinada por J. Hamilton). (LOPES, 1988, p. 70)

No estudo de Diógenes (2012) sobre uma das mais antigas favelas de Campinas, a Vila Brandina, um dos líderes de bairro, o Sr. Tião Mineiro, relata que

‘Lá pelos anos 74, 75 nós vivíamos uma situação difícil, as assistentes sociais da prefeitura vinham fazer cadastro da gente e diziam que a gente tinha que sair daqui, que não podia ficar ninguém aqui. Queriam que a gente fosse para umas casas de passagem [as casas transitórias]. Muita gente foi removida, mas a maioria conseguiu resistir e ficar, a gente não queria ir embora daqui. Foi assim que a gente começou a se reunir e que surgiu a Assembleia do Povo. (...). O Toninho [Antônio da Costa Santos] foi uma pessoa muito importante pra gente, ele começou a reunir com a Assembleia do Povo [...], era do apoio, foi ele que nos ensinou sobre os nossos direitos e o que nós devia fazer para resistir [...] depois quando a Assembleia do Povo acabou nós continuamos atuando nas Assembleias do Bairro, no orçamento participativo [...] a morte dele [Toninho] foi uma perda muito grande para nós.’ (DIÓGENES, 2012, p. 114)

Por fim, apresentamos um trecho do documento elaborado pelos moradores de favelas no I Encontro Nacional de Favelados que ocorreu em Campinas. Em anexo apresentamos as quatro diretrizes e os treze pontos em comum que saíram desse encontro devido à atualidade das questões nele apontadas.

‘Gostaríamos de dizer ao povo, e principalmente a sociedade brasileira, que respeite os nossos direitos humanos e, que não nos joguem tanto a beira da marginalização. Nós favelados viemos de fora, expulsos de nossa terra por causa do latifundiário, ou estamos na favela por não termos condições de pagar aluguel nem também de comprar casas pelo BNH ou COHAB. Viemos para a grande cidade formando FAVELAS, não por gosto e sim por necessidade. (...) Nós favelados reivindicamos nossos direitos fundamentais que estão sendo constantemente negados, principalmente a TERRA (...). Precisamos da TERRA PARA CRIAR RAÍZES NOS LUGARES QUE MORAMOS. Queremos a posse da terra de todas as favelas do Brasil, sejam particulares ou públicas. (...) cabe ao governo fazer a lei exigida pelo favelado.’. Fonte: Documento dos favelados sobre a terra. II Encontro Nacional de Favelados. Campinas, 12-15/02/82. (LOPES, 1988, p. 110, destaques do original)

Trata-se de um evento importante não só para a história de Campinas, como para o Brasil, pois embora não tenha atingido todas as suas reivindicações, consideramos importante ressaltar que houve resultado da luta travada por essa população pobre. Além disso, como se destaca na fala do Sr. Tião Mineiro acima, participar de todo o processo de organização de moradores de áreas irregulares, elaborar um Projeto de Lei e lutar por ele permitiu a essas pessoas compreender melhor as estruturas da sociedade em que vivem, logo, a lutar de maneiras mais eficientes.

Apesar da lei elaborada pela Assembleia ter sido alterada, em prol da manutenção do sistema capitalista pelo Estado, e de perder pelo menos 80% da sua validade, nós a consideramos um importante exemplo da capacidade de luta e organização da sociedade. E demonstra de forma ímpar como a sociedade, principalmente organizada, é um importante agente do processo de urbanização através da constituição das contra-racionalidades que constroem a cidade como buscamos mostrar nesse estudo e enfatizaremos no último capítulo.

No próximo subitem explicamos e analisamos o Programa de Urbanização de Assentamentos Precários, implantado no ano de 2007, através do Programa de Aceleração de Crescimento do governo federal devido a sua importância na história das ocupações do Parque Oziel e do Jardim Campo Belo.

2.1.2 O Programa de Urbanização de Assentamentos Precários do PAC: o projeto de inclusão social Vip-Viracopos

Nesse item analisaremos o Programa de Urbanização de Assentamentos Precários do PAC, tendo em vista sua aplicação nas duas áreas estudadas nesta pesquisa através do Projeto de Inclusão Social Vip-Viracopos.

Em 2007, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) tinha como um de seus eixos de atuação a Urbanização de Assentamentos Precários (BONDUKI, 2013). De acordo com o Manual de Instruções dos Projetos Prioritários de Investimentos (PPI), elaborado pelo Ministério das Cidades para as ações denominadas como ‘Intervenções em Favelas’, válido para o período de 2007 a 2010, “os projetos de infraestrutura priorizados foram reunidos em três eixos estratégicos com destaque especial para Infraestrutura Social e Urbana, onde estão incluídos os Projetos Prioritários de Investimento – PPI para intervenção em favelas, sob responsabilidade do Ministério das Cidades, com a finalidade de executar ações integradas de habitação, saneamento e inclusão social.” (p. 03). As intervenções devem ser amparadas pelo Ministério das Cidades e financiadas pela Caixa Econômica Federal e foram diferenciadas dois tipos de ações: ação 1 – apoio a empreendimento de saneamento integrado em assentamentos precários em municípios de Regiões Metropolitanas, de Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico ou municípios de mais de 150 mil habitantes; ação 2 – apoio à urbanização de assentamentos precários. Campinas é considerada no documento uma das Regiões Metropolitanas do país.

Ainda de acordo com o mesmo “as intervenções propostas deverão ter como objetivo precípua a implantação de ações necessárias à regularização fundiária, segurança, salubridade e habitabilidade da população localizada em área inadequada à moradia, visando sua permanência ou realocação, por intermédio da execução de ações integradas de habitação, saneamento e inclusão social” (p. 03). Dentre as diretrizes se destacam: atendimento à população em situação de risco, insalubridade e degradação ambiental; famílias de baixa renda *per capita*; e promoção do ordenamento territorial das cidades.

Os critérios para seleção de áreas que receberam esses investimentos foram: a área de intervenção deverá ser ocupada por, pelo menos, 60% das famílias com renda até R\$ 1.050,00; ser ocupada há mais de cinco anos; estar localizada em situação de risco ou

insalubridade, ou, seja objeto de legislação que proíbe a utilização para fins habitacionais, nestes casos, em qualquer período da ocupação; e, não serão aceitas áreas que já tenham recebido benefícios similares oriundos de programas geridos pela União (p. 13). E dentre os critérios específicos de seleção, o Jardim Campo Belo faz parte da opção Eliminação de Gargalos na Infra-estrutura Logística do País (p. 15) por se localizar próxima ao aeroporto. O eixo inclui as intervenções de urbanização de assentamentos precários, que contemplam ações de produção e melhorias habitacionais; água, esgoto, drenagem, viário e iluminação; saúde, educação, esporte, lazer e cultura; e regularização fundiária.

É a partir da implantação desse eixo de ação do PAC que são realizadas as primeiras ações de urbanização nas ocupações do Parque Oziel e do Jardim Campo Belo em Campinas. Inclusive, para tais ações, essas regiões foram unidas para a elaboração e efetivação da aplicação de recursos e para a instalação de infraestrutura urbana. Esse projeto é nomeado como Projeto de Inclusão Social Vip-Viracopos e é implantado simultaneamente com o início das discussões sobre a expansão do Aeroporto Internacional de Viracopos, em 2007, com as primeiras obras realizadas no ano de 2008.

Nota-se, com isso, que o poder público municipal já tinha conhecimento da situação de precariedade dessas regiões e, quando necessário, desenvolveu políticas pensando as duas regiões de forma semelhante. Esse fato não constava nas principais regionalizações do município para ação do poder público, como demonstramos no capítulo anterior. Por exemplo, para a elaboração dos Planos Locais de Gestão e para a realização dos Orçamentos Participativos essas duas ocupações não eram, e até hoje não são, definidas como uma mesma região, de forma que suas demandas são elaboradas separadamente e, assim, diminui-se a força de pressão da população de ambas áreas sobre o poder público.

No Quadro 3, a seguir, podemos observar os planos para a implantação do projeto Vip-Viracopos⁴³. São apresentadas a infraestrutura a ser instalada, o orçamento destinado para cada instalação e o órgão responsável pela obra. Com a leitura desse quadro nota-se que a aplicação das infraestruturas se deu simultaneamente nas duas ocupações que estudamos.

43 A aplicação deste projeto foi detalhadamente estudada por nós e pode ser retomada na monografia de conclusão de curso (FONSECA, 2011).

Quadro 3 – Informações de documento da Secretaria de Habitação de Campinas-SP sobre Projeto de Inclusão Social na Região do Aeroporto Internacional de Viracopos (Vip-Viracopos) – 2007

Programa de Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários Governo Municipal Programa de Aceleração do Crescimento (inclui Parque Oziel e Gleba B) Governo Federal	Órgão responsável pelo financiamento e valor a ser destinado para cada obra.
Etapa 0 – Entorno do Viracopos Obras a serem executadas: Sistema de abastecimento e construção de unidades habitacionais no Jardim Marisa para reassentamento de famílias moradoras de áreas impróprias.	Governo Federal: R\$ 9 milhões Contrapartida do Município (PMC ⁴⁴ e SANASA): R\$11 milhões
Etapa 1- Parque Oziel, Monte Cristo e Vila Taubaté Esgotamento Sanitário Pavimentação e Drenagem itinerário de ônibus Construção de Unidades Habitacionais	SANASA: R\$ 11.330.265,28 PMC/SMI ⁴⁵ : R\$ 6.649.109,15 PMC/SEHAB: R\$3.140.000,00
Etapa 2 – Entorno de Viracopos Esgotamento Sanitário Pavimentação e Drenagem itinerário de ônibus Produção de Unidades Habitacionais (Vila Taubaté)	SANASA: R\$ 23.407.750,77 PMC/SMI: R\$ 6.877.221,95 PMC/SEHAB: R\$2.669.000,00
Etapa 3 - Entorno de Viracopos Estação Tratamento de Esgoto (ETE)	SANASA: R\$ 7.078.957,86
Etapa 4 – Equipamentos Comunitários Centro de Saúde Jardim Fernanda Centro de Saúde Jardim Campo Belo Centro Cultural Esportivo Jd. Marisa Centro Comunitário e Profissionalizante Jd. São Domingos Estação de Transferência Jd. Campo Belo	PMC e EMDEC Total: R\$ 9.749.608,21
Etapa 5 – Regularização Fundiária e trabalho social (Pq. Oziel/Monte Cristo)	R\$ 1.266.286,78 (Serão pagos pelos moradores dentro do período de vinte anos ⁴⁶)
Etapa 6- Pavimentação e Drenagem do itinerário de ônibus (Pq. Oziel/Monte Cristo/ Vl. Taubaté)	PMC/SMI: R\$ 1.756.000,00
Etapa 7- Pavimentação e Drenagem do itinerário de ônibus (entorno Viracopos)	PMC/SMI: R\$ 2.632.000,00

Fonte: Documento SEHAB/PMC

Organização: Helena Rizzatti Fonseca (2012)

44 PMC: Prefeitura Municipal de Campinas

45 SMI: Secretaria Municipal de Infraestrutura

46 Esse pagamento se deve ao processo de regularização na região do Parque Oziel. Em algumas parcelas da área ficou acordado da população pagar, de modo subsidiado, pela propriedade do terreno. Porém isso não vale para toda a área, trata-se de acordos específicos com o proprietário do terreno. A SeHab realiza um acordo com cada das áreas que estão sendo regularizadas.

Dentre as ações indicadas no Quadro 3 a Etapa 0 foi completamente finalizada, apesar de hoje todas as casas construídas já apresentarem diversos problemas estruturais (como infiltração e excesso de habitantes por cômodo). A Etapa 1 está em fase final de construção das unidades habitacionais. Foram iniciadas e não finalizadas as Etapas 2 e 4. A Etapa 2 não foi finalizada pois, apesar de já terem sido instalados a tubulação para o saneamento básico em toda região planejada, a Estação de Tratamento de Esgoto do Entorno do Viracopos (Etapa 3) ainda não começou a ser construída. A rede de esgoto permanece desligada desde 2009, quando terminou sua instalação. Na Etapa 4 ainda não se iniciou a construção da Estação de Transferência [de ônibus] do Campo Belo. A regularização fundiária (Etapa 5) foi iniciada, mas se mantém estagnada na região do Jardim Campo Belo, desde Agosto de 2011, e na região do Parque Oziel está em andamento. A segunda leva de pavimentação e drenagem de ambas regiões (Etapas 6 e 7) não foram iniciadas.

Nesse momento, todas as obras estão paradas devido a suspeita de desvio de recursos por parte dos servidores públicos na época da implantação do projeto. Houve manifestação da atual gestão da cidade apenas para a construção da Estação de Transferência do Campo Belo (Etapa 4). As lideranças buscam, hoje, uma maneira de pressionar o poder público para que finalizem as obras iniciadas e deem início às que estão planejadas, além de lutar pelo fim das violentas remoções que vem acontecendo nas duas regiões. No próximo capítulo descreveremos a aquisição de todas essas infraestruturas urbanas pelos ocupantes antes da implantação desse projeto.

Além disso, foram realizadas, em 2013, duas ações de remoção das moradias nos bairros Cidade Singer e Jardim Colúmbia na região do Jardim Campo Belo por parte da empresa Brasil Viracopos S.A. que demoliu, pelo menos, seis casas de cada bairro sem nenhuma autorização pelo poder público para tais ações. Descrevemos um pouco mais essas ações no primeiro capítulo.

Outra observação importante no documento é que deve ser mantido “o atendimento às normas de preservação ambiental, eliminando ou mitigando os impactos ambientais negativos na área de objeto de intervenção e seu respectivo entorno ou, no caso de realocação de famílias, na área anteriormente ocupada, evitando novas ocupações com a execução de obras de urbanização e recuperação ambiental; o reassentamento total de

famílias deverá ocorrer somente nos casos em que o assentamento precário esteja em área imprópria para uso habitacional e para local o mais próximo possível da antiga área ocupada, tendo em vista as relações de vizinhança e emprego estabelecidas, como a infraestrutura e equipamentos públicos existentes” (p. 04)

Foram realizadas ações de reassentamento em ambas as regiões devido a essa diretriz. No Jardim Campo Belo foi construído um conjunto habitacional de trezentas unidades para transferir famílias que viviam ao redor de córregos. E no Parque Oziel foram construídas 140 unidades habitacionais especificamente no bairro Vila Taubaté para as famílias que também moravam ao redor do córrego. No próximo item descreveremos com mais detalhes os reassentamentos.

Essas ações de intervenção tratam exatamente de suprir áreas do município de infraestrutura e serviços urbanos, porém sem a devida compreensão das regiões nas quais interferiram, dos conflitos internos a essas regiões, dos problemas dentro da própria prefeitura que estagnaram o processo, entre muitos outros grandes detalhes (como a ordem da instalação dessas infraestruturas que acabam sendo entregues já precarizadas, entre outros descasos) deixados de lado para acelerar o processo de implantação do projeto. Como esclarece Monteiro (2007)

A dotação de serviços de infraestrutura e equipamentos sociais (...) na maioria das vezes não passa por um processo de planejamento (...). Este planejamento de respostas imediatas a quem 'grita mais alto', ao invés de minimizar os problemas urbanos, a longo prazo o compromete irremediavelmente pela ausência de uma orientação que trate o urbano como uma 'colcha de retalhos'. (p.51)

Apesar do projeto Vip-Viracopos ter elaborado um documento como um plano de ação, ele foi realizado sem a devida consulta direta das lideranças residentes nas áreas atendidas para definir o que, como, de que maneira e onde seriam implantados as novas infraestruturas e serviços. Além disso, não foram levados em consideração os conflitos existentes entre as diferentes lideranças dos bairros que acabam interferindo no cotidiano da população, nas rotas de uso de fixos públicos, entre outras situações. Como nos lembra a autora supracitada (idem, p. 52, grifo do original)

para haver intervenções no meio urbano voltadas para as reais necessidades da população, esta inevitavelmente deverá tomar parte do processo de planejamento. **Cada intervenção urbana cristaliza uma alteração, representa uma evolução (ou não) nestas condições físicas e nas relações sociais que aí ocorrem.**

Lembramos que apesar de todas essas intervenções do projeto, não é permitida a regularização da região do Jardim Campo Belo devido à proximidade com o Aeroporto Internacional de Viracopos, pois 18 dos 19 bairros que compõem a área estão no Cone de Ruídos do mesmo; somente o bairro São Domingos (que é regularizado e não recebeu nenhum investimento do projeto) pode permanecer onde está. Retomamos a seguinte passagem do documento do governo federal: “Nos projetos integrados de urbanização de assentamentos precários, a regularização fundiária é ação indispensável e deve ser uma etapa a ser desenvolvida paralelamente à execução de obras habitacionais e infraestruturais, devendo, obrigatoriamente, estar previsto (...)” (p. 09). Não é o que está acontecendo no Jardim Campo Belo, além da estagnação das obras nenhuma casa começou a ser regularizada e não há previsão para o início desse processo.

Quando começamos o trabalho nas regiões do Parque Oziel e do Jardim Campo Belo, em 2008, nos surpreendeu positivamente o início da aplicação do projeto. Porém a atual situação de descaso para a finalização das obras e a péssima qualidade do material das infraestruturas criou a seguinte situação: as instalações que foram finalizadas, com destaque para os serviços de saúde e educação, já estão precárias; junto a isso vem o aumento do custo de vida nas áreas que fez com que diversas famílias mudassem de lugar da cidade indo para áreas ainda mais precárias; ruas foram asfaltadas e depois esburacadas para a implantação do sistema sanitário que não está em funcionamento até hoje; as casas construídas apresentam problemas estruturais desde sua entrega; a empresa que trabalha na ampliação do aeroporto já derrubou mais de dez casas sem nenhuma autorização do município; a região permanece ignorada pelo poder público. Nas palavras de M. Santos (2000b, pp. 47 e 48)

E o direito ao entorno? Ele está nos livros e nos discursos oficiais, mas ainda está muito longe de uma implementação. Que dizer, por exemplo, das mudanças brutais que se operam na paisagem e no meio ambiente, sem a menor consideração pelas pessoas? A lei é a do processo produtivo,

cujos resultados ofendem, expulsam e desenraízam as pessoas, e não a lei que assegure o direito à cidade ou, ao menos, o direito ao entorno. (...). O resultado de todos esses agravos é um espaço empobrecido e que também se empobrece: material, social, política, cultural e moralmente. Diante de tantos abusos, o cidadão se torna impotente, a começar pelas distorções da representação política.

Devido a isso, retomamos a prévia conclusão de que esse projeto serviu mais para controlar a população local e promover o governo municipal do que para melhorar a situação de vida da população atingida. Como sintetiza Monteiro (2007) ao analisar o planejamento de Estado brasileiro "As cidades capitalistas refletem as regras do poder, lucros imediatos o que igualmente acontece com o planejamento a serviço deste sistema, que acaba sendo um planejamento do sistema dominante e reacionário." (p. 48). E assim também é a história da construção da cidade de Campinas a partir da população de baixa renda, como estamos mostrando através da análise pormenorizada da constituição das duas grandes ocupações de terras urbanas que estudamos.

Esmiuçaremos no próximo item o planejamento urbano do Estado através da análise do Plano Municipal de Habitação e das leis de regularização do uso do solo urbano que atingiram diretamente as regiões do Jardim Campo Belo e do Parque Oziel.

2.2 Planos e leis: perfeição textual e imperfeição real

Nesse item discutimos as leis municipais de regularização do solo de Campinas: 5.079, de 1981 e 11.834, de 2003. Analisamos também o Plano Municipal de Habitação, de 2011.

Para iniciar esse debate retomamos as palavras de M. Santos (2000a [1987], p.80)

A luta pela cidadania não se esgota na confecção de uma lei ou da Constituição porque a lei é apenas uma concreção, um momento finito de um debate filosófico sempre inacabado. Assim como o indivíduo deve estar sempre vigiando a si mesmo para não se enredar pela alienação circundante, assim o cidadão, a partir das conquistas obtidas, tem de permanecer alerta para garantir e ampliar sua cidadania.

Com base em Monteiro (2007) retomamos, sinteticamente, como se constituiu o uso do planejamento no espaço urbano dos países avançados a partir do sistema capitalista em sua fase contemporânea. A autora explica que

Com o advento das guerras mundiais os Estados desenvolvidos experimentaram novas formas de racionalização do conjunto, pois tinham que determinar a vida econômica de seus países durante o evento e dirigir toda sua recuperação e desenvolvimento no pós-guerra. Surge, assim, uma articulação entre o Estado, representante das parcelas dominantes da sociedade, e determinadas frações do capital, que passa então, a emitir orientações e planejar atividades gerais no país, inclusive as econômicas, em nome do progresso e do desenvolvimento econômico. (...) o planejamento estatal centralizado (...) se diferencia do modelo soviético, [pois] o planejamento dos países capitalistas assume uma postura de caráter técnico. (MONTEIRO, 2007, p. 43)

O planejamento, definido aqui como, técnico é aquele elaborado por técnicos e tem como principal diretriz a racionalização, cientifização e distanciamento do planejador para com o que está sendo planejado. Trata-se de um processo que vem acontecendo desde o pós-guerra e no caso do Brasil, mais especificamente, desde a Ditadura Militar quando delimitamos o período técnico-científico-informacional através da implantação hegemônica do meio técnico-científico-informacional no país (M. SANTOS, 1996). Nas palavras de Monteiro (2007, pp. 43 e 44)

O planejamento urbano se apresenta na maioria das vezes, como atividade desempenhada por técnicos (...) reveste-se de uma cientificidade, que é a responsável pela sua imagem de 'neutralidade' frente aos variados conflitos urbanos. (...). Nesta ótica o planejamento é encarado como um processo, desenvolvido em várias fases, que visa o conhecimento da realidade (...) através do conhecimento de uma situação e por meio da 'racionalização' e cientificidade das propostas elaboradas se chega a melhor solução. Despreza-se, assim, a existência de externalidades ao processo de planejamento, como se toda a problemática dependesse apenas de soluções técnicas. A neutralidade perseguida pelo planejamento (...) é facilmente questionada (...). Em qualquer universo de intervenção em nossa sociedade é notória a existência de conflitos. Podem ser de origens mais diversas; conflitos internos a uma área relacionados com os diversos interesses da comunidade; conflitos gerais envolvendo a estrutura geral da sociedade como também e no caso mais determinante, conflitos devido a divergências entre os interesses de quem 'promove' o planejamento e das populações que dele são alvo.

Para empirizar essa discussão apresentamos, a seguir, o Quadro 4 onde constam os principais planos municipais para população residente em favelas e ocupações, os eventos voltados para a mesma questão e as leis que regularizam o uso do solo em Campinas. Partimos novamente da data de criação da CoHab-Campinas: 1965.

Quadro 4 – Planos, eventos e leis no âmbito da habitação municipal em Campinas-SP (1965-2014)

Planos e Leis Municipais	Ano	Órgão responsável	Objetivo	Observação
I Levantamento de sub-habitacção do município	1965	Serviço de Assistência Social	Diagnosticar a situação de habitação da população de baixa renda.	Levou à elaboração do I Plano de Desfavelamento
I Plano de Desfavelamento do Município	1972	Serviço de Assistência Social	Erradicar a médio e longo prazo os 32 núcleos de favela do município.	Diversas ações de remoção forçada são realizadas.
I Seminário Nacional de Favelas	1981	Organizada pelo poder público local.	Desviar a atenção da população e da mídia da Assembleia do Povo.	De âmbito nacional, foi realizado em Campinas devido ao destaque da AsP.
Lei de concessão do uso real de terrenos públicos (Lei Municipal n. 5.079)	1981	Elaborada pela Assembleia do Povo.	Primeira lei municipal que enfatizava o direito à terra urbana devido à condição de uso do bem estar social como prerrogativa legal.	Foi alterada pelos vereadores e valeu apenas para favelas localizadas em áreas públicas, equivalente a menos de 5% dos casos

				da cidade, respeitando a Lei Federal n. 4.123/62.
Lei de Uso e Ocupação do Solo	1988	SEPLAN	Definição dos parâmetros de uso e ocupação do solo, em vigor até hoje. Foram definidas 18 zonas de uso sem clara justificativa sobre os critérios de divisão.	Legitima as desigualdades sociais dentro do município, pois define a segregação pela territorialidade dos grupos urbanos. Há demanda recorrente para a revisão dessa lei.
Lei Orgânica do Município (LOM)	1990	Prefeitura Municipal de Campinas	Estabelece, entre outras diretrizes, que a urbanização de áreas públicas ocorreria somente em áreas cadastradas até essa data.	Após essa data todas as áreas irregulares da cidade são chamadas de ocupações. A constituição estadual não permite a concessão de uso em áreas públicas a partir dessa data.
Plano Diretor de Campinas	1991	Inter-setorial	Diagnóstico do município.	Pouco efetivo.
Plano Diretor de Campinas	1996	Inter-setorial	Diagnóstico do município e redefinição das leis de uso do solo.	Define também as regionalizações utilizadas pelo planejamento territorial.
I Conferência Municipal de Habitação	2002	CMH	Cria o Conselho Municipal de Habitação.	Fornecer as diretrizes da Política Habitacional do Município, inclusive sugerindo as alterações nas relações entre SeHab e CoHab.
Lei de Regularização do Uso e Ocupação do Solo (n. 11.834)	2003	SeHab	Regulariza o parcelamento e uso do solo das áreas ocupadas após a Lei Orgânica do Município e que foram implantados até o dia 30/06/2001. São ao todo 85 núcleos.	Deve-se à regulamentação da Lei Federal 10.257/01 e inclui as áreas irregulares em terrenos privados que ficaram fora da LOM. Devido a legislação Estadual torna-se proibida novas ações de desafetação.
II Conferência Municipal da Habitação	2004	CMH	Discutir a elaboração do novo Plano Diretor.	
Plano Diretor de Campinas	2006	Inter-setorial	Redefine algumas diretrizes de uso e ocupação do solo. Instituiu as ZEIS e outros instrumentos para controle da especulação imobiliária.	Redefine as regionalizações do planejamento territorial e inicia a elaboração dos Planos Locais de Gestão.
III Conferência Municipal de Habitação	2009	CMH	Definiu a comissão para elaboração do Plano Local de	Os dois planos são o Plano Municipal de Habitação finalizado em

			Habitação de Interesse Social e Plano Municipal de Habitação.	2011.
Plano Municipal de Habitação	2011	SeHab (contratou a Fundação Getúlio Vargas que contratou a empresa de consultoria Demacamp)	Elaborado devido à exigência do governo Federal para aquisição de orçamento do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social.	Discorre sobre a situação de moradia da RMC e faz algumas indicações para o futuro. Inclui análise do Programa MCMV.

Fonte: Taube (1986); Lopes (1988); Carvalho (1991); J. Santos (2005); PMH (2011)

Organização: Helena Rizzatti Fonseca

Em função dos objetivos dessa pesquisa de compreender a constituição da cidade a partir das ocupações de terras urbanas, destacamos no Quadro 4 acima a Lei de Concessão de Uso Real de Terrenos Públicos, de 1981; a Lei de Regularização do Uso do Solo, de 2003; e o Plano Municipal de Habitação, de 2011, que enfatizaremos na análise.

O I Levantamento de Sub-habitação foi realizado no ano em que a CoHab-Campinas foi criada, inclusive para justificar sua criação, e deu subsídio principalmente para as remoções da população carente de habitação que começava a se adensar na cidade e atinge um alto contingente, na década de 1970, quando é realizado o I Plano de Desfavelamento. O I Seminário Nacional de Favelas, apesar de ser em âmbito federal, foi uma estratégia do poder público local para desviar a atenção da Assembleia do Povo que levava para votação a chamada ‘Lei de Terras’. Esse seminário foi realizado em outras cidades do país nos anos subsequentes.

Em 1988 é implantada a Lei de Uso e Ocupação do Solo, em vigor até hoje. De acordo com o PMH essa lei é um importante instrumento para a manutenção das desigualdades socioespaciais por ser complexa de entender, dando margem a manobras de interpretação. Os dezoito diferentes tipos de zona definidos na lei não permitem uma compreensão clara das suas indicações no texto da lei, havendo urgente necessidade de atualizar e melhorar a mesma.

A Lei Orgânica do Município (LOM) é instituída, em 1990, devido às novas diretrizes da Constituição Federal que buscava grande descentralização do poder transferindo-o da esfera federal para a municipal, porém sem a devida alteração da

destinação de orçamentos para essa esfera do poder (ROLNIK & SOMEKH, 2003). Essa lei prevê a possibilidade de alterar a destinação de áreas públicas – institucionais, verdes ou patrimoniais – autorizando a permanência para os assentamentos cadastrados (PMH, 2011, p. 324). Das 43 ocupações existentes na cidade nesse período, 30 foram cadastradas. Até hoje a SeHab denomina essas 30 como favelas enquanto as outras 13 são denominadas como ocupações.

Os Planos Diretores de 1991 e 1996 são bastante parecidos e não trazem a implementação de importantes instrumentos de contenção da especulação imobiliária. Para o PD de 2006 ocorreu uma boa revisão dos Planos anteriores com novas regionalizações da cidade, foram incorporados importantes elementos exigidos pelo Estatuto da Cidade e teve início a elaboração dos Planos Locais de Gestão de cada Macrozona⁴⁷.

Faremos agora uma análise do Plano Municipal de Habitação de Campinas.

2.2.1 O Plano Municipal de Habitação de Campinas

O governo federal brasileiro obrigou os municípios a elaborarem um plano habitacional previamente à aquisição de fundos de investimentos federais para habitação e para implantação do Programa Minha Casa, Minha Vida. Devido a isso faremos a retomada desse processo.

O período da 'década perdida' (anos 1980), seguida do neoliberalismo até o início de 2000 agravou consideravelmente a situação de carência de cidadania da população brasileira com destaque para a problemática habitacional no país. Durante o neoliberalismo brasileiro não houve nenhum programa em âmbito federal para a questão da habitação. Como bem sintetiza M. Santos (2009a [1994], pp. 142, 143 e 144)

Como a redemocratização (incompleta) do País é acompanhada pela pregação do modelo político neoliberal e o início de sua instalação efetiva, ao mesmo tempo em que a crise econômica se agrava, cabe perguntar de que modo e com que possibilidades e recursos pode ser tentado um planejamento social abrangente. (...). A questão é estrutural.

⁴⁷ Para uma análise mais aprofundada desse plano recomendamos a dissertação de Mestre (2009).

Seu entendimento passa pela história social, política e territorial recente da sociedade brasileira como um todo e as formas de inserção do País na economia mundial e suas consequências internas.

Lefebvre (2008) indica a importância que a produção de habitação urbana ganha para o desenvolvimento do sistema econômico capitalista. Nas palavras do autor (ibidem, p. 126, destaque do original), “o 'imobiliário' e a 'construção' deixam de ser circuitos secundários e ramos anexos do capitalismo industrial e financeiro para passar ao primeiro plano. Ainda que *desigualmente* (o que se refere à grande lei, bastante conhecida, do desenvolvimento desigual)”. Trata-se de um processo global, porém com especificidades em cada formação socioespacial (M. SANTOS, 1988), de forma que, a partir do governo do presidente Lula (PT), são retomadas as políticas nesse âmbito justificadas, inclusive, pela capacidade de dinamização da economia através desse setor.

Para analisar essa recente política brasileira retomamos a síntese de Bonduki (2013, p. 32)

É notória a abrupta redução de recursos do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), a partir de meados dos anos 1980, e a desestruturação do aparato de gestão do setor de Habitação do governo federal (constituído durante o regime militar), desde a extinção do BNH até a criação do Ministério das Cidades (1986-2003). Nesse período, o setor habitacional e urbano perdeu protagonismo e centralidade repartido e conduzido por seis diferentes organogramas ministeriais, em evidente descontinuidade institucional. (...). No entanto, faz-se necessário reconhecer que, nesse período chamado de 'transição', foram propostos pelo governo federal, concomitantemente aos programas inovadores dos municípios e Estados, novos instrumentos de gestão e de financiamentos inovadores, importantes para a retomada da política habitacional proposta pelo governo Lula. (...). (...) pode-se citar, como instrumentos e programas inovadores: as primeiras modalidades de subsídio habitacional – a exemplo do chamado 'desconto' nas prestações do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), do Programa de Subsídio Habitacional (PSH) [linha de crédito direcionadas à produção de empreendimentos habitacionais para populações de baixa renda] e do *mix* de recursos onerosos e não onerosos presentes no Programa de Arrendamento Residencial (PAR) [financiado pelo Fundo de Arrendamento Residencial tem o objetivo de diminuir o déficit habitacional em municípios com mais de 100.00 habitantes viabilizando imóveis residenciais para famílias com renda de até 6 salários mínimos] -; a criação da Carta de Crédito, um mecanismo de acesso ao crédito habitacional; a criação de um programa nacional voltado para a urbanização de assentamentos precários (Habitar Brasil-BID); a instalação e o fortalecimento do Conselho Gestor do

FGTS, com participação das centrais sindicais; e a concepção de que a execução dos programas habitacionais deve-se centralizar e conduzir por diretrizes, normativas e recursos oriundos do nível federal.

Os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, de 1988, colocam como premissa a função social da cidade, porém a remetem aos planos diretores municipais (para cidades com mais de 20 mil habitantes) para a aplicação das suas diretrizes. Com a aprovação do Estatuto da Cidade, em 2001, foram regulamentados esses artigos da Constituição sobre a função social da propriedade e da cidade através da Lei Federal 10.257. No artigo sexto da Constituição a moradia é definida como direito fundamental, digno da pessoa humana. De acordo com Rodrigues (2004, p. 12) “O Estatuto inova ao reconhecer a cidade real, a necessidade de legitimar, legalizar as áreas ocupadas por moradias”. Essa inovação do Estatuto levou à criação da Lei Municipal 11.834, um dos objetivos desse estudo. A autora ainda complementa que:

A cidade real, nas grandes aglomerações urbanas, deixa de ser ficção, com o reconhecimento da legitimidade da ocupação de terras para moradia a possibilidade de legalização jurídica das áreas/imóveis ocupados com a finalidade de morar. Busca-se, assim, garantir a permanência das famílias nas áreas ocupadas, desde que não haja risco de vida para a população ou comprometimento da função social da cidade. Enfim, o Estatuto reafirma a propriedade privada/individual, impõe alguns limites à especulação, induz o reconhecimento da cidade como produção coletiva, cria novos instrumentos jurídicos e participativos que permitem ao poder público tomar providências para que as propriedades cumpram sua função social em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos. (...). Embora possa ser considerado um novo paradigma para o planejamento e a gestão urbana, o paradigma dominante é ainda o do planejamento estático, setorial, burocratizado. (...) o poder público permanece como o agente fundamental na aplicação dos instrumentos de planejamento. (...). O Estatuto foi produto da ampla mobilização e participação dos movimentos sociais, o que mostra que se trata de uma utopia de processo social construído **quotidianamente** (...) podemos considerar que o Estatuto tem virtualidades para a conquista do Direito à Cidade (termo cunhado por Henri Lefebvre), restrita contudo ao âmbito do uso do solo urbano, não extrapolável para outras dimensões da vida urbana. (RODRIGUES, 2004, pp. 13, 14 e 15, destaque nosso)

Em 2003, é criado o Ministério das Cidades e a Secretaria Nacional de Habitação. Esse Ministério nos parece fundamental por permitir uma gestão específica das cidades, da

propriedade da terra e da habitação. A criação desse órgão permite, entre outras funções, a troca de conhecimentos através da realização periódica de eventos entre os servidores públicos que trabalham nesse setor. Essa análise foi feita por nós, nas visitas técnicas, por diferentes servidores públicos também foi ressaltada pela empresa de consultoria, contratada pela Fundação Getúlio Vargas, para a elaboração do PMH de Campinas.

A partir da instituição do Ministério das Cidades foi possível, também, a criação do Sistema Nacional de Habitação (BONDUKI, 2013, p. 34) instituído, em 2005, através da Lei Federal 11.124, como Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e instituiu ainda o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS). Para participação no SNHIS e no FNHIS é obrigatória a elaboração de Planos Locais de Habitação de Interesse Social (PLHIS) do qual faz parte o Plano Municipal de Habitação de Campinas, de 2011. De acordo com o autor supracitado

o plano local de habitação seria essencial enquanto instrumento básico para o equacionamento do problema habitacional específico, ao propor uma estratégia própria, estabelecer programas, projetos e faixas de renda de atenção prioritária, definir limites e tudo mais que se entendesse por política habitacional no âmbito local. (...). Ademais, o plano local de habitação seria indispensável, também como instrumento de avaliação da capacidade institucional de cada ente federativo para respaldar a decisão do governo federal, de aceitar ou não sua adesão integral ao SNH [Sistema Nacional de Habitação], conferindo autonomia ao município para execução de sua própria política habitacional. (BONDUKI, 2013, p. 35)

Porém, diversos mecanismos de incorporação dessa política impediram a real autonomia e o bom funcionamento dos planos habitacionais, tornando-os obrigatórios porém não efetivos, sem capacidade de acelerar a transferência de renda para os municípios e de torná-los realmente autônomos (ibidem). De acordo com o mesmo autor

o FNHIS [Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social] foi aprovado como um fundo orçamentário e não como um fundo financeiro, tornando-o pouco mais do que uma dotação orçamentária gerida por um Conselho gestor com participação da sociedade, reduzindo enormemente seu potencial de financiamento. Por outro lado, não foi admitida a possibilidade de transferência fundo a fundo para Estados e municípios cuja adesão integral fosse concedida (ibidem, p. 36).

Para essa transferência entre o fundo de âmbito federal e o fundo de âmbito municipal deveriam ser utilizados os Planos Municipais de Habitação, pois a partir deles seria possível verificar quais municípios têm capacidade de ter autonomia na aquisição do fundo federal, de modo que o governo Federal se concentraria em desenvolver as políticas habitacionais das cidades que não tivessem preparadas para elaborar seus planos municipais até que atingissem autonomia no setor. Porém

Ao eliminar a concepção de transferência fundo a fundo e o conceito da adesão integral, a nova PNH [Política Nacional de Habitação] fragilizou enormemente o papel e a importância do plano local de habitação, instrumento fundamental à concessão da 'maioridade' para os entes federativos em termos de política habitacional. (ibidem, p. 36)

Com isso, já indicamos a ineficiência da elaboração desses planos que acabam se tornando apenas mais um entrave burocrático para a aquisição de direitos, no caso à moradia. Os planos deixam de agilizar trâmites burocráticos e passam a ser mais um atraso nos processos de aquisição do fundo federal para habitação.

Ainda antes de realizar a análise do PMH retomamos o artigo de Monteiro (2007) que explica as etapas do planejamento: conhecimento da situação (unir informações e realizar pesquisas); diagnóstico (análise das informações recolhidas); plano (documento juntando as fases anteriores que justifica as ações apresentadas); **fase política (adoção do plano pelos que decidem)**; fase executiva (implementação dos planos); avaliação (para realimentação do processo).

Dentre essas etapas destacamos a fase política que é quando o Estado, em suas diversas escalas de ação, decide qual plano irá adotar. E como a mesma autora relembra "Não podemos mais continuar considerando o planejamento como produto da razão, consciência e seriedade de seu formulador, - como um processo neutro e mediador dos conflitos, mas sim como **resultado de interesses de quem o promove.**" (MONTEIRO, 2007, p. 47, destaque nosso). Considerar que o planejamento por ser elaborado, através de um plano, por técnicos significa que não contém interesses pessoais é equivocado. O plano pode buscar uma neutralidade alienante dos conflitos da área onde será aplicado exatamente por ignorar tais conflitos, e sua implantação através do poder público é carregada de intenções por parte de quem o implementa. Como a autora supracitada nos atenta

A postura de desvinculação do pensamento da ação, leva-os [técnicos] a ter um discurso revolucionário, a produzir diagnósticos críticos sobre as estruturas políticas e econômicas, sem a preocupação de que tais diagnósticos se materializem em ações. (...) estão sendo eminentemente alienados (...) [ao] produzirem críticas inócuas. (ibidem, p. 45)

A elaboração do Plano Municipal de Habitação de Campinas teve início no ano de 2009, através da III Conferência Municipal de Habitação quando é definido quem irá elaborar o plano, como apresentamos no Quadro 4.

No único estudo que encontramos que remete ao Plano Municipal de Habitação é feita uma rápida análise que diz

Em 2011, a Prefeitura Municipal de Campinas, com consonância com o Plano Diretor (CAMPINAS, 2006, Art. 50), apresentou o Plano Setorial de Habitação de Campinas, chamado de Plano Municipal de Habitação. O plano foi criado e apresentado no governo do Dr. Hélio de Oliveira Santos (cassado em 2011). Apesar de ser recente, inclusive em relação à possibilidade de uma crítica mais aprofundada, é possível estabelecer algumas considerações iniciais, principalmente quanto à sua fragilidade. O Plano, nas suas mais de quatrocentas páginas, na realidade, apresenta um grande levantamento da situação habitacional de Campinas, com cerca de trezentas e setenta páginas destinadas à discussões sobre estimativas de assentamentos irregulares em Campinas. Apesar de ser o mais recente levantamento realizado pela Prefeitura, esse Plano utiliza dados estimados de forma demasiada, perdendo em confiabilidade, mas, no nosso entender, ele tem grande valia como um ponto de partida, já que Campinas carecia de um diagnóstico prévio como esse. No entanto, não o credencia como um plano no sentido esperado do termo, com demarcações específicas, ações práticas e objetivos bem definidos para a política habitacional do município. A aproximação que o Plano faz com essa pretensão é de estabelecer diretrizes da política habitacional, deixando as ações práticas para os Planos Locais de Gestão e os Planos Locais de Habitação. Embora ele determine diretrizes para a elaboração dos Planos Locais de Interesse Social, em nenhum momento no Plano Municipal de Habitação foi definida a estratégia de funcionamento dos órgãos responsáveis, de sua criação ou prazo para a efetivação dos mesmos. Sendo assim, a expectativa em relação à efetivação das diretrizes indicadas pelo Plano é pequena. (DIÓGENES, 2012, pp. 68 e 69).

O PMH foi elaborado no mandato do prefeito Hélio de Oliveira Santos (PDT) e do Secretário de Habitação e Diretor da CoHab, André Luiz de Camargo Von Zuben, em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV) que contratou a empresa de consultoria

Demacamp. Tem como colaboradores: equipe técnica das Secretarias Municipais de Habitação; Planejamento e Desenvolvimento Urbano; Meio Ambiente; Serviços Públicos; Urbanismo; Assuntos Jurídicos; Cultura; Esporte e Lazer; Finanças; Cidadania; Assistência e Inclusão Social; Educação; Saúde; cooperação nos trabalhos de Segurança Pública; Trabalho e Renda; Transporte; CoHab e Sanasa.

A empresa de consultoria Demacamp se localiza na Vila São João em Barão Geraldo, em Campinas, onde trabalham uma coordenadora, Eleusina de Freitas, duas arquitetas e uma estagiária. Realizamos uma entrevista com a Eleusina e pudemos conversar informalmente com uma das arquitetas que auxiliaram na elaboração do Plano.

O grupo que elaborou o documento é composto por economistas, sociólogos, arquitetos e profissionais da informática e computação. Foi elaborado no tempo de dois anos, de 2009 a 2011, aprovado em 08 de Agosto de 2011 pela SeHab, e é o primeiro Plano de Habitação de Campinas e sua Região Metropolitana.

O Plano é dividido em quatro partes: Diagnóstico da Situação; Contextualização da Problemática Habitacional de Campinas; Necessidades Habitacionais do Município de Campinas; e Estratégias de Ação. Somam ao todo 487 páginas com anexos, é composto também por um CD-ROM onde apresenta-se a caracterização dos assentamentos e a precariedade habitacional de Campinas por Macrozona e um Anexo Técnico. Tivemos contato com todo esse material. De acordo com o próprio Plano trata-se de um Plano Municipal de Habitação de Interesse Social tal qual é exigido pelo governo federal, mas leva o nome de Plano Municipal de Habitação.

Consta na introdução do Plano a seguinte consideração conclusiva: “Pelo diagnóstico verifica-se que o Município de Campinas tem pela frente um grande desafio a ser enfrentado a fim de universalizar o acesso à moradia digna, reduzir o déficit habitacional, reverter o processo de segregação sócio espacial, promover a requalificação urbanística e a regularização fundiária dos assentamentos precários e erradicar as moradias de áreas impróprias.” (p. 08).

Na primeira parte é feito um extenso levantamento de dados sobre habitação, população residente em sub-habitação, situação da habitação, vazios urbanos, riscos ambientais, entre outros, para todos os municípios da Região Metropolitana de Campinas. Foram utilizados dados da Fundação João Pinheiros (FJP) e das Secretarias de Campinas e

conclui-se, ao final da primeira parte, que a Fundação subestima os dados referentes à habitação e situação de moradia ficando mais próximo da realidade os dados municipais. Conclui-se, também, que os principais problemas em relação à habitação da RMC se devem à irregularidade urbanística e fundiária e o déficit habitacional se concentra nas famílias de renda inferior a três salários mínimos por mês. Há indicação de que esse quadro pode estar sendo alterado devido aos investimentos do PAC para implementação de ações integradas de urbanização, como é o caso da região do Viracopos e da Bacia do Córrego do Taubaté (onde se localiza a região do Parque Oziel), que analisaremos no próximo item desse capítulo; e do programa de Urbanização de Assentamentos Precários que já analisamos.

Aqui consta uma crítica ao Plano pois, como já apresentamos, as ações de urbanização integrada na região do Viracopos (projeto de inclusão social Vip Viracopos) não foi realmente integrada e não está sendo finalizada, causando alterações principalmente superficiais na área posto que nem mesmo o saneamento básico está em funcionamento, os serviços públicos continuam precários, o conjunto habitacional construído foi inadequado para a população que atingiu e a pavimentação não se completou, além de não estar sendo realizada a devida manutenção para conservação de todas essas infraestruturas instaladas.

Consideramos uma boa análise quantitativa do Plano por comparar os dados da FJP com os dados municipais e atingirem um melhor diagnóstico do déficit habitacional e da inadequação fundiária e habitacional. Tanto é que, os melhores dados que utilizamos no primeiro capítulo desse estudo foram os dados municipais trazidos no Plano. Também se mostra interessante a estratégia de elaborar esse diagnóstico para todas as cidades da RMC, por confeccionar um quadro da situação atual ao permitir a comparação direta entre todos os municípios que compõem a região e a compreensão da segregação espacial planejada em todas essas cidades. Ficam visíveis quais são os municípios pobres e os ricos da Região e como a política, de forma geral, desses municípios faz a manutenção dessa desigualdade. Em nenhuma outra parte do plano são tratados os demais municípios da RMC.

Na segunda parte do documento consta toda a legislação e órgãos administrativos atuais voltados para a questão habitacional. Trata-se de um rico material atualizado que permite uma compreensão do ‘estado da arte’ da legislação e administração habitacional de Campinas. Descrevem-se as leis e os planos, indicados no Quadro 4, e a função de cada órgão e fundo que constam no Quadro 1. Porém as considerações finais deixam bastante a

desejar, posto que, para alterar a situação habitacional o poder público municipal possui um papel central, logo, a sua reorganização e a sua munção legislativa são elementos fundamentais para que tenhamos um novo cenário. Não são feitas sugestões com tal fim, consta apenas a necessidade de fortalecimento da SeHab sem descrever em qual sentido ou como isso deve ser feito. Fora isso as considerações reapresentam as diretrizes do próprio Ministério da Cidade sem nenhuma adaptação à situação analisada.

Na terceira parte indica-se, já no início do texto, que a suburbanização (conceito não definido no Plano) de Campinas tem duas direções: os condomínios fechados para as classes médias e altas; e loteamentos e bairros periféricos para as classes populares. Tal qual apresentamos nesse trabalho. É elaborado um pequeno histórico do processo de urbanização da cidade e são levantamos dados qualitativos sobre a situação dos assentamentos precários dividindo-os em: consolidados, consolidáveis e não-consolidáveis. Porém não há detalhamento permitindo generalizações dos assentamentos sendo que sabemos, inclusive vimos apresentando aqui, que há inúmeras situações habitacionais dentro de um mesmo assentamento, favela, núcleo, ou ocupação. O Plano afirma que “A estimativa [de assentamentos consolidados, consolidáveis e não-consolidados] apresentada (...) é adequada para fins de um planejamento das ações, mas o número total de domicílios (...) bem como a necessidade de remoções pode variar consideravelmente após a elaboração de um mapa de risco que abranja todos os núcleos e de projetos de urbanização de cada área.” (p. 311). Consideramos uma falha o Plano não fazer essa análise, posto que o mapa de risco é, hoje em dia, um elemento essencial para qualquer ação de regularização e urbanização dos assentamentos. Já que foram verificados, para a elaboração do Plano, todos os 234 núcleos irregulares da cidade, trazer análises pormenorizadas desses núcleos auxiliaria e aceleraria os processos de regularização e urbanização dos mesmos.

São realizadas, ainda na terceira parte, algumas projeções de demandas futuras. Basicamente é apresentada a demanda de domicílios, para 2023, com base na projeção de crescimento demográfico da população. Essa projeção é detalhada apenas por faixas de renda, porém ambas somente quantitativamente sem levar em consideração os problemas nas próprias moradias, ou seja, a qualidade habitacional. São indicadas a localização e a quantidade de terrenos vagos da cidade, disponíveis hoje, que podem ser utilizados para essa demanda futura. Consideramos essa constatação bastante interessante principalmente

por já localizar esses terrenos, inclusive por macrozona, de forma que não apenas se indicam que há terrenos suficiente para tal demanda, mas também se apontam quais são esses terrenos.

Por fim, são projetados os custos para a construção desses domicílios com base nas unidades habitacionais do programa MCMV e os custos para melhoria de inadequações das moradias. Estes custos poderiam ter sido calculados pensando numa unidade habitacional melhor projetada do que aquela que as empreendedoras construíram em Campinas a partir do programa MCMV. Essas unidades de faixa de renda mais baixa ficaram sem acabamento, com diversos problemas de fiação e encanamento e problemas na elaboração das plantas dos apartamentos. Já que se trata de um Plano, este poderia ter analisado a precariedade das habitações do MCMV para criar um novo parâmetro de construção. Esquece-se, assim, os conflitos existentes na elaboração de unidades habitacionais colocando um parâmetro ruim e que já sabemos ser ineficiente para a construção de habitações de qualidade. Nas palavras de M. Santos (2000b, p. 46)

Quando, diante da situação explosiva nas cidades (...), foi decidido construir casas para os mais pobres, foi para lhes dar habitações que já nasciam subnormais (...). A normalidade estabelecida para os pobres por definição oficial, aconselhada e defendida por pseudo-intelectuais, passou a autorizar a construção de habitações tão pequenas que conduzem a toda espécie de confinamentos e promiscuidades. Na cabeça tortuosa de tais técnicos, as pessoas têm necessidades essenciais em função da classe a que pertencem. Não foram esses mesmos que traçaram ou desenharam os famosos quartos de empregadas lado a lado com os quartos muito mais amplos dos patrões? Tais fatos, relativos à 'normalidade' da moradia dos pobres, são praticamente aceitos pela sociedade, isto é, por uma classe média não culta. Isso justifica pensar que o raciocínio economicista e imoral tomou o lugar da cultura, que levaria a preocupações mais nobres. (...). A construção, dessa forma, de casas para os mais pobres ajuda, de fato, a viabilizar a cidade corporativa.

Na quarta e última parte do PMH foram elaboradas estratégias de ações futuras para o período entre 2011 e 2023. São indicados os principais instrumentos para contenção da especulação imobiliária, tratam-se de estratégias interessantes, porém não estão acompanhadas de um plano de implementação e fiscalização desses instrumentos. Logo, ficam indicações vagas muito parecidas com o que já consta no Plano Diretor de Campinas

sem a devida indicação de quais agentes da cidade dificultam ou impedem o uso desses instrumentos. Tratando-se de um documento que se coloca como neutro parece ser o melhor lugar para se dar ‘nome aos bois’: indicar quem são os grandes proprietários de terra da cidade, quais são as imobiliárias com maior quantidade de terrenos vazios no município, quais as empresas instaladas na cidade que mais possuem terrenos e quais atrapalham a política habitacional local, entre diversos outros apontamentos que são necessários de serem feitos para que a população, os técnicos, os políticos e os pesquisadores saibam **quem** são os entraves do melhoramento da situação de vida da maior parte da população.

Ainda na quarta parte foram elaborados três eixos de estratégias segundo os objetivos específicos definidos para a realização das ações necessárias. Os eixos são: Acesso à Terra Urbanizada; Promoção Pública e Privada de Habitação de Interesse Social; Arranjo Institucional e Fonte de Recursos. Para tal foram confeccionadas três tabelas contendo: problema; objetivo específico; diretrizes/estratégias; responsável pelo monitoramento; indicadores; operações. Ou seja, foram montadas tabelas para a implantação de estratégias para os prováveis futuros problemas habitacionais. Trata-se de uma simplificação da complexa função de ordenar e coordenar a implantação de estratégias que se mostram interessantes, porém que precisam ser bem melhor esmiuçadas para que seja possível implantá-las. Destacamos, porém, que é um rico material com ideias interessantes e voltadas para a situação atual da desigualdade de poder entre os diferentes agentes constituidores da cidade. E o último item do Plano traz sugestão de programas, bem detalhados e bem apresentados, de capacitação dos agentes sociais.

Consideramos, então, que o Plano deu um grande passo para a política habitacional municipal, em primeiro lugar, por ter sido elaborado. Posto que, é o primeiro desse tipo de plano da cidade e contém um riquíssimo material quantitativo e um pouco de análise qualitativa, em relação à situação da política municipal. Possui seus problemas que se mostram, principalmente, no momento de indicar estratégias de ação e da ausência de responsabilização dos agentes municipais que alteram os objetivos da política habitacional voltada aos interesses sociais. Mas é um bom ponto de partida. Faz-se importante agora a manutenção do Plano, que já devia estar em andamento, para que se verifique se as estratégias sugeridas estão sendo aplicadas e quais seus entraves e seus avanços, afinal para ser um bom instrumento é necessário que todo plano, por mais defeituoso que seja, esteja

atualizado cumprindo, assim, a importante função de informar todos os cidadãos.

Ressaltamos ainda que não houve participação popular para a elaboração desse Plano, os profissionais que elaboraram o plano apenas participaram das reuniões para elaboração dos Planos Locais de Gestão realizado por Macrozona. Nessas reuniões eram feitas dinâmicas com a população que estava presente para que fossem definidas as precariedades e necessidades de cada Macrozona.

Por fim, através das entrevistas e conversas que realizamos com duas profissionais que elaboraram o PMH elas destacaram as diversas regionalizações utilizadas pelo planejamento territorial como um grande entrave para realizar o ‘diagnóstico’ da cidade. De acordo com as mesmas, para interpretar os dados disponíveis foi preciso compreender, primeiramente, para qual área da cidade eles equivaliam, a cada novo banco de dados acessado. Problema também levantado pelos servidores públicos da Secretaria Municipal de Habitação.

Faz-se necessário uma reformulação da organização do poder público integralmente, para nós, a partir de nova formulação das escalas em que estão organizados os órgãos administrativos. Como afirmamos com base em Monteiro (2007), os planos remetem à ideia de saber competente e neutro e não às necessidades conflituosas que perpassam o cotidiano e todos os tipos de bairros, condomínios, ocupações e favelas da cidade. Desdobraremos mais essas questões no próximo subitem.

2.2.2 As leis municipais de regularização do solo urbano para fins de interesse social: 5.079/81 e 11.823/03

Nesse subitem analisamos as duas leis de regularização do solo urbano de Campinas: 5.079, de 1981; e 11.834, de 2003. Antes de iniciar a análise relembramos duas características do nosso entendimento do Estado. Este se apresenta como um agente hegemônico capitalista devido à manutenção de políticas públicas, nas suas três escalas, que mantém a ordem para o melhor desempenho desse sistema econômico ao invés de combatê-lo. Apesar disso, ainda há possibilidade de alterá-lo por ser constantemente disputado por aqueles que o compõem, com destaque aos seus próprios servidores públicos e à sociedade (organizada em corporações; movimentos sociais; ou não organizada). Devido a isso, não basta realizarmos a leitura na íntegra das leis que pretendemos analisar. Faz-se imprescindível compreender o processo de implantação da lei e os desdobramentos que ocorrem após a implantação da mesma através de disputas dentro dos órgãos administrativos e, quando ocorrem, nos fóruns públicos.

Villaça (1986) explica que

Há razões estruturais que impedem o modo capitalista de produção de oferecer habitação decente a todos os membros da sociedade. Em primeiro lugar, a habitação está vinculada ao solo, está 'amarrada' à terra. (...). Em segundo lugar há que se considerar o obstáculo representado pela propriedade privada da terra. Esta onera violentamente o preço do produto habitação, o que obriga as camadas mais pobres a morar nas piores localizações das cidades. (...). Em terceiro lugar, outra particularidade da habitação que dificulta sua transformação plena em mercadoria, prende-se ao seu longo período de produção e consumo. (p. 07)

Concordamos com essa colocação do autor que aponta para os impedimentos à propriedade da terra e da moradia, por parte das classes de baixa renda, no sistema econômico capitalista como sendo corroborado pelo Estado capitalista contemporâneo. Porém consideramos que a propriedade da terra e da moradia não deve ser um fim, sendo mais importante possibilitar a acessibilidade com qualidade aos direitos dos cidadãos. O fato de ser dono de um terreno não significa ser cidadão, tornar esse espaço frutífero; é o uso dado a esse espaço que pode trazer cidadania e desalienação. Nas palavras de M. L. Souza (2006, p. 305)

Uma ocupação é uma afronta, em primeiro lugar, a um proprietário (indivíduo privado ou Estado); no longo prazo e em larga escala, tolerar as favelas (e os loteamentos irregulares), e mesmo, dentro de certos limites (...) ocupações pelo movimento sem-teto, é um indício de ‘inteligência sistêmica’, que propicia a sobrevivência da economia urbana e da ordem social vigente.

No estudo de Jacobi (1982) o autor diferencia duas situações possíveis de se verificar nas ocupações de terras urbanas que podem ser, também, complementares:

O processo de periferização das classes populares se configura cada vez mais com sua marca de segregação espacial, onde a tônica dominante é a exclusão de grande parcela da população dos benefícios urbanos. Nesse contexto, a mobilização das classes populares em torno da luta pela terra assume duas dinâmicas: numa primeira, os moradores dos loteamentos visando a regulamentação e legalização das áreas, para obter a propriedade e os serviços públicos urbanos; numa segunda dinâmica, os movimentos dos favelados na luta pela posse de terra e, mais especificamente, as ocupações massivas e organizadas exigindo do Estado respostas e soluções que variam de acordo com os interesses políticos em jogo. (JACOBI, 1982, p. 53)

Nas ocupações que analisamos essas duas dinâmicas se imbricam, pois, ao mesmo tempo que se luta por regularização e legalização das áreas para aquisição de serviços públicos, também se luta pela posse da terra de cada lote. Ambas criam contrarrazões que alimentam a heterogeneidade dentro do Estado e escancaram, para a população alienada e/ou para as classes médias e altas urbanas, as contradições do sistema econômico capitalista. Discutiremos essa última afirmação no próximo capítulo.

A Assembleia do Povo conseguiu, como vimos, a aprovação da Lei 5.079, chamada Lei de Concessão de Uso Real de Terrenos Públicos, no dia 30 de Março de 1981, assinada pelo então prefeito Francisco Amaral (PPB). Essa lei foi aplicada apenas nas ocupações e favelas localizadas em terrenos públicos da cidade o que equivale a, no máximo, 5% da população residente nessa situação, naquele período, em Campinas. Essa delimitação foi disputada ferrenhamente entre os elaboradores da lei e os vereadores da cidade, como descrevemos no item 2.1.1.

A implementação da lei ocorreu durante a Ditadura Militar, quando a situação social

da maior parte da população brasileira atingia novos parâmetros de precariedade por seus altos índices em todo o país. Num período tão reacionário a mudanças sociais, sua implementação é uma vitória dos movimentos sociais conseguindo conflitar em alguns aspectos com o sistema econômico capitalista através do Estado, no caso, em escala municipal.

Não pudemos entrevistar nenhum servidor público que estivesse no governo, na década de 1980, para nos explicar quais disputas se desdobraram para a execução da ‘Lei de Terras’ da AsP, mas o relato de sua história permite compreender parte delas. Como esclarece Villaça:

Verificar até que ponto a atuação de um governo corresponde a política pública por ele anunciada, ou seja, corresponde ao seu discurso, é uma tarefa complexa. (...). O mais importante é desvendar e entender a ação real do governo, porque na maior parte dos casos ele procura escondê-la, esconder as consequências daquilo que faz, esconder seus reais objetivos. Entretanto, pode não ser possível confrontar a política enunciada com a política efetivamente implementada, uma vez que os governantes nem sempre enunciam com antecedência a política que vão seguir. (...). Dir-se-á que toda e qualquer política tem sempre uma dimensão econômica. Sim, mas a questão é descobrir quem, que grupo ou classe, comanda a política, efetivamente decide quanto a ela e quais os benefícios que auferem, mesmo que existam outros grupos que possam até receber algum benefício, mas que não tem qualquer controle sobre a política. (VILLAÇA, 1986, p. 09)

A atenção aqui chamada pelo autor é o descaramento do Estado contemporâneo enquanto um agente hegemônico capitalista. Afinal, este agente existe para mediar relações entre a sociedade e as empresas privadas; o Estado é o agente que, em contraposição às empresas privadas, desenvolve políticas sociais, públicas e econômicas para suprir necessidades da sociedade que as empresas privadas não têm obrigação de atender. Assim sendo, quem regula as ações do Estado? A própria sociedade. Porém cada classe da sociedade se preocupa com os seus privilégios, de forma que as classes baixas que são exploradas, mal alimentadas, mal ensinadas nas escolas públicas de péssima qualidade, mal cuidadas pelo sistema de saúde, acabam tendo que fiscalizar um Estado descaradamente manipulador da informação que é veiculada pela mídia hegemônica e corporativa da qual, inclusive, podem ser dono? A manipulação do Estado para com as intenções por trás das

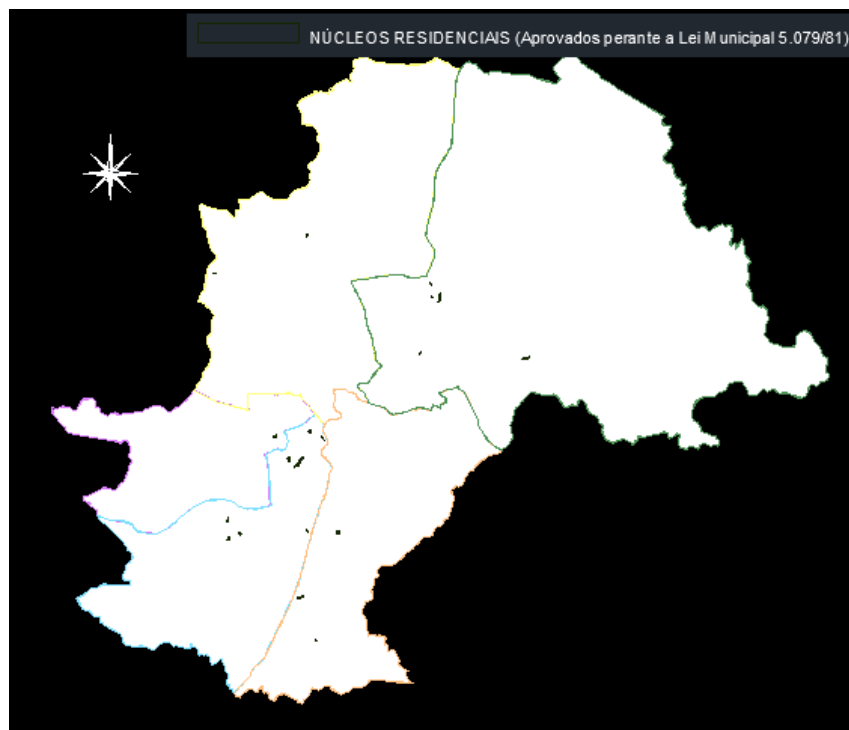
políticas que implantam nos remete à urgente necessidade de rever o papel desse agente, faz-se necessário reformulá-lo.

A tensão causada dentro da câmara de vereadores entre os representantes que, em sua maioria, representam apenas os interesses da elite local e das corporações globais, que são contra a regularização de terrenos ocupados por favelas e loteamentos clandestinos, mas que realizam a especulação imobiliária de loteamentos e glebas vazias; e os vereadores que representam a classe de baixa renda organizada, nesse caso, através da Assembleia do Povo. M. Santos elabora uma crítica com a qual concordamos sobre as relações entre sociedade, Estado e corporações.

(...) as relações atuais entre as firmas e o poder público atribuem às empresas um certo poder de regularização da vida social. Cada vez mais, e a cada dia que passa, as empresas ditam normas, que são frequentemente ainda mais rígidas que as do poder público e as quais o cidadão não pode resistir, sob pena de se ver paralisado ou tolhido em seu cotidiano. É, às vezes, mais fácil contornar uma determinação burocrática do que infringir uma decisão de um empresário, tomada em seu próprio benefício. (2000b, p. 67)

Focamos na análise dos dados adquiridos com a SeHab, em 2013, sobre a lei 5.079/81, pois, como dissemos, não sabemos dos desdobramentos a partir da implementação desta lei, entre os órgãos administrativos, como pudemos fazer com a mais recente. Na Figura 11 expomos a localização de todas as áreas que foram regularizadas a partir de 1981: ao todo são 1.523 lotes em 20 áreas regularizadas, num total de 81 núcleos irregulares que existiam quando da promulgação da lei.

Figura 11 – Localização, de acordo com as Grandes Regiões⁴⁸, dos núcleos residenciais que foram regularizados a partir da Lei Municipal 5.079/81 em Campinas-SP



Fonte: SeHab/PMC (2013)

Elaboração: Helena Rizzatti Fonseca (2013)

Nota-se que a maioria dos núcleos regularizados se localiza na Macrorregião Sul de Campinas com destaque para a Grande Região Sudoeste onde, nesse período, era a principal área de concentração da população de baixa renda da cidade. Ou seja, as regularizações ocorreram em áreas de pouco interesse para o mercado imobiliário. Trata-se de mais uma demonstração do padrão de urbanização segregada de Campinas que embora perverso, e talvez devido a isso, não impede o enriquecimento da densidade comunicacional nessa parcela da cidade. Hoje em dia, diversos líderes que participaram da Assembleia do Povo e conseguiram ter suas casas regularizadas auxiliam nas novas lutas pelo direito à moradia e à cidade em Campinas (DIÓGENES, 2012; GHILHARDI, 2012; FORMAGIO, 2012).

Na Tabela 16 apresentamos os dados dessas áreas regularizadas.

⁴⁸ A divisão das Grandes Regiões utilizadas na figura equivale à atual, discutida no item 1.4.

Tabela 16 – Relação dos núcleos aprovados em Campinas-SP a partir da Lei Municipal 5.079/81

RELAÇÃO NÚCLEOS APROVADOS (Lei 5.079/81)										
Nº	Mapeamento SEHAB	Código SEHAB	MCZ	AR	Região	Denominação	Nº do protocolo	Decreto de aprovação	Cartório de registro	Nº de lotes
01	158	86	03	BG	N	NR Novo Parque Real	15.121/84	9.437/88		82
02	314	87	09	NA	N	NR Nossa Sr ^a . de Fátima	16.502/53	9.481/88	2º CRI	14
03	212	59	07	06	S	NR Vila Nilza	36.234/87	9.387/87	3º CRI	46
04	322	74	07	06	S	NR Nova América	19.883/87	9.220/87		47
05	323	77	04	06	S	NR Jardim Liberdade	14.373/88	9.480/88	3º CRI	49
06	309	6A	04	03	L	NR Parque Dom Bosco	34.455/85	9.448/88		138
07	310	20	04	02	L	NR Jardim Guararapes	20.899/88	9.557/88		27
08	307	22	04	03	L	NR Novo Jardim Santana	28.645/84	9.385/87	1º CRI	45
09	311	82	04	03	L	NR Jardim Novo Nilópolis	31.521/88	9.629/88	1º CRI	40
10	312	88	01	SOUSAS	L	NR Cristo Rei	34.273/85	8.734/85	2º CRI	130
11	313	53	04	05	NO	NR Jardim Novo Ipaussurama	19.884/87	9.221/87		80
12	308	25	04	07	SO	NR Parque Social	20.898/88	9.661/88	3º CRI	145
13	315	27	04	07	NO	NR Jardim Novo Anchieta	27.004/84	5.953/88		86
14	334	57	04	07	SO	NR Parque Santos Dumont	9.113/82	9.388/87		29
15	316	67	04	07	SO	NR Cristo Redentor	31.490/83	9.436/88	3º CRI	186
16	317	68	04	07	SO	NR 21 de Abril	20.037/85	8.703/85		107
17	318	71	05	12	SO	NR Iporã	31.354/81	8.145/84	3º CRI	56
18	319	72	05	12	SO	NR Novo Parque Dom Pedro II	12.594/82	8.561/85		51
19	320	73	05	12	SO	NR Novo Parque (extraviado)	32.636/85	8.704/85	3º CRI	56
20	321	80	04	07	SO	NR Parque União	5.568/84	9.386/87		110

Fonte: SeHab/PMC (2013)

Tabulação: SeHab/PMC

Nota-se que são oito núcleos na Grande Região Sudoeste, entre a Macrozona 04 e 05 e a Administração Regional 07 e 12, totalizando 740 lotes regularizados; seguida da Grande Região Leste, com 380 lotes regularizados, todos na macrozona 04; depois vem a GR Noroeste com 166 lotes urbanizados, também na Macrozona 04; seguido da GR Sul, com 141 lotes regularizados, todos na AR 06 (foco de nosso estudo), e na macrozona 04 e 07; e, por fim, a GR Norte, com 96 regularizações, todas nos distritos de Barão Geraldo e Nova Aparecida. Mais uma vez, fica visível que essas regularizações se deram majoritariamente na parte mais pobre da cidade: são ao todo 1.047 lotes regularizados na Macrorregião Sul e 476 lotes regularizados na Macrorregião Norte.

Dentre os bairros regularizados a partir dessa lei, alguns possuem serviços de educação, saúde e assistência social que atendem à população residente em ocupações e favelas próximas a essas áreas hoje em dia. Como é o caso dos bairros Vila Nilza, Jardim Nova Anchieta e Parque União que ficam próximos da região do Parque Oziel e de pequenas ocupações espalhadas nas linhas de trem abandonadas da cidade.

A Tabela 16, acima, indica ainda que todas as regularizações ocorreram entre o período de 1984 e 1988, o que nos parece um tempo rápido para tantas ações. Essa rapidez

pode remeter à redemocratização do país e à tentativa de acelerar o atendimento a importantes demandas sociais que são freadas, na década de 1990, devido a incorporação da economia e da política do país no sistema neoliberal. Também pode ser explicada pelo interesse em intensificar a urbanização corporativa de Campinas que, apesar de focada na atração de atividades econômicas de alto valor agregado (polos tecnológicos, por exemplo), precisa disponibilizar infraestruturas nas áreas voltadas para instalação da população de baixa renda, mão de obra desqualificada, que é atraída junto das novas empresas instaladas.

A manutenção dessa urbanização que segrega a população campineira demonstra um poder público local capitalista que busca ocultar a luta de classes e manter os privilégios das mais abastadas. Apesar disso, para o cotidiano dos pobres naquele período e hoje em dia a implantação dessa lei é de grande importância.

A Lei Municipal 11.834 (em anexo na íntegra), de 2003, assinada pela prefeita Izalene Tiene (PT), em 19 de Dezembro de 2003, institucionaliza o processo de regularização de áreas de interesse social, ou seja, em lugares nos quais as irregularidades se devem à situação de baixa renda da população residente. Pudemos entrevistar os servidores públicos que estão debruçados nessa regularização e as entrevistas, sem dúvida, são mais esclarecedoras do que qualquer leitura da lei.

De acordo com o Termo de Referência de Habitação do Plano Diretor de 2006, foi implantado, no ano de 2002, o Programa Regularização onde constou o projeto de regularizar 86 núcleos, majoritariamente na Macrorregião Sul de Campinas. Conforme o documento “O Programa Regularização envolve também 4 projetos de grande porte (Distrito Industrial de Campinas, Cidade Satélite Irís, Parque Oziel/Jardim Monte Cristo/Gleba B e envoltória do Aeroporto Internacional de Viracopos⁴⁹) e os demais loteamentos clandestinos e irregulares existentes no município.” (p. 18). Consta ainda nesse texto a seguinte afirmação: “Por força da Lei Federal 10.257/01, alguns destes instrumentos, à exemplo do parcelamento, edificação ou utilização compulsórios e da outorga onerosa do direito de construir devem ser detalhados no Plano Diretor, inclusive com a delimitação das áreas onde poderão ser aplicados.” (idem, p. 21). Daí é a origem de

49 Trata-se da região do Jardim Campo Belo integralmente.

vários desdobramentos da lei 11.834 como mostraremos a frente.

De acordo com o estudo de J. Santos (2005, p. 52)

Atualmente [2005] a Sehab realizou um convênio com a COHAB para a regularização de 85 áreas de favelas, contratando seus serviços técnicos. Assim, os recursos destinados pelo orçamento da prefeitura à Sehab, são utilizados por ações executadas pela COHAB que se vê forçada a alterar seu perfil de atendimento. Além da execução dos projetos de regularização das favelas, implanta loteamentos para o reassentamento da população residente em área de risco, que no loteamento constrói sua casa por conta própria ou com subsídio da própria prefeitura, por intermédio da FUNDAP.

Essas ações só começaram a se concretizar com a implantação da Lei Municipal 11.834, no ano de 2003. A mesma autora constata isso ao dizer que

Em 2003 ocorrem alterações organizacionais na Secretaria Municipal de Habitação em que a CERF [Coordenadoria de Regulação Fundiária] é transferida para a Secretaria e também é criada a Coordenadoria Especial de Habitação Popular (CEHAP), sem objetivos muito definidos. **É criada a lei municipal 11.834/03 que dispõe sobre a regularização de parcelamentos de solo no município de Campinas implantados irregularmente até 30/06/2001, que ficaram excluídos de atendimento quando da promulgação da Lei orgânica do Município, favorecendo a regularização fundiária de diversas ocupações, de acordo com o solicitado na Lei federal 10.257/01 (o Estatuto da Cidade), e em 2004 realiza-se a II Conferência Municipal de Habitação.** (J. SANTOS, 2005, pp. 46 e 47, destaque nosso)

Confirmamos que se trata de uma lei de regularização que acaba resultando na urbanização de núcleos irregulares devido às exigências da própria lei. De acordo com o Art. 4º da mesma “O processo de regularização consiste no conjunto de ações que visam adaptar o parcelamento do solo irregular aos padrões urbanísticos e ambientais recomendados na legislação municipal e definidos na presente lei, compreendendo a implementação de obras de infra estrutura básica o registro do plano do Cartório de Registro de Imóveis competente e, quando pertinente, a outorga de concessão de direito real de uso, mediante Termo Administrativo.”.

No texto da lei não está especificado que a mesma é para fins de interesse social. Tal especificação foi resultado de uma grande disputa entre os servidores públicos da Prefeitura

de Campinas. Essa especificidade, adquirida através de conflitos estabelecidos dentro do Estado, é de grande importância pois: no caso da lei poder ser aplicada em qualquer tipo de loteamento irregular, diversos condomínios e loteamentos murados do município poderiam utilizá-la. Com isso, além de serem regularizados empreendimentos que deveriam, ao contrário, pagar multas para a prefeitura por, diversas vezes, infringirem diferentes leis urbanas e ambientais, por exemplo, por fechar vias públicas da cidade e por não respeitarem a preservação da mata ciliar e as cabeceiras das nascentes de água, poderiam servir também como propaganda do poder público local.

Para aplicação da lei 11.834, a SeHab-Campinas trabalha com o contingente de 234 núcleos irregulares, com 53.365 domicílios dentre os quais 17.828 estão localizados em áreas de risco. Na Tabela 17 abaixo apresentamos esses núcleos de acordo com as macrozonas da cidade.

Esses números apontam, mais uma vez, a ineficácia das políticas habitacionais municipais, pois quando da lei 5.079 havia 81 núcleos irregulares na cidade, hoje esse número é trinta vezes maior. Ao invés de realizar políticas que impeçam o empobrecimento da população pobre e negra do país criam-se leis com fins de controlar o cotidiano dessas pessoas ao definir os locais onde residirão na cidade.

Tabela 17 – Favelas, ocupações e loteamentos irregulares com a relação sobre a porcentagem total desses núcleos irregulares por Macrozona de Campinas-SP

Macrozona	Favelas	Ocupações	Loteamentos irregulares	Total	% sobre o total
1	0	5	0	5	2,1
2	0	1	0	1	0,4
3	0	1	0	1	0,4
4	58	25	4	87	37,2
5	25	30	23	78	33,3
6	0	1	0	1	0,4
7	2	13	11	26	11,1
8	0	0	0	0	0
9	7	25	3	35	15
Total Município	92	102	40	234	100

Fonte: SeHab/PMC (2013)

Tabulação: SeHab/PMC

Se destaca, relativamente e em números absolutos, a maior quantidade de núcleos irregulares na Macrozona 04, seguida pela 05, pela 09 e pela 07. Nas outras Macrozonas ou

não existem núcleos irregulares ou a porcentagem é muito pequena, como detalhamos no item 1.4. Para análise é necessário retomarmos nossa compreensão dessa regionalização da cidade em Macrozonas que também consta no item 1.4. Lá indicamos que a Macrozona 04 refere-se à área central da cidade, ou seja, à área mais antiga e com mais infraestrutura urbana. Ao mesmo tempo, é a macrozona que concentra uma parcela de cada Grande Região englobando áreas, ao Sul da Rodovia Anhanguera, em situação irregular. Enquanto as Macrozonas 05, 09 e 07, junto com parte da 04, compõem a Macrorregião Sul pobre.

Continuando, apresentaremos as etapas necessárias para atingir a regularização da terra urbana a partir da lei em vigor. Todo o conteúdo contido abaixo foi adquirido através de visitas técnicas e de uma apresentação que a SeHab nos forneceu intitulada 'Programa de Regularização Fundiária do Município de Campinas' (2012). Concomitantemente iremos indicando como cada etapa foi sendo, ou está sendo, realizada nas ocupações que estudamos.

Os eixos de atuação das ações de regularização são: Produção Habitacional (Programa Minha Casa, Minha Vida; PAC); Regularização Fundiária (responsabilidade da SeHab) e Remoção de Famílias de Áreas Impróprias (responsabilidade da SeHab e da CoHab). A SeHab nos forneceu os dados do número de domicílios que sofrerão remoção e reassentamento por Macrozona quando finalizadas todas as ações desses três eixos. Apresentamos esses dados na Tabela 18 que se segue.

Tabela 18 – Número de domicílios a serem remanejados e reassentados por Macrozona em Campinas-SP

Macrozonas	Domicílios a serem remanejados*	Domicílios não consolidáveis / reassentamento**
01	---	120
02	---	77
03	---	---
04	380	4.048
05	49	3.895
06	---	180
07	---	7.258***
08	---	---
09	---	1.821
Total	429	17.399

Fonte: SeHab/PMC (2013)

Tabulação: Helena Rizzatti Fonseca (2013)

*Remanejamento: reconstrução da unidade no mesmo perímetro da favela ou assentamento precário.

**Reassentamento: remoção para outro terreno, fora do perímetro da área de intervenção.

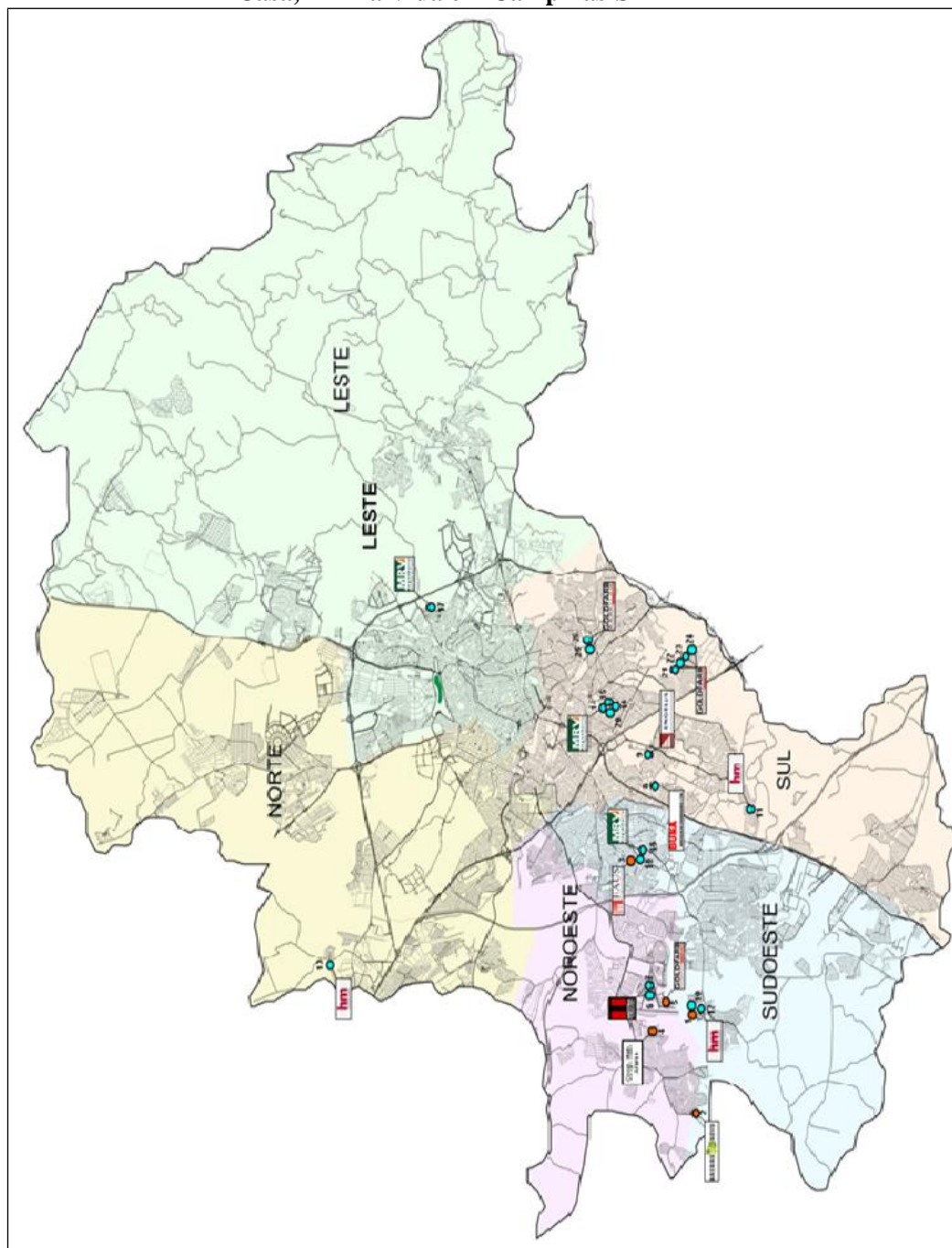
***Sujeito a alteração em razão das restrições aeroportuárias.

É possível observar na tabela, acima, a diferença entre as áreas onde as famílias serão remanejadas e as áreas nas quais as famílias serão removidas. Na primeira situação as famílias são transferidas, momentaneamente, enquanto são construídas novas moradias dentro da mesma área em que estas famílias residiam. Nas ações de reassentamento as famílias são removidas de onde moram e transferidas para outro local, caracterizando uma ação do eixo de Produção Habitacional. Destaca-se também a situação da Macrozona 07 onde se localiza a região do Jardim Campo Belo que, como apontamos, não pode ser regularizada devido à proximidade do aeroporto indicando-se a necessidade de reassentar 7.258 famílias da região para outro lugar de Campinas.

No âmbito da Produção Habitacional temos como principal ação o Programa Minha Casa, Minha Vida. Através desse programa foram construídas 8.030 unidades em seis conjuntos habitacionais em Campinas. A transferência das famílias para esses conjuntos é de responsabilidade da CoHab-Campinas, exceto nos casos de risco ambiental nos quais quem é responsável pela transferência é a SeHab. Apresentamos na Figura 12 a localização desses conjuntos. Ao observar a imagem nota-se que os conjuntos para a faixa de renda

mais baixa, representados na cor laranja, mantém o padrão de urbanização segregado da cidade por se localizarem distante da malha urbana consolidada da cidade.

Figura 12 – Localização dos conjuntos habitacionais do Programa Federal Minha Casa, Minha Vida em Campinas-SP



Fonte: PMH (2011)

Nota-se que três deles estão na GR Sudoeste e dois na GR Noroeste, mantendo os pobres na Macrorregião Sul. Não consta na Figura 12 o mais recente conjunto construído na Rodovia dos Amarais na GR Norte, chamado Takanos, o menor deles e o único localizado na Macrorregião Norte⁵⁰.

Para o eixo de Remoção de Famílias de Áreas Impróprias é necessária uma combinação entre a SeHab e a CoHab, pois a maior parte dessas famílias, hoje, vão para os conjuntos habitacionais do MCMV. Dentro desse programa metade das unidades devem ser destinadas às famílias em situação de risco que ficam sob a responsabilidade da SeHab. Além desses, entram as ações realizadas pelo Programa Federal de Urbanização de Assentamentos Precários com recursos do PAC.

Na região do Parque Oziel foram construídas 148 unidades habitacionais, ao todo, para a transferência de famílias do bairro que era denominado como Gleba B que, com o processo de regularização, passa a se chamar Vila Taubaté. Esses reassentamentos se devem ao risco ambiental das moradias. Na Figura 13 apresentamos a localização dessas unidades habitacionais que estão em fase final de construção.

⁵⁰ No dia 27 de Fevereiro de 2014, ocorreu um debate público realizado pelo Vereador Carlinhos (PT), no Plenarinho da Câmara Municipal de Campinas, para discutir a alteração da lei complementar n. 15 que estabelece a permissão da implantação de habitações, a partir do Programa MCMV, apenas nas macrozonas 04, 05, 06, 07, 08 e 09 da cidade, impedindo a construção nas macrozonas 01, 02, e 03, que compõem praticamente toda a Macrorregião Norte. Essa lei complementar, da forma como está, faz a manutenção da segregação sócio-espacial de Campinas. Não será possível acompanhar o desdobramento dessa luta até o encerramento deste estudo.

Figura 13 – Localização do conjunto habitacional da Vila Taubaté para toda a população reassentada na região do Parque Oziel em Campinas-SP



Fonte: GoogleEarth

Elaboração: Helena Rizzatti Fonseca (2014)

Na imagem Figura 13 é possível visualizar a ocupação do Jardim do Lago; o loteamento chamado Jardim do Lago II (principal área ocupada no Oziel); a Escola Municipal do bairro Parque Oziel; a Rodovia Santos Dumont; o Córrego Taubaté; e embaixo à direita está o conjunto do Vila Taubaté para onde irão as famílias reassentadas vindas do próprio bairro e da ocupação do Jardim do Lago (do outro lado da Rodovia).

Na região do Jardim Campo Belo foram demolidas 89 residências do Núcleo São João, localizado na praça do bairro Jardim São Jorge que é uma Área de Proteção Permanente (APP), e mais 224 famílias de diversos pontos da região foram transferidas para o Residencial Jardim Marisa, com 313 unidades habitacionais no total. Essas unidades foram entregues em Fevereiro de 2010 e apresentaram diversos problemas estruturais poucos dias após sua entrega⁵¹. Além disso, houve protesto das famílias que foram reassentadas devido ao tamanho das casas que não foram diversificadas de acordo com o tamanho de cada família. Em apenas dois cômodos famílias de até dez pessoas tiveram que ‘se virar’. Abaixo apresentamos uma Figura 14 localizando o Núcleo removido e o Residencial Marisa; e na Foto 01 está o próprio conjunto habitacional.

Figura 14 – Áreas de Proteção Permanente em que ocorreram as demolições de moradias na região do Jardim Campo Belo em Campinas-SP



Fonte: SePlan (2008)

⁵¹ A reportagem do jornal Correio Popular, do dia 12 de Fevereiro de 2010, com a manchete “Prefeitura reforma moradias atingidas pela chuva no Marisa” saiu após quatro dias apenas da entrega oficial das casas para as famílias.

Foto 01 – Residencial Marisa no Jardim Campo Belo em Campinas-SP



Fonte: Helena Rizzatti Fonseca (2010)

Como é possível observar na Foto 01 acima, as ruas do Residencial Jardim Marisa não foram asfaltadas, até hoje, e todas as casas são do mesmo tamanho, cor, e modelo.

Retomando os documentos da SeHab sobre a lei 11.834, o último eixo é o de Regularização Fundiária. Apresentamos a metodologia para realização das etapas do processo de regularização no Quadro 5 abaixo:

Quadro 5 – Metodologia para realização da regularização fundiária dos núcleos irregulares de Campinas-SP

Fase Preliminar

- 1) Diagnóstico técnico: levantamento planialtimétrico e cadastral; visitas de reconhecimento; levantamento fotográfico; caracterização técnica da área e do entorno; levantamento das restrições incidentes sobre a área; mapeamento geoambiental; e estudo da mancha de inundação.
- 2) Diagnóstico social: cadastramento sócio-econômico das famílias; e caracterização e histórico social da área.
- 3) Diagnóstico jurídico: levantamento de elementos registrários; e levantamento de ações judiciais, ônus, débitos e demais restrições incidentes sobre a área.

Fase Intermediária

Elaboração de projetos urbanísticos; elaboração e aprovação de projetos de intervenções (obras para erradicar riscos); execução de intervenções (remoções, obras para erradicar riscos, recuperação de áreas degradadas); desafetação (remoção de população de áreas públicas).

Fase Definitiva

Elaboração do projeto definitivo (plantas e memoriais); aprovação do projeto definitivo; aprovação do projeto junto ao Governo do Estado; registro do Cartório de Registro de Imóveis; e concessão de títulos.

Fonte: Apresentação da SeHab/PMC (2013)

Organização: Helena Rizzatti Fonseca (2013)

Os servidores públicos da SeHab-Campinas afirmam que a Fase Intermediária é a que mais toma tempo e dificulta o andamento da regularização, principalmente devido à ação que destacamos no Quadro 05 acima: a execução das intervenções. Nesse ponto, todo o trâmite burocrático, que no discurso se justifica para impedir corrupções e fraudes dentro do poder público, envolve entraves suficientes para atrasar as obras de interesse social, pois há tamanha burocracia que, quase sempre, se impossibilita cumprir todas as regulamentações da lei. Quando não impossibilita, essa etapa atrasa consideravelmente o processo de regularização.

Na sequência mostramos o Organograma 1 contendo o desenvolvimento das etapas da metodologia apresentada.

Organograma 1 – Metodologia de trabalho para regularização dos núcleos irregulares a partir da Lei Municipal 11.834/03 em Campinas-SP



Fonte: SeHab/PMC (2013)

Organização: SeHab/PMC

Apresentamos esse organograma para destacar que na fase preliminar, onde consta o Projeto Definitivo, são englobadas as diferentes situações que resultam em anos a mais, ou a menos, para a regularização da área. Ou seja, se o projeto for definido como CAR (Certificado de Aprovação de Regularização) ele deverá ser rapidamente aprovado pois já passa para a fase definitiva. Essa classificação significa que, além de não haver entraves técnicos, também não há problemas jurídicos e, provavelmente, o núcleo já possuía um projeto definitivo para ser aprovado. Isso só é possível nas áreas em que o conflito entre ocupantes e proprietários não existe ou foi totalmente resolvido (caso raro).

Se for definido como Auto de Regulação (AR) é o caso de demora na Fase Definitiva pois terão que se desenrolar os entraves políticos, técnicos e jurídicos para a devida regularização. Neste caso, ainda não há autorização prévia necessária para o início das obras. E se for definido como Licença de Execução de Obras significa que já foram autorizadas as intervenções sendo necessárias suas execuções. Em ambas situações o tempo que demorará para atingir a regularização é indefinido. De acordo com o texto da lei, os requisitos urbanísticos específicos necessários para a regularização estão contidos no Quadro 6.

Quadro 6 – Determinações dos requisitos urbanísticos específicos para fins de regularização de áreas de interesse social, a partir da Lei Municipal 11.834/03 de Campinas-SP

CAPÍTULO III – DOS REQUISITOS URBANÍSTICOS ESPECÍFICOS Art. 15 – A regularização deverá observar as seguintes condições técnicas e urbanísticas: I – quanto às obras e serviços de infra-estrutura, serão definidos de forma a assegurar: a) estabilidade dos lotes, das vias, das áreas dos sistemas de lazer, áreas institucionais e dos terrenos limítrofes; b) drenagem das águas pluviais; c) trafegabilidade das vias; d) integração do sistema viário com a malha local existente e consolidada; e) abastecimento de água potável; f) esgotamento sanitário, disposição e tratamento dos resíduos de conformidade com as diretrizes da SANASA; g) recuperação geotécnico-ambiental das áreas degradadas; h) rede de energia elétrica domiciliar; II – quanto aos requisitos urbanísticos: a) da área total objeto de regularização do parcelamento do solo, deverá ser destinado, dentro do seu perímetro, o percentual de, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento), para sistema viário, sistema de lazer e área para equipamento público comunitário; b) nas hipóteses de áreas com dimensão igual ou inferior a 10.000km², parceladas anteriormente à data da edição da Lei Federal 6.766/79, não será exigida a destinação de áreas verdes e institucionais, mantidas aquelas eventualmente destinadas; c) na impossibilidade da destinação de áreas públicas no percentual exigido dentro do perímetro do parcelamento, poderá, sob a responsabilidade exclusiva do parcelador, ser destinada em outra área, preferencialmente no raio de 2km (dois quilômetros), desde que, em dobro e sujeita à anuência do setor competente. d) os lotes deverão ter acesso por via de circulação de pedestre ou veículos, devendo suas dimensões, preferencialmente, atender ao mínimo previsto na legislação vigente, podendo ser aceitar dimensões inferiores em vista da natureza de regularização específica de interesse social; e) vias de circulação deverão ter largura mínima de 4,00 metros; f) as passagens de pedestres e escadarias, com finalidade específica de circulação de pedestre local e acesso às moradias, deverão ter largura mínima de 2,00 metros; g) as vielas sanitárias para fins de drenagem e proteção das tubulações no subsolo para passagem de rede de esgoto deverão atender a largura mínima de 2,00 metros ou as restrições estabelecidas pela SANASA; h) a extensão e profundidade das quadras serão verificadas pelo Setor competente, contemplando-se na análise as condições apresentadas para cada parcelamento; i) poderá ser exigido laudo geológico-geotécnico, para comprovação da estabilidade dos lotes, das vias e demais logradouros do parcelamento ou ainda, dos terrenos limítrofes, e respectiva elaboração de projeto execução de obras de contenção.

Fonte: Lei Municipal 11.834/03

Elaboração: Helena Rizzatti Fonseca (2014)

Nota-se como o cumprimento de todas as exigências das leis, apesar de importantes, são complexos de atingir, exigem investimento de recursos e podem atrasar o processo de regularização de áreas que poderiam ser mais fáceis caso a legislação permitisse flexibilidade de um caso para outro. Como bem analisado por Lefebvre (2008, p. 119,

destaques do original)

O investimento no imobiliário e nas construções privadas e públicas (na *produção do espaço*) se revela proveitoso porque essa produção ainda comporta, e comportará por muito tempo, uma proporção superior de *capital variável* em relação ao *capital constante*. E isso apesar dos investimentos consideráveis e dos progressos técnicos. As terraplanagens e trabalhos de construção civil ocupam uma numerosa mão-de-obra (...). De onde decorre uma taxa de lucro superior e a formação de uma massa de mais-valia da qual uma parte retorna às 'empresas'.

O autor destaca como, em alguns sentidos, essa complexidade também serve aos interesses do sistema econômico capitalista e concordamos com essa análise. Tanto é que faz mais de dez anos que essa lei municipal foi regulamentada e, nesse período de tempo, foram regularizadas apenas dezesseis áreas da cidade num total de 234.

Na Tabela 19 apresentamos os núcleos regularizados de acordo com o tipo de ação que foi necessária no processo de regularização, a Macrozona e a Grande Região em que se localiza, a metragem da área e a data de finalização do processo de regularização. Na Figura 15, na sequência, indica-se a localização das áreas regularizadas, de acordo com as Grandes Regiões da cidade.

Tabela 19 – Núcleos regularizados a partir da Lei Municipal 11.834/03 até Setembro de 2013 em Campinas-SP

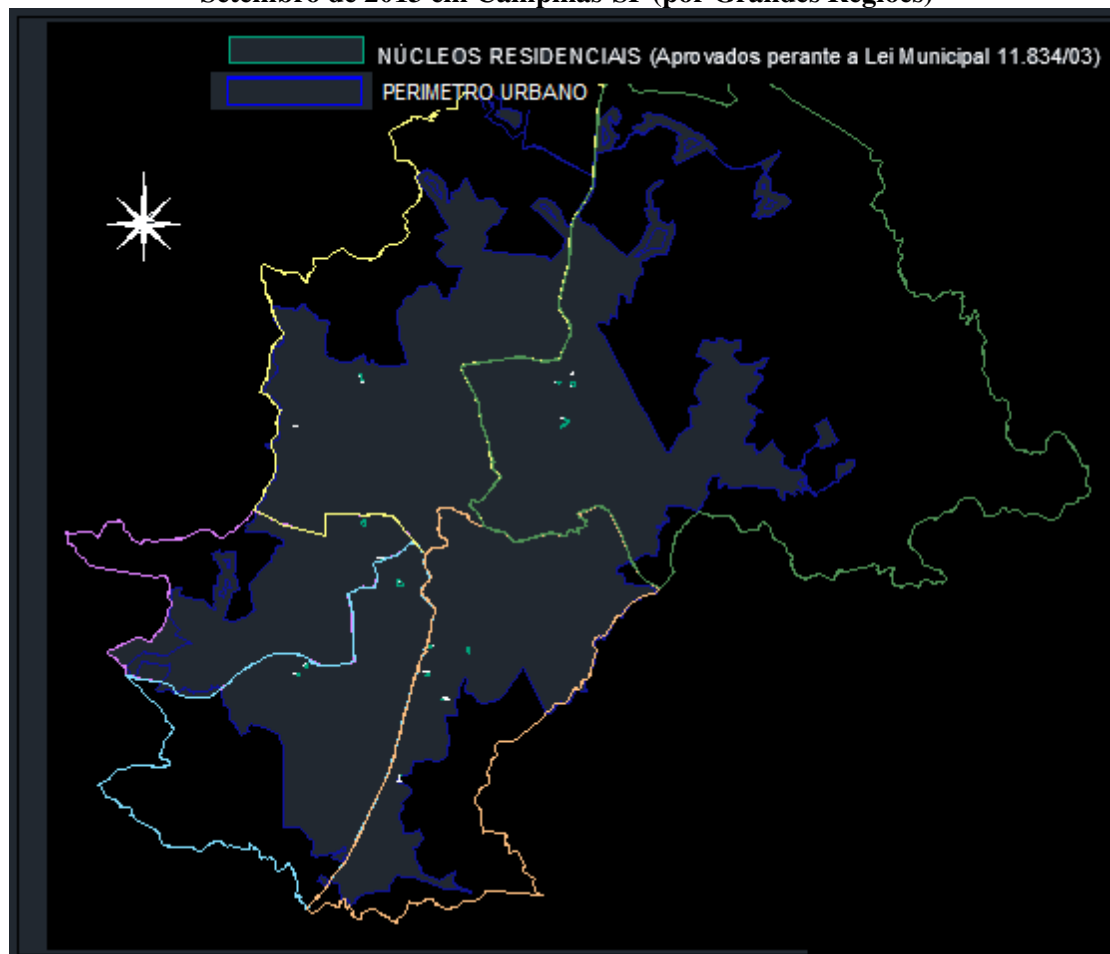
RELAÇÃO NÚCLEOS APROVADOS (Lei 11.834/03)							
NR's aprovados com título de concessão expedido							
região	código	denominação núcleo residencial	macrozona	nº lotes	área (m²)	protocolo	atos de aprovação
N	17-A	Jardim Campineiro IIA - Partes 05 e 06	09	64	8.435,15	06/10/8.590	CAR n°09/06
	35	Jardim das Bandeiras I	04	60	850,00	13.702/96	CAR n°02/04
S	61	Jardim Icarai	04	129	22.403,11	03/10/67.176	CAR n°10/08
	74-A	Irmãos Sigris	07	32	4.822,13	04/10/24.378	CAR n°08/06
	84	Santa Rita de Cássia	04	102	9.246,49	04/10/30.691	AR n°05/09
	107	Jardim Nossa Senhora de Lourdes	04	06	6.782,03	46.881/95	Decreto n°14.400/03
L	05-A	Parque Social Iza	04	185	29.425,00	52.128/95	Decreto n°14.401/03
	06-B	Parque São Quirino	04	46	6.226,16	24.185/96	AR n°01/06
	07-B	Independência	04	117	17.142,08	03/10/67.178	AR n°02/07
	10	Jardim Novo Horizonte	04	52	7.581,08	04/10/27.396	AR n°03/07
		Gênisis	04	357	118.363,59	04/10/57.661	AR n°06/13
NO	51	Recanto dos Pássaros	04	81	21.843,37	46.882/95	CAR n°04/04
	29	Jardim Nova Aliança	04	225	39.045,00	52.028/95	CAR n°03/04
SO	81	Novo Londres I	04	19	3.270,00	24.184/96	Decreto n°14.457/03
	94	Jardim Santa Isabel	05	40	5.147,00	46.880/95	CAR n°05/04
	97	Jardim Novo Sol	05	93	16.164,60	12.651/96	CAR n°01/04

Emissão da DECUA (Declaração de Conformidade Urbanística e Ambiental) através do Programa Cidade Legal

Fonte: SeHab/PMC (2013)

Tabulação: SeHab/PMC

Figura 15 – Localização dos núcleos que foram regularizados pela Lei Municipal 11.834/03 até Setembro de 2013 em Campinas-SP (por Grandes Regiões)



Fonte: Sehab/PMC (2013)

Elaboração: Sehab/PMC

Ao todo foram regularizados 1.608 lotes em dezesseis núcleos. De acordo com cada Grande Região, em ordem decrescente, foram 757 lotes na GR Leste; 377 na Sudoeste; 329 na Sul; 81 na Noroeste e 64 na Norte. Praticamente em ordem contrária ao crescimento populacional em aglomerados subnormais, como mostramos no item 1.2.1.

Em grande medida, a preocupação em regularizar as áreas da Macrorregião Norte da cidade se deve, provavelmente, à pressão exercida pela população que nela reside e/ou para permitir a indicação de parcelas da cidade sem áreas irregulares. Trata-se, assim, da manutenção da segregação sócio-espacial, posto que, em primeiro lugar foram removidas as populações das áreas onde reside a população de alta renda da cidade. Nenhum dos núcleos regularizados na GR Sul fazem parte das ocupações que estudamos que ainda estão

em processo, como descrevemos.

De acordo com as Macrozonas, foram regularizados 1.379 lotes na Macrozona 04; 133 na 05; 64 na Macrozona 09 e 32 lotes na 07. O fato das regularizações terem ocorrido, até o momento, majoritariamente em lotes na Macrozona 04 nos remete tanto à possibilidade de já haver infraestrutura urbana adequada que acelera o processo de regularização, pois nesse caso não é necessária a execução das obras de intervenções. Munir os núcleos dessas infraestruturas é uma das ações mais complexas e demoradas do processo.

E pode-se, também, estar ligado ao fato de que essa Macrozona é caracterizada, principalmente, por ser a área central da cidade, onde reside a população de alta renda. Esta tem poder para pressionar a prefeitura a acelerar a regularização dos núcleos próximos às suas residências. Esse é o caso do maior núcleo regularizado até o momento: o Gênesis. Com 357 lotes, regularizados em Julho de 2013, essa área se localiza próxima à Lagoa do Taquaral, bairro tradicional da cidade de alto valor imobiliário. Por fim, os núcleos em tom azul, na Tabela 19, são os que foram atingidos pelo Programa de Regularização do governo estadual nomeado Cidade Legal.

Ainda de acordo com a Tabela 19, dentre os dezesseis núcleos regularizados três foram por Decretos, no mesmo ano da aprovação da lei, ou seja, eram áreas de urbanização bem consolidadas que não exigiram nenhuma intervenção. Foram eles: Jardim Nossa Senhora de Lourdes, Parque Social Iza e Nova Londres I. Cinco áreas foram definidas como Auto de Regulação, entre as quais a primeira a ser regularizada foi no ano de 2006. Essas áreas são: Parque São Quirino, Independência, Jardim Novo Horizonte, Gênesis, e Santa Rita de Cássia. Foram regularizados também oito núcleos com Certificado de Aprovação de Regularização, a maioria no ano de 2006. Assim, mesmo se tratando das situações menos complexas para regularização foram necessários, pelo menos, dois anos de trâmites burocráticos para atingir a situação regular. As três áreas que conseguiram regularização, em 2003, foram ocupadas na década de 1980 e se localizam na região central da cidade, logo, já estavam bem constituídas e supridas das infraestruturas necessárias. Em comparação com a lei de 1981, a atual vem ocorrendo em ritmo consideravelmente mais lento.

Questionamos, a partir disso, a atual força da ideologia ambientalista dentro das

ações do planejamento territorial. Esse discurso, que remete a uma origem recente ganhando espaço principalmente na década de 1990 no Brasil, tem sido apontado pelos servidores públicos como um entrave para a continuidade das ações. Essas questões acabam, muitas vezes, por engessar o processo de regularização. Além disso, as questões que se baseiam na preocupação com o conjunto da vida social, ou seja, com o devido oferecimento de serviços de saúde, educação, lazer, cultura, entre outros, e com a infraestrutura urbana disponível para a população, perdem força! Nas palavras de L. Ribeiro & A. Cardoso (1994, p. 87)

(...) o paradigma do planejamento, que havia fundado os padrões que buscavam constituir a sociedade como objeto de ação racional e que tinha na razão as bases da sua legitimidade entrou em declínio com a crise dos anos 70. Como contra ponto este declínio, estaria em emergência um novo paradigma, o ecológico, estabelecendo novos problemas, novas técnicas de ação e novas escalas de articulação. Estes dois paradigmas se diferenciam nos seguintes pontos:

- 1) A ordem social deixa de ser a base da legitimidade de discursos e ações, sendo substituída pelo tema do ambiente, que incorporaria as ideias de participação, autonomia local e desregulamentação.
- 2) A sociedade deixa de ser vista como objeto da ação, substituída pela caracterização da natureza como sistema global, onde os homens são incluídos.
- 3) O Estado nacional deixa de ser a escala de formação das identidades coletivas e da constituição de instituições garantidoras dos direitos e deveres inerentes a estas identidades. O plano e o nível local passam a ser os novos territórios da ação coletiva.

Nesse sentido, é possível que a emergência avassaladora da questão ambiental signifique não um novo paradigma, mas novo padrão que possa se articular ao paradigma do planejamento. (...). Estaríamos assim diante de um novo padrão, que passa a colocar a cidade não como questão social, ou questão do desenvolvimento, mas como uma questão ambiental.

Nas palavras de Topalov (1997) encontramos afirmações na mesma direção:

O fundamento da legitimidade é sempre a ciência, e os servidores desta continuam sendo o derradeiro baluarte da razão contra a loucura dos homens. (...). Planejadores e ambientalistas têm, talvez, apesar de tudo, algo em comum que é a crença no poder racionalizador da ciência. Com toda a certeza, a angústia da catástrofe ecológica veio substituir a da questão social. (TOPALOV, 1997, p. 42).

Jogar luz sobre a questão ambiental é indiscutivelmente importante, inclusive para questionar o sistema econômico em vigor que praticamente impede a manutenção desse meio, porém é preciso se atentar para as poucas sérias discussões ao redor do assunto. A melhora ambiental, sem vir junto de uma melhora da desigualdade social e do desrespeito aos direitos humanos, pode ser mais uma forma de manipular e tentar conter a crise do sistema econômico capitalista. Sabemos que hoje o discurso em prol do meio ambiente gira uma nova economia mundial, tratando-se de um possível novo nicho de exploração para o capital.

Retornando às áreas estudadas. Na região do Jardim Campo Belo, além das ações que apresentamos no item 2.1.2, aplicadas durante o período de 2008 a 2011, nada mais aconteceu no sentido de regularização da área ou dos seus terrenos. O então prefeito, Hélio de Oliveira Santos (PDT), foi afastado do cargo por ter sido acusado de uso indevido do dinheiro público, destinado a essas obras nas regiões estudadas. As obras do Campo Belo foram, então, estagnadas e não foram retomadas até hoje.

Soma-se a isso a impossibilidade de regularização da área, problema que os próprios servidores públicos da SeHab não imaginam uma solução próxima: a população é muito grande para remoção, já foi investido recurso público para a implantação de infraestrutura e serviços urbanos, mas a regularização não é permitida devido à proximidade com o aeroporto que causa insalubridade, por estar no cone de ruído do fixo, e que irá aumentar consideravelmente seus fluxos devido à expansão desse macrofixo de transporte aéreo. Além disso, a falta de serviços urbanos públicos e de qualidade ainda é enorme na região. Discutiremos isso no próximo capítulo.

A região do Parque Oziel faz parte das ações denominadas dentro do eixo de Regularização Fundiária da SeHab. Tratam-se dos projetos com maior complexidade na elaboração, pois exigem intervenções de obras, reassentamentos, remanejamentos e possuem problemas jurídicos. De acordo com a apresentação da SeHab, na região do Parque Oziel serão necessárias as seguintes ações:

- desapropriação;
- celebração de termos e permissão onerosa com compromisso de compra e venda com os atuais moradores (quadras passíveis de regularização);

- sistema de abastecimento de água;
- sistema de esgotamento sanitário;
- guias, sarjetas, pavimentação e drenagem do itinerário de ônibus;
- construção de 148 unidades habitacionais para reassentamento de famílias removidas de áreas de risco (em andamento);
- projeto de trabalho técnico social das famílias (trabalho e renda, educação ambiental, sanitária etc).

Na região já estão instalados os sistemas de esgotamento sanitário e abastecimento de água, porém não estão funcionando na íntegra; da pavimentação e drenagem do itinerário de ônibus falta ser realizada a última etapa (sem previsão); a construção das unidades habitacionais está em etapa de finalização; as desapropriações estão também em fase final faltando acordo apenas com os menores proprietários de terras na área; e os projetos de trabalho técnico e social estão em andamento.

Com a realização dos trabalhos de campo foi possível constatar que, apesar de bem encaminhado o projeto, faltam muitos serviços urbanos, que discutiremos no próximo capítulo; a pavimentação já está precária; e diversas famílias que lutaram por essas melhorias já se mudaram da região, ou estão vendendo suas casas. O mesmo acontece na região do Jardim Campo Belo.

Consideramos que a ausência de um acompanhamento, por parte do poder público local, para auxiliar essas famílias, que acabam vendendo seus terrenos por quantias que parecem suficiente para irem para um lugar melhor da cidade, mas não são, poderia auxiliar nessa perda. Além das próprias famílias irem, quase sempre, para lugares piores do que onde estão, principalmente quando o processo de urbanização está chegando no lugar, a mudança de um grande contingente populacional que ajudou a constituir a área agrava sua fragmentação: perdem-se os vínculos de vizinhança, o cotidiano compartilhado, a densidade comunicacional. E, mais uma vez, resulta na manutenção do sistema capitalista, posto que, com a venda dos terrenos a área e todo o seu redor se valorizam economicamente e os mais pobres são, novamente, afastados do direito à moradia e à cidade.

É importante lembrarmos que a região do Parque Oziel fica bem localizada dentro de Campinas, à cinco quilômetros do Terminal Central de Ônibus Intramunicipal, assim, se manter nessa área da cidade permite que a população tenha acesso não só aos fixos públicos de saúde e educação, mas também aos teatros da cidade, aos poucos museus, às bancas de jornais, aos parques e jardins, e à toda diversidade que uma grande cidade como Campinas possui.

Tais constatações nos permitem remeter ao planejamento como elemento fundamental para a manutenção ou alteração do uso desigual do aparelho do Estado pela população. Nas palavras de M. Santos (2000a [1987], p. 47) “o planejamento urbano convencional trabalha a partir das mesmas falsas premissas e fica dando voltas em torno de si mesmo, sem encontrar uma saída que seja de interesse da população.”. Em outra obra o autor (M. SANTOS, 2009a [1994]) explica que

Mais uma vez o capital social é usado diferentemente pelos diversos capitais particulares. O problema da habitação popular também se inclui nesta ótica, e, por isso, se submete, nas suas soluções, às oscilações de conjuntura e não às necessidades estruturais e permanentes da população; o comando fica com o mercado especulativo e não com a problemática da habitação. (...). O papel do planejamento não pode ser ocultado em todo esse processo, sobretudo quando influem certas firmas consultoras, de intimidade notória com grandes empresas estrangeiras e nacionais, chamadas a aconselhar os organismos estatais de planificação. O planejamento, por isso mesmo, tem sido uma atividade a reboque, quando utilizado para buscar uma solução casuística para as dificuldades do capital. Pode-se falar, assim, como resultado, num enriquecimento planejado pelos que enriquecem, mas também planejado pelos planejadores do espaço? Nesse caso, poder-se-ia falar, também, num empobrecimento planejado. Mas aqui os pobres não têm voz no processo: são apenas vítimas. (pp. 137 e 138)

M. L. Souza realça que “não basta, pontualmente, afrontar a propriedade privada. É imprescindível fazer isso ao mesmo tempo em que se põe em discussão o conjunto da vida social e a organização espacial da cidade em geral.” (2006, p. 306, grifo do original). A facilidade, ou não, de ter acesso a uma moradia com qualidade habitacional, que deve incluir fácil acesso também aos serviços urbanos e com a devida infraestrutura urbana instalada, nos parece uma importante compreensão da luta pela justiça social da cidade (HARVEY, 1980).

Outros projetos integrados indicados na apresentação da Secretaria de Habitação são: o Vila Parque Anhumas (que, de acordo com entrevista na SeHab, está em andamento acelerado); o Quilombo na região dos Amarais (área em que estão favelas muito antigas da cidade como o Jardim Santa Mônica e o Jardim São Marcos); e o Vilas Taubaté, localizado na região Sul muito próximo do Parque Oziel e de grande importância para o cotidiano dos moradores do Oziel, como discutiremos no próximo capítulo.

Esses Projetos Integrados podem ser bastante interessantes por exigirem uma compreensão quase total da região em que incidem, porém, como dissemos, são ainda mais complexos e demorados. Tais projetos só conseguem caminhar devido ao investimento do Governo Federal através do PAC pois a necessidade de implantação de grande infraestrutura, remoção e reassentamento da população exige uma quantidade de recurso financeiro que dificilmente o município possui, sendo preciso que a União auxilie.

Tanto a dificuldade de se cumprir todas as normas até atingir a regularização da área, quanto o título de posse ser o principal objetivo das leis de regulamentação nos remetem a importantes reflexões que arremataremos nas Considerações Finais a seguir.

No próximo capítulo discutiremos as contra-racionalidades criadas nas regiões estudadas através da exposição do início dessas ocupações e a manutenção de cada uma durante os dez anos em que o poder público local as ignorava ao elaborar suas ações e planos. Trataremos, assim, das contra-racionalidades que permitem a sobrevivência e a permanência da população nas ocupações que estudamos. Daremos destaque, também, às Associações de Moradores do Bairro que nos parecem uma possibilidade de formação de uma nova escala de ação da política pública. E, ao final, apresentamos os fluxos para uso de fixos públicos pela população de cada uma das regiões em busca de mostrar como, à revelia do planejamento da pobreza pelo poder público local, os pobres criam sua forma de sobrevivência, sua economia, sua informação e sua cultura.

Considerações finais ao capítulo 2

Nesse capítulo realizamos uma retomada da política habitacional voltada para as ocupações de terras urbanas em Campinas-SP através de uma análise geral das principais políticas que atingiram as antigas favelas da cidade, enquanto ainda não havia as grandes ocupações urbanas, e dos principais órgãos e conselhos que elaboram e realizam essas políticas para mostrar como o poder público municipal, reproduzindo as diretrizes do Estado capitalista, elabora planos e políticas com baixo potencial, e sem a real intenção, de sanar a desigualdade sócio-espacial e as injustiças sociais vividas cotidianamente pela população de baixa renda. Apresentamos também a Assembleia do Povo de Campinas, importante movimento social que conseguiu implantar a primeira lei municipal de regularização do solo urbano que também analisamos nesse capítulo, assim como a mais recente lei de regularização em andamento, hoje, na cidade. Foram apresentadas, ainda, as recentes ações do governo federal implantadas nas ocupações urbanas que estudamos e analisamos o Plano Municipal de Habitação obrigatório para a participação desses novos programas de governo.

Após toda essa explanação, retomamos as reflexões de M. Santos (2000b) e Villaça (s/d), entre diversos outros autores, que apontam como a criação da necessidade da casa própria, ou seja, da propriedade, é uma ideologia incorporada pelo Estado brasileiro há décadas e ainda não alterada. Faz-se necessário disponibilizar aos pobres o direito de morar decentemente e o direito ao entorno, o direito à cidade (LEFEBVRE, 1969); a casa própria, por si só, não é necessária! Nas palavras de M. Santos (2000b, pp. 45 e 46)

E o direito de morar? Confundido em boa parte da literatura especializada com o direito a ser proprietário de uma casa é objeto de um discurso ideológico cheio, às vezes, de boas intenções e mais freqüentemente destinado a confundir os espíritos, afastando cada vez mais longe uma proposta correta que remedeie a questão. Quando, diante da situação explosiva nas cidades e em face da proximidade de eleições, foi decidido construir casas para os mais pobres, foi para lhes dar habitações que já nasciam subnormais (...). A normalidade estabelecida para os pobres por definição oficial, aconselhada e defendida por pseudo-intelectuais, passou a autorizar a construção de habitações tão pequenas que conduzem a toda espécie de confinamentos e promiscuidades. (...). Isso justifica pensar que o raciocínio economicista e imoral tomou o lugar da cultura, que levaria a

preocupações mais nobres. (...) A construção, dessa forma, de casas para os mais pobres ajuda, de fato, a viabilizar a cidade corporativa. (...) afinal, os pobres nem mesmo permanecem nas casas que fazem ou lhes fazem. E não podem manter por muito tempo os terrenos que adquirem ou lhes dão, sujeitos que estão na cidade corporativa, à lei do lucro.

O intenso incentivo por parte do Estado para a aquisição de casas próprias, através da implantação de políticas habitacionais voltadas apenas a essa possibilidade de acesso à moradia vinculou a segurança e a sobrevivência da população ao mercado imobiliário. De acordo com Villaça (s/d, p. 19) “A transformação da habitação em 'casa própria' é uma necessidade histórica do capitalismo”.

O desenvolvimento de políticas de regularização de ocupações urbanas mostra o Estado se eximindo dos seus deveres, pois, ao invés de fornecer moradias a toda população de baixa renda através de eficientes políticas habitacionais, ele se aproveita do sobre-trabalho dessa população, que em seus momentos de descanso e lazer, ocuparam terrenos e construíram suas casas (MARICATO, 1996). Sem ter que realizar a complexa, demorada e cara ação de elaboração de uma política habitacional municipal efetiva. Ou seja, possível apenas se for priorizada pelo poder público e garantindo a participação popular. Mas o Estado opta pela regularização das periferias mal construídas e, quase sempre, distantes que oferecem baixa qualidade de vida aos seus habitantes e mantém a segregação sócio-espacial e a fragmentação urbana.

Todavia, é preciso se debruçar sobre essa incapacidade intencional de alterar a situação de desigualdade social das grandes cidades brasileiras e pensar na reformulação da forma-conteúdo Estado. Através do método geográfico nos cabe, inclusive, repensar as escalas de representatividade que o constitui. Nessa direção compreendemos as palavras de Rodrigues (2004, pp. 17 e 20)

Na legislação brasileira, a União e os estados não podem interferir diretamente nas áreas urbanas municipais. Deve ser obedecida a legislação das três esferas do pacto federativo para implantação de empreendimentos no âmbito de suas atribuições. Na prática, porém, a implantação de empreendimentos não analisa o território, o espaço. Planeja-se uma atividade visando interesses específicos. Os estudos e planos de atuação são fechados em circuitos isolados, fragmentados em relação ao território e não possibilitam participação social. (...). A diversidade (e a diverCidade) territorial necessita de construção de novos

parâmetros para pensar a cidade e o urbano, pelo menos para aqueles que querem analisar as possibilidades do Estatuto da Cidade como utopia condizente com a extensão do Brasil, com o número de municípios brasileiros, com o arcabouço teórico sobre o urbano e a cidade, que permita implementar uma nova teoria dos tempos-espços.

Se compreendemos que essas escalas do poder estatal não cumprem suas funções, consideramos pertinente questioná-las em busca de abarcar toda a diversidade que há dentro do Brasil. Como M. Santos esclarece

(...) as instâncias detentoras do máximo de poder de decisão se acham condensadas nuns poucos pontos, se não num só. À medida que se vai descendo para a periferia (em termos de **acessibilidade**, e não em termos geométricos), as autoridades e as administrações com as quais se é obrigado a transigir detêm cada vez mais o prestígio e os meios para uma ação eficaz e rápida. (2000b, p. 87, destaque nosso)

Sugerimos assim um esforço de pesquisa e uma abertura para repensarmos a organização do Estado brasileiro com destaque, para nós geógrafos, na reflexão sobre as escalas de poder e sua pertinência, ou não, com a realidade contemporânea.

CAPÍTULO 3 – A CONSTRUÇÃO DA CIDADE PELOS AGENTES HEGEMONIZADOS: as contra-racionalidades nos espaços opacos da Região Sul de Campinas – os usos do território

Nesse último capítulo, pretendemos discutir as *contra-racionalidades* (M. SANTOS, 1996) necessárias para sobreviver nos *espaços opacos* (M. SANTOS, 1996) das grandes cidades e metrópoles, principalmente do Terceiro Mundo (M. SANTOS, 1978). Para isso, retomaremos a construção das ocupações urbanas do Jardim Campo Belo e do Parque Oziel desde o momento da ocupação até os dias atuais, baseadas na criatividade e no saber; descreveremos a organização das Associações de Moradores do Bairro, uma organização que parte do lugar, pois constituída através da norma e do saber local (M. SANTOS, 1999) que é indissociável da norma e do conhecimento produzido pelos agentes hegemônicos da globalização, o Estado e as corporações mundiais, afinal o mundo está presente no lugar (M. SANTOS, 2000b); e, por fim, analisamos os fluxos traçados pelos moradores das ocupações para o uso dos fixos públicos de saúde e educação em busca de mostrar a constituição das contra-racionalidades no cotidiano dessas pessoas.

De acordo com M. Santos (1999, pp. 21 e 22) “o saber local, que é nutrido pelo cotidiano, é a ponte para a produção de uma política, (...) o cotidiano é a realização das pessoas e, quem sabe, também das instituições e das empresas nos lugares”. Em contrapartida “na ação hegemônica predominam o pensamento operacional e pragmático, assim como, a redução dos ideários democráticos aos ritos formais da política”, como escreve Ribeiro (2004a, p. 42). Nesse capítulo enfatizamos o lugar, o cotidiano e a resistência que se constituem de forma plural e, dificilmente, sistematizada (CHAUI, 1993).

O processo de urbanização em vigor tem uma característica que se destaca em todo o mundo: a concentração demográfica nas metrópoles e nas grandes cidades constituindo as imensas periferias abarrotadas de pessoas no Terceiro Mundo (M. SANTOS, 1978; DAVIS, 2006⁵²). Essa característica pode permitir a construção das resistências no cotidiano⁵³, da

⁵² De acordo Davis (2006, p. 33 e 36) “a definição clássica de favela [é] caracterizada por excesso de população, habitações pobres ou informais, acesso inadequado a água potável e condições sanitárias e insegurança da posse da moradia. (...) (...) claro que nem todos os pobres urbanos moram em favelas e nem todos os favelados são pobres (...). Embora, obviamente, as duas categorias se sobreponham, o número de pobres urbanos é consideravelmente maior: pelo menos metade da população urbana do mundo (...). Além disso, aproximadamente um quarto dos habitantes urbanos (conforme pesquisa de 1988) vive em pobreza ‘absoluta’, difícil de imaginar, sobrevivendo – não se sabe como – com um dólar ou menos

força proveniente da co-presença, da vizinhança e do intercâmbio (da troca), possível pela comunicação, dessas imensas populações que podem as levar à conscientização. Essa conscientização aponta para a necessidade de alteração dos rumos da globalização que hoje se apresenta em sua faceta perversa (M. SANTOS, 2000b) ao adaptar forçadamente os lugares a se integrar ao sistema econômico global, através da implantação das infraestruturas e das normas necessárias à manutenção dessa hegemonia, e não o contrário (M. SANTOS, 2000b). Como enfatiza esse autor

O território tanto quanto o lugar são esquizofrênicos, porque de um lado acolhem os vetores da globalização, que neles se instalam para impor sua nova ordem, e, de outro, neles se produz um contra-ordem, porque há uma produção acelerada de pobres, excluídos, marginalizados. (M. SANTOS, 2000a [1994], p. 114)

Tanto a ordem, quanto a contra-ordem, constituem o ‘território usado’ (M. SANTOS & SILVEIRA, 2001), podem construir ações, saberes e normas que são ascendentes, por partir do lugar, e desalienadoras, por partir da reflexão crítica do cotidiano. De acordo com Ribeiro (2004a, p. 47, destaque do original)

O *saber* é a força dos lugares, da mesma forma que o *lugar* é a seiva dos diferentes saberes. (...). São ideias que conduzem, sem separá-los para além do que a ética exige, conhecimento e ação política, e que, ao trazerem concretude à luta por cidadania, obrigam o repensar de relevantes fenômenos sociais.

Nas palavras de M. Santos (2000a [1994], pp. 132 e 133, grifo do original):

na convivência com a necessidade e com o outro, se elabora uma política, a política dos de baixo, constituída a partir das suas visões de mundo e dos lugares. (...) a política institucional (...) se funda na ideologia do crescimento, da globalização (...). A política dos pobres é baseada no cotidiano vivido por todos, pobres e não pobres, e é alimentada pela simples necessidade de continuar existindo. Nos lugares, uma e outra se

por dia. Se os dados da ONU são precisos, a diferença de renda *per capita* entre as famílias de uma cidade rica como Seattle e de uma cidade paupérrima como Ibadan (Nigéria) chega a 739 *para 1*- desigualdade inacreditável.” (destaque do original).

⁵³ De acordo com M. Santos (1999, p. 17) “o espaço teria uma quinta dimensão, a do cotidiano, que permitiria exatamente chegar à ideia de ação comunicacional”.

encontram e confundem, daí a presença simultânea de comportamentos contraditórios, alimentados pela ideologia do consumo. Este, ao serviço das forças socioeconômicas hegemônicas, também se entranha na vida dos pobres, suscitando neles expectativas e desejos que não podem se contentar. (...) a semente do entendimento já está plantada e o passo seguinte é o seu florescimento em atitudes de inconformidade e, talvez, rebeldia.

Consideramos que essa construção a partir dos de baixo, dos que estão vivendo no lugar, construindo o lugar através do cotidiano e do saber local, envolve a luta pela cidadania que só é possível de ser travada a partir do lugar. Como escreve Ribeiro (2004a, pp. 45 e 44) “o lugar é o cotidiano mas, é, ao mesmo tempo, os futuros nele contido. (...) *lugar e saber* encontram-se implicados nos projetos que visem à territorialidade cidadã, resistente à alienação territorial originada da apropriação antidemocrática de recursos” (destaques do original). No mesmo sentido, M. Santos escreve que

Ser ‘cidadão de um país’, sobretudo quando o território é extenso e a sociedade muito desigual, pode constituir, apenas, uma perspectiva de cidadania integral, a ser alcançada nas escalas subnacionais, a começar pelo nível local. (...). A possibilidade de cidadania plena das pessoas depende de soluções a serem buscadas localmente (...). O papel dos lugares é determinante. Ele não é apenas um quadro de vida, mas um espaço vivido, isto é, de experiência sempre renovada (SANTOS, 2000a [1987], pp. 113 e 114).

Nesse sentido, Corrêa (2001, p. 164) entende que é no meio ambiente das favelas e das periferias “onde a ação do Estado é, via de regra, limitada, [que] surgem novas regras, códigos e poderes que, ao mesmo tempo que exercem vigoroso controle social, criam um modus vivendi próprio, capaz de minimizar as duras condições de existência” (destaque do original). Buscamos aqui pensar sobre a constituição e existência desse *modus vivendi* próprio, através da análise das contra-racionalidades (M. SANTOS, 1996) realizadas pela maior parte da população na cidade (e no campo) para sobreviver. Nas palavras de M. Santos

o cotidiano é o lugar da co-presença, da vizinhança, da coexistência, da cooperação próxima, da intimidade, da intersubjetividade, é ali onde há uma cota de espontaneidade, e, desse modo, de surpresa. É ali onde a emoção tem lugar e, por conseguinte, é ali somente onde pode se pensar o

novos, já que o novo não se pensa fora da emoção. (...) a emoção é o que nos liberta das prisões das escolas, das estreitezas do vocabulário, dos limites das faculdades. (2009b, p. 04)

As racionalidades do sistema capitalista não funcionam perfeitamente, da maneira como foram planejadas e vendidas, para nenhum indivíduo ou agente, entretanto são mais ou menos eficientes de acordo com a possibilidade individual, ou familiar, de compor com os agentes hegemônicos do processo de globalização: o Estado ou as grandes corporações mundiais. Como escreve M. Santos (1996, p. 17) “A racionalidade, nesse fim de século [XX], chega ao território; ou seja, ela não é apenas uma categoria da sociedade, da economia, da política. O próprio território, em certos lugares, acaba por tornar-se racional. Racional dessa racionalidade sem razão”.

Para a maioria das pessoas residentes nos países periféricos viver, sobreviver, e, quem sabe, ter alguma cidadania, é indispensável criar escapatórias, resistências, improvisações, novos usos, em diversos (ou todos) elementos que compõem seus cotidianos, com destaque para terem uma moradia. Nas palavras de M. Santos (1996, p. 246, grifo nosso)

Ante a racionalidade dominante, desejosa de tudo conquistar, pode-se, de um ponto de vista dos atores não beneficiados [agentes hegemônizados], falar de irracionalidade, isto é, de produção deliberada de situações não-razoáveis. Objetivamente, pode-se dizer também que, a partir dessa racionalidade hegemônica, instalam-se paralelamente contra-racionalidades. Essas contra-racionalidades se localizam, de um ponto de vista social, entre os pobres, os migrantes, os excluídos, as minorias; de um ponto de vista econômico, entre as atividades marginais, tradicional ou recentemente marginalizadas; e, de um ponto de vista geográfico, nas áreas menos modernas e mais ‘opacas’, tornadas irracionais para usos hegemônicos. Todas essas situações se definem pela sua incapacidade de subordinação completa às racionalidades dominantes, já que não dispõem dos meios para ter acesso à modernidade material contemporânea. Essa experiência da escassez é a base de uma adaptação criadora à realidade existente. O que muitos consideram, adjetivamente, como ‘irracionalidade’ e, dialeticamente, como ‘contra-racionalidade’, constitui, na verdade, e substancialmente, outras formas de racionalidade, racionalidades paralelas, divergentes e convergentes ao mesmo tempo.

O que estamos definindo como lugar, nesse trabalho, pode ser delimitado através da compreensão das verticalidades e horizontalidades que se impõem e se constituem,

respectivamente, no lugar. De acordo com M. Santos

As verticalidades são os vetores do pragmatismo, transportam ordens indispensáveis à ação dos atores hegemônicos. São ordens frias, produto do cálculo e da racionalidade chamada superior, que é a racionalidade dominante da qual se valem os atores hegemônicos para impor sua vontade. Horizontalidade é outra coisa, é produto da presença ativa dos homens juntos que são sempre condutores de emoção. E a emoção é a força da desobediência às ordens pragmáticas e, por conseguinte, a única forma de casarmos com o futuro. Mas, o pragmatismo que traz funções e empregos hegemônicos não é o futuro, apenas a reposição do presente. (...). Ora essa horizontalidade vai reconstruir a identidade do lugar. Vemos uma série de governantes brasileiros atuais com a boca cheia da palavra modernização, como se esta apontasse para o futuro. É um equívoco, pois a modernização apenas conduz à reprodução ampliada do presente. (SANTOS, 2003, pp. 62 e 63)

O processo de urbanização corporativo, fragmentador e segregador, constituído através das verticalidades, se constitui de forma dialética e plural devido, principalmente, às horizontalidades. Como enfatiza Arroyo (1996), entre muitos outros estudiosos das ciências humanas, a realidade urbana é dialética e contraditória. Nas palavras da geógrafa a “totalidade sem contradições é vazia e inerte; sua concreticidade está determinada pelas contradições” (ibidem, p. 76). Para a cientista social Ribeiro (2000, p. 241) “A dialética construção – destruição (de bases culturais, de modos de vida, de comportamentos e hábitos, de formas de acesso a meios de subsistência, de recursos naturais) constitui, atualmente, um irrecusável compromisso analítico”. Na mesma direção escreve Harvey (2003, p. 127) “as contradições e os paradoxos da globalização oferecem oportunidades de uma política progressista alternativa. A globalização contemporânea enseja um conjunto especial e sem precedentes de condições para uma mudança radical”. M. Santos também realça as questões da dialética do processo de urbanização em vigor:

Tal sociedade e tal economia urbana dual (mas não dualista) conduzirão a duas formas imbricadas de acumulação, duas formas de divisão do trabalho e duas lógicas urbanas distintas e associadas, tendo como base de operação um mesmo lugar. (...). A primeira prende-se ao uso obediente das técnicas da racionalidade hegemônica, enquanto a segunda é fundada na redescoberta cotidiana das combinações que permitem a vida e, segundo os lugares, operam em diferentes graus de qualidade e de quantidade. (SANTOS, 2000a [1987], p. 146)

São nos lugares que tais contradições se materializam devido, principalmente, à singularidade de cada lugar que expõe as irracionalidades do processo de globalização e urbanização. Como o autor supracitado escreve “A região deixa de ser um nível de análise suficiente e vamos cada vez mais encontrar como níveis de análise fundamentais, o universo, a nação e o lugar” (M. SANTOS, 1988, p. 60). Nossa pesquisa é voltada principalmente para a compreensão do *lugar*.

Nessa direção escreve Massey (2000, p. 185)

A globalização (na economia, na cultura ou em qualquer outra coisa) não acarreta simplesmente a homogeneização. Ao contrário, a globalização das relações sociais é uma outra fonte (da reprodução) do desenvolvimento geográfico desigual e, assim, da singularidade do lugar. Há a especificidade do lugar que deriva do fato de que cada lugar é o centro de uma mistura distinta das relações sociais mais amplas com as mais locais. Há o fato de que essa mesma mistura em um lugar pode produzir efeitos que poderiam não ocorrer de outra maneira. (grifo do original)

E nas palavras de M. Santos (1996, p. 252)

A história concreta do nosso tempo repõe a questão do lugar numa posição central (...). Impõe-se, ao mesmo tempo, a necessidade de, revisitando o lugar no mundo atual, encontrar os seus novos significados. Uma possibilidade nos é dada através da consideração do cotidiano (...). Essa categoria da existência presta-se a um tratamento geográfico do mundo vivido que leve em conta as variáveis (...): os objetos, as ações, a técnica e o tempo.

Para o estudo dessas periferias urbanas pobres espalhadas por todo o território nacional, M. Santos (2000b, p. 86, grifo do original) traz duas maneiras de realizar uma análise: na primeira leva-se em conta “a situação do homem enquanto produtor, consumidor ou exclusivamente enquanto cidadão no interior de um espaço não-uniforme”, e para tal as acessibilidades devem ser focadas: “Cada lugar é aqui definido por sua própria história, ou seja, pela soma das influências acumuladas, provenientes do passado, e dos resultados daquelas que mantêm maior relação com as forças presentes” (ibidem). Na segunda abordagem há um complemento à primeira, e leva-se em conta os “parâmetros cuja escala é

externa ao lugar, só que muitas vezes eles determinam uma estrutura interna específica a cada ponto do espaço.” (ibidem). Utilizaremos essa proposta de análise nas três partes que compõem esse capítulo, nos dois primeiros itens realizamos a primeira abordagem e no terceiro utilizamos a segunda.

Faz parte da produção das contra-racionalidades e das resistências, no nosso entendimento, os seguintes elementos: a construção de infraestrutura urbana sem investimento do poder público local; o comércio das regiões, majoritariamente caracterizados como pertencentes ao circuito inferior da economia urbana (M. SANTOS, 1979); as normas próprias ao lugar sistematizadas, minimamente, pelas Associações de Moradores do Bairro; a produção de informação ascendente pelos moradores do lugar e sobre o lugar (M. SANTOS, 2000a [1987], 2000b), entre outros. Todos esses elementos foram analisados durante os últimos cinco anos em que realizamos nossa pesquisa e permitem-nos refletir, inclusive, sobre a constituição de uma cultura popular nesses ambientes de resistência (CHAUÍ, 1993; M. SANTOS, 2000b).

No próximo subcapítulo descrevemos a constituição da infraestrutura urbana das regiões estudadas.

3.1 A construção da infraestrutura urbana da Região Sul

Em busca de analisarmos como essas contra-racionalidades são essenciais para a construção e sobrevivência desses lugares destacaremos o processo de instalação das infraestruturas urbanas que auxiliam na constituição de uma vida de relações em cada lugar estudado.

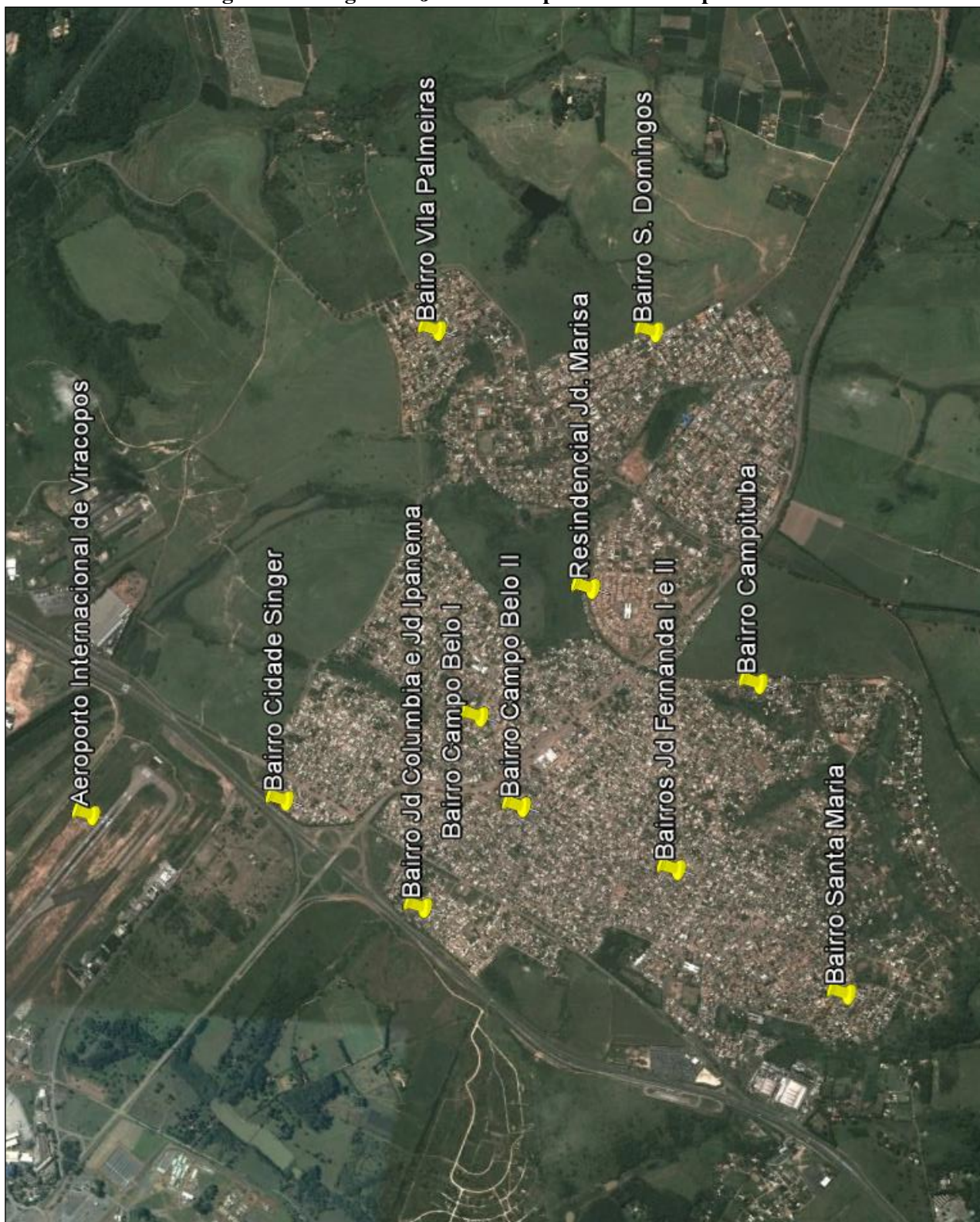
- **Região do Jardim Campo Belo**

De acordo com alguns líderes da região, essa área foi escolhida para ser ocupada pois uma parte dos terrenos pertencem à Igreja Católica, mais especificamente à PUC-Campinas, devido a isso havia maior esperança de conseguir ganhar a luta pelo direito aos terrenos para moradia dessa população pobre, posto que não seria ‘bem visto’ a Igreja negar tal direito em suas terras.

Na Figura 16 apresentamos com maior detalhe a região indicando doze dos dezenove bairros que a compõem de acordo com a nossa compreensão⁵⁴.

⁵⁴ Como explicamos no primeiro capítulo a Prefeitura de Campinas não trabalha com a divisão por bairro, e sim com UTBs (Unidades Territoriais Básicas) que impedem ter certeza de qual delimitação de bairros é considerada por ela. Nossa definição se baseia nas entrevistas nos fixos públicos e nas Associações de Moradores do Bairro.

Figura 16 – Região do Jardim Campo Belo em Campinas-SP



Fonte: Google Earth

Elaboração: Helena Rizzatti Fonseca (2014)

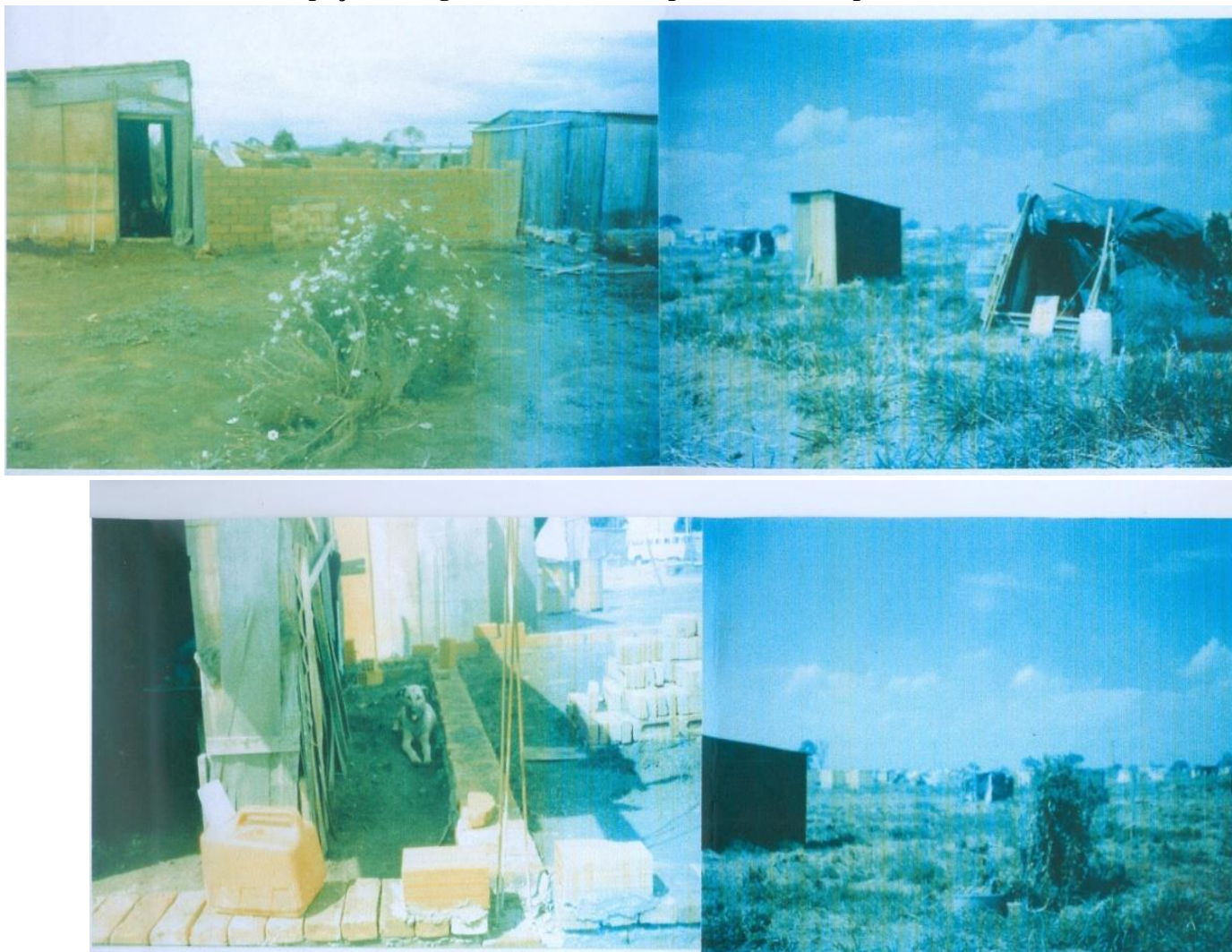
Os sete bairros não indicados são difíceis de delimitar e se localizam entre o Jardim Fernanda e o Santa Maria, tais como: Campituba II, Jardim Puccamp, Jardim Dom Gilberto, e outros.

Apesar da maioria dos loteamentos da área em que hoje está o Jardim Campo Belo terem sido aprovados na década de 1950, apenas o bairro denominado São Domingos foi se constituindo desde então e de modo regular. Hoje esse bairro é uma área heterogênea em comparação a todos os outros bairros da região, pois possui uma infraestrutura urbana que vem sendo instalada desde 1950 e é regularizado. Esse bairro é também o único que está fora do cone de ruídos do aeroporto.

Poucas famílias foram morar na região no segundo período de periferização de Campinas (1970-1990), as que foram para a área tinham interesse no baixo valor dos terrenos e na localização da região que possibilitava encontrar trabalhos nas fazendas e chácaras ao redor (FORMAGIO, 2012). De acordo com este estudo uma das moradoras mais antiga do bairro chegou em 1973 e haviam seis famílias morando na área em que hoje é o bairro Jardim Campo Belo I. Os principais motivos para a escolha dessa região, de acordo com a antiga moradora, são: possibilidade de ocupar ou comprar um terreno mais barato, a existência de fazendas ao redor (onde os que tinham experiência rural podiam complementar suas rendas) e do aeroporto (com vagas principalmente na área de limpeza e segurança), as relações de amizade e parentesco no bairro e as possibilidades de ser indenizado em caso de desapropriação. Os poucos moradores que foram para a região nesse período e pagaram pelos terrenos em que residem possuem a escritura da propriedade.

A região é ‘invadida’, no final do mês de Fevereiro e início de Março de 1997, pela população que migra, sobretudo, dos municípios da Região Metropolitana de Campinas, da Região Metropolitana de São Paulo e também de outros estados, como o Paraná e o Mato Grosso do Sul. Segundo relatos de jornais e de moradores, deslocaram-se para a área cerca de 500 famílias num mesmo dia e esse número cresceu exponencialmente, em questão de horas. Na Foto 02 apresentamos os primeiros barracos construídos no lugar.

Foto 02⁵⁵ – Início da ocupação na região do Jardim Campo Belo em Campinas-SP (1997)



Fonte: Líderes de Associação de Moradores do Bairro (s/d)

O descaso com a região, por parte do poder público local, foi um dos maiores impulsionadores da sua ocupação, afinal a situação era a seguinte: crescente população sem moradia em Campinas, ausência de políticas habitacionais e essa grande quantidade de terra loteada e sem uso. O resultado foi uma ocupação rápida e intensa com grande contingente populacional; no ano de 2000, já se contabilizava uma população de mais de 30 mil moradores no lugar.

⁵⁵ Não é possível melhorar a qualidade da imagem, pois são fotos antigas *scaneadas* por uma liderança de Associações de Moradores.

Os moradores contam que quando chegaram à região nos anos seguintes à ocupação “*era só barraco e mato*”. A fala de uma moradora que reside na região, há 17 anos, demonstra o esquecimento desse lugar por parte do poder público: *quando pedíamos infraestrutura para o bairro diziam para nós que era jogar dinheiro fora, pois tudo seria desapropriado em 10 ou 15 anos*. Hoje, vive na região uma população de mais de 50 mil pessoas entre os 19 bairros que a compõe; são eles: Jd. Campo Belo I, Jd. Campo Belo II, Jd. Fernanda I, Jd. Fernanda II, Jd. Itaguaçu I, Jd. Itaguaçu II, Campituba I, Campituba II, Jd. Marisa I, Jd. Marisa II, Vl. Diva, Cidade Singer I, Cidade Singer II, Jd. Ipanema, Jd. Colúmbia, S. Jorge, Sta. Maria I, Sta. Maria II e S. Domingos.

Muitos líderes de Associação de Moradores de Bairro iniciam sua atuação já no momento da ocupação e permanecem nessa função até hoje. Tais líderes relatam que não permitiam a manutenção de barracos devendo-se construir cômodos em alvenaria, assim que possível, para dificultar a ação de desocupação por parte da prefeitura. Esses antigos líderes também relatam outros recursos, que permitiram não só a sobrevivência dos milhares de moradores como a permanência e o adensamento populacional do lugar. Para isso, entre 1997 e 2006, foram utilizadas diversas táticas para adquirir bens básicos para a sobrevivência.

Para obterem água e um mínimo sistema de abastecimento nos primeiros dias após a ocupação seus ocupantes cavaram buracos na terra até atingirem os lençóis freáticos. Foram também instaladas mangueiras para que o recurso chegasse a pontos mais distantes. Com a manutenção da ocupação, os ocupantes bloquearam a Rodovia Santos Dumont por um período de tempo e enviaram uma carta para a prefeitura em busca de adquirir mais mangueiras para ligação do sistema e pediram o envio de caminhões-pipa regularmente. A água também era retirada de duas lagoas que havia na região, embora uma delas tenha sido drenada pela prefeitura, em 2004, por ser muito utilizada para acúmulo de carros roubados e até cadáveres. Nenhuma dessas fontes era de água potável. Os caminhões-pipas são necessários até hoje em alguns pontos da região e são, desde a ocupação, bastante irregulares e ineficientes. Na Foto 03 demonstramos um dos equipamentos utilizados, ainda hoje, para abastecimento de água de alguns bairros da região.

Foto 03 – Equipamento precário de abastecimento de água na região do Jardim Campo Belo em Campinas-SP



Fonte: Helena Rizzatti Fonseca (2012)

A aquisição de energia elétrica foi possível através de ‘gatos’ na fiação ao redor da Rodovia Santos Dumont e de alguns equipamentos disponibilizados pela CPFL de Campinas; eram poucos os pontos servidos de luz durante os primeiros anos da ocupação. Com o passar do tempo a rede foi aumentando, sempre através de ‘gatos’ o que leva a um acesso de má qualidade faltando luz em vários momentos em todos esses pontos e com grande perigo de incêndio devido aos curtos-circuitos. Apenas em 2006, a CPFL instalou relógios em todos os bairros, mas, ainda assim, muitas casas dividem o mesmo relógio até hoje devido à situação de irregularidade que não permite que a CPFL disponibilize a quantidade certa de aparelhos.

Para aquisição de comidas, roupas e remédios contava-se com o auxílio de Organizações Não Governamentais e diversas igrejas (principalmente Católicas) da cidade.

Até hoje a região recebe doação de alimentos, principalmente de frutas e verduras que, hoje em dia, são principalmente da CEASA e outras grandes redes de distribuição.

Há hoje na região três ONGs em funcionamento, oferecendo principalmente serviço de educação infantil continuada. Ou seja, após o período de aulas há disponibilidade de 300 vagas nessas ONGs para as crianças terem atividades recreativas e didáticas por mais um período do dia, todos os dias da semana. Trata-se de uma importante maneira de auxiliar principalmente as mulheres que precisam trabalhar fora de casa, pois não há creche que atenda em período integral na região.

Apenas no ano de 2004 a prefeitura instalou o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) junto com a Fundação Municipal de Educação Comunitária (FUMEC) no bairro Jardim Campo Belo II. O CRAS faz o cadastramento e a organização das famílias para receberem auxílios financeiros de programas municipais, estaduais e federais (renda-cidadã e bolsa família são os principais). Oferecem também cursos e oficinas de bordado, costura, eletricitista, dança, idiomas, entre outros. Fazem acompanhamento das famílias que recebem os programas e dão palestras sobre educação sexual, planejamento familiar, entre outros temas. Apesar de ser um fixo de grande importância social, seus serviços são pouquíssimo eficientes para atender a tamanha população até hoje. Mesmo o conhecimento da existência desse fixo por parte da população é difícil.

O sistema de saneamento básico, que começou a ser instalado em 2008 devido ao Projeto Vip Viracopos, ainda não está em funcionamento em nenhum bairro e o processo de regularização está completamente estagnado sem previsão para ser retomado.

Com o desenvolvimento das pesquisas de Iniciação Científica sobre essa região, desde 2008, tivemos a possibilidade de conhecer a região pouco tempo antes do início da instalação das infraestruturas. Nos primeiros dois anos de instalação foram grandes as alterações da região permitindo, inclusive, uma ponta de esperança de que esse lugar receberia a atenção necessária por parte do poder público local. Porém, já em 2010, ficou claro o descaso e a demora que resultou na completa estagnação das obras. Muitos buracos abertos para a instalação da rede sanitária até hoje não foram ao menos fechados; e as poucas ruas que receberam asfalto estão em situação precária.

As escolas e os postos de saúde foram entregues em 2010 e, desde então, são insuficientes para o contingente populacional que deveriam atender (FONSECA, 2011) e já

estão degradados devido à péssima qualidade do material de construção, além da enorme falta de médicos e profissionais nesses fixos. Devido a todos esses fatores, consideramos que ainda são as contra-racionalidades, os improvisos, a criatividade e a vida de relações dentro da própria região que permite a sobrevivência dos moradores.

Além disso, a alteração da área de expansão e a implantação do projeto valorizaram rapidamente os terrenos da região o que levou diversas famílias a venderem suas casas e mudarem de lugar. Uma parte das famílias foi para recentes assentamentos do MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra) na Região Metropolitana de Campinas, com destaque para o assentamento Elisabeth Teixeira no município de Limeira-SP.

A mudança dessas famílias se deve tanto ao encarecimento do custo de vida, pois já há cobrança das redes de saneamento básico, água e luz, quanto ao engano que muitas famílias cometem ao vender seus terrenos por valores que parecem altos, porém são insuficientes para a compra de outro imóvel num lugar melhor da cidade.

O Jardim Campo Belo é constantemente ocupado por novas famílias nas áreas em que ainda há espaço, porém nenhuma dessas novas ocupações permaneceu na região devido à pressão do poder público local que derruba os novos barracos e casas. Em relação às lideranças da região sobre os novos moradores as opiniões são divididas: alguns consideram boa a chegada de mais população para aumentar a pressão para a regularização e implantação de fixos públicos, enquanto outros preocupam-se que esse aumento dificulte o processo de regularização da área.

- **Região do Parque Oziel**

A escolha dessa área para ocupação pelo MST-Campinas e outros líderes da Região Metropolitana de Campinas que se uniram para organizar a ocupação se deve ao fato dos dois maiores proprietários da área, Armando Ladeira e Arari Pinto de Oliveira, possuírem dívidas com a prefeitura devido ao não pagamento do IPTU equivalente a área (GHILARDI, 2012). Essa estratégia de escolha é uma característica importante das diversas ocupações urbanas que ocorreram na Região Metropolitana de Campinas desde fins de 1980 até os dias atuais (COSTA, 2013). E, para nós, são um importante elemento de diferenciação das favelas e de demonstração do fortalecimento das contra-racionalidades: a necessidade de planejamento necessária para a instalação de ocupações em terras urbanas.

Na madrugada em que ocorreu a ocupação da região do Parque Oziel foram construídas através de mutirão uma escola e uma igreja, como tática para acuar o poder público a não retirar a ocupação, posto que derrubar essas duas instalações poderia causar ‘má impressão’ na população campineira ao ser divulgado da mídia.

Nos primeiros meses de 1997 chegaram pessoas na nova área de ocupação, cerca de 40 famílias novas por dia, de acordo com uma liderança. Com apenas um carro e com o auxílio de um padre católico eram arrecadadas doações de comidas e roupas em diversos locais da cidade. Rapidamente construiu-se um centro comunitário utilizado como escola, igreja e cozinha coletivas permitindo, apenas com isso, a sobrevivência das já centenas de famílias instaladas no lugar. De acordo com relatos, a situação de precariedade das famílias que chegavam era altíssima, muitas crianças passavam fome e essas doações foram fundamentais para sobreviverem.

Apresentamos a região do Parque Oziel, na Figura 17, com destaque para cada um dos quatro bairros, para o córrego Taubaté, para a Rodovia Santos Dumont e para os dois grandes empreendimentos próximos: Campinas Shopping e Hotel Royal Palm Plaza.

Figura 17 – Região do Parque Oziel em Campinas-SP



Fonte: Google Earth

Elaboração: Helena Rizzatti Fonseca (2014)

Devido ao trajeto do córrego a área apresenta um relevo consideravelmente acidentado, principalmente no bairro Vila Taubaté e no bairro Parque Oziel que alteram o processo de instalação das infraestruturas urbanas.

Para obterem água os moradores cavaram fundos buracos até atingirem o lençol freático. Devido ao relevo acidentado, construir uma rede de distribuição de água era complexo de forma que eram necessárias mangueiras de grande extensão e resistentes, logo, de alto custo para aquisição. As lideranças realizaram, após um tempo, uma ocupação na SANASA-Campinas para obterem melhores mangueiras. Outra opção era utilizar as águas do Córrego Taubaté, porém tal recurso hídrico já estava consideravelmente poluído. O sistema formal de abastecimento de água começou a ser instalado em 2004 e foi finalizado em 2006.

Ainda em 1997, os ocupantes conseguiram 'puxar' energia elétrica para a região através de 'gatos' tanto da rodovia Santos Dumont quanto dos bairros ao redor da ocupação e, no final desse mesmo ano, começaram a chegar muitos familiares e amigos das primeiras famílias que ocuparam o lugar adensando-a populacionalmente. A implantação do sistema formal de energia elétrica começou em 2000 e terminou em 2002.

No início de 1998 já haviam 1800 famílias instaladas, totalizando em torno de dez mil pessoas. Entre 1997 e 2000, houve uma grande quantidade de mobilizações para aquisição de alguma infraestrutura no lugar. Foi nesse período que os movimentos sociais organizados como o MST e o MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto) tiveram importância para a região, principalmente este último, devido ao auxílio que deram aos líderes para a organização das atividades de reivindicação. Foram organizadas a ocupação da SANASA e da CoHab-Campinas, passeatas para o Paço Municipal e para a cidade de São Paulo, dentre outras manifestações e reivindicações⁵⁶.

⁵⁶ O jornal Correio Popular registrou diversos momentos dos conflitos entre os proprietários e os ocupantes durante esse período em reportagens como: 08/Maio/1997 – “Sem-teto ameaçam dormir no Paço Municipal”; 27/Maio/1997 – “Sem-teto cadastram crianças para aulas”; 13/Junho/1997 – “Dono de área no Oziel quer transferência de sem-teto”; 24/Junho/1997 – “Justiça concede liminar contra sem-teto”; 15/janeiro/1998 – “CPFL define taxa de R\$ 1,49 para sem-teto”; 07/julho/1998 – “Justiça adia desocupação do Parque Oziel”; 29/abril/1999 – “Área do Oziel é declarada de utilidade pública”.

A ocupação da CoHab foi em busca da delimitação dos lotes da antiga Fazenda Taubaté. Como se trata de um território muito próximo ao centro da cidade, a disponibilidade de terra é escassa de forma que essa divisão dos terrenos era de grande importância. A demora de tal atendimento, somada a não conscientização de alguns líderes e famílias para não construírem casas em algumas parcelas da região, dificultou a separação desses terrenos.

Apesar de todas as dificuldades e dúvidas pelo caráter ilegal da ocupação a região atinge, em 2007, uma população de em torno de trinta mil pessoas de acordo com os líderes da região. Até o ano de 2007, ou seja por dez anos, os ocupantes viveram grande insegurança devido às constantes tentativas de reintegração de posse das terras, até que, através do Decreto 15.760/07, a área é finalmente definida como de direito de uso dos ocupantes que já estivessem ali instalados. Apresentamos abaixo o Quadro 7 com os decretos feitos pela prefeitura para a região durante esse tempo:

Quadro 7 – Decretos da prefeitura para a atual região do Parque Oziel em Campinas-SP

ANO	DECRETOS
1970	Decreto 3625/70 – aprovação do loteamento Jardim do Lago Continuação
1999	Decretos 13090 e 13123 – Declaração de Interesse Social para fins de desapropriação
2001	Decretos 13583, 13584, 13600 e 13601 – Declaração de Interesse Social para fins de desapropriação
2004	Decretos 14918 e 14919 – Revalida a Declaração de Interesse Social
2005	Decretos 15057 e 15109 – Revalida a Declaração de Interesse Social
2005	Decreto 12257 – institui a ‘Comissão de Análise e Pagamento de Indenização em procedimentos referentes ao Parque Oziel, Jardim Monte Cristo e Gleba B’
2006	Contratação da COHAB para desenvolver os trabalhos relacionados a 1ª fase do processo de regularização
2006	Lei Complementar 15 – Plano Diretor – área gravada como ZEIS de Regularização
2007	Decreto 15760 – ‘dispõe sobre a permissão de uso, aos atuais ocupantes, das áreas do loteamento Jd. do Lago Continuação e Gleba B, declarada de interesse social para fins de regularização dos loteamentos Parque Oziel/Jd. Monte Cristo/Gleba B’

Fonte: 3º Seminário de Habitação Região Metropolitana de Campinas/PMC e Agemcamp (2007)

Organização: Helena Rizzatti Fonseca (2013)

No ano de 2000 iniciou-se a coleta de lixo nas principais ruas (única dessas infraestruturas que atinge os bairros Jardim do Lago e o Vila Taubaté); o asfalto foi colocado entre 2008 e 2010, período em que teve início a implantação da rede de esgoto nos bairros Jardim Monte Cristo e Parque Oziel que começou a funcionar em Dezembro de 2010. O asfaltamento do itinerário de ônibus e a implantação da rede esgoto, iniciados em

2008, foram financiados em grande parte pela União através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e fazem parte do Projeto Vip Viracopos.

A regularização fundiária dos bairros, iniciada em 2008, utiliza verba municipal e o pagamento dos moradores da região pelos lotes em que residem. O valor pago pela população é de R\$ 0,25, por metro quadrado, dos lotes residenciais, e R\$0,40, por metro quadrado, dos lotes utilizados para fins comerciais por um período de vinte anos. O bairro do Jardim do Lago não está sendo regularizado por estar instalado em área de preservação ambiental e as famílias serão reassentadas no conjunto habitacional do bairro Vila Taubaté.

A instalação dessas infraestruturas leva ao encarecimento do custo de vida da região e, hoje, muitas famílias que ocuparam e auxiliaram nas lutas pelas infraestruturas não residem mais na área. Esse fator diminui consideravelmente a participação da população na organização de novas ações para aquisição de mais direitos, pois as novas famílias que chegam dificilmente têm qualquer envolvimento com o processo de constituição da região. Sem conhecer as lideranças e sem saber que diversas lutas e ações foram necessárias para adquirir o que está implantado, os novos moradores não se envolvem na política local.

Apresenta-se, assim, uma densidade comunicacional oscilante porém presente no cotidiano da população que quando precisam de auxílio ou informações específicas sobre a região contatam as lideranças das Associações de Moradores do Bairro. Discutiremos mais essa questão nos próximos dois subitens.

Buscamos mostrar nesse subcapítulo como as contra-racionalidades estão presentes na constituição e no cotidiano dessas ocupações de terras urbanas. Como pudemos observar a instalação de nenhuma das infraestruturas urbanas existentes hoje no lugar, mesmo que precariamente, se deram desde o princípio de maneira formal (ou legal) e todas só foram possíveis através de organização e luta, possibilitadas em grande medida pela densidade comunicacional, dos moradores das áreas para obterem acesso ao que, na verdade, têm direito como cidadãos brasileiros.

3.2 As Associações de Moradores do Bairro na Região Sul: o saber local e a norma do lugar

Decidimos destacar esse agente hegemônico, que compreendemos como uma parcela da sociedade civil que se organiza intencionalmente para sobreviver aos conflitos urbanos cotidianos, pela importância que ganhou durante o estudo das regiões através dos trabalhos de campo e das visitas técnicas. Esse agente social⁵⁷ tem destaque ao analisarmos sua relação com o Estado, através principalmente do poder público local e das políticas habitacionais, e na compreensão do cotidiano do lugar.

Como nos fala Lojkin (1995, p. 309) os movimentos sociais da década de 1980 e 1990 reivindicavam autonomia e cooperação contra o individualismo estéril incentivado pelo monopólio da formação e das informações estratégicas, quando o próprio controle da informação exige a mobilização de todas as inteligências. O autor nos sugere que

Não delegar aos patrões e aos tecnocratas o poder de gestão, sem, com isto, encerrar-se num discurso contestador puramente encantatório, supõe a capacidade de construir, autonomamente, regras de gestão diversas daquelas da rentabilidade e do lucro – caso contrário, a alienação cultural permanecerá na mente daqueles que estão na base da pirâmide. (...) falar em ‘revolução’ informacional não passa sem riscos nem ambiguidades, tanto mais que não limitamos a revolução informacional à sua exclusiva dimensão tecnológica, mas a estendermos a todos os aspectos estratégicos da informação, isto é: a todos os aspectos pelos quais uma informação *confere sentido* à miríade de informações que saturam a nossa vida cotidiana – estratégia econômica, política, mas também arte, ideologia, ética. (idem, pp. 306 e 307, itálico do original, grifo nosso).

De acordo com M. Santos (2004) os movimentos sociais de forma geral constituem “um setor significativo da população que desenvolve e define interesses incompatíveis com a ordem social e política existente e que os persegue por vias não institucionalizadas” (p.09); estão presentes nesses movimentos aqueles ligados às questões da terra, de gêneros, de classes, entre outros. Dentre eles, o movimento urbano se diferencia por atuar sobre as problemáticas do uso do solo urbano, “como a apropriação e a distribuição da terra urbana e dos equipamentos coletivos” (idem, p. 11). Kowarick (1983, p. 62) explica que “A luta

⁵⁷ No artigo de Vasconcelos (2011) o autor faz uma longa retomada de teorias que se focaram em compreender os agentes sociais urbanos em diversas áreas das ciências humanas.

poderá ser caracterizada como *urbana* na medida em que, ocorrendo numa base territorial circunscrita às cidades, coloque em xeque a questão da terra, habitação ou dos bens de consumo coletivo” (destaques do original).

Como nos lembra M. Santos (1990, p. 53) nos lugares onde os habitantes das favelas e ocupações puderam se organizar politicamente o processo de expulsão não ocorreu ou se deu de forma lenta, fato que também se confirma, majoritariamente, na região do Parque Oziel e na região do Jardim Campo Belo. Não é só por essa força de organização que as Associações ganharam destaque durante a pesquisa, mas também pela capacidade de produção, controle e manipulação da informação produzida e distribuída no lugar que tal agente possui. Fato notável nas áreas estudadas!

Para a análise desse tipo de associação, M. L. Souza (2006) nos adverte para alguns riscos e advertências permanentes para os novos ativismos deste início do século XXI; entre os que ele cita destacamos alguns que precisam ser refletidos à luz das ações das lideranças das áreas estudada: a burocratização das organizações, o ‘caciquismo’ e o personalismo, o autoritarismo das administrações municipais, a indiferença e o ‘comodismo’ da base social e o corporativismo territorial.

O autor nos fornece ainda as principais características de tais ações para facilitar sua identificação. A burocratização das organizações torna-se perigosa quando “se estabelece (...) uma organização de ativistas [que] começa a funcionar como uma ‘repartição pública’, um apêndice do Estado, e, internamente, seus líderes se comportam como ‘funcionários’ personalistas e ‘caciques’, afastando-se mais e mais da base social e comprometendo a força social do ativismo” (idem, pp. 292 e 293); para o autor é importante a institucionalização, ao invés da burocratização, que pode ser entendida como “consolidação e maior organização, sem perda da capacidade de inovar e de afrontar a sociedade instituída” (idem, p. 292). O ‘caciquismo’ e o personalismo “dizem respeito ao comportamento autoritário e egocêntrico de não poucos líderes de associações de moradores” o que, quando acontece, facilita identificar “as contradições de um ativismo que, mesmo tendo agasalhado práticas genuinamente democráticas, não esteve imune à reprodução, especialmente em escala microlocal (associações de base), da heteronomia⁵⁸

⁵⁸ Heteronomia trata-se da sujeição do indivíduo à vontade de terceiros ou de uma coletividade, em oposição

(predominante na sociedade e simbolizada pelo aparelho do Estado)” (idem, p. 293). A indiferença e o ‘comodismo’ da base social se tratam de “quando os ativistas ‘orgânicos’ [que para o autor se referem àquelas pessoas dispostas a assumir compromissos variados e a despendar uma parte de seu tempo em prol da causa] permanecem, durante um período de tempo excessivo, circunscritos a uma pequena maioria, que se renova muito pouco ou nada, dois riscos existem: o de uma ‘fadiga dos ativistas’, que se cansam de ‘carregar a organização nas costas’, e o de um estímulo adicional a fenômenos como ‘caciquismo’, burocratização e cooptação.” (ibidem). Por fim, o corporativismo territorial se refere à “atuação de organizações de ativistas como nada muito diferente de grupos de pressão, seja para rechaçar ‘ataques’ contra o seu modo de vida, para atrair melhorias ou, no caso de estratos médios, para manter privilégios especializados, dificulta sobremaneira articulações politizadoras e a troca de experiências entre organizações e corporativismo” (idem, p. 294), trata-se de uma ‘corporativização da vida social’ que suscita “atitudes de aversão ou desconfiança à participação de indivíduos ‘estranhos’ ao bairro (‘bairrismo’) e dificultando as parcerias” (ibidem).

Para impedir tal corporativismo territorial o autor sugere que o espaço deve ser um ‘fator de aglutinação’, sendo uma referência para a mobilização e a organização social, de tal forma, que “se transcenda a luta **de bairro** rumo a luta **a partir do bairro**” (ibidem, grifo do original). Complementando a reflexão o autor diz que “Tudo conspira para que o espaço seja, pelos atores, captado apenas em seu imediatismo material, como um ‘dado’, uma ‘coisa’. Em vez de ser apreendido holisticamente pelos sujeitos históricos, em vez de ser percebido na integralidade e na riquíssima dinâmica da sua produção, o espaço é apreendido parceladamente.” (idem, p. 299, grifo do original). Contudo, M. L. Souza não desvaloriza as possibilidades de tais lutas que “devido à própria lógica da negociação no interior da sociedade civil, logo, por causas políticas inerentes a uma dinâmica participativa, pessoas de um bairro podem, sim, acompanhar o que acontece nos bairros vizinhos distantes e ter uma visão da cidade em seu conjunto, pela necessidade ou conveniência de buscar e negociar apoios.” (idem, p. 542, grifo do original).

O autor supracitado destaca, ainda, que a constituição de circuitos econômicos

ao conceito de autonomia no qual o ente possui arbítrio e pode expressar sua vontade livremente.

alternativos, a criação de um ambiente cultural contestatório e um modo de vida autogestionário devem ser ressaltados. E é nessa direção que Harvey (2003, p. 131) também analisa tais forças sociais da atualidade

a construção de forças políticas (...) no âmbito de alguma estrutura institucional adequada torna-se assim a etapa mediadora crucial para levar a dialética das particularidades e das universalidades a interagir no cenário mundial marcado por desenvolvimentos geográficos desiguais. E a isso se resume presumivelmente ‘a adequada unificação’ de ‘certos interesses particulares’.

Buscamos aqui, apoiadas nesses autores, analisar a capacidade e a maneira de fazer política no lugar a partir das Associações de Moradores do Bairro. Já que, como vimos descrevendo, a tríade município, estado e federação parecem ineficientes para caminharmos em direção à justiça social da cidade (HARVEY, 1980), levantamos a hipótese das associações realizarem uma política cotidiana, ou seja, mais baseada nas relações de contiguidade, na proximidade, criando densidade comunicacional, informação ascendente, saber local e resistências do que os outros três níveis de organização do Estado. Inclusive em ambas leis de regularização do solo urbano, que analisamos no capítulo anterior, é permitido que as Associações de Moradores, se legalmente constituídas através dos seus registros dentro da norma do município, deem início ao processo de regularização.

Para essa análise descrevemos brevemente a organização, produção de materiais e atividades das Associações de Moradores (AM) de cada uma das regiões, mais detalhadamente da região do Jardim Campo Belo que apresenta mais conflitos nas relações entre as diversas AM que a compõe.

- **Região do Jardim Campo Belo**

As principais atividades das Associações se voltam para a luta pela regularização de terras, serviços de saúde (dentistas, especialidades médicas), eventos lúdicos (como feiras, festas), e para facilitar o acesso dos moradores aos projetos sociais de transferência de renda (PTR), alimentação (Prato Cheio), lazer (oficinas) e educação (grupos de acompanhamento) existentes na região e/ou no bairro sob sua liderança. Além disso, os líderes tem a possibilidade de participar da política municipal através da dos Conselhos dos órgãos municipais, das reuniões do Orçamento Participativo, dos Planos Locais de Gestão, entre diversas outras, todas opções com grandes limitações para uma participação minimamente democrática. A existência desses mecanismos não significa uma efetiva participação popular na política como notamos ao participar dessas atividades, mas em relação ao indivíduo é uma grande oportunidade para compreender os mecanismos do Estado. Apresentamos, na Foto 04, as sedes de duas Associações da região.

Foto 04 – Sede da Associação do bairro Campituba / Sede da Associação do bairro Itaguaçu ambas na região do Jardim Campo Belo em Campinas-SP

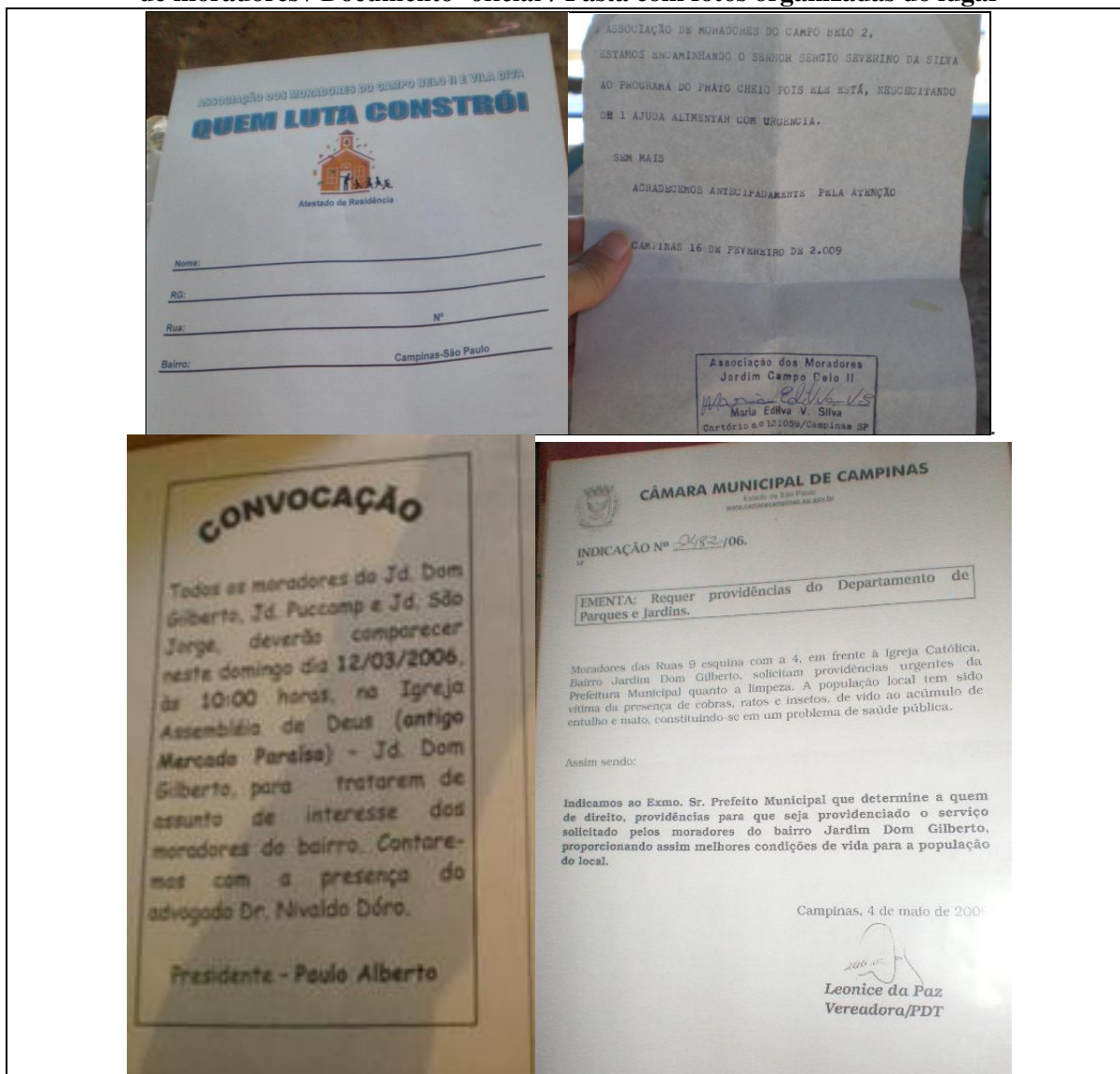


Fonte: Helena Rizzatti Fonseca (2010)

Na Foto 05 mostramos diversos documentos produzidos pelas associações para as famílias como, por exemplo, um comprovante de residência. Esses documentos possibilitam a admissão em empregos, abertura de conta bancária, atendimento nos

Módulos de Saúde e nas escolas, entrada de novas famílias nos programas de auxílio de renda, alimentação, e até o cadastro na *lan house* ou videolocadora. Tais documentos são repassados para a Administração Regional 6, órgão municipal responsável pelas Administrações Regionais apresentada no primeiro capítulo. Logo, trata-se do maior nível de formalidade da moradia existente no lugar e, apesar das ARs serem informadas, é totalmente controlada pelas associações. O mesmo vale para a região do Parque Oziel.

Foto 05 – Cadastro de residência / Pedidos para Administração Regional Convocação de moradores / Documento ‘oficial’/ Pasta com fotos organizadas do lugar





Fonte: Helena Rizzatti Fonseca (2010)

Na Foto 05 é possível ver também uma convocação para reunião da associação e uma pasta com fotos desde o início da ocupação. Algumas lideranças possuem um grande conhecimento da história do lugar, sabem a dimensão da população, dos novos e antigos moradores, do processo de aquisição das infraestruturas, das ações e atividades, entre diversas outras informações, principalmente da área que representam. Assim como buscam manter-se informados sobre os outros bairros e Associações tanto para manipular ao reproduzir as informações, quanto para solicitar mais infraestruturas e serviços para seu bairro. Há ainda lideranças, principalmente que estão a menos tempo exercendo essa função, que não possuem essas compreensões. Nesses casos acontece, inclusive, da população do bairro se organizar sem a presença e o conhecimento do líder para lutar por algum direito. A produção e legitimidade desses documentos nas áreas irregulares nos parece uma boa indicação de uma norma local compreendida por todos que moram na região. Como bem analisado por M. L. Souza (2011, p. 156):

as associações de moradores exercem o papel de agências de ‘intermediação jurídica’ (no sentido de uma juridicidade alternativa, não estatal) (...). Transação de compra e venda contam, (...) pelo Brasil a fora, com líderes de associações de moradores como testemunhas; as associações de moradores ‘oficializam’ tais transações e os documentos

daí decorrentes – muitas vezes um simples papel escrito à mão -, invocando um poder normativo e regulador geralmente reconhecido pelos moradores, por meio do carimbo da entidade e da assinatura de um representante seu. (...). É assim que a alquimia popular, ditada pela necessidade, determina, sob a mediação de uma instância microlocalmente reconhecida como possuindo legitimidade normativa também nesse terreno.

É importante lembrar que para a produção dos comprovantes de residência, de cartazes, panfletos e outros materiais que as Associações distribuem, é necessário que tenham acesso à tecnologia: computadores, impressoras, cartuchos, caixas de som, carros, motos etc. Com essas máquinas eles fazem diversos materiais de divulgação das ações e conquistas dos bairros, como boletins, panfletos, entre outros. Além disso, elaboram os documentos com pedidos para a região e seus moradores para serem protocolados nas instituições necessárias. Na Foto 06, abaixo, apresentamos a casa de um líder.

Foto 06 – Computadores usados para produzir material informativo na região do Jardim Campo Belo em Campinas-SP



Fonte: Helena Rizzatti Fonseca (2010)

A aquisição desses equipamentos de informática é possível devido ao salário que esses líderes recebem de vereadores da cidade, ou através de atividades com fins lucrativos que organizam (rifas, festas etc). A principal forma de ‘compra’ de lideranças é via financiamento por parte de vereadores do município, e isso ocasiona importantes conflitos na região. As Associações que aceitam esses financiamentos também aumentam as chances de fazer com o poder público municipal tenha conhecimento das suas lutas e podem, até, conseguir alguns ganhos com mais facilidade do que as lideranças que se mantêm afastadas dessa relação cheia de ‘favores’. É uma forma de acelerar o tempo lento vivido pelo lugar e dá origem a disputas acirradas para se aproximarem do poder do Estado através, principalmente, da candidatura de líderes para vereador/a. As duas regiões têm um vereador eleito em exercício e ambos recebem diversas críticas publicadas pela mídia corporativa devido, principalmente, ao clientelismo.

As informações produzidas e veiculadas pelas associações são de diversas naturezas: comercial, eventos, feiras, igrejas, política local, dentre outras; podem ser veiculadas através de papel sulfite, jornal, programa de rádio, carro de som, blogs, entre outros, adquiridos ou pagos pela AM. A divulgação de outros tipos de comunicados e eventos ligados a qualquer Associação da região é feita, também, nos pontos de maior fluxo com materiais que já foram apresentados acima. Na Foto 07, na sequência, mostramos o mural de recados da mercearia de uma liderança usado também para esse fim.

Foto 07 – Mural de recado no bairro Jardim Campituba na região do Jardim Campo Belo em Campinas-SP



Fonte: Helena Rizzatti Fonseca (2010)

Trata-se da produção e difusão de informações ascendentes (M. SANTOS, 2000a [1987]). M. L. Souza (2006, p. 228) afirma que “é importante ressaltar a necessidade de saber lidar com a informação, dando-lhe um sentido, uma finalidade (...). Daí a importância de valorizar aquele que aprende a usar a informação, pois esta ajuda na organização dos saberes, permite identificar falhas”.

E, como realça M. Santos (2000a [1987]), o acesso às técnicas do período é um fator indispensável de ser considerado e deve-se buscar os novos usos dados a essas técnicas. O autor ressalta que “o computador, símbolo das técnicas da informação, reclama capitais fixos relativamente pequenos, enquanto seu uso é mais exigente de inteligência (...) e torna-se possível sua adaptação aos mais diversos meios.” (idem, p. 164). Trata-se de um importante agente produtor e difusor de uma informação que se constitui como *ascendente* e que pode apontar tanto para um uso resistente e libertador da população local, como para a garantia de privilégios. É o uso que indicará o quão desalienador pode vir a ser essa função dos líderes.

As lideranças relatam que mantém constante contato com as associações da região

do Parque Oziel, como já vimos em outras passagens desse trabalho. Alguns líderes afirmam que nunca aceitaram a intervenção do MST pois consideram, por exemplo, que este movimento levanta a bandeira de luta por outras questões mais complexas do que as lutas travadas pelos líderes do Jardim Campo Belo. Um deles diz que *“a gente quer a propriedade do terreno e de nossas casas”*. Outras lideranças fizeram parcerias com o movimento quando possível e necessário. Relatou-se, também, que o processo da luta pela propriedade da terra e de todas as lutas que têm sido travadas entre a região e a prefeitura é difícil, demorada e pouco perceptível no seu processo de construção, logo, desmobilizadora. Eles dizem, ainda, que a comunicação entre as lideranças do lugar e entre eles e a prefeitura (principalmente através da Administração Regional) é constante.

Não é possível afirmar que há um planejamento do lugar como um todo intencionalmente, mas há compartilhamento da compreensão do que é esse lugar, dos seus problemas e principais conflitos. Observamos, em algumas lideranças, um entendimento ainda maior do que a extensão do lugar inclusive através do estabelecimento de vínculos e relações com lideranças de toda a periferia de Campinas e também com outras cidades da RMC, principalmente Indaiatuba que faz fronteira com a região.

Se adentrássemos as fronteiras da Antropologia seria possível compreender melhor a constituição dessas diferentes lideranças. Há líderes com grande compreensão da sua situação e do lugar, dos agentes hegemônicos, da realização de lutas e atividades; enquanto há lideranças com pouquíssima compreensão, muitas vezes manipuladas por outros líderes e com pouca capacidade de organização. Compreender melhor esse jogo de forças entre esses agentes hegemônicos pode auxiliar na constituição da resistência provinda do lugar e, talvez, na formulação de uma regionalização do cotidiano que dê representatividade política para esses lugares. Talvez, assim, seja possível uma forma mais eficiente para a participação política em busca de alguma democracia.

Vamos apresentar, na sequência, a região do Parque Oziel destacando os elementos que se diferenciam do Jardim Campo Belo.

- **Região do Parque Oziel**

Dentre as três associações existentes na região (Jardim Monte Cristo, Jardim do Lago e Parque. Oziel que administra também o Vila Taubaté) apenas uma possui sede, as outras é a própria casa da liderança que assume esta função. A não separação de um espaço para a sede da associação facilita a cooptação por parte do/a líder da função que ele cumpre, que deveria ser momentânea, mas todos os líderes da região estão nessa função há mais de dez anos. Dentre essas três lideranças duas são mulheres⁵⁹, no Jd. do Lago e no Jd. Monte Cristo. Apresentamos, na Foto 08 abaixo, a sede de uma Associação da região.

Foto 08 – Associação de Amigos do Bairro do Parque Oziel em Campinas-SP



Autoria: Jornal Correio Popular (2011)

Nenhuma dessas lideranças havia participado de outro processo de ocupação no transcorrer de sua vida. Com isso, elas vão aprendendo durante o processo de ocupar e

⁵⁹ Não é raro ter mulheres na posição de liderança das Associações em relação à majoritariedade masculina nos cargos políticos, mas é uma exceção ser maioria como ocorre no Parque Oziel. Mesmo no Jardim Campo Belo é constante a presença de mulheres na liderança, porém lá são minoria, mas são, em todos os casos, o tipo de liderança com grande conhecimento da região e dos seus moradores, bastante conhecidas pela população do bairro e envolvidas com as causas políticas que representam mesmo que, em alguns casos, seja em busca de reconhecimento e poder individual ou familiar. Nas reuniões do Orçamento Participativo ou para produção dos Planos Locais de Gestão, que pudemos estar presente algumas vezes, é notável a presença de mulheres. Consideramos que isso pode ser uma pista para pensarmos esse importante agente social hegemonizado, entretanto não tivemos como fazer isso nesse trabalho.

adquirir direitos sobre a política da cidade, as formas de realizar atividades, como e porque divulgar informações, entre outras coisas. Assim, nos parece que o surgimento de novas lideranças tende a ocorrer apenas numa nova ocupação. Realizar e manter uma ocupação é uma luta para uma vida toda, e transmitir todo esse conhecimento para novos moradores, que raramente estão interessados em aprender, parece ser um grande desafio. Vemos aqui mais uma demonstração da intermitência da constituição da densidade comunicacional. Consideramos parte do processo de desalienação essas arestas, pois compreender a perversidade do processo de globalização e agir contra o mesmo é extremamente difícil e desgastante, ainda mais, para uma população sem acesso aos seus nenhum dos seus direitos. Entretanto, a força daqueles que realizam essa luta existe, como estamos mostrando nesse estudo, e é capaz de atingir e transmitir suas vitórias para fortalecer as próximas lutas possibilitando, a cada conquista, compreender melhor como combater as ações dos agentes hegemônicos.

São as lideranças que estão atentas às políticas municipais para poderem requisitar direitos que caibam às áreas que representam. Por exemplo, são os líderes que voluntariamente participam das reuniões para elaboração dos Planos Locais de Gestão podendo contribuir com seus saberes sobre a região onde vivem, entre outros eventos políticos importantes. E para fazer isso é preciso agregar conhecimento sobre a política municipal o que exige investimento de tempo para adquirir. Como ressalta M. L. Souza (2006, pp. 261 e 267)

O ‘saber local’ dos moradores e usuários de um dado bairro formal ou de uma determinada favela pode conter, além de um rico acervo de informações empíricas, tanto ou mais bom senso que a interpretação de um técnico ou estudioso dos problemas urbanos. (...) os ativismos sociais devem procurar gerar seus próprios dados e informações, cooperando entre si (...) para darem lastro e suporte às suas críticas e (contra) propostas; não se devem fiar completamente no aparelho do Estado e dele ficar à mercê para obterem as informações que nortearão sua leitura da realidade.

Nessa região também ocorre a produção de documentos e de materiais informativos por parte das lideranças que podem ser financiadas por vereadores específicos ou adquirir verbas por outras vias, como já explicamos. E é a luta pela regularização das casas a

principal bandeiras dos líderes. Mantemos, apesar disso, nossa compreensão de que: o objetivo final ser a propriedade do terreno pode simplificar a questão, mesmo assim consideramos um grande avanço essa luta. Lembremos que antes de se constituir a Assembleia do Povo essas lutas eram voltadas para a aquisição de pequenos direitos, como: torneiras, pavimentação, luz elétrica etc. E o grande destaque da AsP se deve exatamente à bandeira pela regularização, que demonstrou uma melhor análise da situação da população que se organizou. Não desvalorizamos, de forma nenhuma, essa luta, apenas lembramos que ela é parte do processo e não pode ser o fim. Como nos atina M. L. Souza, essa pode ser uma etapa da luta:

tal processo pode ter, como primeiro degrau, a preocupação de defender situações individuais ameaçadas e que se deseja reconstituir, retomando o consumo e o conforto material como o principal motor de uma luta, que, desse modo, pode se limitar a novas manifestações de individualismo. É num segundo momento que tais reivindicações, fruto de reflexão mais profunda, podem alcançar um nível qualitativo superior, a partir de um entendimento mais amplo do processo social e de uma visão sistêmica de situações aparentemente isoladas. O passo seguinte pode levar à decisão de participar de uma luta pela sua transformação, quando o consumidor assume o papel de cidadão. Não importa que esse movimento de tomada de consciência não seja geral, nem igual a todas as pessoas. O importante é que se instale. (M. L. SOUZA, 2006, p. 138)

Por fim, destacamos a existência de organizações que transpassam as áreas de ocupação e atingem outras escalas. Há uma nova organização social em Campinas chamada ‘Levanta Povo’ que tem o seguinte *slogan* ‘uma rodovia ligando ideias’, trata-se da Rodovia Santos Dumont. Esse *slogan* se deve ao fato de boa parte dessa região Sul ter se constituído a partir de ocupações urbanas, clandestinidades e lutas. Como já destacamos anteriormente, os importantes bairros da região Sul foram ocupações ou eram loteamentos clandestinos que foram regularizados através da lei elaborada pela Assembleia do Povo. Fazem parte dessa organização jovens, adultos e idosos, lideranças e militantes que residem em algum dos bairros da região Sul, como: Jardim das Bandeiras, São José, Vila Mimosa, Jardim Itajaí, Itatinga, Parque Oziel, Jardim Fernanda, entre muitos outros. As principais ações realizadas são voltadas para o lúdico: saraus, festas, feiras, eventos, tudo em prol da cultura popular daqueles que construíram a cidade de Campinas com suas próprias mãos.

Há ainda a organização em escala nacional das Associações de Moradores, a Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM) da qual participam algumas lideranças das duas regiões. Essa confederação foi instituída no ano de 1982 e teve momentos de maior e menor importância na política nacional, porém não aprofundamos o estudo sobre ela.

Consideramos, pois, esse agente social um dos estruturadores da permanência das ocupações, com importância inigualável dentre os agentes hegemônicos devido a todos os elementos que vimos apresentando. E concordamos com a seguinte indicação para manutenção dessas organizações que realizam atividades e ações em prol da cidadania e de uma globalização mais humanizada, em detrimento da globalização perversa e da urbanização corporativa:

Na realidade, uma coisa são as organizações e os movimentos estruturados e outra coisa é o próprio cotidiano como um tecido flexível de relações, adaptável às novas circunstâncias, sempre em movimento. A organização é importante, como o instrumento de agregação e multiplicação de forças afins, mas separadas. Ela também pode constituir o meio de negociação necessário a vencer etapas e contar um novo patamar de resistência e de luta. Mas a obtenção de resultados, por mais compensadores que pareçam, não deve estimular a cristalização do movimento, nem encorajar a repetição de estratégias e táticas. Os movimentos organizados devem imitar o cotidiano das pessoas, cuja flexibilidade e adaptabilidade lhe asseguram um autêntico pragmatismo existencial e constituem a sua riqueza e fonte principal de veracidade. (M. SANTOS, 2000a [1987], p. 134)

No próximo item apresentamos a produção e a difusão de informações ascendentes a partir das ocupações de terras urbanas estudadas devido à importância que esse elemento traz para a compreensão da força da comunicação e do saber local para a constituição das contra-racionalidades que constroem a periferia pobre da cidade.

3.3 A produção e a difusão de informações ascendentes: a informação e a densidade comunicacional

Nas metrópoles brasileiras vemos se organizar diversas ações pautadas na proximidade, no cotidiano e na comunicação que possibilitam a realização de ações e eventos inesperados, possíveis por novos usos do espaço. Para continuarmos a análise dessas contra-racionalidades faz-se necessário expormos como entendemos esses elementos constituidores dos círculos de informações ascendentes.

Para compreendermos a produção e a difusão da informação ascendente nos territórios analisados faz-se necessário abordar e construir um entendimento inicial da informação, do conhecimento, do saber e da comunicação. Todas essas dimensões-conceitos só existem na realidade de forma híbrida, sendo o isolamento delas um recurso analítico para tentarmos entender seus desdobramentos na realidade.

Podemos considerar que “o conhecimento é o resultado de um aprendizado social, pois que ele é antes de tudo conhecimento das determinações socialmente constituídas” (GORZ, 2005, p. 79). O saber, por sua vez, está mais relacionado com a capacidade de cada um de aprender a partir das situações do cotidiano. De acordo com Gorz (2005, p. 12), o saber é composto pela “atividade social que constrói relações comunicativas, não submetidas a um comando”. Nota-se, então, uma diferença essencial entre os saberes e os conhecimentos: enquanto estes últimos podem se voltar a atender à ação hegemônica, os saberes valorizam e provém do cotidiano e respondem às necessidades que nele surgem, sendo, muitas vezes, uma maneira de resistir às ordens vindas de fora do lugar (M. SANTOS, 1996).

A comunicação, de acordo com Raffestin (1993), acontece por meios interpessoais e informais, considerados meios de grande valor, por serem capazes de criar novos conteúdos no espaço geográfico, dificilmente controlado. Já para M. Santos (1996), comunicar é o ato de colocar em comum e, para tanto, se faz necessário que os indivíduos compartilhem experiências, vivam cotidianos parecidos, logo, a comunicação necessita de um território contíguo, assim como, a densidade comunicacional. Como também nos fala Alves (2010, p. 07)

Da comunicação entre os indivíduos, acreditamos emergir formas de pensar e agir no território a partir de um projeto alternativo à racionalidade hegemônica. A informação e a comunicação têm capacidade de ordenação social, (...) ou seja, são entes de fundamental importância no contexto urbano contemporâneo. Daí a nossa inquietude para compreender o papel das densidades informacionais-comunicacionais no lugar, bem como com as possibilidades da comunicação no período em curso.

Por outro lado, de acordo com Gonçalves (1994), “o conceito de informação pressupõe um estado de consciência sobre fatos ou dados”, ou seja, a partir do dado ou fato bruto constrói-se um entendimento do mesmo. Como esclarece Mattelard (2005), para informar é necessário a instalação das tecnologias da informação, ou seja, de canais que permitam a transmissão da informação, sem a necessidade da existência de laços em comum entre os indivíduos, e possível de ser controlada sua difusão. M. Santos escreve que

A informação é privilégio do aparelho do Estado e dos grupos econômicos hegemônicos, constituindo uma estrutura piramidal. No topo, ficam os que podem captar as informações, orientá-las a um centro coletor, que as seleciona, organiza e redistribui em função do seu interesse próprio. Para o demais não há, praticamente, caminho de ida e volta. São apenas receptores, sobretudo os menos capazes de decifrar os sinais e os códigos com que a mídia trabalha (M. SANTOS, 2000a [1987], p. 127).

Consideramos, assim, que o saber local e a comunicação são importantes elementos constituidores dos círculos de informação ascendente. Enquanto os círculos de informação descendente estão diretamente relacionados à dotação do território de tecnologias da informação que permitam a chegada desses círculos nas diferentes parcelas da cidade.

Devido a essa possibilidade de controle das técnicas que possibilitam a recepção e a difusão das informações, a transformação desse bem comum em uma mercadoria tornou-se possível. Entretanto, trata-se de uma mercadoria não-material, logo, de difícil determinação do valor de troca (GORZ, 2005).

De acordo com M. Dantas (2003) até pouco mais de 1950 uma boa parte desse capital-informação era tratada, de forma geral, “como recurso, ou bem público” (idem, p. 28, grifo do original). Assim como os meios de difusão da informação (telecomunicação e radiodifusão) “eram igualmente considerados infraestrutura de natureza pública, sendo

diretamente controlados pelo Estado” (ibidem, grifo do original), pois sabia-se já que o controle dessa informação por alguns agentes impediria uma alocação ‘ótima’ de investimento e gasto para o consumo, sendo prejudicial ao próprio mercado a desigualdade de acesso a tal recurso. Nas palavras de Mattelard (2005, p. 15) “A informação e o saber são cada vez mais tratados como um bem imaterial e apropriável.”. Este autor diz ainda que:

Tecnicamente, hoje, nunca se esteve tão próximo (...) dos precursores do mundialismo solidário. Mas a distância permanece enorme entre as capacidades virtuais da técnica e a exeqüibilidade geopolítico-econômica de sua mobilização, a serviço da luta contra as desigualdades sociais (...). O caráter estruturante das novas tecnologias (...) contribui para trazer à tona o alinhamento dos produtores de conhecimento e de informação sobre as dinâmicas dominantes. (MATTELARD, 2005, Pp. 4 e 22).

Lojkine (1995) também nos atenta para a importância da partilha da informação por toda a sociedade, sendo a sua concentração uma perversidade para com a sociedade mundial. O autor diz que

é preciso (...) reconhecer a gravidade da situação que, hoje, opõe os detentores quase exclusivos de informações estratégicas, as poucas metrópoles que concentram os grandes centros de pesquisa e de formação, à massa dos países, onde ainda impera o analfabetismo e que se arriscam a ser excluídos das economias da informação (...) o desafio central [em escala mundial] da revolução informacional: *a partilha da informação, da qual a apropriação privada e o monopólio social são também uma fonte de ineficácia e de paralisia mesmo para aqueles que a monopolizam.* (...) Os serviços informacionais não estão isolados na esfera do material – ao contrário, requisitam suportes físicos, verdadeiros meios de consumo coletivos, que remetem a um consumo que não é final nem produtivo, mas que, no entanto, intervém de modo decisivo no crescimento e na produtividade global do trabalho (LOJKINE, 1995, Pp. 236, 237 e 259, grifo do original).

M. Santos e M. L. Silveira (2001, p. 93) enfatizam que “Estariamos autorizados (...) a entender a informação como um recurso, com áreas de abundância e áreas de carência” e, como um recurso, está distribuído de forma desigual pelo território constituindo os espaços luminosos e os espaços opacos. A produção da informação, segundo esses autores, envolve a dimensão do conhecimento técnico e a dimensão da política.

Vamos a análise da produção de informações ascendentes nas ocupações de terras urbanas estudadas.

- **Região do Jardim Campo Belo: *lan houses* e o jornal ‘Folha Vip-Viracopos’**

Nesse item destacamos a existência das *lan houses* por ser a principal forma de acesso à internet na região do Jardim Campo Belo. Lojkin (1995) reflete que o desenvolvimento das Novas Tecnologias da Informação (NTIs), como os computadores pessoais usados nas *lan houses*, tem como impulso estabelecer conexões densas e interativas entre todos os setores de atividade (ibidem, p. 229), logo, entre todos os circuitos espaciais produtivos⁶⁰ e todos os círculos de cooperação. Os homens criaram e criam constantemente novos usos e objetivos para as NTIs que escapam ao controle dos agentes hegemônicos.

A distribuição pelo território das tecnologias da informação são controladas pois o uso de tais técnicas só é possível com a organização do território, a partir da instalação das materialidades que permitem a recepção e a difusão das informações. Nas palavras de Lojkin (ibidem, p. 259) “é extremamente significativa a tessitura financeira dos principais grupos industriais que controlam as infra-estruturas urbanas, uma vez que engloba tanto transportes, abastecimento de água, esgotos, quanto fibras óticas, vídeo sistemas de programação e a telecomunicação.”. Como também esclarece Mattelard (2005), para informar é necessário a instalação das tecnologias da informação, ou seja, de canais que permitam a transmissão da informação, sem a necessidade da existência de laços em comum entre os indivíduos, e possível de ser controlada sua difusão. Como escreve M. Santos (2000b) o acesso às técnicas do atual período histórico é um fator indispensável de ser considerado e deve-se buscar os novos usos dados a essas técnicas. O autor ressalta que “o computador, símbolo das técnicas da informação, reclama capitais fixos relativamente pequenos, enquanto seu uso é mais exigente de inteligência (...) e torna-se possível sua adaptação aos mais diversos meios.” (idem, p. 164).

⁶⁰ De acordo com M. Santos (1999) trata-se dos circuitos da produção material, enquanto os círculos de cooperação compreendem as produções imateriais.

As *lan houses*, pontos de comércio onde a mercadoria vendida é o acesso ao computador e à internet, estão presentes nas principais ruas da região do Jardim Campo Belo e são de diversas formas, embora com algumas características que predominam: trata-se de fixos de pequeno porte, equipados com até dez computadores conectados à internet e o valor da hora varia de dois a três reais. Os donos desses fixos são moradores da região que usam parte da própria casa para o comércio ou alugam uma casa para tal; os computadores são, em geral, máquinas de ‘segunda-mão’ compradas por preços inferiores aos do mercado formal. Esses fixos são frequentados principalmente pelos adolescentes e jovens da região em busca de entretenimento, mas o fluxo diário de pessoas não é alto e não pode ser definido pelos donos que entrevistamos.

A recepção do sinal de internet é feita principalmente via rádio, e poucas dessas casas possuem acesso através da tecnologia 3G. Com base nesse contexto, ressaltamos que nenhum desses fixos possui acesso ao sistema de internet denominado como Banda Larga, pois este sinal não atinge a Região Sul de Campinas. Na Foto 09, abaixo, apresentamos uma das *lan houses* existentes na região do Jardim Campo Belo.

Foto 09 – Lan House na região do Jardim Campo Belo em Campinas-SP



Fonte: Helena Rizzatti Fonseca (2009)

Dando sequência à análise, um jornal comercial produzido na região do Jardim Campo Belo intitulado ‘Folha Vip-Viracopos’. Neste jornal são publicadas apenas propagandas de comércios da região e há um pequeno classificado, no qual são anunciados terrenos e casas à venda (Figura 18). Há propagandas de outros bairros fora da região do Jardim Campo Belo, porém todos se localizam na Região Sul de Campinas.

Figura 18 – Título e classificados do jornal produzido pelos comerciantes da região do Jardim Campo Belo (Campinas-SP)

FOLHA VIP-VIRACOPOS
 "Até aqui nos ajudou o Senhor" EBENEZER
 Que Deus possa iluminar a todos no ano que se aproxima Feliz 2009 !!!
 Para Anunciar e-mail: folhavip@hotmail.com ou
 2008 ANO 01 EDICAO Nº 04
 1.000 EXEMPLARES

Jardim Campo Belo PÁGINA 07

SIDENIR IMÓVEIS
 QUEM COMPRA TERRA NÃO ERRA III!
 www.sidenirimoveis.hpgvip.com.br
 sidcs@ig.com.br
 VENDE-COMPRA-ADMINISTRA
 Fones (19) 3225-8962 / (19) 3225-5378
 Corretor / Sidenir
 CRECI 51384-5
 Escritório
 Av. José Arnaldo Amâncio, 174 - Jd S. Domingos - CEP : 13.053-341

classificados Casas / Terrenos

Casa c/ 4 dormit./sala/coz. e banh.moleza....S. Domingos (facilito).....R\$120 Mil Fones (19) 3225-8962 / (19) 3225-5378	Casa c/ 2 dorm./ 2 banheiros lote de 201 m² (reformada) (facilito).....R\$ 52 Mil Fones (19) 3225-8962 / (19) 3225-5378
Casa c/ 2 dormitórios/piscina churrasqueira c/ planta e habits R\$ 75 Mil Fones (19) 3225-8962 / (19) 3225-5378	Terreno de 175m²- V.Palmeiras (entr. R\$ 7 Mil + 24 x R\$ 300,00 mês ou R\$12 Mil Fones (19) 3225-8962 / (19) 3225-5378
Casa c/ 5 cômodos + salão comercial R\$65 Mil Fones (19) 3225-8962 / (19) 3225-5378	Terreno de 280 m² V.Palmeiras Continuação....R\$ 13 Mil Fones (19) 3225-8962 / (19) 3225-5378
Casa c/ 3 dormit./lote de 240 m² ac carro novo.(parcelo) R\$ 50 Mil + parcelas R\$85 Mil Fones (19) 3225-8962 / (19) 3225-5378	Terreno c/ 350 m² R\$ 28 Mil Fones (19) 3225-8962 / (19) 3225-5378
Casa 2 dormitórios/comercial (em ótima rua) R\$65 Mil Fones (19) 3225-8962 / (19) 3225-5378	Terreno c/ 420 m² S. Domingos R\$ 30 Mil Fones (19) 3225-8962 / (19) 3225-5378

Fonte: Helena Rizzatti Fonseca (2009)

O jornal é organizado pelos comerciantes do lugar, sem uma regularidade na sua publicação. Para financiar essa produção, um grupo de comerciantes fica responsável por arrecadar o dinheiro (cobra-se R\$ 10,00 por anúncio) e as propagandas e levá-las para publicação, normalmente em uma gráfica de Campinas. Cada comerciante elabora sua propaganda por diversos meios: alguns pagam terceiros para a elaboração, alguns fazem sozinhos em computadores na própria casa ou do próprio comércio ou de conhecidos.

A começar pelo título do jornal notamos certa conformidade com a visão da região construída pela mídia corporativa e pelo poder público municipal que associam a região do Jardim Campo Belo ao aeroporto e suas dinâmicas, reduzindo o cotidiano dos seus moradores à proximidade desse macrofixo de transporte. Apesar disso, trata-se de uma forma de comunicação produzida através da apropriação das novas tecnologias da informação e é um material organizado pelos moradores do lugar e sobre o lugar. Consideramos um exemplo de informação ascendente que permite compreender o território onde é produzido e distribuído.

O acesso às tecnologias da informação e a readaptação dessas técnicas ao meio em que são implantadas estão sempre presentes nessas atividades. Sem perder de vista que tudo isso é motivado pelo interesse no consumo, primeiramente remete à luta pela sobrevivência que, por si só, é uma resistência aos interesses e às forças verticais da urbanização corporativa de Campinas.

Na sequência realizamos a mesma análise na região do Parque Oziel.

- **Região do Parque Oziel: rádio comunitária ‘Eloy’ e jornal ‘Em Destaque’**

Há na região do Parque Oziel menos de dez *lan houses* e decidimos por não definir um número exato desses fixos pois suas instalações são inconstante, abrindo e fechando o tempo todo pela região. Esses fixos funcionam como estabelecimentos comerciais que estão intimamente ligados ao circuito inferior da economia urbana⁶¹. Instalados em casas alugadas, ou em uma parcela da casa em que reside o dono, são colocados alguns computadores, no máximo seis, de ‘segunda-mão’ e o valor da hora de uso varia de um a três reais. A internet utilizada provém principalmente do sistema de Banda Larga, são também utilizados o sistema 3G e o sinal via rádio e telefone. Nesses comércios costumam ser vendidas outras mercadorias, como CD e DVD de filmes e vídeo-*games* ‘piratas’.

Relembramos que são poucas as casas na região que possuem computadores e acesso à internet o que torna importante a existência desses fixos no lugar para a democratização da informação e o direito à comunicação. Além disso, como pudemos observar e foi até relatado por um líder de bairro “igreja e *lan house* viraram peste na periferia”. Trata-se de um novo conteúdo do espaço geográfico que deve ser estudado e analisado com atenção pelas novas possibilidades que traz à sociedade.

Outro elemento interessante encontrado por nós na região do Parque Oziel é a rádio comunitária Eloy. Essa rádio foi montada pelo Sr. João, em Agosto de 2002, e começou como seguimento evangélico. Porém, pouco tempo depois, com o conhecimento da ABRAÇO-Campinas (Associação Brasileiro de Rádios Comunitárias) da existência da rádio e a partir de conversas com membros da associação, o Sr. João decidiu abrir a rádio para todos aqueles que quisessem utilizá-la transformando-a de rádio evangélica em rádio

⁶¹ M. Santos (1979), autor da teoria dos circuitos da economia urbana para os países de Terceiro Mundo, explica que “esse circuito é o verdadeiro fornecedor de ocupação para a população pobre da cidade e os migrantes sem qualificação. (...). Trata-se, antes de tudo, de sobreviver e assegurar a vida cotidiana da família, bem como tomar parte na medida do possível, de certas formas de consumo particulares à vida moderna.” (M. SANTOS, 1979, p. 35). M. Santos destaca os seguintes atributos de tal circuito: “formado por atividades de pequena dimensão e interessando principalmente às populações pobres é, ao contrário, bem enraizado e mantém relações privilegiadas com sua região.” (idem, p. 16). Trata-se de atividades localmente adaptadas, com pouca utilização da publicidade e dependente de um sistema de crédito pessoal, entre diversas outras características (idem, p. 33).

comunitária⁶².

O sinal da rádio cobre uma área com raio de dez quilômetros, atingindo principalmente toda a Região Sul de Campinas, transmitida para os bairros ao redor do Parque Oziel como o Jardim São José, o Jardim Itajaí, o Jardim Bandeira e chegando até a região do Jardim Campo Belo, porém não atinge a parcela Sudoeste e Noroeste que também compõem a Macrorregião Sul. A rádio possui um telefone para o público se comunicar com os radialistas demonstrando, para seus organizadores, a receptividade do público em relação aos programas. A rádio recebe em torno de setenta ligações por dia e através dessa participação também é possível afirmar a existência de ouvintes distribuídos por toda a Região Sul. De acordo com o Sr. João em toda essa Região que a rádio cobre não há nenhuma outra rádio comunitária, há apenas algumas de segmento evangélico⁶³. Para ele o perímetro atingido pela rádio é suficiente não havendo necessidade de um transmissor de maior potência. Apresentamos abaixo a Foto 10 da rádio Eloy.

⁶² De acordo com Luz (2001) a rádio livre é aquela montada por uma pessoa ou grupo com interesses próprios. Pode ser de esquerda, direita, comercial, anarquista, católica... Foram elas que deflagraram o processo de democratização dos meios de comunicação no país e no mundo. Enquanto a rádio comunitária é uma emissora administrada por um conselho da comunidade, sem fins lucrativos; não pertence a religião, partido ou empresa; seu objetivo maior é o desenvolvimento da comunidade. Conforme a legislação, a rádio comunitária opera em FM. Ela deve ser plural e democrática — tem que abrir espaço para todas as pessoas, todos os partidos, todas as religiões. Não pode fazer proselitismo religioso (propaganda religiosa, catequese). A religião pode pertencer ao conselho comunitário, mas não pode ser a entidade única no conselho, para não caracterizar a propriedade.

⁶³ Um estudo interessante sobre as rádios da Região Metropolitana de Campinas foi feita por Alves (2008) e nesse trabalho o autor confirma a maior concentração das rádios livres e comunitárias nas periferias pobres da cidade de Campinas e a predominância do segmento evangélico entre elas.

Foto 10 – Interior da Rádio Eloy em Campinas-SP



Autoria: Helena Rizzatti Fonseca (2011)

Para a montagem da rádio o Sr. João relatou que não é necessário muito equipamento e o capital inicial de investido é baixo. O computador, a mesa de controle e outros objetos mais simples (telefone e tocador de vinil, por exemplo) podem ser comprados em Campinas mesmo; e os equipamentos mais especializados, como o transmissor e a antena, são comprados na cidade de São Paulo. Devido aos problemas de legalidade da rádio o transmissor é instalado distante do local da transmissão, atitude recorrente com o desenvolvimento dessa tecnologia. De acordo com o Sr. João montar uma rádio é fácil, o desafio é fazê-la permanecer existindo devido à ausência de ‘material humano’ que a alimente. Ou seja, faltam pessoas interessadas em fazer programas na rádio, em ouvi-la, enfim alimentá-la para que permaneça existindo. Apresentamos abaixo (Foto 11) uma rua do bairro com casas que teriam capacidade de receber a instalação de uma rádio, nota-se como tal tecnologia pode se adaptar a diferentes ambientes da cidade.

Foto 11 – Casas localizadas no bairro Parque Oziel em Campinas-SP



Autoria: Helena Rizzatti Fonseca (2011)

De acordo com o Sr. João, a rádio não sofre muita repressão policial pois é aberta a todos que quiserem participar dela, sejam moradores, políticos, a própria polícia, entre outros. Ele apenas costuma conversar um pouco com a pessoa antes de permitir sua fala na rádio para ter uma noção de quais são as ideias que pretende transmitir via espectro eletromagnético, ou seja, pelo ar. Essa constatação de que a rádio não é reprimida por ser aberta a todos foi frisada diversas vezes pelo Sr. João e é de grande importância, pois aí reside a principal diferença entre uma rádio comercial e uma rádio comunitária ou uma rádio livre.

A manutenção da rádio é possível via publicidade, ou seja, as pequenas empresas que divulgam vinhetas na rádio pagam um valor que varia bastante de acordo com o horário e o tempo da vinheta. Trata-se de mais uma dinâmica do circuito inferior da economia urbana dessa parcela Sul da cidade, pois apenas os comércios localizados nessa região fazem essas propagandas.

Os programadores são voluntários e podem tocar o que quiserem, porém o Sr.

João pede a cada programador que tente utilizar um pouco do seu tempo com novidades do mercado, pois se eles mantêm apenas o repertório que conhecem sem incluir novidades a rádio fica defasada com rapidez, não participariam da programação o repertório médio transmitido nas rádios comerciais e que acabam por ‘agradar’ aos ouvintes. A rádio possui uma programação permanente que expomos na Foto 12 a seguir.

Foto 12 – Programação da Rádio Eloy em Campinas-SP



Autoria: Helena Rizzatti Fonseca (2011)

São transmitidos pela rádio, todas as manhãs, os classificados dos jornais da cidade; há também a retransmissão do programa do governo federal Prosa Rural que é enviado pelo governo federal por correio a cada seis meses; são divulgados ainda problemas e acontecimentos da região do Parque Oziel e de toda área que a rádio atinge (como cachorros que são perdidos, documentos encontrados e eventos na região).

O Sr. João nos relatou ainda que já teve um canal de televisão transmitido a partir da região do Parque Oziel durante seis meses, entretanto diz que esse meio é o que mais exige ‘matéria humana’ qualificada que está cada vez mais em falta. Por essa razão não foi possível manter funcionando o canal. Ele relata que para montar um canal de televisão

também não há dificuldade para aquisição das tecnologias necessárias, grande parte pode ser adquirida em Campinas mesmo.

O Sr. João produz ainda, desde 23 de Janeiro de 2011, o jornal local nomeado ‘Em Destaque’. Apresentamos a página de rosto de um deles (Figura 19).

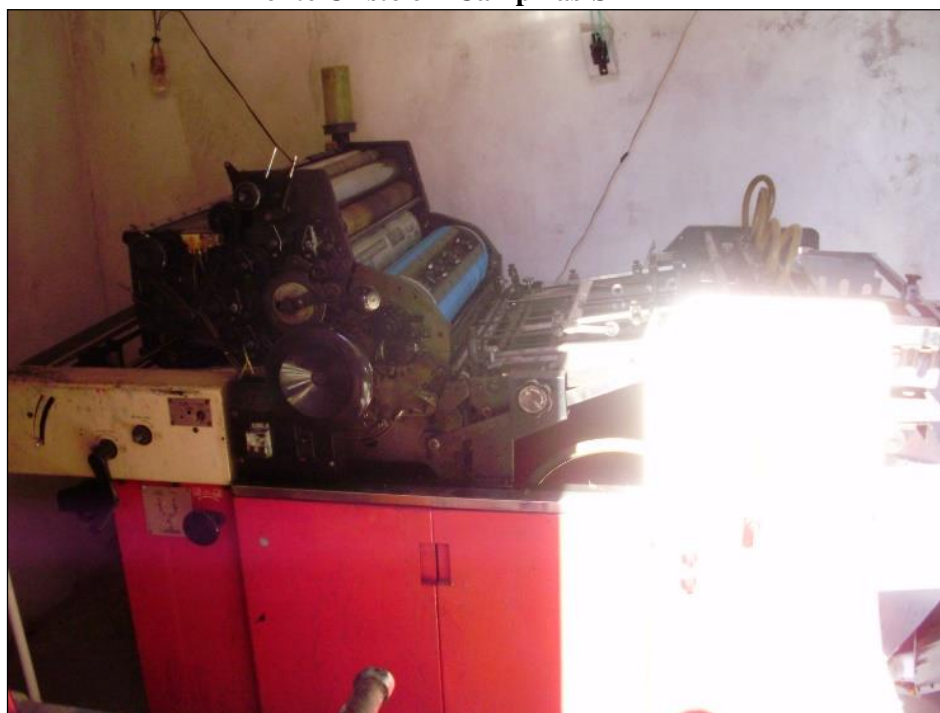
Figura 19 – Título jornal ‘Em Destaque’



Fonte: Jornal ‘Em Destaque’ (2011)

Os primeiros quatro números foram produzidos apenas por ele com o uso da máquina que expomos na fotografia abaixo (Foto 13). Hoje em dia mais uma pessoa o ajuda a organizar o jornal.

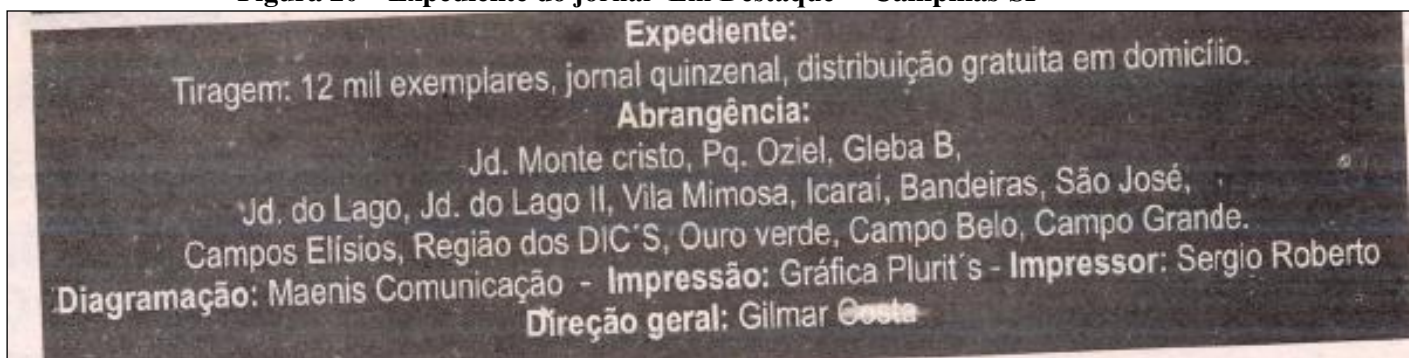
Foto 13 – Máquina utilizada para impressão do jornal ‘Em Destaque’ localizada no Jardim Monte Cristo em Campinas-SP



Autoria: Helena Rizzatti Fonseca (2011)

São feitas tiragens de doze mil exemplares cada que são distribuídas gratuitamente nos seguintes bairros de Campinas: Jd. Monte Cristo, Pq. Oziel, Gleba B, Jd. do Lago, Jd. do Lago II, Vila Mimosa, Icaraí, Bandeiras, São José, Campos Elísios, Região dos DICs, Ouro Verde, Jardim Campo Belo e Campo Grande. Assim, o jornal atinge quase toda a Macrorregião Sul da cidade. Essa abrangência do jornal é um fator de grande importância para essa pesquisa, pois indica a área contígua onde se fortalece a densidade comunicacional. Não podemos negar a existência de uma comunicação entre esses bairros necessária, por exemplo, para a distribuição do jornal nos principais estabelecimentos comerciais dessas regiões; por serem divulgadas notícias e propagandas dos bairros dessa parcela da cidade; entre outras. Apresentamos o expediente do jornal (Figura 20) e algumas notícias e propagandas contidas em um dos números publicados (Figura 21, 22 e 23).

Figura 20 – Expediente do jornal ‘Em Destaque’ – Campinas-SP



Fonte: Jornal 'Em Destaque' (2011)

Figura 21 – Publicidade de estabelecimentos comerciais da região do Parque Oziel – Campinas-SP

A photograph of two advertisements from the newspaper 'Em Destaque'. The left advertisement is for 'J.E.' (Jornal em Destaque) and features a red background with the logo 'J.E.' in white. Below the logo, it says 'PISOS E REVESTIMENTOS', 'Ponta de estoque, argamassa e rejunte', and a blue box with 'Promoção de pisos à partir de R\$ 7,90'. At the bottom, it gives the address 'Rua Nadir Leite de Campo, 403 - Jd. Monte Cristo' and the phone number 'Fone: 3227-7667'. The right advertisement is a black box with white and yellow text. It says 'anuncie nos classificados do Jornal em Destaque que vende muito mais.', followed by 'Ligue:' and the phone numbers '(19) 3227-4788 / 9303-5921'. At the bottom, it provides the email address 'jornalemdestaque.costa@gmail.com'. Above the right advertisement, there is a small header that reads 'Jornal em Destaque - Junho 2011' and 'Classificados - Página 06'.

Fonte: Jornal 'Em Destaque' (2011)

Figura 22 – Notícias dos bairros Jardim Campo Belo e Jardim Bandeira II – Campinas-SP

Março 2011

Jardim Bandeira II

Jardim Bandeira II um tradicional bairro de Campinas. Tem problema na Rua Altino Arantes, as calçadas são invadidas por carros, sujeiras e materiais de construções. Deixando muitas vezes um cheiro ruim e acima de tudo difícil para os pedestres. Onde está a fiscalização?



Jardim Campo Belo

No Jardim Campo Belo, se realiza uma grande feira, uma das maiores de Campinas, no local você encontra de tudo, novo, usado. Lugar bom para quem quer comprar, fazer um bom negócio e até mesmo passear com a família. Funciona aos sábados, domingos e feriados, venha conhecer!



Fonte: Jornal 'Em Destaque' (2011)

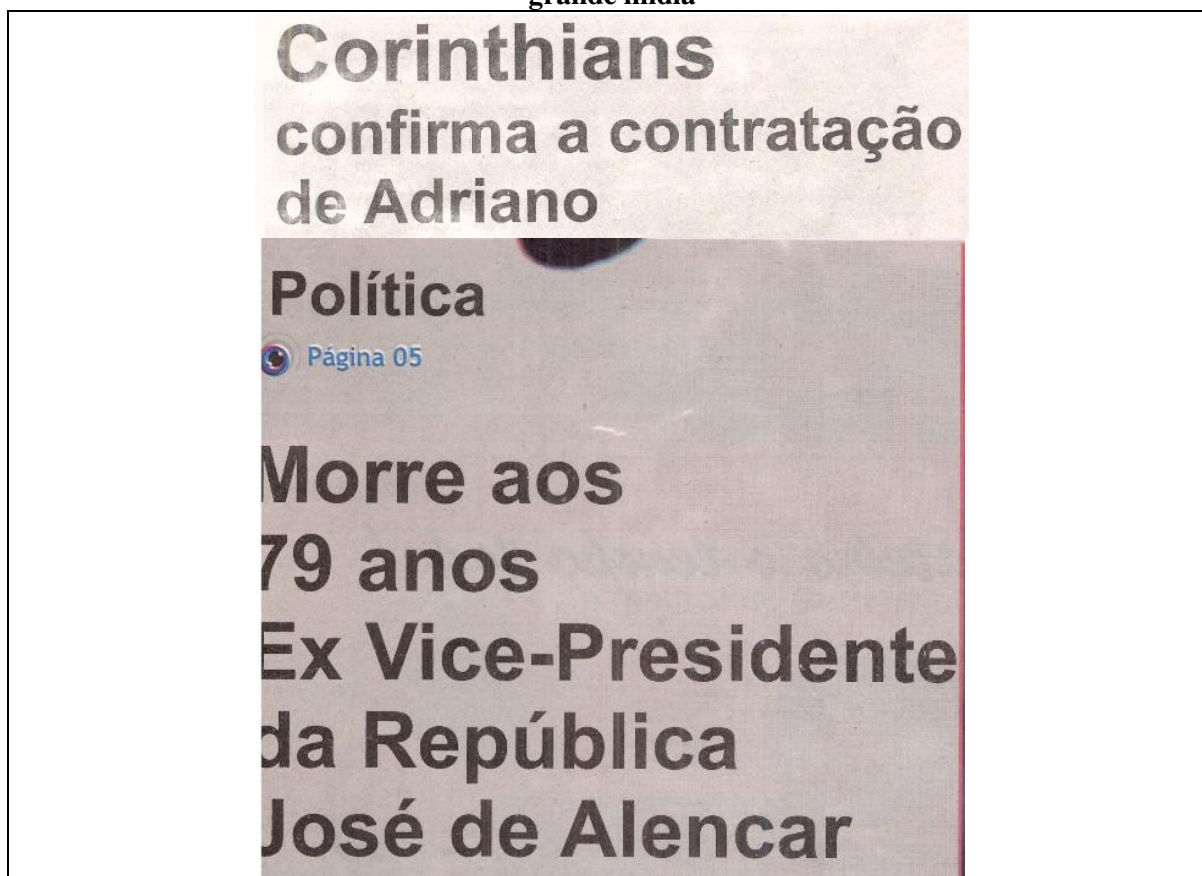
Figura 23 – Notícia do bairro Jardim Monte Cristo (região do Parque Oziel) – Campinas-SP



Fonte: Jornal 'Em Destaque' (2011)

A publicação do jornal é possível através da publicidade, via pagamento de empresários, comerciantes e indústrias para divulgarem suas empresas. O valor da publicidade varia bastante de acordo com o tamanho, o ponto do jornal em que será exposta, entre outros fatores. As notícias publicadas são curtas e com informação de baixa qualidade: compreendem desde acontecimentos e problemas dos bairros da periferia de Campinas até as notícias divulgadas pela grande mídia, como apresentamos abaixo (Figura 24).

Figura 24 – Notícias do jornal ‘Em Destaque’ com conteúdos similares aos divulgados pela grande mídia



Fonte: Jornal ‘Em Destaque’ (2011)

O Sr. João inclusive atrasou a impressão do número que apresentamos nas figuras acima para poder incluir algumas informações sobre os problemas ligados à acusação do então prefeito, Hélio de Oliveira Santos, de desvio de verba nas obras de implantação da infraestrutura urbana formal na região do Parque Oziel que apontamos no segundo capítulo.

As mesmas notícias que são publicadas no jornal estão no blog do mesmo: <http://jornalemdestaquecampinas.blogspot.com>.

Para além da informação transmitida pelo jornal, destacamos a constituição de uma dinâmica do circuito inferior da economia urbana entre as periferias de Campinas. Trata-se de uma comunicação transmitida entre diversos lugares que não possuem, legalmente, tais vias de troca de conhecimento, saber e informação. Afora o jornal ‘Já Notícias’ (produzido pela Rede Anhanguera de Comunicação) que se volta para a periferia da cidade (valendo-se da precariedade informativa existente nesta parcela do município), não há nenhum

incentivo para a existência de canais informativos entre estas frações da cidade; são fragmentos de Campinas que possuem diversas semelhanças, em função de resultarem de intenso processo de periferização, e são perversamente retratadas pelas mídias corporativas.

Esse jornal não passa despercebido pelos lugares em que é distribuído, pois, de acordo com os donos de fixos que o distribuem, a população sempre comenta as informações trazidas por eles. Além disso, se a publicidade não surtisse efeito sem dúvida não seria possível bancar uma tiragem de 24 mil exemplares.

Concordamos, assim, com a afirmação de A. B. Silva (2005, p. 04)

Há um desafio político, que vislumbramos na passagem do período técnico-científico-informacional ao período popular: produzir informações geograficamente orgânicas e democratizá-las, dando potência à comunicação dos homens lentos (aqueles que vivem no lugar e não apenas circulam); tornarmo-nos sujeitos mais engajados na construção dos lugares em que vivemos.

E nas palavras de Alves (2014, p. 434) “O saber, a diversidade de experiências e materiais é a riqueza do chamado terceiro mundo, parte de um sistema a margem das decisões políticas e econômicas que culminaram na dinâmica atual do sistema mundo”. Constitui-se, dessa maneira, nessa troca, nessa vivência à margem da racionalidade sistêmica, nessa comunicação e troca de informações, a elaboração das contra-racionalidades que podem indicar a força dos homens do tempo lento.

No próximo e último item analisamos os fluxos dos moradores das regiões para acessar os serviços de saúde e educação, e buscamos, assim, compreender a partir de mais uma análise o uso do território pelos agentes hegemônicos.

3.4 O território usado e o uso dos fixos públicos na Região Sul: um pouco de cotidiano

Como apresentamos no primeiro capítulo, há um novo objeto no uso corporativo da cidade que é a disseminação dos condomínios e loteamentos murados, residenciais e comerciais (PINHO, 2007), nas grandes cidades e metrópoles do Brasil, uma das mercadorias da *urbanização corporativa* (M. SANTOS, [1993] 2008). Com o sucesso desses empreendimentos imobiliários e a concomitante generalização da pobreza nessas aglomerações urbanas, vem ocorrendo uma aproximação geométrica das diferentes classes sociais no espaço urbano através, por exemplo, das ocupações de imóveis vazios nos centros (RODRIGUES, 1988; HIRATA, 2010); ao mesmo tempo, aumentam as distâncias geográficas com os muros e aparatos de segurança para a manutenção da segregação populacional mantendo e agravando a *desigualdade sócio-espacial* (M. L. SOUZA, 2011). Trata-se da segregação da população e da fragmentação territorial (M. SANTOS, 1990), e nesta destacamos as regionalizações do planejamento territorial do poder público local que descrevemos no primeiro capítulo. Com isso, altera-se a compreensão de centro e de periferia, e as relações estabelecidas entre essas diversas formas de morar e viver na cidade (CORRÊA, 2011).

Caldeira (2003), em estudo pioneiro sobre essa questão no Brasil, explica que:

Uma nova forma urbana vem se configurando na cidade de São Paulo e sua RM desde os anos 1980. (...). Sobrepostos ao padrão centro-periferia, as transformações recentes estão gerando espaços nos quais os diferentes grupos sociais estão muitas vezes mais próximos, mas estão separados por muros e tecnologias de segurança, e tendem a não circular ou interagir em áreas comuns. (...). A não ser que a oposição centro-periferia seja revista e a maneira pela qual se concebe a incorporação da desigualdade social no espaço urbano seja modificada, não será possível entender os presentes desafios da cidade. (p. 211)

A autora supracitada enumera quatro características principais do padrão de urbanização chamado centro-periferia “1) é disperso em vez de concentrado (...); 2) as classes sociais vivem longe umas das outras no espaço da cidade; os pobres na periferia, precária e quase sempre ilegal; 3) a aquisição da casa própria torna-se regra para a maioria

dos moradores da cidade, ricos e pobres; 4) o sistema de transporte baseia-se no uso de ônibus para as classes trabalhadoras e automóveis para as classes média e alta.” (idem, p. 218). Com a disseminação desses novos empreendimentos imobiliários que constituem uma periferia rica nas grandes cidades, não podemos mais tratar as diferenças entre centro e periferia de modo estanque.

No mesmo sentido Corrêa (2001) escreve que a periferia não faz referência à localização distante, mas ganha um sentido de metáfora por ser identificada como um sinônimo de exclusão, de precariedade das condições de vida o que permite à “periferia (...) ganhar foros de ubiqüidade” (p. 162). O autor ainda descreve o que agora temos que considerar como periferia, independente de sua localização.

A periferia da metrópole é o lugar da existência e reprodução de parcela ponderável das camadas populares. (...). A periferia é o resultado da justaposição de numerosos loteamentos que acabam formando um mosaico irregular, cujo conteúdo em termos de equipamentos de consumo coletivo é extremamente precário. (...) a habitação é, na maior parte dos casos, construída (...) pelo sistema de autoconstrução, gerador de precárias e interminadas habitações e uma paisagem nunca completada (...). Os monótonos e mal-acabados conjuntos habitacionais construídos pelo Estado estão cada vez mais presentes na paisagem da periferia, criando um outro ambiente. (...). A precariedade dos loteamentos – muitas vezes pomposamente denominados de Vilas ou Jardins – transparece nas ruas sem calçamento, na precária iluminação e na inexistência de redes de escoamento de águas pluviais e de esgoto. A precariedade ou falta de postos de saúde, hospitais, escolas, policiamento e praças arborizadas é regra geral. As valas negras e os mosquitos acabam fazendo parte da paisagem e do cotidiano da periferia. (...). Na época das chuvas as enchentes destruidoras desorganizam temporariamente as precárias condições de existência de grande parcela da população (...). Este ambiente que nasce, de um lado, de uma feroz valorização da terra por parte de proprietários fundiários que, em muitos casos, não residem na periferia e, de outro, da ilusão de parcela ponderável da população metropolitana de possuir casa própria (...). O clientelismo em suas formas mais grosseiras reina na periferia. O desenvolvimento recente de seitas religiosas pentecostais aparece como a alternativa capaz de proporcionar resignação e esperança. (CORRÊA, 2001, pp. 160, 161 e 162)

No mesmo sentido, Spósito (2011) sugere o estudo da *diferença* para além da simples observação da existência das desigualdades, pois sendo estas sociais, econômicas, técnicas, ambientais, enfim geográficas, se dão em intensidades e formas diferentes. Ela

indica o estudo dos bairros da periferia geográfica das cidades como uma possibilidade de encontro dessa renovação metodológica. A autora supracitada (2011, pp. 129 e 134) escreve que

as desigualdades viram diferenças, porque uma parte da sociedade, de fato, no plano econômico, no político e no social, participa precariamente da vida urbana e da sociedade de consumo, ou participa de forma qualitativamente diferente, porque incompleta, e não apenas quantitativamente desigual. (...) Tem papel relevante na determinação das formas de ação e apropriação do espaço urbano o espaço de vida de cada um: em que área da cidade mora, onde trabalha ou estuda, que percursos diários realiza, que tempo precisa dispor para efetivá-los. (...) *A perspectiva adotada aqui é das condições que se oferecem, do ponto de vista da relação entre tempo e espaço (tempos curtos e escala da cidade ou na metrópole) para a apropriação do espaço urbano. (...) conflitos que se estabelecem entre os interesses econômicos e aqueles da realização da vida, ou seja, entre reprodução capitalista e reprodução social.* (destaque do original)

M. Santos (1994, 2000b) entende que a cidade é composta por diversas frações urbanas e cada uma delas tem aglomerações dotadas de características próprias, tanto no que se refere ao meio ambiente construído e às infraestruturas, quanto no que se refere às condições sócio-econômicas locais (sócio-espaciais). Tratam-se dos *lugares*.

As diferenças de rendas, o tamanho das cidades e as dificuldades de acessibilidade tornam possível que diversas formas de produção, de circulação, distribuição e consumo se dêem paralelamente (...). Trata-se de um mercado único, mas segmentado por motivos sócio-econômicos e sócio-espaciais. (...) fatores que induzem a instalação de uma certa tipologia da produção de bens, serviços e comércios. Cada subárea urbana age (...) como um entorno sócio-espacial específico. (SANTOS, 1994, pp. 101 e 102)

Nessas periferias escolhemos analisar um elemento do cotidiano da população que participa, mas não delimita, o acontecer solidário e a ação comunicacional: os fixos públicos. M. Santos (1990, 2000b, 2008 [1993]) destaca como importante variável para o estudo da urbanização do período atual a acessibilidade aos serviços públicos como garantia de uma cidadania completa, sendo mesmo um direito territorial.

Deixado ao quase exclusivo jogo do mercado, o espaço vivido consagra

desigualdades e injustiças e termina por ser, em sua maior parte, um espaço sem cidadãos. Olhando-se o mapa do país, é fácil constatar extensas áreas vazias de hospitais, postos de saúde, escolas secundárias e primárias, informações geral e especializada, enfim, áreas desprovidas de serviço essenciais à vida social e à vida individual. (...). O valor do indivíduo depende, em larga escala, do lugar onde está (...). Em nosso país, o acesso aos bens e serviços essenciais, públicos e até privados é tão diferencial e contrastante, que uma grande maioria de brasileiros, no campo e na cidade, acaba por ser privada desses bens e serviços. (M. SANTOS, 2000b, pp. 43 e 111)

Para análise desse conjunto de objetos o autor chama atenção para a distinção entre os fixos públicos e os fixos privados. Estes últimos são implantados segundo a lei da oferta e da procura, responsável também por regular os preços a serem cobrados visando uma determinada margem de lucro mínimo. Os fixos públicos, por sua vez, devem ser instalados segundo princípios sociais e funcionar independente das exigências de lucro. Além disso, M. Santos (2000b) acrescenta que a análise dos fixos pela sua densidade (ou quantidade) e sua qualidade técnica se deve, entre outros motivos, por essas características influírem na definição dos fluxos da população urbana. De acordo com o autor:

No território como um todo, nas cidades e, sobretudo, nas grandes cidades (...), o número avultado e a extensão de movimentos diários se ‘organizam’ na anarquia da produção capitalista, segundo a qual a localização de fixos de ordem econômica e social está subordinada à lei do lucro, muito mais que à eficiência social. (...). O poder público também colabora para a supervalorização de certas áreas, para o melhor êxito da especulação, para a maior anarquia das localizações e dos fluxos, para o empobrecimento cumulativo das populações. (...). Morar na periferia é se condenar duas vezes à pobreza. (M. SANTOS, 2000b, p. 115).

Consideramos a constituição desses fluxos para o uso dos serviços públicos mais uma contra-razionalidade, pois a cidade corporativa não é planejada no sentido de facilitar o acesso dos moradores das periferias pobres a esses serviços. Trata-se, mais uma vez, de novos usos do espaço urbano possível através de resistências e transmitidos pela ação comunicacional da população que os utiliza como demonstraremos nesse subcapítulo. Pretendemos assim desvelar alguns dos usos do território.

Lembramos que para a utilização de um serviço de atendimento público, acessíveis

apenas nos fixos públicos, é necessário o comprovante de residência de cada família para definir em quais das unidades deve ser atendida. Para isso, são aceitos inclusive os comprovantes fornecidos pelas Associações de Moradores das diversas periferias pobres da cidade. Em muitos casos, os próprios servidores precisam reconsiderar informalmente os bairros que atendem nas unidades que trabalham demonstrando, mais uma vez, como o cotidiano altera o planejamento corporativo. Dessa forma, os Agentes Comunitários de Saúde reorganizam as delimitações das áreas a serem atendidas que são definidas, oficialmente, pelo Sistema Único de Saúde para as Unidades Básicas de Saúde (CURIOSO, 2013, pp. 37 e 38); e pelos servidores públicos da Secretaria de Educação de Campinas para as escolas municipais. Nesse sentido retomamos a seguinte reflexão de M. Santos (2009a [1994], pp. 140, 141 e 142):

As infra-estruturas, as benfeitorias, enfim, o Capital, são teoricamente de propriedade social, mas o solo é de propriedade privada. O valor do solo e do que ele contém é determinado, pela totalidade dos atores, para cada qual dessas infra-estruturas. Estas, desigualmente distribuídas pelo território (seja quantitativa, seja qualitativamente), valem em função do que autorizam fazer ou não fazer, produzir ou não produzir, produzir de uma forma ou de outra, produzir tal ou qual lucro. (...) isso vai muito além do jogo de mercado e da especulação, porque a seletividade é planejada. O valor de cada fração do solo, determinado em função do todo, em virtude da indivisibilidade real desse Capital Geral representado pela cidade – mercadoria indivisível – é, na realidade, imposto pela fração da sociedade e da economia que dispõe de poder para indicar uma determinada escolha dos equipamentos a instalar. (...). Esses bens de consumo coletivo que são o Capital Geral são cada vez mais planejados, para que seu uso seja discriminatório: a água, os esgotos, a eletricidade, que existem abundantemente nas cidades, mas que não estão ao alcance de todos; os telefones, as estradas, os transportes, mas também – e isso é cruel – a saúde e a educação [assim como a regularização da moradia e a construção de moradias para população de baixa renda]. Esse movimento não é de nenhum modo espontâneo, mas baseado numa ideologia apresentada como se fosse uma teoria: a teoria da planificação, como praticada pelos tecnocratas. (...). A questão da política social das cidades deve tornar-se, nos próximos anos, uma questão crucial, à proporção que se afirmem as tendências à instalação de um Estado Central neoliberal e aumentem as pressões das populações empobrecidas por melhor atenção do poder público.

Para fazermos essa análise apresentamos na Tabela 20, na sequência, os fixos públicos existentes nas duas regiões estudadas.

Tabela 20 – Fixos públicos existentes na região do Jardim Campo Belo e na região do Parque Oziel em Campinas-SP (2013)

FIXOS	LOCALIZAÇÃO	DESCRIÇÃO	FIXOS	LOCALIZAÇÃO	DESCRIÇÃO
Módulo de Saúde	Monte Cristo	Construído em 2006. Capacidade de atender de 4 a 6 mil famílias. Instalações muito precárias.	Escola Estadual	Campo Belo I	Instalada antes da ocupação atende em torno de 3 mil alunos entre Ensino Fundamental e Médio.
Módulo de Saúde	Parque Oziel	Construído em 2006. Capacidade de atender de 4 a 6 mil famílias. Instalações muito precárias.	Módulo de Saúde	Campo Belo I	Equivale ao posto de saúde. Capacidade de atender 6 mil pessoas.
Posto de Saúde Bucal	Parque Oziel	Sem informações até o momento.	CRAS	Campo Belo I	Centro de Referência de Assistência Social. Capacidade de atender 5 mil famílias por ano. Instalado em 2004
Escola Oziel Alves Pereira (Estadual, EMEF, EJA e FUMEC)	Parque Oziel	Construída em 2004. São atendidos em torno de 5 mil alunos entre a EMEF, a FUMEC e o Estado.	FUMEC	Campo Belo I	Fundação Municipal para Educação Comunitária. Instalada em 2004
Creche Fundação Douglas Adriani	Monte Cristo	Instalada em 1998; atende à 730 crianças.	EMEI	Campo Belo II	Escola Municipal de Ensino Infantil
Creche AMIC	Parque Oziel	Instalada em 2001; atende em torno de 100 crianças.	Centro de Saúde	Campo Belo II	Capacidade para 12 mil pessoas. Instalado em 2008 – Vip Viracopos
Campo de futebol	Parque Oziel	Construído pela prefeitura entre 2009 e 2010.	Núcleo de Assistência Espiritual Jerônimo Mendonça (ONG)	Campo Belo II	Instalada em 1997, trabalho hoje com 100 crianças.
			AMIC – Amigos da Criança (ONG)	Campo Belo II	Instalada em 2009, trabalho com 100 crianças.
			EMEI	Campo Belo III	Escola Municipal de Ensino Infantil
			Escola Estadual	Jd. Fernanda*	Instalada antes da ocupação
			EMEI	Jd. Fernanda	Escola Municipal de Ensino Infantil
			Nave Mãe	Jd. Fernanda	Equivale à creche. Capacidade de atender 500 crianças Instalada em 2009 – Vip Viracopos

			Módulo de Saúde	Jd. Fernanda	Equivalente ao posto de saúde. Capacidade de atender 6 mil pessoas
			Centro de Saúde	Jd. Fernanda	Instalado em 2009 – Vip Viracopos
			Escola Estadual	Vila Palmeiras	Instalada antes da ocupação
			EMEF	Vila Palmeiras	Escola Municipal de Ensino Fundamental Vip Viracopos
			CEMEI	Vila Palmeiras	Centro Municipal de Educação Infantil
			Nave Mãe	Jd. Marisa II	Equivalente à creche. Capacidade de atender 500 crianças Instalada em 2009 – Vip Viracopos
			Centro Cultural Esportivo	Jd. Marisa II	Acolado à Nave Mãe Instalado em 2008 – Vip Viracopos.
			Escola Estadual	São Domingos	Instalada antes da ocupação
			EMEI	São Domingos	Escola Municipal de Ensino Infantil
			EMEF	São Domingos	Escola Municipal de Ensino Fundamental Vip Viracopos
			Centro de Saúde	São Domingos	Instalado antes da ocupação

Fonte: Trabalhos de campo (2008, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014)

Tabulação: Helena Rizzatti Fonseca (2013)

Somando os fixos de ambas regiões temos um total de: oito fixos voltados para saúde (sendo três centros de saúde; quatro módulos de saúde e um fixo de saúde bucal); dezenove para educação, incluindo as creches; um com fins sociais (CRAS); e dois voltados para o lazer (centros esportivos). Para a análise que propomos, destacamos os fixos de saúde e educação, pois foi possível estabelecer as rotas para acessá-los feitas pela população de cada ocupação e, além disso, esses fixos possuem alguma organização dos seus dados facilitando a sistematização das informações.

Um módulo de saúde é capaz de atender em torno de seis mil pessoas, enquanto um centro de saúde tem capacidade de atender ao dobro de pessoas. Assim, somando a população das duas regiões temos um contingente de, pelo menos, 80 mil pessoas e uma capacidade de atendimento de 60 mil pessoas. Além desse déficit, nenhum dos fixos das regiões funciona todos os dias da semana nem o dia todo. Soma-se a isso a falta de

profissionais especializados em todos os módulos de saúde e a precariedade desses fixos que não portam espaços suficientes, muito menos confortáveis, para os enfermos em espera ou mesmo para atendê-los. Podemos observar essa precariedade na Foto 14 abaixo.

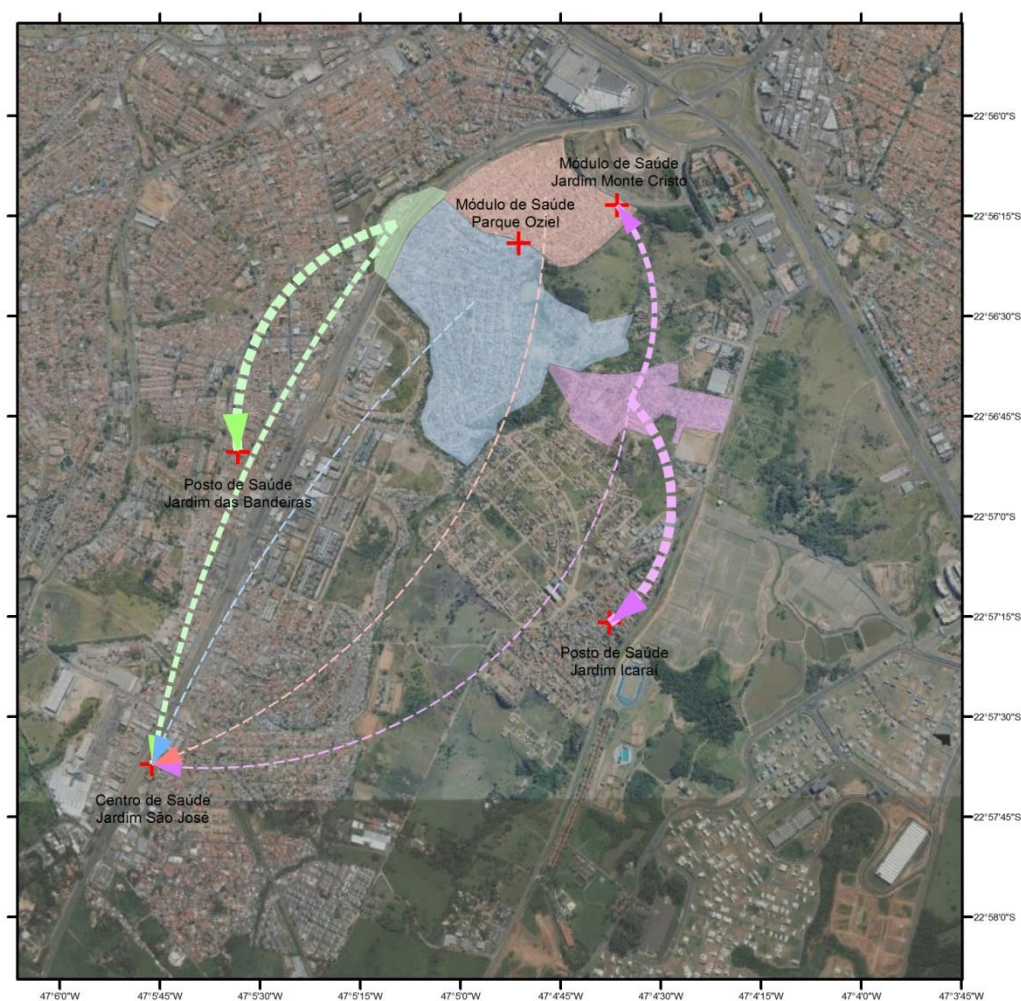
Foto 14 – Acima: Lotação no centro de saúde do bairro São José / Abaixo: Precariedade do posto de saúde do bairro Jardim Monte Cristo – Campinas-SP



Autoria: Acima Helena Rizzatti Fonseca (2011) /
Abaixo Correio Popular (15/07/2010)

No Mapa 4 apresentamos os principais fluxos traçados pela população da região do Parque Oziel para ter acesso aos serviços de saúde.

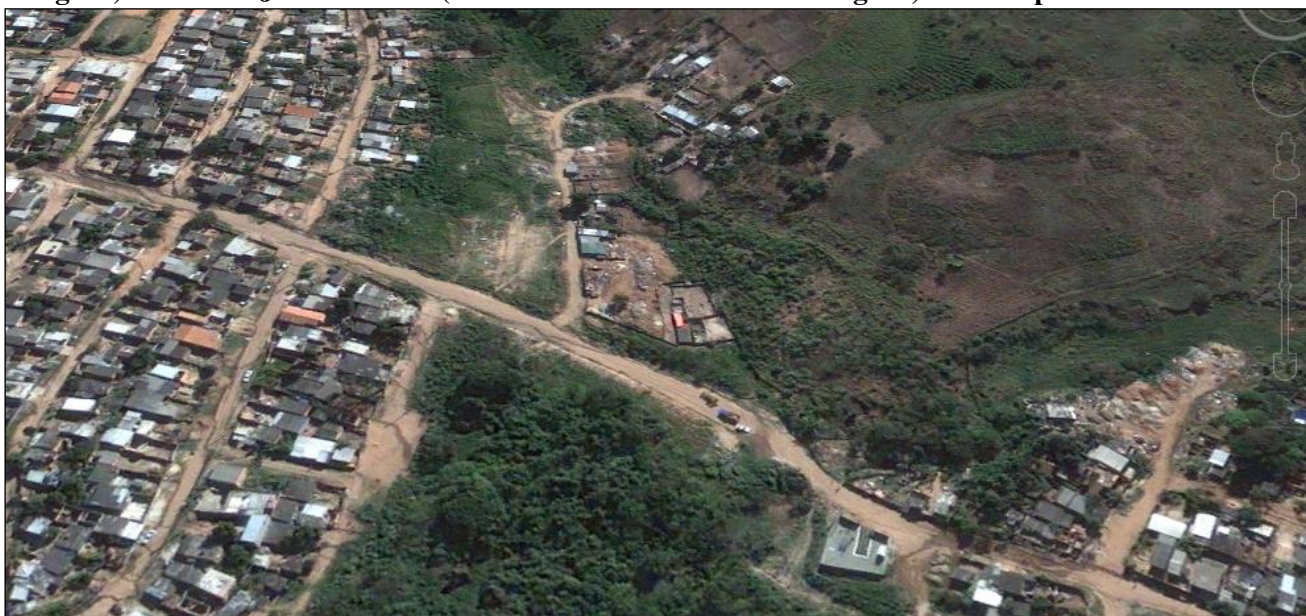
Mapa 4 – Fluxos da população da região do Parque Oziel para acesso aos serviços de saúde em Campinas-SP



Campinas - Fluxos para Acesso aos Serviços de Saúde			
+ Equipamentos Urbanos de Saúde Jardim Monte Cristo Parque Oziel Jardim do Lago Vila Taubaté Bairro de Origem - --- Jardim do Lago --- Jardim Monte Cristo --- Parque Oziel --- Vila Taubaté Intensidade do Fluxo - ---- Baixo ----- Médio ■■■■ Alto			
	Data: Março/2014	Escala: 1:25000	Fonte: Imagem: Google Earth / 2014 Levantamento Próprio
Elaboração Cartográfica: Raphael Curioso		Coordenação: Helena Rizzatti Fonseca	

Nota-se que os moradores do bairro Jardim do Lago utilizam o posto de saúde do bairro Jardim das Bandeiras e o centro de saúde do bairro Jardim São José (Foto 08). É possível chegar ao primeiro andando, e ao segundo através de ônibus intramunicipal que faz o trajeto pela Rodovia Santos Dumont. A população dos bairros Parque Oziel e Jardim Monte Cristo, que como vimos são os bairros com mais infraestrutura na região, utilizam principalmente o módulo de saúde do próprio bairro e o centro de saúde do bairro Jardim São José. E, por fim, a população do bairro Vila Taubaté utiliza o posto de saúde do bairro Jardim Icarai. Para chegarem ao Jardim Icarai os próprios moradores construíram uma rua que facilita o acesso ao bairro. Podemos ver abaixo a rua construída pela própria população do lugar, na imagem de satélite na Figura 25.

Figura 25 – Rua aberta pelos moradores para a ligação entre o bairro Gleba B (à esquerda da figura) e o bairro Jardim Icarai (no canto à direita em baixo da figura) em Campinas-SP



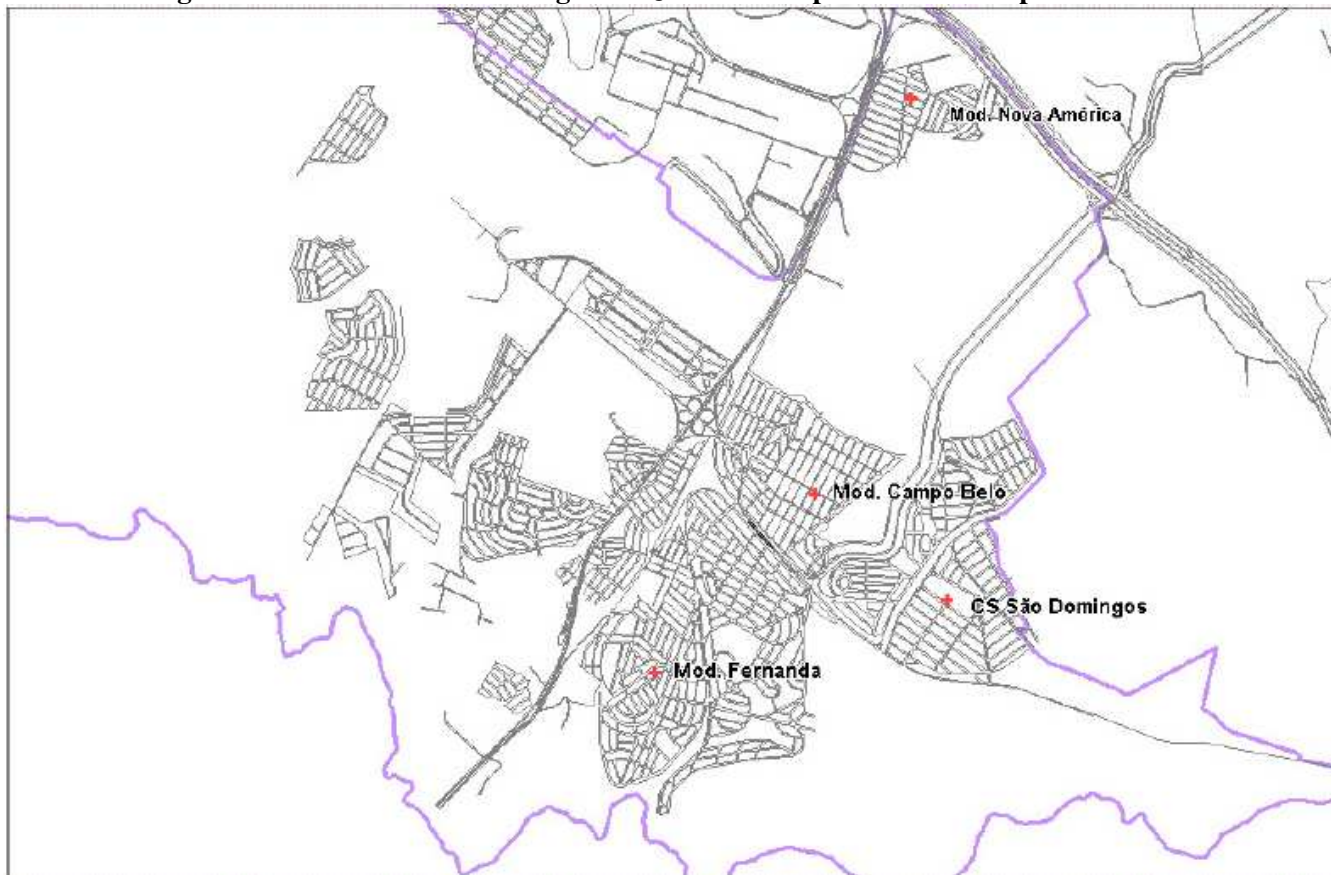
Fonte: Google Earth (2012)

Relembramos que a população total dos quatro bairros que compõem a região do Parque Oziel gira ao redor de 30 mil pessoas. E existem apenas dois módulos de saúde que somam uma capacidade de atendimento de apenas 12 mil pessoas.

Em relação à população da região do Jardim Campo Belo, podemos ver na Figura 27 os dois módulos de saúde (nos bairros Jardim Fernanda I e Jardim Campo Belo I) e um centro de saúde (no bairro Jardim São Domingos) que atendem à população da região. O

módulo de saúde no bairro Nova América, que aparece na imagem, não faz parte da área que delimitamos como região do Jardim Campo Belo.

Figura 26 – Fixos de saúde na região do Jardim Campo Belo em Campinas-SP



Fonte: Documentos do projeto social Vip-Viracopos (2008)

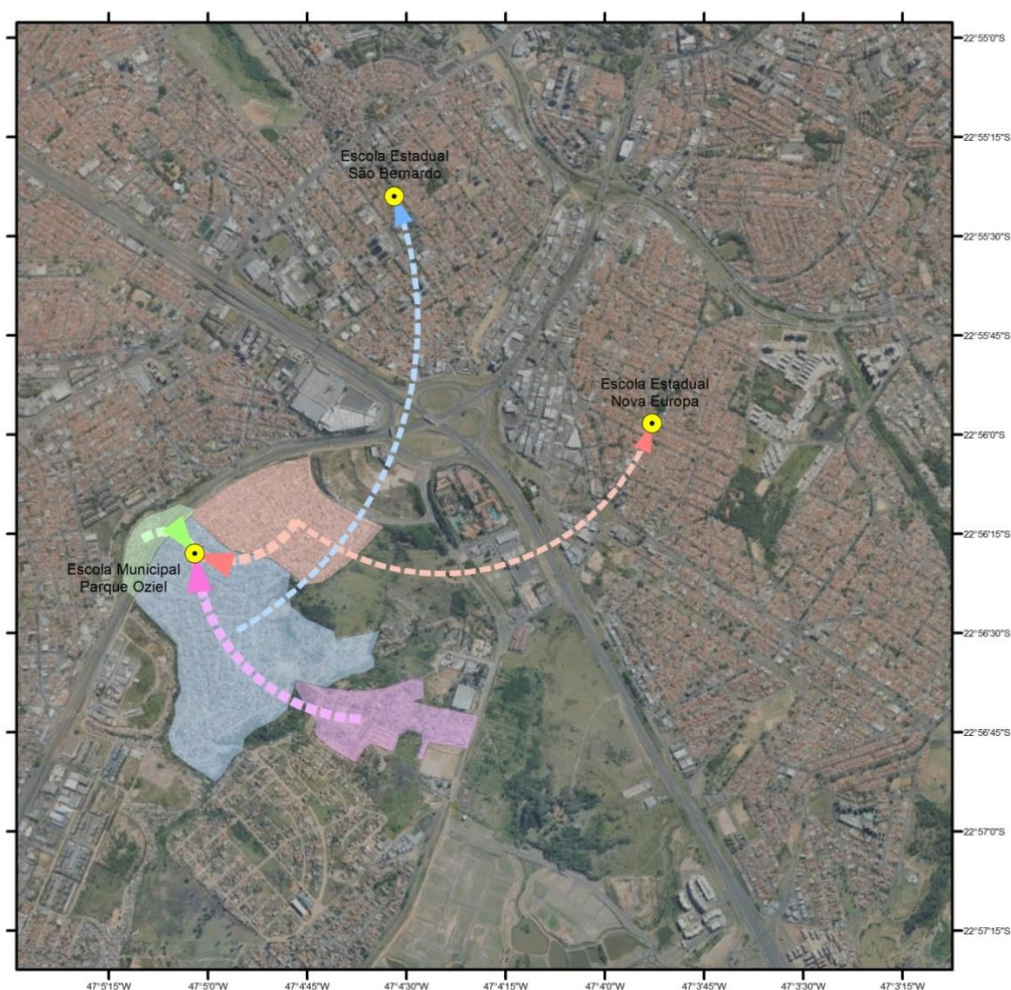
Temos aqui uma capacidade total de atendimento de 24 mil pessoas, enquanto a população da região gira em torno de 50 mil pessoas. Devido à considerável distância da região, que impossibilita acessar a pé esses serviços em outros bairros, a população recorre majoritariamente a esses poucos fixos superlotando-os.

A população de ambas regiões utilizam, também, o Hospital Mario Gatt em casos mais sérios ou quando há necessidade de internação. Esse hospital se localiza na região central de Campinas, próximo ao Terminal Central de Ônibus Intramunicipal, e é referência para toda a periferia da cidade. Além dele, tem o Hospital das Clínicas da Unicamp, localizado no distrito de Barão Geraldo na região Norte da cidade, e o hospital da região Ouro Verde na região Sudoeste da cidade. Não achamos que essa área coberta pela

população, até a região central ou até a região norte para uso desses grandes hospitais, deveria ser contabilizada para compreender um pouco do cotidiano das áreas estudadas. Para esse estudo adentraríamos outra escala de análise.

Apresentamos ainda os dados dos serviços de educação. No Mapa 5, na sequência, podemos ver os fluxos realizados pela população da região do Parque Oziel para acessar esses serviços.

Mapa 5 – Fluxos da população da região do Parque Oziel para acesso aos serviços de educação em Campinas-SP



Campinas - Fluxos para Acesso aos Serviços de Educação			
● escolas Jardim Monte Cristo Parque Oziel Jardim do Lago Vila Taubaté Bairro de Origem - Jardim do Lago Jardim Monte Cristo Parque Oziel Vila Taubaté Intensidade do Fluxo - Médio Alto			
	Data: Março/2014	Escala: 1:25000	Fonte: Imagem: Google Earth / 2014 Levantamento Próprio
Elaboração Cartográfica: Raphael Curioso		Coordenação: Helena Rizzatti Fonseca	

Observa-se que há apenas um fixo de educação nessa região. A capacidade de atendimento das escolas é difícil de contabilizar por se alterar de fixo para fixo dependendo da quantidade de turnos em que são oferecidos aulas e o número de alunos por sala que se altera a cada turno. De qualquer modo, de acordo com os funcionários da escola, não há capacidade de atendimento da população da região.

Devido a isso, os adolescentes se deslocam para os bairros mais centrais, como os bairros São Bernardo e Nova Europa como podemos ver no Mapa 5. Há adolescente, também, em outras escolas dos bairros próximos, porém foi nesses dois bairros indicados no mapa que pudemos verificar um intenso fluxo de alunos. Realizamos essa verificação acompanhando os ônibus intramunicipais nos horários de entrada e saída da escola, e foi notável a presença de adolescentes com os uniformes das escolas desses bairros.

Já a população dos bairros Vila Taubaté e Jardim do Lago, que apresentam as situações mais precárias da região, se concentram na escola do Parque Oziel. Um dos motivos disso se deve ao baixo poder aquisitivo para pagar o transporte público diariamente. Na escola do Parque Oziel não há alunos de outros bairros da cidade a não ser dos quatro que compõem a região.

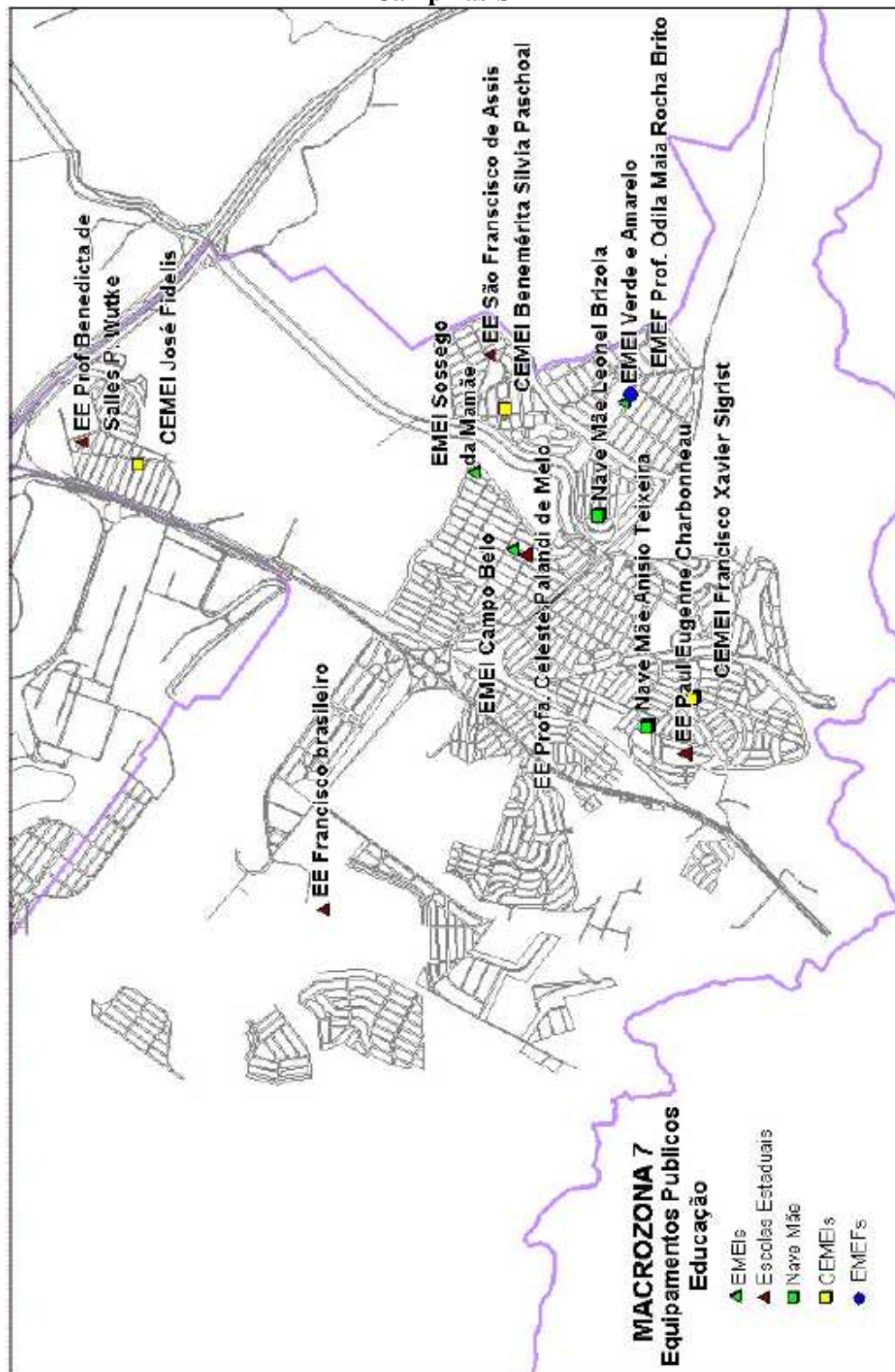
Outro elemento que nos indica um novo uso do território por parte da população para atingir os fixos de educação na região do Parque Oziel se deve à ocorrência de um acidente numa passarela para pedestres que foi improvisada pelos próprios moradores para as crianças irem até a escola onde estudam, além de ser usada pela população para outros fins. No dia 03 de Setembro de 2013 uma criança caiu dessa passarela e chegou a falecer, dois dias depois a Prefeitura pretendia arrumar o buraco que havia na grade da passarela (por onde a criança caiu) e a população impediu essa ação. Tal impedimento aconteceu porque os moradores da área exigiam que a Prefeitura construísse uma nova passarela e não consertasse aquela que havia sido feita por eles mesmos. De acordo com a reportagem⁶⁴ um dos protestantes afirmou que *“Eles [funcionários da Prefeitura] vieram aqui para remendar a tela. Remendo a gente não quer. Se fosse para remendar a gente mesmo remendaria. Queremos uma nova passarela”*. E outro morador afirmou ainda que *“Mais de 150 crianças passam ali diariamente para ir à escola. Fora a multidão de trabalhadores. Isso é*

⁶⁴ Reportagem do jornal Correio Popular do dia 05 de Setembro de 2013 com a manchete “Ponte precária no Parque Oziel tem dias contados”.

inaceitável. Essa ponte foi construída pelos próprios moradores da comunidade há anos e nunca passou por reforma”. Consideramos esse um exemplo do planejamento conflitual (VAINER, 2009), da capacidade de construção da cidade pela população pobre e suas moradias irregulares, uma demonstração das contra-racionalidades.

Para dar continuidade a esse debate, apresentamos a Figura 27 com a localização dos fixos de educação da região do Jardim Campo Belo.

Figura 27 – Fixos públicos de educação na região do Jardim Campo Belo em Campinas-SP



Fonte: Documento do projeto social Vip-Viracopos (2008)

Há três Escola Municipal de Ensino Infantil (EMEIs), uma no bairro Jardim São Domingos, uma no Jardim Fernanda e uma no Jardim Campo Belo I; soma-se a isso mais duas Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EMEFs), uma no bairro Vila Palmeiras⁶⁵ e uma no Jardim São Domingos; e três escolas estaduais⁶⁶ nos bairros Jardim Campo Belo I, Jardim Fernanda e Jardim São Domingos. A Figura 27, anterior, mostra também a localização das creches, que não analisaremos, e três fixos que se localizam fora do que delimitamos como sendo a região do Jardim Campo Belo.

As lideranças e os moradores nos relataram que é oferecido transporte para, aproximadamente, mil crianças irem estudar em escolas na cidade de Vinhedo, pertencente à Região Metropolitana de Campinas. O transporte é fornecido pela própria prefeitura. Na Foto 15 abaixo mostramos um dos ônibus utilizados para esse fim.

Foto 15 – Ônibus, financiado pela Prefeitura de Campinas, para transportar crianças da região do Jardim Campo Belo para estudar em escolas do município de Vinhedo



Fonte: Helena Rizzatti Fonseca (2012)

Além disso, pudemos verificar nos trabalhos de campo que uma considerável quantidade de adolescentes da região estuda nas escolas dos bairros São Bernardo e Jardim Nova Europa, os mesmos para onde vão os adolescentes da região do Parque Oziel. Além desses bairros, também há alunos de ambas regiões nos bairros Jardim do Trevo, Jardim

⁶⁵ Essa escola não aparece na figura acima, pois ainda não tinha sido finalizada sua construção.

⁶⁶ Está em construção, para ser entregue sem acabamento neste ano eleitoral, uma escola estadual no bairro Jardim Marisa.

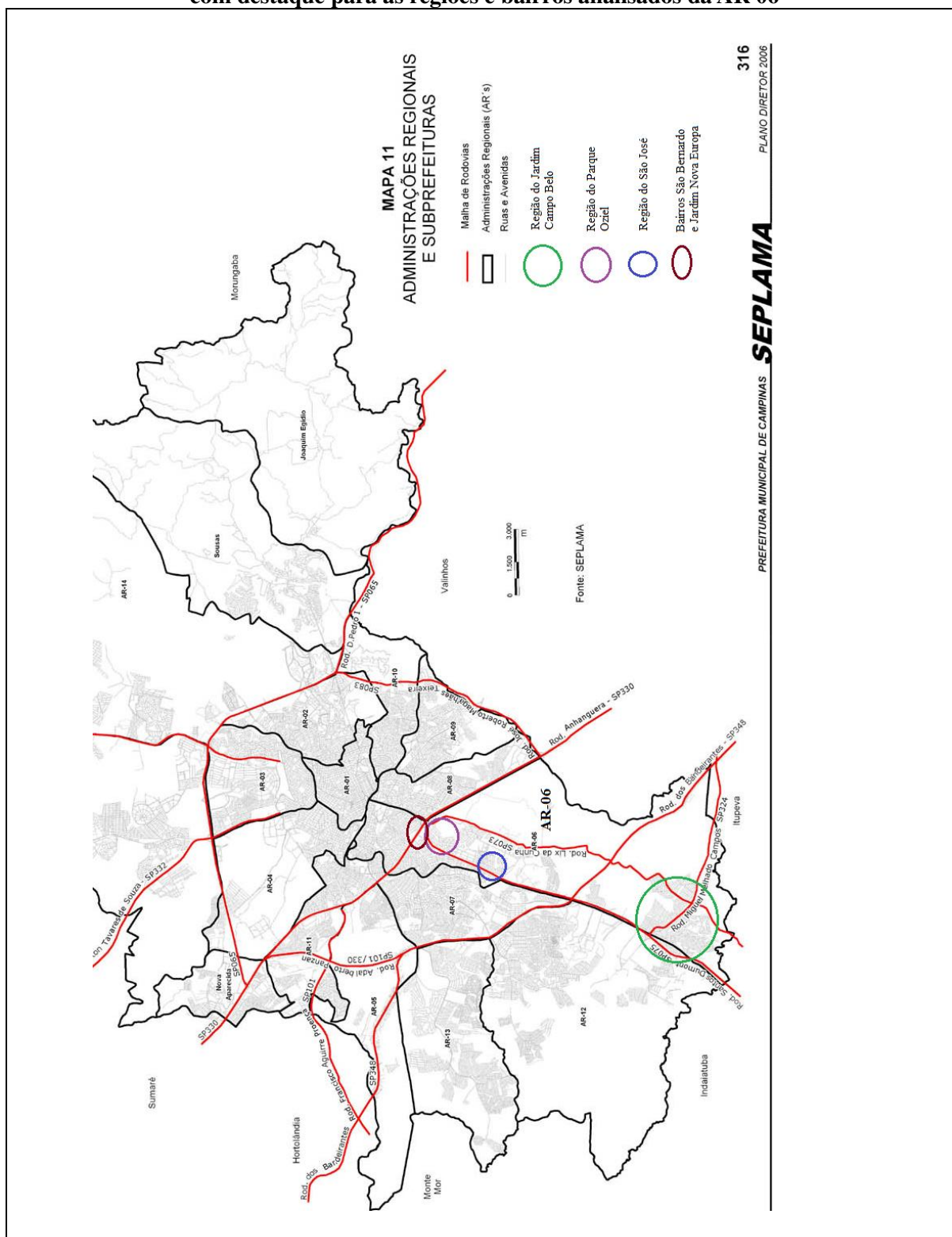
Itália e Jardim Europa e, talvez, em outros.

Todos os bairros que citamos nos fluxos de saúde e educação, com exceção da cidade de Vinhedo, fazem parte da Administração Regional 06 e, como já descrevemos, as ARs são o órgão municipal com maior e mais constante contato com o lugar e sua população. São os administradores regionais e os funcionários quem são contatados diariamente (principalmente através do telefone) para resolver problemas da região, como: buracos nas ruas, problemas de fiação, necessidade de inserção de mais uma família nos programas de distribuição de renda, entre outros. A partir da conformação desses fluxos cotidianos compreendemos que, talvez, essa divisão seja mais próxima da vida de relações constituída pela população pobre, logo, possibilitando um melhor planejamento territorial se este for tomado a partir dessa regionalização da cidade.

Realizamos, ainda, uma atividade em duas escolas da região Sul (uma em cada área de estudo) e pedimos aos alunos para delimitar quais bairros pertencem à região em que vivem. Em todas as respostas pudemos verificar que só foram incluídos bairros da AR 06, alguns distantes e outros próximos da área em que cada aluno reside. Essa também é a área que as lideranças das Associações de Moradores mantém contato e realizam atividades em comum como, por exemplo, o coletivo Levanta Povo.

No Mapa 6, a seguir, apresentamos o município de Campinas com a regionalização nas Administrações Regionais, com destaque para a AR 06, indicando a localização de todos os bairros citados aqui para os usos dos fixos públicos.

Mapa 6 – Município de Campinas-SP dividido entre as Administrações Regionais (ARs) com destaque para as regiões e bairros analisados da AR 06



Fonte: Seplama/PMC

Elaboração: Helena Rizzatti Fonseca (2014)

Como é possível observar no Mapa 06 todos os fixos públicos, instalados pelo poder público municipal, e os fluxos elaborados, criados e transmitidos nas ocupações urbanas que estudamos estão localizados dentro da Administração Regional 06.

Assim, temos o estabelecimento de importantes fluxos dentro da cidade que são cotidianos e que podem possibilitar um melhor planejamento territorial se for um dos norteadores desse outro planejamento que realmente inclua a participação popular. A ideia de um isolamento de cada região com os seus próprios fixos já foi abandonada pelos estudiosos, posto que essa estratégia pode causar grande alienação territorial. Faz-se necessário, então, que o poder público municipal se atente para esses fluxos cotidianos, por exemplo, ao elaborar os Planos Locais de Gestão.

Em estudo sobre os grupos de hip hop na Região Metropolitana de Campinas, Alves (2013, p. 139) escreve que

Tomando como um dados os encontros, as comunicações dos hip hoppers com outras vozes que questionam a cidade como lhes é dada, propomos o debate acerca de quais caminhos para que o conjunto dessas vozes se torna uma voz em conjunto. Acreditamos nessa voz, assim constituindo a verdade maioria, estaria a proposta de um outro planejamento urbano.

Esse outro planejamento na prática vem acontecendo como pudemos mostrar através da elaboração dos fluxos para uso dos serviços público, a partir das ocupações de terras urbanas estudadas, através da resistência e da comunicação necessárias para a elaboração e transmissão da informação dessas novas formas de usar o território em que vivem. Mais uma vez vemos a força dos homens do tempo lento. Nas palavras de C. A Silva (2014, Pp. 14 e 17)

o espaço geografia na sua possibilidade existencial (cotidiano praticado pelos sujeitos) na escala da vida coletiva horizontal. (...) o saber construído pelo cotidiano praticado (...) não se aprende com as institucionalidades do Estado, nem se aprende no papel. Aprende-se pela oralidade, pelos trajetos e errâncias (JACQUES, 2012), aprende-se nos debates e no trabalho, pelas formas como são tecidas as sociabilidades.

E finalizamos com a síntese desse mesmo autor que nos guiou do início ao fim desse estudo: “o mundo do tempo real [globalização perversa] busca uma homogeneização

empobrecedora e limitada, enquanto o universo do cotidiano é o mundo da heterogeneidade criadora.” (M. SANTOS, 2000b, p. 103). Busquemos, analisemos, tentemos compreender a heterogeneidade criadora e, assim, repensar o processo de urbanização e o planejamento territorial a partir desse entendimento.

Considerações Finais do Capítulo 3

Consideramos que os novos usos do território que demonstramos através da análise: a) dos fluxos constituídos pelos moradores das ocupações; b) das resistências necessárias ao construir uma rua para permitir o acesso mais fácil a um posto de saúde e para a construção das infraestruturas urbanas; c) do saber local constituidor da densidade comunicacional, presente nas organizações e lutas para adquirir infraestrutura, para organizar as Associações de Moradores do Bairro e para criar e circular as informações ascendentes e os próprios saberes, são um convite à percepção da força que os agentes hegemonizados possuem embora sejam silenciados e coagidos pelo Estado e pela mídia corporativa.

Notamos que as camadas populares encontram, a seu modo, maneiras de construir uma cultura autêntica. Chauí (1993) lembra que isso ocorre em resposta à incessante imposição dos meios da cultura de massa, artificial e homogeneizante, com os quais a cultura popular se relaciona, aproximando-se e distanciando-se deles, incorporando-os ou recusando-os.

As contra-racionalidades possuem, assim, uma grande capacidade de construir a cidade e de permitir a vida e a sobrevivência da população de baixa renda no Terceiro Mundo, como no caso da periferia urbana pobre na cidade de Campinas.

CONCLUSÃO

Nesta pesquisa partimos das ocupações de terras urbanas para compreender, e demonstrar, o processo de urbanização corporativa da cidade de Campinas-SP, que aprofunda a segregação social e a fragmentação territorial, sendo que as ocupações se apresentam como uma possibilidade de ações resistentes, consciente e inconscientemente, na escala do lugar e em busca do direito à moradia e à cidade (LEFEBVRE, 1969). Tomamos também como objeto de pesquisa a política pública municipal no âmbito da habitação, através da análise da Lei Municipal 11.834/03 que legisla sobre o processo de regularização das duas maiores ocupações de Campinas localizadas na Região Sul: a região do Jardim Campo Belo e a região do Parque Oziel.

Apresentamos diversos dados econômicos, com destaque para o II Polo de Desenvolvimento de Alta Tecnologia de Campinas (CIATEC) instalado na Macrorregião Norte; assim como destacamos o processo de expansão do Aeroporto Internacional de Viracopos, localizado na Região Sul e os condomínios e loteamentos murados, que ganham expressividade na cidade, desde a década de 1990 implantando-se principalmente na parcela Norte do território campineiro. Todos esses objetos técnicos, as ações e normas que os acompanham, seguem o processo de urbanização corporativa que vem ocorrendo nas grandes cidades e metrópoles do país.

Esses elementos, como demonstramos, participam desse uso corporativo do território ao aprofundar a segregação e a fragmentação da cidade, aumentando sua importância dentro da rede urbana regional, nacional e mundial, devido ao adensamento seletivo do meio técnico-científico-informacional (M. SANTOS, 1994). Esse novo padrão se refere à intensificação do espraiamento do perímetro municipal para a instalação desses condomínios e fixos de serviços, simultâneo à ubiquidade da periferia pobre dentro do espaço urbano (SPÓSITO, 2011). Com isso, altera-se a compreensão de centro e periferia (CORRÊA, 2011) que ainda vem sendo reproduzida nos estudos e nas políticas públicas.

Descrevemos como, simultaneamente, se adensa a população de baixa renda na Macrorregião Sul do território campineiro, composto pelas Grandes Regiões Nordeste, Sudoeste e Sul, conforme a atual regionalização proposta para Campinas. Através da atualização dos dados, a partir do Censo Demográfico Nacional de 2010 do IBGE,

demonstramos como, apesar de em ritmo de crescimento inferior em relação à década de 1980, a população de baixa renda se mantém crescendo em maior velocidade do que a população de alta renda em Campinas. Além disso, indicamos que esse adensamento ocorre sobretudo no terceiro período de periferização, que vai de 1990 até os dias atuais, principalmente através das ocupações de terras urbanas sendo que, anteriormente, os loteamentos clandestinos (que se destacaram no segundo período de periferização, do final de 1960 a 1990) e as favelas (que se destacaram no primeiro período de periferização, de 1940 ao final de 1960) eram as formas-conteúdo mais utilizadas pela população de baixa renda para conseguir ter acesso à moradia na cidade. Notamos, também, que esse adensamento ganhou maior expressividade nas duas últimas décadas na Grande Região Sul e na Grande Região Nordeste, sendo que, anteriormente a esse período destacado, tal concentração se dava majoritariamente na Grande Região Sudoeste.

Enfatizamos, ainda, como é difícil realizar essa compreensão da cidade, posto que, sem um entendimento crítico prévio da disseminação da pobreza no território municipal torna-se quase impossível visualizá-la através, apenas, do acesso aos bancos de dados da Prefeitura Municipal e do IBGE. Torna-se um grande desafio metodológico essa interpretação dos dados e consideramos que é de grande importância que a produção destes parta, assim como a pesquisa científica, de uma compreensão prévia da formação do lugar e dos conflitos intramunicipais, sem desconsiderar o contexto do país em escala global, de forma a que as definições estanques sejam abortadas. Por exemplo, no Censo realizado pelo IBGE (2011) é definido um aglomerado subnormal como “um conjunto constituído de, no mínimo, 51 (cinquenta e uma) unidades habitacionais (barracos, casas) carentes, em sua maioria de serviços públicos essenciais (...)”; essa definição pode nortear a classificação, porém se tomada quantitativamente impede que seja levado em consideração o cotidiano. Passa da hora de enfrentarmos essa questão! Com a prévia compreensão do processo de constituição dos lugares, da situação geográfica dos lugares (SILVEIRA, 1999) e do processo de urbanização da cidade, pode ser possível compreender quais são os núcleos de moradia irregular, assim como, quais são os principais conflitos a serem compreendidos, e não ignorados como vem sendo feito, nos lugares. Esses conhecimentos possibilitariam melhor qualificar os ‘aglomerados irregulares’, ou como quer que nomeemos as periferias urbanas pobres.

Ao final do primeiro capítulo, retomamos as diversas regionalizações utilizadas pelo planejamento territorial da Prefeitura Municipal em busca de delimitar a área que estudamos e acabamos, também, por demonstrar como essas diferentes formas de interpretar o território dificultam sua análise para o próprio poder público municipal e para quem as acessa. Retomamos a regionalização nas Macrozonas, que baliza os Planos Locais de Gestão sendo este o documento do planejamento para os quais são realizadas consultas à população, logo, que mais se aproximam do cotidiano e da realidade dos lugares; apresentamos também a regionalização das Grandes Regiões, utilizadas para o tabelamento de dados das políticas públicas no âmbito da habitação; e a regionalização pelas Administrações Regionais, escala em que atua o Administrador Regional que é quem faz a relação entre o lugar e a Secretaria de Infraestrutura e é, no nosso entendimento, a divisão que melhor se aproxima do cotidiano das regiões analisadas, ou seja, a escala em que deveriam ser elaborados os Planos Locais de Gestão. De qualquer maneira, essa infundável (pois ainda existem outras regionalizações) fragmentação teórica do território dificulta excessivamente a espacialização dos dados. Essa constatação não foi feita apenas por nós mas, também, pelos servidores públicos entrevistados e pelos elaboradores do Plano Municipal de Habitação, como escrevemos. Faz-se necessário nos aproximarmos mais da regionalização que parte da formação e do cotidiano do lugar, a regionalização como fato (RIBEIRO, 2004b).

Ao debatermos a política habitacional local voltada para as moradias irregulares pobres da cidade, notamos que são criados diversos órgãos, fundos, secretarias e conselhos que são todos compostos, praticamente, pelas mesmas pessoas, sobrecarregando demasiadamente os servidores públicos, algumas lideranças dos movimentos sociais, e reproduzindo uma lógica que já não dá certo. Não adianta criar mais órgãos e fundos se eles não funcionam. Além disso, interpretar a habitação a partir de um setor da política local já traz uma péssima interpretação da questão, posto que a habitação é um elemento que se conecta a todos os setores administrativos municipais. É preciso repensar essa forma de administração do território para que outras sejam redefinidas e utilizadas.

Apresentamos ainda a Assembleia do Povo de Campinas como uma ação assertiva da sociedade organizada local e erroneamente enviesada pelo poder público municipal que tendeu à urbanização corporativa, mas, ainda assim, indiscutivelmente importante para a

história da urbanização de Campinas. A elaboração da chamada ‘Lei de Terras’ de Campinas, com fins de regularização do solo urbano, mesmo boicotada pelos vereadores, foi um evento geográfico (M. SANTOS, 1996) na cidade. As parcelas do território da Região Sul que foram regularizadas através dessa lei, hoje, abrigam fixos públicos importantes para a população ali residente e possibilitaram uma importante experiência para a sociedade organizada da periferia pobre de Campinas, munindo-a de saber local e de conhecimento sobre a política municipal. Tratam-se, até hoje, de importantes lideranças políticas da população de baixa renda que lutam pela regularização de grandes núcleos da cidade, como as que estudamos.

A análise da Lei Municipal 11.834 de regularização do solo urbano, de 2003, nos permitiu compreender que o Estado não é homogêneo e as disputas internas a ele são essenciais para aplicação, ou não, das leis em direção à justiça social da cidade (HARVEY, 1980). Apesar disso, notamos como o planejamento ambiental vem ganhando mais importância que o social posto que temos uma legislação mais bem munida para compreender os conflitos ambientais do que os sociais. Hoje faz-se a manutenção de grandes áreas para moradia da população de baixa renda através das regularizações e dos programas de habitação, distantes de fixos públicos de todos os tipos, sem acessibilidade à mobilidade e sem diversidade, ou seja, concentram-se enormes periferias mal supridas de todos os direitos de cidadania presentes na Constituição Brasileira em vigor.

Além disso, as políticas habitacionais tendem a garantir a propriedade do terreno e do imóvel em detrimento do direito à cidade, ao entorno, ao acesso à infraestrutura e aos serviços urbanos mantendo o sistema econômico capitalista ao ser a propriedade o seu objetivo final. Campinas possui enormes conjuntos habitacionais e áreas regularizadas, desde 2003, distantes de todos os tipos de serviços e lazeres urbanos devido a esse mecanismo que se funda na aquisição da propriedade. Entretanto, consideramos que essa luta pela acessibilidade à moradia e ao seu entorno não é uma prioridade momentânea, concordamos que dentro do sistema econômico e político em andamento possuir a propriedade do terreno e da casa ainda é de extrema importância.

Analisamos também o Plano Municipal de Habitação, de 2011, e o Programa de Urbanização de Assentamentos Precários, de 2009, do Programa de Aceleração do Crescimento de âmbito federal, e destacamos a necessidade desses planos e programas, que

compõem o planejamento territorial junto dos órgãos de produção de banco de dados, compreenderem os conflitos urbanos para elaborarem seus planos. Esses conflitos urbanos se dão na escala do cotidiano e são determinantes para o sucesso ou fracasso das políticas públicas e sociais. Trata-se de uma constatação antiga, por parte dos cientistas sociais, mas ainda ignorada. Sabemos que é um desafio enorme, porém necessário que antes de elaborarmos os planos e programas é preciso compreender o cotidiano do lugar e, por isso, refletimos sobre a possibilidade de elaborarmos uma nova escala de representatividade dentro da democracia que se aproxime mais dos lugares. Vivemos uma democracia mais próxima da ‘ditadura da minoria’ proprietária e dirigente do país, os agentes hegemônicos, em detrimento da maioria da população hegemonzada que vive em áreas irregulares e sem acesso aos seus direitos, como se escancarou aos brasileiros após a ‘ineficiência’ das grandes manifestações em todo país em Julho de 2013. Consideramos que a ciência geográfica pode auxiliar na elaboração das escalas de representação da democracia e indicamos a necessidade de repensarmos a representativa democrática a partir dos entes da federação: Federação, Estado e Município. Compreender o lugar e dar voz à essa escala pode ser uma chave para isso!

Quando atingimos o lugar, as ocupações de terras urbanas estudadas, é notável que, apesar da força da urbanização corporativa, da racionalidade, das verticalidades, que seguem os rumos da globalização perversa; apesar das intenções do planejamento territorial se voltarem mais para o desenvolvimento econômico do que para o social; e, apesar do Estado prezar mais pelas empresas do que pela população; há a força do lugar, das horizontalidades, das contra-racionalidades! Descrevemos como, mesmo sendo combatidas ou ignoradas por uma década, as duas ocupações que analisamos criaram seu *modus vivendi* (CORRÊA, 2001), construíram suas estruturas, para ter acesso à água e à luz, estabeleceram suas normas locais, criaram novas rotas dentro da cidade e produziram informação sobre a área em que vivem. Para boa parte dessas contra-racionalidades, as Associações de Moradores do Bairro são de extrema importância ao organizarem o lugar; são as lideranças dessas Associações que melhor compreendem o lugar e o processo das lutas sociais, inclusive são os maiores responsáveis por estas. As Associações têm poder legítimo nas áreas que representam e, inclusive, produzem os documentos que são aceitos em todos os fixos públicos da cidade para definir onde cada família deve ser atendida.

Tratar-se-iam dos documentos de propriedade do terreno que, mesmo irregular para a Prefeitura, é totalmente aceito e respeitado nas respectivas áreas. O saber e a norma do lugar são mais presentes e mais compreendidos do que o conhecimento e as normas da escala local, municipal.

Tanto para a constituição das Associações de Moradores como para a produção e difusão de informação ascendente notamos como a comunicação e a densidade comunicacional são elementos centrais para analisar o cotidiano das periferias pobres da cidade. Tal densidade é de difícil percepção e intermitente, afinal nesse dia-a-dia com todos os tipos de carência poucos elementos são perenes, mas sua força na construção de uma região sem auxílio do Estado é enorme. É através da densidade comunicacional que é possível de organizar, planejar e manter as ocupações de terras urbanas no período atual.

Notamos indiscutivelmente a construção da cidade pelos agentes hegemônicos, pelos ‘invisíveis’ ao processo de globalização. Essa demonstração se deu através da análise da construção desses lugares, da produção e difusão de informações sobre o lugar e para o lugar e dos fluxos que a população elabora para atingir os serviços de saúde e educação. A população em ambas regiões utiliza os fixos públicos da AR 06, Administração Regional a qual pertencem, e, inclusive, construíram uma maneira de acessar esses fixos de serviço com maior facilidade. Como dissemos, consideramos que as ARs devam ser a regionalização balizadora da elaboração dos planos e dos planejamentos territoriais que consideram a participação popular. Em contraposição à atual regionalização que baliza os Planos Locais de Gestão que vem sendo feita em cima das Macrozonas, sendo que estas se apoiam nas atividades econômicas, na matriz de transporte e nos problemas ambientais para direcionar a ação de regionalizar.

Entretanto consideramos que é **essencial** que as políticas públicas, e as ciências humanas de forma geral, compreendam a singularidade dos lugares (RIBEIRO, 2011) e considerem uma regionalização que seja flexível. Não haverá uma delimitação, por nenhum que seja o recorte, que não reproduza a injustiça social. Para retomarmos um modo de vida que seja menos perverso é preciso que retomemos o espaço das diversidades, inclusive a diversidade do espaço dentre os quais temos os conflitos urbanos (VAINER, 2009). Os limites de uma região precisam ser flexíveis sendo redimensionado sempre que necessário. Tentemos ouvir a voz do lugar! Este sim, criador e sustentador da vida de relações – o

território usado (SANTOS & SILVEIRA, 2001).

Nos parece que não só esse estudo, mas também a análise em geral do nosso cotidiano, indicam para a urgente necessidade de flexibilização das delimitações, seja das regiões, seja dos partidos políticos ou dos movimentos sociais. Vemos emergir diversas organizações com núcleos nas metrópoles e grandes cidades do país, sincronicamente, que não se organizam conscientemente em rede, mas acabam se organizando reticularmente e que possuem um objetivo em comum sem uma estrutura de hierarquização. Na década passada, dos anos 2000, e na década que vivemos, surgem em todo canto novas organizações que caminham para o mesmo sentido sem a necessidade de ‘assinarem uma carta’ constando seus objetivos em comum. Dentro dos movimentos que lutam pela moradia, os movimentos que lutam pelos direitos dos negros, das lésbicas, das mulheres, dos deficientes, entre outros, vemos a diversidade como elemento em comum. É preciso que estejamos abertos a ela e para isso faz-se necessário menos controle, menos definições e menos planos, e mais percepção, mais consciência e mais respeito pelo diferente e pelo diverso. Cabe-nos apenas compreender as diferenças para respeitá-las! Se é difícil compreender o cotidiano do lugar, calá-lo não é a solução!

BIBLIOGRAFIA UTILIZADA

ALVES, Cristiano Nunes. **O circuito sonoro:** radiodifusão FM e produção fonográfica em Campinas-SP. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Geografia do Instituto de Geociência, Unicamp, Campinas, 2008.

_____. **Densidade comunicativa e a música nos lugares:** o circuito sonoro de Recife. Texto para sessão coordenada, ENG, Porto Alegre, 2010. (pp. 09)

_____. “O circuito hip hop na região de Campinas”. In.: **MERCATOR**, Fortaleza, v. 12, n. 28, p. 125-140, mai./ago., 2013.

ARROYO, Mônica. Território, transição e futuro. *Revista Experimental*, n.º 1, julho, 1996 (p. 77-85).

BAENINGER, Rosana. **Espaço e tempo em Campinas:** migrantes e expansão do pólo industrial Paulista. 1992. Dissertação. (Mestrado), IFCH, Unicamp, Campinas-SP, 1992.

BERNARDO, Rosana Guimarães. **Histórico da ocupação do solo no município de Campinas.** Dissertação. (Mestrado), FAU, USP, São Paulo, 2002.

BISNETO, Victor Begeneres. **Formação territorial e planejamento urbano:** por um uso mais solidário do território de Campinas/SP. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia), FFLCH, USP, São Paulo, 2009.

BONDUKI, Nabil. Plano Local de Habitação: das origens aos dilemas atuais nas regiões metropolitanas. In.: DENALDI, Rosana (org.). **Planejamento Habitacional:** notas sobre a precariedade e terra nos planos locais de habitação. São Paulo: Annablume, 2013. (pp. 29-43).

CAIADO, Maria Celia Silva. Padrão de urbanização brasileiro e a segregação espacial da população na região de Campinas: o papel dos instrumentos de gestão urbana. In.: **XI ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS da ABEP**, 1998.

CAIADO, Maria Célia Silva & PIRES, Maria Conceição Silvério. Campinas Metropolitana: transformações na estrutura urbana atual e desafios futuros. In.: CUNHA, José Marcos Pinto da. **Novas Metrôpoles Paulistas:** população, vulnerabilidade e segregação. Campinas-SP: Núcleo de Estudos de População - NEPO / UNICAMP, Campinas-SP, p. 275-304, 2006.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros:** crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: EDUSP, 2003.

CANO, Wilson & BRANDÃO, Carlos A. **A Região Metropolitana de Campinas:** urbanização, economia, finanças e meio ambiente. Vols. 1 e 2. Campinas: Unicamp, 2002.

CARLOS, Ana Fani Alessandri, SOUZA, Marcelo Lopes de & SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (orgs.). **A Produção do Espaço Urbano:** agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011.

CARVALHO, E. **Crise urbana e habitação popular em Campinas:** 1870 - 1956. 1991. Dissertação. (Mestrado), IFCH, Unicamp, Campinas-SP, 1991.

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e resistência:** aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e Democracia:** o discurso competente e outras falas. São Paulo: Cortez, 1993.

CORRÊA, Roberto Lobato **O Espaço Urbano.** São Paulo: Ática, 2000.

_____. **Trajatórias Geográficas.** Rio de Janeiro: BCN União das Editoras S.A., 2001.

_____. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In.: CARLOS, Ana Fani Alessandri, SOUZA, Marcelo Lopes de & SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (orgs.). **A Produção do Espaço Urbano:** agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011. p. 41-52

COSTA, André Dal´Bó. **Luta social e a produção da cidade.** (Mestrado em Arquitetura). Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Escola de Engenharia de São Carlos, USP. São Carlos, 2013

CURIOSO, Raphael. **Lugar, saúde e informação:** os círculos de informação da atenção básica do SUS no contexto da disputa do conceito de saúde. Mestrado em Geografia. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. UFRN, Natal, 2013.

DANTAS, Marcos. **A lógica do capital-informação.** A fragmentação dos monopólios e a monopolização dos fragmentos num mundo de comunicações globais. Rio de Janeiro: Contraponto, 2ª. Ed, 2002.

DAVIS, Mike. **Planeta Flavela.** São Paulo: Boitempo, 2006

DIÓGENES, Cristiano. **Avanços e limites da regularização fundiária da Vila Brandina** (Campinas-SP). 2012. Tese. (Doutorado em Geografia). IG, Unicamp, Campinas-SP, 2012.

FERNANDES, Ari Vicente & OLIVEIRA, Ernestina. “Subsídios para regularização do Parque Oziel e Jardim Monte face a legislação urbana e ambiental”. In.: **Anais do seminário internacional: Gestão de Terra Urbana e Habitação de Interesse Social.** Campinas: FAU – PUCCAMP, 2002.

FERNANDES, Ari Vicente. **Urbanização e Recursos Hídricos da Bacia do Piracicaba.** Tese de Doutorado. FAU – USP, 2003.

FREITAS, Eleusina. **Loteamentos fechados.** 2008. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), FAU, USP, São Paulo, 2008.

FONSECA, Helena Rizzatti Fonseca. 2011. **Produção e difusão de informações na cidade de Campinas-SP:** um estudo da região do Jardim Campo Belo. 2011. Monografia. (Graduação em Geografia). IG, Unicamp, Campinas-SP, 2011.

FORMAGIO, Cessimar de Campos. **Experiências, mediações e posições políticas:** a luta por moradia no Campo Belo-Campinas/SP. Mestrado em Sociologia. UFSCar, São Carlos. 2012

GARCIA, Ana Letícia Guimarães. **Espaços urbanos derivados da implantação de conjuntos habitacionais e áreas de ocupação ilegal:** o caso da região do Distrito Industrial de Campinas. 2010. Dissertação. (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, Unicamp, Campinas-SP, 2010.

GHILARDI, Flávio Henrique. **O lugar dos pobres na cidade de Campinas-SP:** questões a partir da urbanização da ocupação do Parque Oziel, Jardim Monte Cristo e Gleba B. (Mestrado em Arquitetura). Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Escola de Engenharia de São Carlos, USP. São Carlos, 2012.

- GONÇALVES, Maria E. **Direito da informação**. Livraria Almedina, Coimbra, 1994.
- GORZ, André. **O Imaterial**: conhecimento, valor e capital. São Paulo: Annablume, 2005.
- HARVEY, David. “Mundos urbanos possíveis”. **Novos Estudos CEBRAP**. No. 63, 2002. (pp. 3-8).
- _____. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: HUCITEC, 1980.
- _____. **Espaços da esperança**. São Paulo: Loyola, 2003.
- HELENE, Diane; ANDREOTTI, Maria Beatriz & MARINO, Filipe. **A segregação espacial planejada**: uma análise da urbanização da cidade de Campinas-SP. Disponível em: <www.academia.edu/4186428/>. Acessado em: Setembro de 2013.
- HIRATA, Francini. **A luta pela moradia em São Paulo**. (Mestrado em Ciência Política). IFCH, UNICAMP. Campinas, 2010
- JACOBI, Pedro. Exclusão urbana e lutas pelo direito à moradia. **Espaço & Debates**, NERU: Cortez, nº 7, p. 53-69, out./dez., 1982.
- KOWARICK, Lúcio. Lutas urbanas e movimentos populares: alguns pontos para reflexão. **Espaço & Debates**. Revista de Estudos Urbanos e Regionais. São Paulo. N. 08, jan/abr, 1983. (pp. 55-63)
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Documentos, 1969.
- _____. Estrutura social: a reprodução das relações sociais. In.: FORRACHIO, M. M. & MARTINS, J. S. **Sociologia e Sociedade**: leituras de introdução à sociologia. São Paulo: Livros técnicos e científicos, 1980.
- _____. O espaço, a produção do espaço, a economia política do espaço. In: LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política**. Belo Horizonte-MG: UFMG, 2008. p. 111-145.
- LENCIONE, Sandra. Reestruturação urbano-industrial no estado de São Paulo: a região da metrópole desconcentrada. **Espaço & Debate**. São Paulo: n. 38, 1994. (pp. 54-61)
- LOJKINE, Jean. **A revolução informacional**. São Paulo: Cortez, 1995.
- LOPES, Doraci Alves. **O movimento da Assembléia do Povo e a Crítica da ‘Marginalidade’**. 1988. Dissertação. (Mestrado em Sociologia), IFCH, Unicamp, Campinas-SP, 1988.
- LUZ, Dioclécio. **Trilha apaixonada e bem-humorada do que é e de como fazer rádios comunitárias, na intenção de mudar o mundo**. Brasília, 2001.
- MARICATO, Ermínia. **Metrópole na periferia do capitalismo**: ilegalidade, desigualdade e violência. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- _____. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2011a.
- _____. Metrópoles desgovernadas. **Estudos Avançados**, 25 (71), p. 07-22, 2011b.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora, 1989.
- MASSEY, D. “Um sentido global do lugar”. In.: ARANTES, A. (org.), **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000.
- MATTELARD, Armand. “Sociedade do conhecimento e controle da informação e da

comunicação”. In.: **Conferência conferida na sessão aberta do V Encontro Latino de Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura**. Salvador, Bahia, Brasil, de 9 a 11 de novembro de 2005.

MELGAÇO, Lucas. **A Geografia do Atrito** – dialética espacial e violência em Campinas-SP. 2005. Dissertação. (Mestrado em Geografia), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

MESTRE, Ana Paula. **Os usos do território e as políticas urbanas: o Jardim Campo Belo no processo de fragmentação da cidade de Campinas**. 2009. Dissertação. (Mestrado em Geografia), IG, Unicamp, Campinas-SP, 2009.

MESTRE, Ana Paula & FONSECA, Helena Rizzatti. O Plano Diretor e a regionalização como ferramenta do planejamento de Campinas: uma análise da região do Jardim Campo Belo. In.: **Boletim Campineiro de Geografia**, Campinas-SP, v. 1, n. 1, p. 31- 46, 2011.

MIRANDA, Zoraide Amarante I. de. As terras que a cidade engoliu. In: FONSECA, R. B et all. (orgs). **Livro Verde para a Região Metropolitana de Campinas**. Campinas, SP: IE-Unicamp, 2002.

MONTEIRO, Circe Maria Gama. “O Planejamento: algumas considerações”, **Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas e outras coisas**, n. 1(2), vol. 1, maio, 2007. (pp. 40-54).

OLIVEIRA, Francisco de. O Estado e o urbano no Brasil. **Espaço & Debates**, n. 6, p. 36-54, 1983.

PINHO, Rodrigo Altair. **Santo André: (Re)ordenação sócio espacial do período técnico-científico-informacional a partir dos anos 90**. (Mestrado em Geografia). FFLCH, USP. São Paulo, 2007.

PIRES, Maria C. Silvério & SANTOS, Sarah Monteiro dos. Evolução da mancha urbana. In: FONSECA, R. B et all. (orgs). **Livro Verde para a Região Metropolitana de Campinas**. Campinas, SP: Unicamp IE. 2002.

PIRES, Maria C. Silvérios. **Morar na metrópole: expansão urbana e mercado imobiliário na Região Metropolitana de Campinas**. 2007. Tese (Doutorado em Geografia), IG, Unicamp, Campinas-SP, 2007.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; CARDOSO, Adauto Lúcio. Planejamento urbano no Brasil: paradigmas e experiências. **Espaço & Debates**. N. 37, 1994. pp.77-89

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Faces ativas do urbano: mutações num contexto de imobilismo. In.: RIBEIRO, A. C. T., **Repensando a experiência urbana da América Latina: questões, conceitos e valores**. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

_____. “Lugares dos saberes: diálogos abertos”. In.: BRANDÃO, M. **Milton Santos e o Brasil**. Território, lugares e saberes. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004a.

_____. “Regionalização: fato e ferramenta”. In.: LIMOND E., et al (org.). **Brasil Século XXI** –

Por uma nova regionalização? Agentes, processos e escalas. São Paulo: Max Limond/CNPq, 2004b.

_____. A cidade neoliberal: crise societária e caminhos da ação. **OSAL**, ano VII, n. 21, p. 23-32, 2006.

_____. Territórios da sociedade: por uma cartografia da ação. In.: SILVA, Catia Antonia (org.). **Território e ação social**: sentidos da apropriação urbana. Rio de Janeiro: Lamparina editora, 2011. p. 19-34.

ROCHA, Hederson R. **A circulação em Campinas**: a viabilização do território como recurso através da expansão do Aeroporto de Viracopos. 2006. Monografia. (Graduação em Geografia), IG, Unicamp, Campinas-SP, 2006.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas cidades brasileiras**. (Tese de Doutorado). Editora Contexto: São Paulo, 1988.

_____. Estatuto da Cidade: função social da cidade e da propriedade. Alguns aspectos sobre população urbana e espaço. **Cadernos da Metrópole**. n. 12, pp. 9-25, 2o. Sem., 2004.

_____. Políticas públicas: FGTS e Planos Diretores – conteúdos e significados. **Cidades**. Vol. 9, n. 16, pp. 10-30, 2011.

ROLNIK, Raquel & SOMEKH, Nádia. Governar as metrópoles: dilemas da recentralização. In: GONÇALVES, M. F. *et al* (orgs.) **Regiões e cidades, cidades nas regiões**: o desafio urbano-regional. São Paulo: Editora Unesp: ANPUR, 2003.

SANTOS, Antônio da Costa. **Campinas, das Origens ao Futuro**: Compra e Venda de Terra e Água e um Tombamento na Primeira Sesmaria da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso de Jundiá (1732-1992). Campinas-SP: Unicamp, 2002.

SANTOS, Jocymara Martinez dos. **No fundo do quintal**: a co-residência como estratégia de sobrevivência no complexo de favelas dos Amarais - Município de Campinas/SP. 2005. Dissertação (Mestrado em Assistência Social), FCHS, Unesp, Franca-SP, 2005.

SANTOS, Milton. **O trabalho do geógrafo no terceiro mundo**. São Paulo: Hucitec, 1978.

_____. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.A., 1979.

_____. O meio técnico-científico-informacional e a urbanização brasileira. **Espaço & Debates**. Revista de Estudos Urbanos e Regionais. São Paulo. Ano VIII, n. 25, p. 58-62, 1988.

_____. **Metrópole corporativa e fragmentada**: o caso de São Paulo. São Paulo: Nobel, 1990.

_____. **Técnica, espaço e tempo**. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. “O território e o saber local: algumas características de análise”. **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, Ano XIII, n.º 2, 1999. (p.15-26)

_____. **O espaço do cidadão**. 5a ed. São Paulo: Nobel, 2000a [1987].

_____. **Por uma outra globalização**: do pensando único à consciência universal. São Paulo: Record, 2000b.

_____. “Região: Globalização e Identidade.” In.: LIMA, Luiz Cruz (org.). **Conhecimento & Reconhecimento**. Fortaleza: Editora da UECE, 2003. PP. 53-64.

- _____. **Pensando o espaço do homem.** São Paulo: Edusp, 2004.
- _____. **A urbanização brasileira.** 5ª Ed. São Paulo: Hucitec, 2008 [1993].
- _____. **Por uma economia política da cidade.** São Paulo: Hucitec, 2009a [1994].
- _____. “Território, espaço banal, lugar-comum. Pensar o lugar como domínio da imediatez é um equívoco; no mundo da globalização, ele recria o destino dos povos.” Texto publicado no **Jornal da Tarde**, 09 de Novembro de 2009b.
- SANTOS, Milton & SILVEIRA, María Laura. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. São Paulo: Record, 2001.
- SANTOS, Regina Célia Bega dos. Campinas como pólo tecnológico na reestruturação do espaço urbano regional. In: CARLOS, A. F. A.; LEMOS, A. I. G. (Org.). **Dilemas Urbanos:** Novas Abordagens sobre as Cidades. São Paulo: Editora Contexto, 2000. p. 204-211.
- SEMEGHINI, Ulysses C. **Do café à indústria:** uma cidade e seu tempo. Editora da Unicamp: Campinas-SP, 1991.
- SILVA, Adriana M. Bernardes. As grandes cidades e o período popular da história. In: SILVA, Maria Auxiliadora, et al. (orgs.) III ENCONTRO COM O PENSAMENTO DE MILTON SANTOS. **O lugar fundamentando o período popular da história.** Salvador-BA, Mai., p. 171-188, 2005.
- SILVA, Catia. Antonia da. “Um desafio epistemológico e metodológico: por uma geografia das existências”. In.: SILVA, C. A. **Pensamento vivo e humanismo concreto** em Ana Clara Torres Ribeiro. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014 (p. 13-26)
- SILVEIRA, María Laura. “Uma situação geográfica”. **Revista Território**, ano IV, n.º 6, jan./jun, 1999 (p. 21-27).
- SODRÉ, Muniz. **Reinventando a cultura.** São Paulo: Vozes, 1996.
- SOUZA, Maria Adélia de (org). **A Metrópole e o Futuro:** Refletindo sobre Campinas. Campinas-SP: Territorial, 2008.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade.** Uma introdução ao planejamento e à gestão urbanos. 2a. Edição, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- _____. **A prisão e a ágora:** reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- _____. A cidade, a palavra e o poder: práticas, imaginários e discursos heterônomos e autônomos na produção do espaço urbano. In.: CARLOS, Ana Fani Alessandri, SOUZA, Marcelo Lopes de & SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (orgs.). **A Produção do Espaço Urbano:** agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011. (pp. 147-166)
- SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In.: CARLOS, Ana Fani Alessandri, SOUZA, Marcelo Lopes de & SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (orgs.). **A Produção do Espaço Urbano:** agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011. p. 123-146
- TAUBE, M. J. de M. **De migrantes a favelados:** um estudo de um processo migratório. Campinas-SP: UNICAMP, 1986.
- TEIXEIRA, Sérgio Oliveira. **Círculos de informação e usos do território:** grandes empresas

de consultoria e a gestão da privatização no Brasil. 2013. Dissertação. (Mestrado em Geografia), IG, Unicamp, Campinas-SP, 2013.

TOPALOV, Christian. “Do planejamento à Ecologia: nascimento de um novo paradigma da ação sobre a cidade e o habitar?”. **Cadernos IPPUR**, Ano XI, n. 1 e 2, 1997. pp. 19-42.

VAINER, Carlos B. As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local? In.: **Planejamento e território: ensaios sobre a desigualdade**. Cadernos IPPUR/UFRJ, ano XV, n. 2, 2001.

_____. **Núcleo Experimental de Planejamento Conflitual**. Projeto. ETTERN/IPPUR: Rio de Janeiro, 2009

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. A utilização dos agentes sociais nos estudos de Geografia Urbana: avanço ou recuo? In.: CARLOS, Ana Fani Alessandri, SOUZA, Marcelo Lopes de & SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (orgs.). **A Produção do Espaço Urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011. (pp. 75-96)

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. 2a. Edição, São Paulo: Nobel, Fapesp e Lincoln Institute, 2001.

_____. **O que todo cidadão deve saber sobre habitação**. s/d. (56p.)

ZIMMERMANN, Gustavo. **Finanças públicas: o caso de Campinas**. Dissertação. (Mestrado em Economia), IE, Unicamp, Campinas-SP, 1989.

DOCUMENTOS CONSULTADOS

CAMPINAS (Município). Lei n. 5.079, de 28 de Abril de 1981. Dispõe sobre a concessão do direito real de uso de terrenos públicos por interesse social e dá providências. **Câmara Municipal de Campinas**.

CAMPINAS (Município). Lei n. 11.834, de 19 de Dezembro de 2003. Dispõe sobre regularização de parcelamento do solo implantados irregularmente e dá providências. **Câmara Municipal de Campinas**.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Aglomerados Subnormais. Primeiros Resultados. **Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**. Censo Demográfico. 2010. Rio de Janeiro, 2011. (p. 1-259)

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Projetos Prioritários de Investimentos (PPI) – Intervenção nas Favelas (2007-2010). Manual de Instruções. **Secretaria Nacional de Habitação**. **Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental**. (p. 1-21.)

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. As metrópoles no Censo 2010: quem somos? Disponível em: www.observatoriodasmetropoles.net. Acessado em: Maio/2010 (17p.)

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS. Plano Municipal de Habitação. **Secretaria Municipal de Habitação**. Campinas-SP, 2011, (p. 1- 487)

ANEXOS

LEI MUNICIPAL DE CAMPINAS-SP 11.834/03

CAPÍTULO I

- DA REGULARIZAÇÃO DOS PARCELAMENTOS

Art. 2º- Para fins desta lei, considera-se irregular o parcelamento:

I- promovido sem autorização da Municipalidade, com observância ou não das disposições urbanísticas;

II- executado em desacordo com o plano aprovado

III- aprovado, executado de conformidade com o plano aprovado e não registrado

IV- aprovado, registrado, sem a execução das obras constantes do projeto original. Parágrafo único: Os parcelamentos irregulares poderão ser oriundos de loteamentos, desmembramentos ou ocupações espontâneas.

Art. 4º- O processo de regularização consiste no conjunto de ações que visam adaptar o parcelamento do solo irregular aos padrões urbanísticos e ambientais recomendados na legislação municipal e definidos na presente lei, compreendendo a implementação de obras de infra estrutura básica e o registro do plano no Cartório de Registro de Imóveis competente e, quando pertinente, a outorga de concessão de direito real de uso, mediante Termo Administrativo.

Parágrafo único- Constatada a impossibilidade de proceder-se ao registro do loteamento por inconsistências no título de domínio que demandem a propositura de ações judiciais pelo titular de domínio, poderá a Municipalidade proceder apenas à intervenção urbanística, concluindo a regularização com a aprovação do plano e com as medidas administrativas pertinentes, inclusive com a atualização no lançamento fiscal segundo o plano aprovado.

Art. 5º- A regularização dos parcelamentos do solo irregulares pela Municipalidade tem natureza de interesse público com características de urbanização específica, nos termos da Lei Federal 6.766/79, com as alterações da Lei Federal 9.785/99, objetivando a presente lei, a definição de normas próprias de regularização fundiária.

Parágrafo único- Serão consideradas na forma da presente lei, áreas de interesse público para fins de regularização específica de interesse social, todos os perímetros das áreas dos parcelamentos de solo irregulares executadas no Município.

Art. 7º- Verificada a impossibilidade de regularização do parcelamento, por ausência das condições técnicas, por acarretar risco à vida ou a saúde pública ou ainda, pelo não atendimento ao artigo 6º desta lei, a área deverá ser revertida à condição de gleba, devendo o loteador ou o responsável executar as obras e serviços necessários para sanar eventuais danos ambientais causados pela implantação do parcelamento, bem como suportar os demais ônus pelas lesões e prejuízos provocados aos terceiros e à Administração Pública.

CAPÍTULO II

- DOS PROCEDIMENTOS DE REGULARIZAÇÃO

Art. 8º- O processo de regularização poderá ser iniciado mediante:

I- requerimento do loteador ou empreendedor.

II- requerimento do proprietário da gleba.

III- requerimento das associações representativas dos adquirentes ou ocupantes, legalmente constituídas.

§ 1º- A Administração Municipal poderá, em caráter "ex-officio", iniciar o processo de regularização, quando omissa ou negligente o loteador ou empreendedor ou proprietário da gleba pelo parcelamento Irregular.

Art. 9º- Os procedimentos de análises dos processos de regularização observarão:[Ver tópico](#)
I- as condições de estabilidade, segurança e salubridade das áreas do parcelamento:[Ver tópico](#)
II- o uso e ocupação em conformidade com a finalidade urbana, privilegiando-se, em especial, o de moradia.

Art. 10- Concluída a análise técnica, verificada a necessidade de execução de obras, serviços ou adaptações do plano urbanístico ou ainda, outras exigências de ordem jurídica, os responsáveis deverão ser comunicados para atendimento, no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por 90 (noventa) dias, a critério do setor competente.

§ 1º- Constatada a viabilidade da regularização, expedir-se-á autorização para execução das obras e serviços, acompanhada do cronograma físico-financeiro, podendo ser exigida garantia para execução de obras, na forma da legislação vigente.

§ 2º- As obras de infra-estrutura poderão ser executadas pelo loteador ou parcelador ou pela associação de moradores, pelas concessionárias de serviço público, observadas a responsabilidade técnica pertinente, ou ainda, pela Municipalidade de Campinas, segundo a sua disponibilidade orçamentária.

§ 3º- Quando a Prefeitura Municipal elaborar o projeto e executar as obras, serão adotadas medidas judiciais para o consequente ressarcimento das importâncias dispendidas.

Art. 12- Verificado o cumprimento das exigências feitas para a regularização do parcelamento, será expedido o competente Auto de Regularização [AR], documento hábil a atestar a aprovação do parcelamento e propiciar o registro junto a Serventia Imobiliária.

CAPÍTULO III

- DOS REQUISITOS URBANÍSTICOS ESPECÍFICOS

Art. 1 - A regularização deverá observar as seguintes condições técnicas e urbanísticas:

I- quanto às obras e serviços de infra-estrutura urbana, serão definidos de forma a assegurar:

a) estabilidade dos lotes, das vias, das áreas dos sistemas de lazer, áreas institucionais e dos terrenos limítrofes;

b) drenagem das águas pluviais;

c) trafegabilidade das vias;

d) integração do sistema viário com a malha local existente e consolidada;

e) abastecimento de água potável;

f) esgotamento sanitário, disposição e tratamento dos resíduos de conformidade com as diretrizes da SANASA;

g) recuperação geotécnico-ambiental das áreas degradadas;

h) rede de energia elétrica domiciliar.

II - quanto aos requisitos urbanísticos:

a) da área total objeto da regularização do parcelamento do solo, deverá ser destinado, dentro do seu perímetro, o percentual de, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento), para sistema viário, sistema de lazer e área para equipamento público comunitário;

b) nas hipóteses de áreas com dimensão igual ou inferior a 10.000,00m², parceladas anteriormente à data da edição da Lei Federal [6.766/79](#), não será exigida a destinação de áreas verdes e institucionais, mantidas aquelas eventualmente destinadas;

c) na impossibilidade da destinação de áreas públicas no percentual exigido dentro do perímetro do

parcelamento, poderá, sob a responsabilidade exclusiva do parcelador, ser destinada em outra área, preferencialmente no raio de 2 km (dois quilômetros), desde que, em dobro e sujeita à anuência do setor competente.

d) os lotes deverão ter acesso por via de circulação de pedestre ou de veículos, devendo suas dimensões, preferencialmente, atender ao mínimo previsto na legislação vigente, podendo ser aceitas dimensões inferiores em vista da natureza de regularização específica de interesse social;

e) As vias de circulação deverão ter largura mínima de 4,00 metros;

f) as passagens de pedestres ou escadarias, com finalidade específica de circulação de pedestres local e acesso às moradias, deverão ter largura mínima de 2,00 metros;

g) As vielas sanitárias para fins de drenagem e proteção das tubulações no subsolo para passagem de rede de esgoto deverão atender a largura mínima de 2,00 metros ou as restrições estabelecidas pela SANASA;

h) A extensão e profundidade das quadras serão verificadas pelo Setor competente, contemplando-se na análise as condições apresentadas para cada parcelamento;

i) Poderá ser exigido laudo geológico-geotécnico, para comprovação da estabilidade dos lotes, das vias e demais logradouros do parcelamento ou ainda, dos terrenos limítrofes, e respectiva elaboração de projeto e execução de obras de contenção;

§ 1º - As vias de circulação, passagens de pedestres ou vielas sanitárias poderão ter dimensões inferiores às especificadas no presente artigo, desde que certificado pelo setor técnico competente que estão asseguradas as condições de acessibilidade e salubridade

§ 2º - Na impossibilidade da estabilização dos lotes, deverá o loteador ou o empreendedor ou ainda o proprietário da gleba promover a desocupação da área imprópria para moradia, dotando-a de condições de estabilidade.

§ 3º - A responsabilidade para remoção das moradias em áreas de risco e sua relocação, será de inteira responsabilidade do empreendedor, loteador ou proprietário da gleba parcelada, devendo a Municipalidade promover o acompanhamento técnico-social e administrativo.

§ 4º - Caberá ao Poder Público a responsabilidade pela remoção e reassentamento dos ocupantes das áreas de risco, quando situadas em áreas públicas.

§ 5º - Quando a regularização contemplar perímetros de ocupação em área públicas, o percentual de destinação de áreas públicas poderá ser dispensado, devendo a demanda constituída pela população moradora, ser atendida pela rede pública ou privada existente no entorno do parcelamento.

CAPITULO IV

- DAS TAXAS E PREÇOS PÚBLICOS

Art. 16 - Fica acrescido na Tabela de Preços Públicos e taxas adotada pela Municipalidade, os seguintes emolumentos devidos pelo processo de regularização:

TAXA DE ANÁLISE (devida no protocolamento do pedido)

Área (m2).....UFIC* Até 10.000.....90,5031 Acima de 10.000.....90,5031 + 0,0036631 por m² excedente REGULARIZAÇÃO

Área (m2).....UFIC Até 10.000.....108,5540 Acima de 10.000.....108,5540 + 0,012211 por m² excedente TAXA DE VISTORIA

Área (m2).....UFIC Até 10.000,00.....60,3354 Acima de 10.000,00.....60,3354 + 0,00244216 por m² excedente

§ 1º - Na hipótese do processo de regularização ser iniciado por associações representativas de moradores, legalmente constituídas, quando estas não forem as responsáveis pelo parcelamento, os emolumentos poderão ser dispensados, no momento do protocolamento do pedido de regularização, mediante autorização da Coordenadoria Especial de Regularização Fundiária.

§ 2º - Os valores dos emolumentos não cobrados no protocolamento do pedido nos termos do parágrafo

anterior, estarão incluídos entre as despesas a serem ressarcidas pelo parcelador, loteador ou empreendedor ou ainda pelo proprietário da gleba.

§ 3º - A regularização das ocupações em áreas públicas estará isenta do pagamento de taxas e preços públicos.

Art. 17 - Na hipótese da Prefeitura Municipal assumir a regularização do loteamento, serão cobradas do loteador, empreendedor ou proprietário da gleba as despesas levadas a efeito com a regularização do parcelamento ou com a reversão da área parcelada à condição de Gleba, sem prejuízo da multa cabível, taxas, juros, eventuais acréscimos legais e demais despesas advindas de sua exigibilidade e cobrança.

Parágrafo único: - Consideram-se despesas a serem ressarcidas: levantamentos planialtimétricos cadastrais, levantamentos planimétricos, confecção de plantas e memoriais, elaboração de projetos executivos, emolumentos (taxas de análise de regularização e taxas de vistoria), aprovações junto aos órgãos estaduais e federais, as decorrentes de expedição de certidões, o registro do parcelamento e quaisquer outras necessárias à regularização do parcelamento.

CAPÍTULO VI

- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 25 - Expedido o Auto de Regularização, as áreas dos parcelamentos do solo regularizados para fins urbanos, inclusive chácaras de recreio localizados fora do perímetro da zona urbana estabelecida pela Lei 8.161/94, passarão a integrar zona de Uso Z-4 (Zona Quatro), para efeito de uso e ocupação do solo, devendo o seu perímetro ser delimitado por ato do Executivo.

Campinas. 19 de dezembro de 2003 IZALENE TIENE
Prefeita Municipal autoria: Prefeitura Municipal de Campinas

*UFIC (Unidade Fiscal de Campinas): no ano de 2013 corresponde a R\$ 2,4888, valor estável pelo período de um ano.

NÓS JÁ TEMOS ONDE MORAR!

Moradia digna SIM! Despejo NÃO!!

Moradore(a)s do Campo Belo I sofrem perseguição da prefeitura para que abandonem os lugares em que vivem há quase 30 anos!

O Campo Belo 1, que fica ao sul da cidade de Campinas e próximo do aeroporto de Viracopos, tem sido alvo da especulação imobiliária nos últimos anos. Agora, com os projetos de ampliação do aeroporto e instalação do trem bala, toda área circundante sai valorizada e os moradores passam a ser assediados, cada hora com uma justificativa.

A Secretaria Municipal de Habitação alega que precisa construir uma área verde na área de duas ruas (A e M) e também uma avenida no jardim Marisa. Para isso, os moradores desses locais teriam que sair de onde moram há mais de 20 anos, largar seu teto e COMPRAR uma casa na Cohab/Jardim Marisa de 38 m² ou menos. Casas que não comportam uma família inteira e nem seus móveis. Ir para essas casas obriga as famílias a deixarem tudo o que construíram pela vida inteira e entrar numa dívida que pode significar, no futuro, uma nova expulsão.

Depois de anos de sacrifícios para conseguirem erguer um lugar para morar, sempre solicitando à prefeitura sistema de esgoto, asfalto e captação de água e nunca sendo atendidos, surge um projeto que traz a expulsão. Porém, a comunidade já possui, desde a década de 70, um planejamento para a área, o qual envolve habitação, lazer e cultura. Cabem, então, as seguintes perguntas:

- **Retirar famílias de seus lares, obrigá-las a pagar por casas pequenas e precárias não é uma violência?**
 - **Para onde irão aqueles que não conseguirem pagar as prestações?**
 - **A quem interessa a saída das famílias?**
 - **Quem ganha com tudo isso? Quem são “os que mais precisam”?**

Houve, agora em setembro de 2010, uma primeira vitória: a Defensoria Pública de Campinas entrou com uma liminar e conseguiu impedir o despejo intencionado pela prefeitura para o fim de agosto. Mas sabemos que a luta continua, pois a prefeitura representa, na realidade, grandes grupos empresariais interessados pela área.

O direito do povo à moradia não pode ser massacrado pelos interesses imobiliários e seus representantes! Junte-se a nós nessa luta!!

**RECONHECIMENTO DE DIREITOS SIM! VENDA
OBRIGATÓRIA NÃO!**

Junte-se a nós!!!!

**Contato: Associação de Moradores do Campo
Belo I e Núcleo São João**

MANIFESTO

Contra a “política habitacional” adotada no Município de Campinas-SP

O Plano Diretor de Campinas, elaborado em 2006, colocou a questão da redução das desigualdades territoriais como objetivo para garantir o Direito à Cidade. É um avanço institucional que merece ser aperfeiçoado e efetivamente aplicado.

Todavia, nos últimos anos, a “política habitacional” de Campinas vem privilegiando o capital imobiliário, permitindo que prevaleça a especulação e a exclusão socioespacial no Município.

Desde a posse do Prefeito Jonas Donizete, ocorrida em janeiro de 2013, remoções forçadas têm sido realizadas pela Prefeitura. O Prefeito vem se omitindo de sua responsabilidade pública de aplicar as leis que garantam aos cidadãos, principalmente aos socialmente mais vulneráveis, os Direitos Humanos, o Direito à Cidade e à Habitação.

Entre as remoções já realizadas em Campinas em 2013, estão as 100 famílias que habitavam uma área particular no Jardim do Lago 2. Para impedir a reintegração de posse, ocorrida na manhã de 25 de julho, os moradores da área fizeram uma barreira para bloquear a entrada de um trator da Prefeitura. Antes disso, os moradores cobraram a apresentação de liminar concedida pela Justiça para a remoção das famílias.

A área particular havia sido ocupada pela primeira vez no dia 14 de junho do mesmo ano, quando as famílias chegaram ao local e ergueram 59 moradias improvisadas.

No dia 16 de junho, foram removidas essas moradias e as demarcações dos lotes feitas pelas famílias. No dia 18, foram distribuídas senhas às famílias para efetuar o cadastro junto à Companhia de Habitação de Campinas (COHAB), procedimento que esgota a aplicação da “política” habitacional de interesse social local.

No dia 20 de julho, as mesmas famílias voltaram a ocupar a área no Jardim do Lago 2. Mas, no dia 25 de julho foram novamente removidas do local. Neste dia, os moradores não puderam nem mesmo desmontar os barracos, os quais foram destruídos pelas máquinas.

Além disso, a Prefeitura de Campinas começou a utilizar os reeducandos do sistema prisional nas remoções forçadas, expondo-os a conflitos e a constrangimentos, violando, dessa forma, os Direitos Humanos.

Há 20 anos a área do Jardim do Lago 2 está desocupada e, sobre ela, poderiam ser aplicados os instrumentos previstos no Estatuto das Cidades para destiná-la à habitação de interesse social.

Prática perpetrada pela Concessionária Aeroportos Brasil Viracopos S/A, Polícia Federal, Polícia Militar (47ª Cia.), Construtora Constran, Embrase, Infraero, levada a efeito no dia 25 de fevereiro, esteve em total desacordo com os princípios constitucionais, do Código Civil, Código Penal, do Estatuto da Criança e do Adolescente, do Estatuto do Idoso e também dos tratados internacionais dos quais o Estado Democrático de Direito do Brasil é signatário.

Por volta de 6h30 do dia 25 as forças repressivas do aparelho de estado começaram a se postar nos acessos ao conjunto de residências no Bairro Jardim Cidade Singer, região do Campo Belo.

Cerca de 150 famílias, moradoras há mais de 6 anos nesse loteamento, foram surpreendidos por uma “operação” truculenta e ilegal comandada pela Concessionária Aeroportos Brasil

Viracopos S/A.

Os atos praticados não foram sequer precedidos do acompanhamento do Conselho de Direitos Humanos, representantes da Prefeitura, Câmara Municipal, Ordem dos Advogados do Brasil, Defensoria Pública, Conselho Tutelar e entre tantos outros.

Iniciaram, sem aviso prévio e sem mandato judicial, um cerco às moradias e às pessoas residentes no bairro e, com quatro tratores de grande porte da Construtora Constran, a destruição das casas. Não houve, até o momento, nenhum tipo de respaldo, auxílio, ajuda ou indenização às pessoas afetadas.

Entre as remoções previstas estão os moradores da região do Campo Belo, no entorno do Aeroporto Internacional de Viracopos. O Aeroporto foi inaugurado há 52 anos e sua pujança é propalada com orgulho, principalmente após sua privatização no ano passado, sendo uma das 5 maiores obras em andamento no país, cujos valores de investimentos são da ordem de R\$ 82 milhões, financiados pelo Tesouro Nacional.

Acontece que a população do Campo Belo não conta com tamanha benevolência de recursos públicos. A região destoa do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) da Cidade e mesmo do entorno, como o de Indaiatuba, Vinhedo e Itupeva.

Está sendo negado a cerca de 60 mil pessoas o acesso a todo e qualquer bem público, tais como escolas, saneamento básico, creches, centro de saúde, transporte público, praças públicas, bibliotecas etc. O déficit de salas de aulas é da ordem de 55.

A Regularização Fundiária é uma reivindicação dos moradores e que significará gigantesco passo rumo às garantias constitucionais, principalmente a equidade de acesso aos bens públicos e garantidores da dignidade da pessoa humana.

A resistência popular às remoções foi forte em 2007, o que levou o Presidente Lula a alterar o projeto de ampliação original do Aeroporto e buscar evitar o conflito com os moradores. Agora, com a privatização, está sendo proposta pela Prefeitura a criação de uma Macrozona Comercial e Industrial na região, o que levará à “higienização socioespacial”.

Outra remoção prevista é de cerca de 300 famílias da ocupação Joana D’Arc, que vivem em terreno no bairro Cidade Jardim em Campinas. A ocupação vem sendo organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD) desde 2012 em área que pertence ao Governo Federal (à Rede Ferroviária Federal S.A.). No local, funcionava o antigo Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) que, depois de desativado, passou a ser usado como uma “cracolândia”.

A reivindicação dos moradores é que sejam atendidos pelos programas de moradia, como o “Minha Casa, Minha Vida” do Governo Federal. Eles se dispõem a dialogar sobre a possibilidade de ir para outra área. Mas, a Prefeitura vem alegando que não há áreas disponíveis na cidade para a construção de moradias populares.

No entanto, terrenos da COHAB têm sido colocados à venda sem atender ao déficit habitacional de interesse social da cidade, conforme prevê o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social.

No dia 12 de novembro de 2013, foi realizado, no auditório do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH/Unicamp), o seminário “Despejos e violações do direito à moradia em Campinas: Realidades e alternativas”, que contou com a presença de mais de duzentas pessoas, entre lideranças e moradores de ocupações; professores da Universidade Estadual de Campinas e Pontifícia Universidade Católica de Campinas; estudantes; mandatos de vereadores e deputados federais;

organizações de direitos humanos; e membros do poder público local. Portanto, um grupo bastante plural e representativo de interesses da comunidade campinense. A realização do Seminário visou abrir um espaço para que os moradores da ocupação Joana D'Arc e de outras ocupações pudessem dar depoimentos sobre as ameaças de despejo que sofreram e estão sofrendo.

Moradores da ocupação e militantes do MTD estão passando por um processo de criminalização e sofrendo ameaças de morte por parte de agentes de segurança pública.

Está também prevista a remoção dos moradores do Recanto dos Pássaros e do Novo Real Parque (Quadras F e G). O argumento para a remoção é o de preservação da Mata Santa Genebra. Todavia, este é questionável devido à presença de condomínios próximos à Mata. Os condomínios, em nenhum momento, foram notificados sobre suas ilegalidades.

Os moradores do Recanto dos Pássaros e do Novo Real Parque não querem ser removidos de forma abrupta, pois há 18 anos vivem no local. É sabido que a especulação imobiliária em Barão Geraldo cresce ferozmente e que toda a região próxima à Mata Santa Genebra vem sendo cobiçada. Retirar os mais “pobres” dali, certamente, vai valorizar ainda mais toda a região.

Há também uma remoção do Governo do Estado prevista para Campinas: uma área localizada nas cercanias da Vila Brandina e que integra o corredor socioambiental Mato Dentro. O Governo do Estado de São Paulo aprovou a alienação da área pública, a qual possui quatro nascentes que abastecem Campinas (Projeto de Lei 650/2012).

Há 12 anos a área verde, com extensão de 74 mil metros quadrados, onde se situam nascentes da microbacia do Anhumas, está sendo preservada por meio de projetos socioambientais com a comunidade da Vila Brandina.

Além das remoções forçadas, há que se destacar as deficiências na implantação dos projetos habitacionais financiados pelo Programa “Minha Casa, Minha Vida” em Campinas. Palco de sorteios, inaugurações e entregas solenes, sempre com muitos discursos e promessas das autoridades presentes, o Residencial Jardim Bassoli, um conjunto com 19 torres de 5 pavimentos e 2.380 apartamentos na região do Campo Grande, está abandonado à própria sorte.

Destinado a famílias com renda de até três salários mínimos, foi o primeiro construído na cidade pelo Programa.

Entre investimentos federais e contrapartidas municipais, o conjunto custou mais de R\$ 120 milhões. Cada família desembolsa, mensalmente, parcelas que variam de R\$ 50 a R\$ 160, com contratos de duração de 10 anos.

Com obras iniciadas em janeiro de 2010, a entrega dos apartamentos foi iniciada em abril de 2011, pelo então Prefeito Dr. Hélio, e teve suas últimas unidades entregues pelo Prefeito Jonas Donizete em maio deste ano.

No local onde vivem mais de 10.000 pessoas, em sua imensa maioria crianças, não há escolas, creches ou posto de saúde.

Outra reclamação dos moradores é a falta de segurança. O local também não tem áreas públicas de lazer, como praças ou parques, contando apenas com pequenos parquinhos instalados na área interna dos conjuntos, visivelmente subdimensionados para a quantidade de moradores.

A única exceção da presença do Poder Público no local é a fiscalização que, de forma

ostensiva, tem atuado na região. Os fiscais da Serviços Técnicos Gerais de Campinas (a SETEC, uma autarquia municipal) já autuaram e deram prazo para retirada do comércio informal instalado no entorno do empreendimento. Isso ocorre porque o Residencial foi projetado sem área para comércio.

Por isso, nós signatário, reivindicamos:

1. A regularização fundiária no Município:

É preciso utilizar em larga escala instrumentos de regularização fundiária de interesse social, conforme prevê a Lei 11.977/09, que dispõe sobre o Programa “Minha Casa, Minha Vida” e sobre a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, com especial destaque para a legitimação de posse e para a demarcação urbanística, revogando as leis municipais de regularização (que estabelecem prazos de corte para o atendimento das famílias, em desacordo com o que prevê a legislação federal).

2. A aplicação do IPTU Progressivo no Tempo:

É necessário que se aplique o IPTU Progressivo no Tempo em todas as regiões da cidade de Campinas, nas áreas com uso urbano que ainda estão desabitadas e que possam ser identificadas como vazios urbanos. Além de agravá-las como ZEIS, também deve incidir sobre essas áreas o direito de preempção.

3. A aprovação de novos projetos imobiliários vinculados à habitação de interesse social (HIS):

Para cada novo empreendimento imobiliário ou comercial, o empreendedor deverá, além de cumprir as obrigações próprias do zoneamento a que estão sujeitos, prover a construção do equivalente a 20% da área para projetos de habitação de interesse social (renda de zero a três salários) no próprio empreendimento, em outra área no mesmo distrito ou, ainda, com destinação de recursos ao fundo a partir critérios definidos no Conselho Municipal de Habitação, no caso das duas hipóteses anteriores não serem possíveis.

As habitações de interesse social devem estar vinculadas à estratégia de redução do déficit conforme a composição de renda dos beneficiários. Sabe-se que 90% do déficit por novas moradias está concentrado na faixa de renda que vai de zero a três salários mínimos.

4. A revisão dos conceitos de HIS e de mercado popular:

O conceito de HIS deve estar vinculado à estratégia de redução do déficit conforme sua composição de renda. Hoje, 90% do déficit por novas moradias está concentrado na faixa de renda que vai de zero a três salários mínimos. Portanto, HIS deve ser entendida como aquela destinada às famílias nesta faixa de renda.

Para além de vincular o Programa “Minha Casa, Minha Vida” à faixa de renda de zero a três salários mínimos, é necessário também criar um modo de fiscalização da forma de comercialização das futuras unidades, que incorpore a obrigatoriedade de definir a demanda antes da expedição do alvará de ocupação (“habite-se”) e conte, inclusive, com parecer do agente financiador, quando for o caso.

5. A destinação das terras públicas a programas habitacionais:

Deve-se revogar os editais em andamento acerca da alienação de terras públicas, pertencentes à COHAB principalmente, a fim de que elas sejam destinadas a projetos

habitacionais como loteamentos urbanizados ou projetos cooperativos.

6. A priorização dos recursos do FUNDAP para habitação e regularização fundiária:

Os recursos do FUNDAP devem ser utilizados prioritariamente para produção habitacional e regularização fundiária de interesse social, estimulando a consolidação da Política Fundiária, inclusive pela criação de um Banco de Terras Públicas para mitigação de eventuais remoções e para manutenção da população de menor renda na mesma região dos grandes empreendimentos.

Fontes documentais:

Jardim do Lago II:

Fonte: <http://noticias.band.uol.com.br/cidades/campinas/noticia/?id=100000617452> Vídeo: <http://www.youtube.com/watch?v=ICAmuNQA06w>

Cidade Singer (Campo Belo):

Vídeo: <http://www.youtube.com/watch?v=MsztzrjUfA8>

Cidade Jardim (Ocupação Joana d'Arc):

Fonte: <http://www.radioagencianp.com.br/11617>

Vídeo: <http://www.youtube.com/watch?v=fzKCSq4BGjo>

Recanto dos Pássaros e Novo Real Parque:

Vídeo: http://www.youtube.com/watch?v=qBoEnNe_eH8

Jardim Bassoli:

Vídeo: <http://globo.com/eptv-sp/jornal-da-eptv-1a-edicao-campinaspiracicaba/v/moradores-do-jardim-bassoli-reclamam-de-apartamentos-entregues-em-campinas/2332726/>

Campinas, 21 de novembro de 2013.

DOCUMENTO DO I ENCONTRO NACIONAL DE FAVELADOS

O documento final elaborado no Encontro Nacional apresentou 13 pontos comuns de orientação para os movimentos de favelados pela posse definitiva da terra:

“1. Direito de Moradia Sempre e Para Todos (...) queremos que todo mundo tenha um lugar para morar, que exista uma lei que traga segurança, a ser feita pelo povo;

2. Terra para Moradia (...) dar moradia definitiva e evitar perambulação, meio de transformar a favela em bairro e, também, evitar que as imobiliárias comprem as terras dos favelados;

3. Terra para Sempre Levar essa segurança, com garantia das autoridades, de ficar sempre no local;

4. Terra não deve ser paga (...) porque não podemos pagar e porque é de todos. Somos brasileiros – legítimos donos dessa terra – por que temos que pagar o que é nosso?

5. Terra para o Inquilino (...) existem indivíduos que usam da miséria dos outros para tirar proveitos próprios, queremos que todos os inquilinos passem a ter a posse definitiva do imóvel;

6. Terra com todos os melhoramentos urbanos (...) e pagos pelo Poder Público e escolha de colocação e construção feita pela Associação de Moradores de Favela;

7. Um terreno por família (...) para evitar que haja venda. Para que morem em comunidades em partes iguais;

8. Impor limites ao direito de propriedade (para todos) (...) tem gente que tem 50, 60 casas de aluguel, de comércio, (...) fazemos uma pergunta: Deus passou a escritura da terra para uns poucos?

9. O terreno não pode ser vendido: queremos a terra para morar, não para vender (...);

10. O barraco ou a casa pode ser vendida o barraco está em cima da terra, acreditamos que tudo que há na superfície da terra, feita pela mão do homem, pode ser comercializado;

11. A terra passa para os herdeiros estamos querendo cobrar a lei (...) Entendemos que somos filhos dessa imensa pátria, por isso exigimos que a nossa herança seja devolvida;

12. Impenhorabilidade A terra, dentro da nossa lei nova, não pode ser vendida, não pode ser hipotecada, não pode ser penhorada, não pode ser usada para comércio;

13. Construção da moradia subsidiada pelo Estado” (grifos do original)

O documento que os favelados apresentaram como síntese do Encontro:

“1. Os movimentos de favelados nascem de maneira desorganizadas, em torno de lutas por melhorias nas favelas (água, luz, creche, escola, etc) e a partir de grupos e ou movimentos de igreja presentes nas favelas;

2. A luta com o Estado indicou a necessidade de organizarem-se em entidades próprias de representação (Associações, Uniões, etc);

3. A conquista de melhorias nas favelas amadureceu a questão da luta pela não remoção dos barracos sem autorização do morador e pela posse definitiva da terra;

4. A continuação da luta pela terra depende de organizações de favelados fortalecidas e formas jurídicas para dar sustentação legal à luta.”

Fonte: Documento dos favelados sobre a terra. II Encontro Nacional de Favelados. Campinas, 12-15/02/82